

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E FILOSOFIA LETRAS (FCL) – CAMPUS DE ARARAQUARA-SP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - DOUTORADO**

*MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: OBSERVAÇÕES SOBRE A  
REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA*

*MARIA SOCORRO RAMOS MILITÃO*

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA ORLANDA PINASSI

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS TADEU DEL ROIO

ARARAQUARA-SP  
2008

MARIA SOCORRO RAMOS MILITÃO

*MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: OBSERVAÇÕES SOBRE A  
REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Araraquara-SP, como requisito parcial para a aquisição do título de doutora em Sociologia.

Área de concentração: Política

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA ORLANDA PINASSI  
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS TADEU DEL ROIO

ARARAQUARA-SP  
2008

Militão, Maria Socorro Ramos

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: observações  
sobre a reforma intelectual e moral gramsciana / Maria Socorro  
Ramos Militão – 2008

260 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual  
Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara  
Orientador: Maria Orlanda Pinassi

1. Partidos Políticos. 2. Gramsci, Antonio, 1891-1937.  
3. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.

## BANCA EXAMINADORA

**Maria Socorro Ramos Militão**

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: OBSERVAÇÕES SOBRE A REFORMA INTELECTUAL E  
MORAL GRAMSCIANA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara-SP, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Política  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi  
Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio  
Bolsa: CAPES

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

---

Co-Orientador e Presidente da Banca: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio (UNESP)

---

Profa. Dra Patrizia Piozzi (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Junior (UNESP)

---

Prof. Dr. Bento Itamar Borges (UFU)

---

Prof. Dr. Dr. Edilson José Graciolli (UFU)

Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## DEDICATÓRIA

Dedico essa tese aos meus avôs  
(*In memória*), pais e sobrinhos.

## AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi por ter-me recebido carinhosamente nesse Programa de Pós-Graduação, pelos ensinamentos, apoio e generosidade constantes.

Ao Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio pela Co-orientação, pelo apoio constante, por suas valiosas diretrizes e contribuições — imprescindíveis à construção deste trabalho.

Aos Profs. Dr. Augusto Caccia Bava Junior, Dr. Edilson José Graciolli e Dr. Marcos Tadeu Del Roio pela participação na Banca de Qualificação desta tese, pelo respeito e pelas valiosas contribuições.

Aos professores da Banca Examinadora os Profs. Dr. Augusto Caccia Bava Junior, Dr. Bento Itamar Borges, Dra. Patrizia Piozzi, Dr. Edilson José Graciolli.

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria Said, pela presença cotidiana, pela paciência e pelos ensinamentos; ao Prof. Dr. Alexandre Guimarães, Dr. Humberto de Oliveira Guido e Dr. Simeão Sass pelo apoio; e aos Professores. Dr. Alcino Bonella, Dr. Bento Itamar Borges, Dr. Marcos Sêneda e Prof. Dr. Paulo Ribeiro da Cunha, pelas contribuições, incentivo e respeito.

Aos meus amigos: Aldo, Ana, Claudia, Daniel Fernandes, Raquel, Sueli, Heloisa, Terezinha e Patrícia Rizzotto, Alessandra Cancila, Carlo Gherlenda, Beth, Elise, Betina, Jane, Kátia Cunha, Natália Pimenta, Nicolau Heck, Núbia Alcântara, Silvano Dias, Josimar, Joviniano, Anselmo, Marlene e Alberto, Solange, Marco Aurélio Abreu, Tatiana Fonseca, Paulo Antonio Lima — pela amizade, contribuições, presença e incentivos diários. E a todos os que não foram citados, mas que contribuíram, em alguma medida, para a construção desse estudo.

A Cristian Biancka, Lioguedes Teixeira e Carlos Henrique Martins pelo companheirismo constante e apoio incondicional.

Aos meus amigos e companheiros de jornada José Benedito, Geruza, Leonardo Barbosa, Marcio, Erick, Dione e Vanessa.

À Profa. Dra. Leila Floresta e a companheira Sem Terra Esp. Maria Eleusa Mota Santana pela preciosa contribuição, por terem cedido documentos e obras do Movimento e pela sua generosidade.

A Fátima, Goretti e Cícero Militão. Alice, Antonia e José Milton Ramos. A Cícera e Irene Ramos. Aos meus sobrinhos pela paciência e por suportarem a minha ausência, em especial a Alice, Natália e Vinícius pelo companheirismo. Agradeço aos meus irmãos Cícera, Danúbio e Paulo pela presença e apoio incondicional. A Jorge Luiz Tavares e Ana Paula Morais pelo apoio.

A Profa. Ana Lúcia Nardi Arruda, pela revisão desse texto, pela generosidade, paciência e companheirismo.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus/Araraquara-SP. Ao Programa de Doutorado em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, seu corpo docente e administrativo, especialmente à secretária Cristiana Gobato Lopes Castro pela excelência em seu trabalho e generosidade constante.

Ao Departamento e Coordenação do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Aos colegas e amigos do Departamento de Filosofia e aos secretários: Ciro, Neusa e Sandra pelo incentivo e apoio constantes.

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida, imprescindível para a conclusão desse trabalho.

Aos companheiros do MST que contribuíram sobremaneira com a construção desse estudo, especialmente a Eleuza, Goretti, Edna e Neuri Rosseto, e ainda à Escola Nacional Florestan Fernandes.

*“Os sem terra falam por nós, representam-nos. Não podemos protestar, pois temos medo de perder nossos empregos, assustados demais para nos levantarmos por nossos ideais, restringimo-nos a projetos pessoais. E, quando o MST protesta, todos nós nos sentimos felizes”.*

(Milton Santos - *Jornal Estado de São Paulo*, 19 de janeiro, 1997).

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária  
AI-5 – Ato Institucional N-5  
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicatos  
ANL - Aliança Nacional Libertadora  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ART – Articulação  
CA - Cooperação Agrícola  
CCA - Cooperativas Centrais da Reforma Agrária  
CCR - Cooperativas de Comercializações Regionais  
CEB - Comunidade Eclesial de Base  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas  
CLOC - Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas  
CONCRAB – Cooperativa da Reforma Agrária do Brasil Ltda  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais  
CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional  
CSC – Corrente Sindical Classista  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DER - Departamento de Educação Rural  
DI – Refere-se ao departamento produtor de bens de produção  
DII - Refere-se ao departamento produtor de bens de consumo não duráveis  
DIII - Refere-se ao departamento produtor de bens de duráveis  
DRTS - Delegacias Regionais de Trabalho  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FS – Força Sindical  
FUNDEP - Fundação para o desenvolvimento Educacional e Pesquisa  
GC - Grupo Coletivo  
IC – Internacional Comunista  
IEJC - Instituto de Educação Josué de Castro  
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste  
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudeste  
MCI - Movimento Comunista Internacional  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MST - Movimento dos Sem Terra  
OM - Organização de Massa  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OP - Organização Política  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PPL - Pastoral Popular Luterana  
PRNA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PSD - Partido Social Democrático  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PROCERA - Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentamentos  
STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais  
TAC –Curso Técnico em Administração de Cooperativas  
UDN - União Democrática Nacional  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
US – Unidade Sindical  
USI - União Sindical Independente

## RESUMO

ESSE ESTUDO pretende investigar se o Movimento dos Sem Terra (MST) contribuiu para a construção da hegemonia da classe trabalhadora por meio da promoção de uma Reforma Intelectual e Moral, no Estado de São Paulo, com o intuito de construir uma *Nuova Civiltà* (Civilização). Nosso ponto de partida é a trajetória de luta pela terra do MST e o seu significado político, tendo por base os pressupostos teóricos postulados pelo marxista Antonio Gramsci, especificamente o conceito de reforma intelectual e moral, considerada por ele como objetivo a ser alcançado para promover a estratégia da Guerra de Posições, único caminho possível para conquistar a hegemonia da classe trabalhadora e posterior tomada do poder estatal no sistema capitalista avançado, visando fundar um novo Estado, cabendo ao Partido político Educador – o intelectual orgânico coletivo - a responsabilidade de promover tal reforma. Na verdade, o Partido é o articulador da Guerra de Posições no interior do Estado burguês ampliado (sociedade civil + sociedade política) que se torna mais complexo à medida que o sistema capitalista se desenvolve. O Partido é o intelectual orgânico coletivo porque, por meio dele, a vontade coletiva se expressa não em um indivíduo isolado, como o Príncipe maquiaveliano, mas em um Organismo e, como tal, deve dirigir, organizar e educar os trabalhadores. Pretende-se ainda observar se o ideário gramsciano encontra-se atuante, em que medida se tornou relevante para a práxis política do MST, averiguar se esse movimento social cumpriu o papel de Educador de toda a classe trabalhadora e quais os limites da apropriação dos conceitos do teórico italiano pelos intelectuais orgânicos desse Movimento.

Palavras Chaves: Guerra de Posições, Reforma Intelectual e Moral, Partido, MST, *Nuova Civiltà*.

## ABSTRACT

This study aims to investigate, under Antonio Gramsci's Marxist theories, whether the Brazilian *Landless Movement* (Movimento dos Sem-Terra, MST), specially in São Paulo State, has contributed to the construction of a working-class hegemony, and to the *Moral and Intellectual Reform* aiming to construct the gramscian New Civilization (*Nuova Civiltà*). Our starting-point is the MST's career of struggles for land and its political meaning. Gramsci took this reform as a condition to improve the *War of Positions* strategy, the only way for conquering work-class hegemony, at first, and the State Power, after that. The conquest of the State Power in the Advanced Capitalist Society leads to the foundation of a new State. Acting as an Educator, the Labour Party – collective organic intellectual – takes responsibility for this reform. In fact, the labour Party would articulate the war of positions inside the wide capitalist State (civil society *plus* political society, the more complex the more developed is the system). The Party is an organic intellectual, because the collective will express itself not as an isolated person, like the maquiavelian Prince, but as an Organism, and so the Party ought to command, to organize and to educate the mass of workers. In this study, we aim to observe whether the gramscian ideas are present in, and if so, how relevant they are to MST's political praxis. Have MST, as a *Party*, fulfilled its role as mass educator? Which are the limits of the appropriation of Gramsci's ideas by MST organic intellectuals?

Keywords: War of Positions, Moral and Intellectual Reform, Party, MST, *Nuova Civiltà*.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	09
<b>RESUMO</b>	10
<b>ABSTRACT</b>	11
<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1. - CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)</b>	17
1.1. – Os movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 1960	17
1.2. – O ressurgimento das Ligas Camponesas	22
1.3. – A questão agrária pós-ditadura militar	28
1.4. – A Contribuição das CPTs no processo de luta pela terra na década de 1980	32
1.5. – A formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra no Brasil	33
1.6. – O plano de reforma agrária (PRNA) e a expansão do MST na década de 1980	41
1.7. – A formação do MST no Estado de São Paulo (1979-1986)	46
1.8. – A criação do MST no Pontal do Paranapanema	49
1.9. – O movimento dos sem-terra de Sumaré	51
1.10. – A expansão do MST (1985-1996) e o processo de territorialização paulista	53
1.11. – A expansão do MST no Pontal do Paranapanema nos anos 1990	58
<b>2. - CAPÍTULO II – A ESQUERDA BRASILEIRA E A REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA: PCB, PT</b>	69
2.1. – O processo de formação da esquerda brasileira	70
2.2. – A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)	72
2.3. – A reorganização do movimento sindical e as greves do ABC paulista	80
2.4. – O processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)	83
2.5. – A proposta de socialismo do Partido dos Trabalhadores (PT)	96
2.6. – A construção do projeto socialista do MST	109
<b>3. - CAPÍTULO III – SOBRE A ESTRATÉGIA GRAMSCIANA</b>	126
3.1. – Introdução	126

3.2. – A concepção de Estado em acepção marxista	128
3.3. – A concepção gramsciana de Estado	132
3.4. – A estratégia da guerra de posições de Antonio Gramsci	138
3.5. – O conceito de Hegemonia gramsciano	144
3.6. – O Partido político e a função dos intelectuais na construção do socialismo	149
3.7. – A reforma intelectual e moral gramsciana	156

#### **4. - CAPÍTULO IV – A REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MST**

169

4.1. – Introdução	169
4.2. - Primeira fase da trajetória de luta do MST (1985-1990)	171
4.3. - A produção dos assentamentos nos anos 1980	173
4.4. – O modelo cooperativista de produção	175
4.5. – O surgimento das primeiras escolas	178
4.6. – Segunda fase da trajetória de luta do MST (1990-1995)	183
4.7. – O modelo de cooperativismo do MST e a produção dos assentamentos nos anos 1990	185
4.8. – O processo educativo e de formação política do MST (1990-1995)	192
4.9. – Terceira fase da trajetória de luta do MST (1995-2000)	198
4.10. - Cooperativas: enfrentamento e combate ao corporativismo	203
4.11. – A educação humanista e politécnica do MST (1995-2000)	208
4.12 – Quarta fase da trajetória de luta do MST (2000-2007)	214
4.13. – O processo educativo e de formação de intelectuais orgânicos/quadros (2000-2007)	218
4.14. – O intelectual orgânico coletivo Educador – o MST	226
4.15. – Quinta fase da trajetória de luta do MST (2007)	233

#### **CONCLUSÃO**

237

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

241

## INTRODUÇÃO

Esse estudo investiga se o Movimento dos Sem Terra (MST) contribui para a promoção de uma reforma intelectual e moral no Brasil ao longo de sua trajetória, especialmente no Estado de São Paulo, onde tem a sua atuação. O ponto de partida de análise dessa hipótese será a própria trajetória de luta do MST, por meio da qual buscamos averiguar se em sua prática política apropriou-se e desenvolveu esse conceito gramsciano e quais os limites dessa apropriação.

Em outras palavras pretendemos averiguar, em que sentido o processo de luta, desenvolvimento e consolidação do MST contribui para a mudança de perspectiva de vida dos trabalhadores rurais brasileiros e quais medidas foram tomadas por esse Organismo coletivo para o encaminhamento dos conceitos gramscianos. A possibilidade de um confronto entre a ideologia do MST e as categorias de Gramsci exigem que averiguemos se o MST assimila a estratégia da Guerra de Posições e dentro dela o conceito de reforma intelectual e moral – via Partido Político Educador – com vistas a construir a hegemonia da classe trabalhadora, rumo à construção do socialismo, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo avançado. Pretende-se ainda observar os limites e avanços de construção desses conceitos para a realização de uma forma superior e integral de civilização.

A nossa hipótese de que o MST contribui para a construção de uma reforma intelectual e moral em sua trajetória de luta, se deve ao fato desse Movimento nos oferecer indícios de apresentar-se como Movimento de resistência, que se modifica e se recria nas suas ações políticas, a ponto de apresentar-se como um movimento social que luta por mudanças mais amplas que a simples divisão de terra, e cuja forma de organização tem mostrado resultados práticos, tanto na sua atuação na ocupação de terras quanto nas negociações por recursos para os assentamentos. Soma-se a isso o fato do MST ter se tornado um partido autônomo, sem vínculo com partidos políticos, sem, contudo, ter deixado de participar dos grandes movimentos sociais ocorridos no país nos últimos vinte anos.

Diante disso estabelecem-se como objetivos específicos necessários para confirmar a hipótese levantada: (I) investigar como o MST colaborou para a construção da reforma intelectual e moral; (II) analisar a luta dos sem terra à luz das categorias gramscianas, averiguando quais os limites de suas propostas para encaminhar a hegemonia da classe trabalhadora; (III) compreender a contribuição do MST para a reconstrução da luta pela terra no Brasil; (IV) observar se o MST busca construir a unidade e organicidade da classe trabalhadora brasileira; (V) averiguar se contribui para organizar a consciência de classe dos sem terra; (VI) se constrói intelectuais orgânicos e de que modo; se está formando um novo homem e um novo modo de viver; (VII) analisar se desempenha o papel de intelectual orgânico coletivo.

A fundamentação teórica que orientará esse estudo será principalmente o referencial teórico produzido pelo MST, ou seja, o conjunto da sua literatura disponível, e ainda, o pensamento de Antonio Gramsci, as suas obras e as de seus principais comentadores: Antonio A. Santucci, Christinne Buci-Glucksmann, Valentino Gerratana, Guido Liguori, Paolo Spriano, entre outros, e a teoria marxiana da qual Gramsci é herdeiro. E ainda de autores marxistas brasileiros que contribuam para o entendimento da questão ora proposta. O exercício de leitura analítica será executado mediante a análise do material selecionado e interpretado. A forma de análise dos resultados será feita a partir do material colhido na literatura disponível, os quais serão analisados sob a ótica da teoria política gramsciana e do método histórico materialista-dialético.

A hipótese levantada nesse estudo é, na verdade, uma indagação acerca dos indícios apontados pela trajetória de luta do MST, de ter sido influenciado pelas idéias e categorias do teórico italiano Antonio Gramsci, especificamente o de Partido político como Educador e reformador intelectual e moral. Assim, pretendemos averiguar se MST contribui através de sua prática política, para a construção de uma “*nuova civiltà*”, de uma nova cultura, entendida como uma nova forma de viver, pensar e participar na construção de um novo mundo, de um novo bloco histórico, o socialista.

Esse estudo está dividido em quatro capítulos. O Capítulo I apresenta uma fundamentação histórica da década de 1980 e a constituição do Movimento dos Sem-Terra no País e no Estado de São Paulo, mostrando a trajetória e contribuição do MST na luta pela conquista da terra e reforma agrária no Brasil. O intuito é mostrar os principais acontecimentos desse período, compreender como ocorreu o processo de democratização política e averiguar a composição de forças políticas naquele período. A análise, no entanto, fica restrita ao Estado de

São Paulo, em especial ao Pontal do Paranapanema, por ter sido essa a região de maiores conquistas do Movimento.

No capítulo II, busca-se analisar a trajetória política da esquerda brasileira, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para averiguar se estes se apresentaram como representantes dos trabalhadores, como aglutinadores das forças políticas de esquerda, partidos de oposição e possíveis construtores de uma sociedade socialista para o Brasil. Em outros termos, buscamos averiguar se estes partidos foram portadores de um projeto de cunho socialista e se o colocaram em prática. Neste capítulo será abordada, ainda, a proposta de socialismo apresentada pelo MST para averiguar se ao longo de sua trajetória de luta desenvolveu tal projeto de sociedade.

No capítulo III, empreendemos uma síntese da teoria gramsciana para fundamentar a hipótese levantada nesse estudo: de que o MST esteve promovendo uma reforma intelectual e moral no Brasil ao longo de sua trajetória de luta. O intuito é analisar a estratégia apresentada por Antonio Gramsci de construção do socialismo a partir das condições do capitalismo imperialista para situar o objeto de análise desse estudo. Assim, expõe-se a estratégia da guerra de posições e dentro dela a noção de reforma intelectual e moral, Partido político Educador, intelectual orgânico e de hegemonia, necessários para sustentar teoricamente a idéia de que o MST possa se apresentar como possível construtor de um embrião de reforma intelectual e moral com vistas a obter a hegemonia dos trabalhadores.

No capítulo IV, será investigada a trajetória de luta do MST para averiguar se este Movimento promove, ao longo de sua trajetória, uma reforma intelectual e moral no Brasil, em especial, no Estado de São Paulo. A intenção é investigar quais são os indicadores, os vetores presentes no MST que apontam para a promoção dessa reforma intelectual e moral, afim de confirmar essa hipótese. Assim, busca-se observar quais foram as medidas empreendidas pelo MST e quais os avanços políticos foram obtidos ao longo de sua trajetória, que apontam para a construção de um novo “bloco histórico”, o socialista. Por razões operacionais, esse capítulo será estruturado a partir das propostas, encaminhamentos e documentos gerados pelos cinco Congressos promovidos pelo MST. Será com base nessas análises que observaremos se o MST contribui para a promoção da reforma intelectual e moral apregoada por Gramsci ao longo de seu percurso histórico.

# CAPÍTULO I

## A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA<sup>1</sup> (MST)

Nesse capítulo, faremos uma fundamentação histórica da constituição do Movimento dos Sem-Terra no País e no Estado de São Paulo, mostrando a trajetória e a contribuição do MST na luta pela conquista da terra e da reforma agrária no Brasil, entre os anos de 1980 e 1990. Antes, porém, será feita uma breve recapitulação histórica dos movimentos que mais contribuíram para a formação desse Movimento. O intuito é compreender o seu significado e sua importância para a retomada e a continuidade da luta pela terra e para o processo de democratização da política brasileira e perceber a composição de forças políticas do período.

### 1.1. – Os movimentos camponeses nas décadas de 1950-1960

A análise da trajetória de luta do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra exige um resgate, ainda que sucinto, da história da organização camponesa e de seus protagonistas no

---

<sup>1</sup> O vocábulo “*Sem*” designa a ausência de algo e expressa a negatividade. No caso dos trabalhadores sem terra, esse termo serve de elo entre todos os trabalhadores rurais que não possuem terra em quantidades suficientes para sua sobrevivência e serve, também, para denunciar a situação de exploração de grande parcela dos camponeses que vivem ou trabalham no campo e que não têm a posse da terra. Portanto, a expressão “*Sem Terra*” designa a condição dos trabalhadores rurais que, tendo sua origem no campo, foram expulsos do campo ou obrigados a deixá-lo e que pretendem retornar. Ou ainda, trabalhadores que continuam morando no campo como assalariados ou numa relação não capitalista de produção. Além disso, o termo “Sem Terra tornou-se nome próprio. Nome de trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade” (MST, 2000h, p. 33). O próprio MST criou o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do **S** na flexão de número (os “sem-terra”), indicando uma “designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva (MST, 2001b, p. 10). Porém, segundo Roseli Caldart, “o MST nunca utilizou em seu nome, nem o hífen nem o **S**, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada a expressão os sem-terra. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transforma em nome próprio e a projeta para além de si mesma” (CALDART, apud MST, p. 2001b, p. 10).

período de 1954 a 1964, visando mostrar a contribuição desses movimentos à luta pela terra no país e a importância desses para a compreensão da questão agrária atual.

A luta pela terra no Brasil ocorreu de modo disperso no espaço geográfico e no tempo, demonstrando o grau de concentração da terra existente desde os tempos do Brasil-colônia e a inexistência em nossa história pregressa da implantação de uma política de reforma agrária efetiva. Estas lutas ganharam impulso no final do século XIX com as lutas dos camponeses de Canudos (BA)<sup>2</sup> e de Contestado (SC/PR)<sup>3</sup>. Esses dois conflitos fizeram parte da primeira fase de lutas pela terra, no período republicano, aos quais se seguiram outros. O segundo momento dessa luta compreende o movimento liderado pelo Cangaço, comandado por Lampião e outros cangaceiros (1917-1938)<sup>4</sup>.

A terceira fase (1950-1964) iniciou-se com o retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos dez anos da ditadura de Vargas que propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço se destacou o Partido Comunista como única organização que se dedicaria aos trabalhadores rurais. As demais agrupações políticas se limitavam a usá-los como massa de manobra no processo eleitoral, empregando para isso a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários. Conforme afirma José de Souza Martins (1981, p. 25), o campesinato sempre foi excluído do processo político, sendo apontado em algumas circunstâncias como aliado ou mesmo como um perigo, considerado incapaz de fazer a história, naquele período. As organizações sindicais rurais não eram reconhecidas legalmente.

Nesse contexto, operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando entre 1945-1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se muitas Ligas Camponesas que reuniram milhares de pessoas, a ponto de elegerem considerável número de representantes comunistas para as assembleias

---

<sup>2</sup> Movimento de resistência camponesa no sertão baiano, liderado por Antonio Conselheiro, em (1893-1897) que chegou a organizar 25 mil pessoas. Cercado pelo Exército, resistiu durante cinco anos a várias ofensivas militares.

<sup>3</sup> Movimento camponês liderado pelo Monge José Maria, ocorrido entre 1912-1916 no Rio do Peixe, em Santa Catarina e Paraná. Os posseiros resistiram à doação de suas terras a uma empresa inglesa que as recebera do governo pelo pagamento da construção de uma ferrovia. Os contestados foram reprimidos pelo Exército e tropas federais.

<sup>4</sup> Movimento de grupos de cangaceiros que se opunham à estrutura fundiária e aos grandes fazendeiros contra a exploração e miséria que dominava o sertão nordestino. O domínio dos coronéis foi abalado pelo aparecimento desses bandos nas regiões do Cariri (Ceará), oeste de Pernambuco e sertão da Paraíba, espalhando-se por todo o sertão. Seus principais líderes foram Antônio Silvino, Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião” (morto em 1938) e o “Corisco”, sucessor de “Lampião” (desaparecido em 1940). O apogeu desse movimento ocorreu entre 1925 e 1935 e desapareceu nos anos 1940.

estaduais e municipais, apesar do alto nível de analfabetismo entre os camponeses. Tendo a favor dos trabalhadores rurais, o fato das eleições de 1945 terem sido as “primeiras da história brasileira que foram ao mesmo tempo limpas e tiveram uma significativa participação eleitoral” (NICOLAU, 2002, p. 45). Essas Ligas eram organizações-apêndices da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Seu líder era o mesmo do Partido, Luiz Carlos Prestes que muitas vezes instalava pessoalmente as Ligas Camponesas. Foi por isso que a proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas havendo um grande número de assassinatos, prisões e perseguições dos trabalhadores rurais.

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, e seu retorno à clandestinidade, a repressão aos militantes pecebistas estendeu-se também às Ligas ou associações que foram abafadas pela violência dos grandes proprietários, e, por conseqüência, a maioria delas foram desarticuladas e extintas. Em 1948, sem a tutela do PCB, as Ligas quase desapareceram do cenário nacional, o que levaria os camponeses a se reagruparem sozinhos, de forma esporádica e distante dos grandes centros. Em sua maioria, essas Ligas emergiam de áreas já politizadas, “conscientizadas”, no período 1945-1947, localizados nas fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades. Portanto, entre 1948 e 1954 os camponeses começariam a “ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira um pouco isolada, isto é, sem as profundas e necessárias ligações com os organismos de operários urbanos que lhes ajudassem a criar suas primeiras organizações” (MORAIS, 2006, p. 27).

Os quatro mais importantes movimentos camponeses ocorridos nessa época foram: a guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território de Formoso e Trombas e a refundação das Ligas. Nos três primeiros, a influência dos operários urbanos foi quase nula. A guerrilha de Porecatu (PR) ocorreu em 1950, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, na margem esquerda do curso médio do Rio Paranapanema, onde os posseiros resistiam armados contra a grilagem das empresas colonizadoras.

O conflito, originado no município de Porecatu ocorreu devido a um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos. Jacinto, um artesão rural e imigrante nordestino, dirigiu o levante armado dos camponeses de Porecatu e organizou um forte movimento de apoio guerrilheiro no outro lado do Rio Paranapanema.

Antigos núcleos do Partido Comunista, localizados em Londrina e Apucarana (PR), Assis, Presidente Prudente, Martinópolis e Presidente Bernardes (SP), passaram a alimentar os guerrilheiros com armas, munições, medicamentos e dinheiro. Porém, após dois meses de intensa ação essa guerrilha dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado.

A revolta de Dona Noca, no interior do Maranhão, em 1951, constituiu-se numa ação paralela às lutas de rua que se desenvolveram na cidade de São Luis, capital do Estado, lideradas pelo jornalista Neiva Moreira e pela líder comunista local, Dra. Maria Aragão. Na época, estudantes e operários tentavam impedir a posse do governador eleito, Eugenio de Barros. Enquanto isso, a prefeita do município de São João dos Patos, Joana da Rocha Santos (Dona Noca), latifundiária de tendência liberal, decidiu juntar-se à movimentação, comprando armas e munições para o levante. Ali, organizou uma milícia de centenas de camponeses, tendo como comandante o estudante de Direito “general Bastos”. Em uma semana a milícia tinha conquistado as cidades de Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, após o assalto ao povoado de Mangas (às margens do rio Parnaíba), ameaçou invadir o Estado do Piauí. Derrotados no morro do Mutum (entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Patos), os camponeses dispersaram-se após 30 dias, tempo que durou essa revolta.

A implantação do território Livre de Formoso e Trombas, em 1953, abrangeu uma área de dez mil quilômetros quadrados no norte de Goiás, sob o comando de José Porfírio, um camponês da localidade que enfrentou os latifundiários e as forças policiais em choques armados em Trombas, dos quais saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, estabeleceram um governo paralelo, criaram comitês políticos e milícias armadas, negando-se a pagar impostos ao governo de Goiás. Na avaliação de Paulo Cunha (2007, p. 175), essa vitória foi possível graças ao contato de José Porfírio com os comunistas que resultou na criação da Associação de Lavradores pelo núcleo hegemônico do Partido Comunista atuando como instrumento de organização dos posseiros e de dinamização partidária. Para o autor, essa aglutinação de forças teria possibilitado a organização dos posseiros e a garantia de suas posses.

Durante vários anos, sustentaram essa situação, até que o governador do Estado de Goiás, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa. Esse movimento resistiu até o golpe de 1964. De

acordo com Paulo Cunha (2007, p. 286), as lutas de Formoso e Trombas restringiram-se a um contexto regional porque não estavam associadas a “um projeto político nacional revolucionário que viabilizasse sua incorporação como elemento potencializador”.

Tanto no episódio da guerrilha de Porecatu, como na legislação do Território Livre de Tromba-Formoso, o PCB participou e exerceu considerável influência política na condução desses movimentos. Apesar de ter ocorrido no século XVII, é necessário lembrar a experiência de Zumbi, no Quilombo dos Palmares (AL)<sup>5</sup>, que foi importante para a história da luta no país e para o MST, como Movimento que dá continuidade e expressividade às lutas pela terra no país.

Os fatos mais significativos para a mobilização e a organização da massa rural, nesse período, foram a 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em 1953, realizada ao mesmo tempo em São Paulo, Paraíba e Ceará; e o 1º Congresso Nordeste de Trabalhadores Rurais (preparatório regional para a 2ª Conferência Nacional), na cidade de Limoeiro-CE, em agosto de 1954. Tais encontros representavam uma tentativa das entidades remanescentes da década de 1940 de institucionalizarem-se como órgãos de defesa e representação dos interesses dos camponeses. Na 2ª Conferência, realizada em São Paulo, em 1954, com a presença de 308 representantes de dezesseis Estados, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), uma associação classista composta por camponeses e assalariados rurais que, entre seus objetivos, propunha-se a congregar as associações existentes e a organizar novas associações ou sindicatos para representar os trabalhadores do campo. Criada pelo PCB, a Ultab foi essencial para a organização dos camponeses, já que era proibido criar sindicatos.

As Ultabs funcionaram entre 1954-1962, quando se instituiu o direito à sindicalização e todas elas foram se transformando em sindicatos. Desse processo, nasceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, como parte do processo de legalização dos sindicatos no meio rural, a partir de portaria do então ministro do Trabalho, Almino Afonso. Quando se formaram os sindicatos de trabalhadores rurais, a Contag passaria a fazer parte da estrutura sindical oficial verticalizada com 27 federações estaduais filiadas, que se articulavam em torno de 3.500 sindicatos municipais de trabalhadores rurais. Outros movimentos camponeses foram organizados pelas Ultabs, nas regiões Sul e Sudeste do país e pelo Movimento

---

<sup>5</sup> Zumbi foi líder da resistência negra no século XVII, quando se organizaram muitos quilombos em todo o país. Comandou o Quilombo de Palmares (AL) e foi assassinado por tropas da Coroa Portuguesa em 1695.

dos Agricultores Sem Terras (MASTER)<sup>6</sup>, no Rio Grande do Sul. Destacam-se, ainda, as Ligas Camponesas (1954-1964), na região Nordeste, sendo essas as que mais influenciaram o MST.

Com exceção das lutas das Ultabs, que pretendiam formar um movimento nacional de trabalhadores na agricultura, as demais foram lutas de caráter regional, fator que dificultou o aprofundamento das lutas pela terra no país. Porém, a tática dessa organização residia na “acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). As Ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino” (MORAIS, 2006, p. 49). Como movimento de massas elas não tiveram muita formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos e de contarem com unidade estadual e nacional proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político. Seus membros se reuniam nos locais de moradia, onde planejavam lutas sociais. A seguir, buscamos reconstituir as Ligas Camponesas no Nordeste para mostrar a sua importância para a história e para a questão agrária no final do século XX no Brasil.

## **1.2. – O ressurgimento das Ligas Camponesas**

As Ligas Camponesas foram reiniciadas em 1954, quando eram poucas as organizações camponesas. A Liga de Iputinga, comandada por José dos Prazeres, entre 1945-1947, nos arredores de Recife, foi uma das poucas que subsistiu, apesar das prisões e perseguições de seus líderes. Ao abandonar o Partido Comunista, esse líder continuou atuando na mobilização dos trabalhadores rurais através dessa Liga. Os contatos estabelecidos com outros camponeses resultaram na reorganização dos camponeses pernambucanos que criariam a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), baseada no núcleo de camponeses do engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão-PE, o qual seria desapropriado em 1959. Essa desapropriação transformaria as Ligas em “uma manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do

---

<sup>6</sup> Movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influência de líderes políticos do PTB, como Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. Em 1964 foi perseguido e considerado ilegal.

campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país” (OLIVEIRA, 2001, p. 23).

Tendo sido uma experiência piloto, essa desapropriação permitiu a politização das Ligas que se expandiram por vários municípios pernambucanos, chegando a ter 10.000 associados espalhados em 40 sedes, as quais se constituiriam no movimento mais organizado daquele período e o único a ultrapassar as fronteiras do Nordeste. Por meio delas as massas camponesas, especialmente da zona da mata Nordestina, se organizaram nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba e, ainda, no Rio de Janeiro e Goiás.

A origem das Ligas encontra-se na resistência dos “foreiros”, parceiros, posseiros e pequenos proprietários à expansão do campo e à sua transformação em assalariados. Esta resistência tornar-se-ia coletiva e assumiria uma forma organizada através das Ligas que agregavam os interesses imediatos dos camponeses e lhes davam organicidade política. O contexto em que se desenvolveram foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida entre os anos de 1954-1964. Nesse período, após décadas de crescimento continuado e de desenvolvimento da industrialização com base na aliança entre o capital estatal nacional e o estrangeiro, o modelo entrou em crise, eclodindo o reascenso do movimento de massas. Do ponto de vista institucional, a crise teve como resultante a investidura do governo João Goulart que passou a defender as chamadas reformas de base.

Nessa conjuntura, intensificou-se o debate político sobre a realização da reforma agrária, como uma forma de desenvolver as forças produtivas, intensificar o mercado interno, estimular a indústria nacional, distribuir a renda e, sobretudo, resolver o problema da pobreza no interior do país. Foi nesse contexto que se desenvolveu esse “poderoso movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização para defender a urgência da realização da reforma agrária com a palavra de ordem: ‘Reforma agrária na lei ou na marra’” (STEDILE, 2006, p. 13).

As Ligas de Pernambuco contaram com um núcleo político e ideológico em torno do qual se organizou um conselho deliberativo regional, composto por membros vinculados ao PCB, ao Partido Socialista e ao Partido Trabalhista, tendo como presidente de honra Francisco Julião. Suas delegacias eram compostas por camponeses e dirigidas por uma diretoria local e pela assembléia geral dos sócios. Aos partidos cabiam as definições táticas e estratégicas da ação política. A estrutura orgânica e a sede das Ligas foram organizadas na cidade para neutralizar a

repressão dos latifundiários e evitar o isolamento do movimento camponês e, além disso, estimular a articulação dos militantes da cidade com os do campo.

A ação das Ligas Camponesas pode ser dividida em três fases distintas no que se refere à apreensão político-ideológica da questão agrária. A primeira, entre 1955-1959, corresponde à fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) e estende-se até a expropriação do Engenho Galiléia, quando as Ligas passariam a defender a assistência e a organização dos camponeses em litígio ou demanda com os grandes proprietários, buscando transformar a questão agrária numa questão social e política.

A segunda fase (1960-1962) iniciou-se logo após a expropriação do Engenho Galiléia, - que funcionou como um mecanismo de efeito-demonstração para os camponeses e projetou o nome das Ligas em nível nacional -, foi marcada por um conjunto de fatores que contribuíram para provocar uma mudança política e ideológica desse Movimento. Foi nesse período que os comunistas ligados às Ligas aprofundaram as tensões com o PCB, iniciadas desde a campanha presidencial, quando as Ligas organizaram, em todo o Nordeste, um movimento em solidariedade a Cuba, então bloqueada pelos Estados Unidos. Do ponto de vista tático, este movimento foi considerado inoportuno pelo PCB. Os pecebistas ligados a esse movimento questionavam a tese comunista de subordinação da luta pela terra ao imperialismo.

A terceira fase, a partir de 1963, foi de profunda crise das Ligas, provocada por questões políticas e ideológicas entre as frações internas; pela perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos, - controlados pelos comunistas e por setores da Igreja - e pelo controle dessas lutas pelo Estado, conseguido através da sindicalização rural em massa. Em virtude disso, na *Conferência do Recife*, em 3 de outubro, as Ligas se unificaram e se redefiniram, transformando-se nas Ligas Camponesas do Brasil, adotando uma nova estruturação orgânica, através da criação de uma Organização de Massa (OM), cuja função principal era coordenar a campanha pela reforma agrária. Também seria criada uma Organização Política (OP) que se constituiria no embrião de um projeto agrário baseado nos princípios do centralismo democrático e do marxismo-leninismo, a qual deveria apoiar-se na Organização de Massa das Ligas. Com essa estrutura, as Ligas realizaram em janeiro de 1964, o I Congresso, transformando-se, a partir de então, “de uma associação civil voltada para a defesa dos interesses corporativos dos camponeses, em um partido político agrarista e radical, cuja base social de apoio

repousava no campesinato, nos pequenos produtores e artesões da cidade” (AZEVEDO, 1982, p. 105).

As divergências com seu principal interlocutor na esquerda, o PCB, as transformaria em concorrentes. Por isso, o partido delegaria às Ultabs, uniões e associações rurais a tarefa de mobilizar e organizar os camponeses em torno da luta pela reforma agrária sob a égide da “aliança operário-camponesa”. O intuito era subordinar as lutas parciais ao objetivo maior, o da “emancipação nacional” que se traduzia numa “revolução democrático-burguesa” como parte da revolução socialista mundial, conforme definido no V Congresso em 1960.

Nesse contexto, o PCB defendia uma reforma agrária baseada na desapropriação. O contrário defendiam os militantes comunistas do grupo “anti-partido”, - cujas teses agraristas foram derrotadas no V Congresso -, que viam no campesinato a sua principal força revolucionária, e por isso não aceitavam a subordinação do problema agrário à questão nacional-democrática pecebista. As divergências com o PCB indicavam que as Ligas haviam adquirido uma visão orgânica mais elaborada do ponto de vista político e ideológico, do caráter e das formas de condução da revolução brasileira. Além disso, permitiram que as Ligas adquirissem um grau de amadurecimento político-ideológico “como nenhuma outra organização da época” (AZEVEDO, 1982, p. 86). Essas posições “anti-partido” tornar-se-iam hegemônicas nas Ligas na medida em que estas passavam a incorporar a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, “queimando etapas”, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária efetiva. Assim, desde que incorporaram a experiência da revolução cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, as Ligas

já tinham reelaboradas as suas concepções sobre a revolução brasileira, negando o seu caráter pacífico e a viabilidade política de se conquistarem reformas estruturais sem um confronto direto com o bloco industrial-agrário. As contradições com o PCB advinham dessa visão, e as Ligas se preparavam para, a longo prazo, criar uma forte organização camponesa em toda a área rural do país, que permitisse um enfrentamento armado, no momento em que as contradições entre as classes dominadas e dominantes passassem do terreno político para o confronto militar (AZEVEDO, 1982, p. 92).

As Ligas mantiveram a hegemonia do movimento camponês até meados de 1962. As bases dessa hegemonia eram asseguradas por três elementos que alicerçavam suas iniciativas políticas: elas foram, desde 1955, praticamente a única organização do movimento social agrário em Pernambuco; até o Congresso de Belo Horizonte em 1961, as Ligas privilegiaram a organização do campesinato, enquanto o PCB, privilegiava a organização dos assalariados rurais. Além disso, contaram com o apoio de toda a esquerda. Sua estrutura orgânica e raio de ação,

limitados a Pernambuco e a alguns estados nordestinos possibilitaram a coordenação e a articulação de suas Delegacias com relativa eficiência, na medida em que seus quadros intermediários e de direção estavam concentrados na região. O PCB não conquistou intelectual e moralmente os camponeses para sua estratégia da revolução democrático-burguesa.

A ruptura definitiva com o PCB, ocorrida em novembro de 1961, quebrou a unidade de ação tática do movimento social agrário, expressa na ação paralela dos sindicatos rurais (surgidos em 1962) controlados pelos comunistas e das Ligas que atuavam por conta própria, embora disputassem o controle político dos sindicatos com os comunistas e a Igreja. Tal ruptura, porém, não impediu que ambos realizassem alianças temporárias. Esse quadro modificou-se a partir de 1962, quando o governo Goulart estimulou a sindicalização em massa dos trabalhadores rurais, na tentativa de desviar as mobilizações agrárias para o controle do Estado. A liberação de cartas sindicais para militantes do PCB e da Igreja deslocou as lideranças das Ligas, isolando-as politicamente. Apesar disso, não podemos negar a atuação do PCB e da Igreja Católica foram essenciais para o nascimento das Ligas Camponesas e de sindicatos rurais e para reacender a luta pela terra. As Ligas buscaram construir uma estrutura nacional para competir com as ações das Ultabs, mas ao deslocar os militantes para outras regiões, enfraqueceram-se regionalmente.

No início de 1963, as Ligas encontravam-se desorganizadas na maioria dos Estados brasileiros, com exceção daquelas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Acre e Distrito Federal que mantiveram núcleos re-aglutinados importantes. Essa desorganização causou uma discussão interna acerca de uma nova estrutura orgânica, visando redefinir sua força diante dos grupos políticos competidores e do próprio movimento social agrário. Sua reorganização tornava-se importante na medida em que se ampliava a campanha pelas reformas de base do Estado, que rompeu com a fração agrária do bloco dominante, na tentativa de reorganizar uma base de apoio, fundada na hegemonia burguesa.

Por isso, entre 1963 e 1964, redefiniram sua unidade ideológica e política e a sua estrutura orgânica, “transformando-se praticamente num partido agrário radical, sem deixar de lado as suas organizações de massa” (AZEVEDO, 1982, p. 112). Suas alianças foram concebidas em torno de uma frente de esquerda, tendo como núcleo central as forças revolucionárias, baseadas na união entre os operários e os camponeses e os setores progressistas que incluíam a pequena burguesia e as classes medias empobrecidas. Na visão de Stedile, “o ideal e as formas de luta, a ‘garra’ e a obstinação, o comprometimento e a força das Ligas e dos companheiros estão,

hoje, desenvolvidos, atualizados e reiterados na luta do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. O MST é herdeiro natural daquela histórica organização” (STEDILE, 2006, p. 16).

A origem do MST é apontada por (CALDART, 2000; FERNANDES, 1999; CAMINI, 1998; BEZERRA NETO, 1988); e ainda pelos documentos internos do próprio Movimento (Normas Gerais, 1989; MST: 16 anos de lutas e conquistas, 2000) como uma continuidade das antigas lutas camponesas existentes desde o Brasil Colônia.

A exclusão política e social dos camponeses diminuiu quando esses vincularam-se aos movimentos urbanos e articularam-se às lutas mais amplas das camadas populares que lhes permitiram ultrapassar seus limites de classe, caracterizados pela visão local das suas contradições com uma estrutura fundiária concentradora e excludente. Foi precisamente sobre essa questão que Marx, referindo-se aos camponeses parcelários, em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, afirmou “(...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome... Não podem representar-se, têm que ser representados” (MARX, 1997, p. 397). Também Lênin e Gramsci<sup>7</sup> chamam-nos a atenção quanto à possibilidade dos camponeses serem aliados naturais do operariado e das camadas subalternas das cidades.

Em outras palavras, os interesses das frações de classes só ganham substância e expressão política quando vinculados a um projeto de dominação de classe mais amplo que tenha, como dizia Gramsci, a “vocaçao do poder” e a possibilidade histórica de transformar a sociedade. Ao lado das transformações que marcaram a agricultura nordestina entre 1950 e 1960 e que levaram à expulsão em massa do campesinato de suas terras, ocorria uma ampla mudança na correlação de forças políticas, favoráveis aos setores democráticos e progressistas.

As principais diferenças entre as Ligas e a Ultab residiam nos seguintes aspectos: as Ligas foram um movimento social que não teve uma estrutura nacional sólida em torno da qual seus militantes pudessem se aglutinar. Estes se reuniam em torno de alguns líderes tradicionais ou carismáticos, hostis aos elementares conceitos de organização que um movimento de tal magnitude exigia. A Ultab, ao contrário, não tinha um projeto agrário definido nem pretendia ser

---

<sup>7</sup> Em muitos escritos de Gramsci e Lênin, mas especialmente na *Teses de Abril*, de Lênin (1979) e em *Alguns temas da questão meridional*, de Gramsci (1978).

um movimento ruralista, seu objetivo era criar condições de formar a aliança operário-camponesa do PCB para realizar a revolução democrática. Noutras palavras, nem as Ligas nem a Ultab tinham um programa agrário definido, nem idéias claras acerca da reforma agrária que reivindicavam para o Brasil.

A reforma agrária tornara-se um ponto de referência para a mobilização das massas rurais e urbanas. O modelo supunha-se, deveria emergir dos próprios camponeses, depois de destruída a estrutura de poder dos latifundiários com a “Revolução Popular”. Mas, a partir do momento em que a Ultab criou a Contag, suas incipientes e tímidas medidas de reforma agrária tornaram-se as mesmas do governo federal que passaria a favorecer alguns núcleos de trabalhadores agrícolas.

As Ligas se transformariam num movimento camponês mobilizador de grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional, entre 1955-1964, quando desempenharam importante papel na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária, tendo sido um movimento precursor da idéia de insurreição armada camponesa baseada nos postulados da preparação guerrilheira. A capacidade de mobilização de massas lhe permitiu um crescimento sem paralelo na história dos movimentos sociais no Brasil, embora sem estrutura orgânica compatível com a natureza e a magnitude do movimento. Todavia, o golpe de 1964 impediu que a nova estruturação das Ligas se desenvolvesse no ritmo previsto, aumentando a concentração fundiária. A falta de estrutura orgânica e unidade em nível nacional impediu que elas se transformassem de movimento regional em nacional, causando a vulnerabilidade interna e externa da luta.

### **1.3. - A questão agrária pós-ditadura militar**

Dentre as condições que propiciaram o nascimento do MST destacam-se o desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e o caráter ideológico popular assumido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>8</sup> que se constituíam em espaços de reflexão acerca da realidade e nas quais se desenvolviam, inclusive, as

---

<sup>8</sup> “As primeiras (CEBs) surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros” (BETTO, 1981, p. 16).

experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. Os camponeses organizaram-se em torno das paróquias ou capelas, por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Desses espaços surgiriam os novos sujeitos políticos que iniciaram a construção de novas formas de organização social<sup>9</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que cresciam as Comunidades de Base, aumentava a perseguição do Estado a alguns religiosos e trabalhadores rurais. As experiências de luta, construídas a partir das CEBs, contribuíram para o nascimento do MST, já que se tornariam os espaços de discussão e conscientização sobre a necessidade de lutar pela terra.

Na avaliação de Frei Betto (1981), essas comunidades foram chamadas “de base” por estarem integradas às classes populares, operários, donas de casa, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, além dos trabalhadores que se encontravam nas periferias das cidades, e, ainda, os assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares das zonas rurais. No período de declínio da ditadura, as CEBs representaram os “espaços de confronto, de ponto de partida da luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurado” (FERNANDES, 1999, p. 56). Em outras palavras, as CEBs representavam a experiência urbana molecular, nas formas originais de organização coletiva, expressão da consciência inicial dos grupos sociais em luta.

No final dos anos 1970, iniciam-se as primeiras manifestações de retomada da luta pela terra no país, quando a ditadura militar esboçava sinais de crise efetiva, os movimentos sociais populares ressurgiam na cena política: nas cidades, os operários se mobilizavam em greves memoráveis e, no campo, além das greves dos assalariados rurais, eram organizadas as primeiras ocupações de terra, anunciando o nascimento do MST.

Corroboravam com o aprofundamento da crise a concentração de terras e a política agrária do governo militar que favorecia o latifúndio e a grande empresa capitalista através de dispositivos fiscais. Tal política visava “isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, de outro, impedir totalmente o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais que vinham construindo suas formas de organização” (FERNANDES, 1999, p. 32). Nesse sentido, a

---

<sup>9</sup> Esses não seriam os espaços de politização ideais, em sentido gramsciano, já que estariam permeados de ideologias cristãs. Porém, no processo de luta do Movimento, a Igreja se apresentava como a Instituição de apoio à luta dos trabalhadores assalariados e camponeses.

criação do Estatuto da Terra<sup>10</sup> que foi uma importante conquista para os camponeses, acabou sendo utilizada pelo governo para abrandar as tensões sociais e manter a questão agrária sob o controle do poder central, contradizendo a política agrária assumida pelo regime e aquela defendida nesse Estatuto.

Assim, se por um lado, o texto da lei representava um avanço para a questão fundiária, porque incorporou importantes reivindicações dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda do período anterior ao golpe, como, por exemplo, a desapropriação de terras em títulos da dívida agrária e o cadastramento de todas as propriedades rurais, por outro lado, a ditadura retirou a força política dos movimentos sociais de trabalhadores rurais ao induzi-los a reivindicar o cumprimento da lei. O enfraquecimento da força política ocorria não apenas devido à repressão, mas também porque as oligarquias rurais possuíam maior poder de pressão para garantir que a reforma agrária não se efetivasse. Nessas condições, o Estado transformou-se num instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos pela terra, evidenciando a sua natureza.

Essas medidas mostravam que os militares queriam administrar o problema da terra sem tocar no direito de propriedade capitalista, isto é, sem acabar com o latifúndio. Por isso, eles incentivaram o desenvolvimento da agroindústria, concedendo incentivos fiscais mediados por projetos de colonização e transferindo trabalhadores para a Amazônia a fim de garantir a exploração de recursos naturais e de mão-de-obra aos grupos nacionais e internacionais. Logo,

a implantação dessa política agrária a qualquer preço resultou, por um lado, na manutenção dos latifúndios no Nordeste, na criação de inúmeros latifúndios na Amazônia e na disseminação da agroindústria no Centro-Sul e Nordeste, através da monocultura para a exportação (soja, laranja, etc) e cana-de-açúcar para a produção de álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades (FERNANDES, 1999a, p. 39).

O plano de ocupação da Amazônia mostrou-se pouco promissor frente à intenção do Estado em promover o êxodo para a região Norte onde

o governo queria promover com esse êxodo uma transferência de mão-de-obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira. Esse era o grande projeto ao deslocar populações para lá, assim como colocar grandes contingentes populacionais nas fronteiras internacionais do Brasil, de acordo com a ótica da política de segurança nacional da época. Apesar de nessas regiões haver terra disponível – e o grande

---

<sup>10</sup> Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar do marechal Castelo Branco, redigida por um grupo de especialistas progressistas, entre eles José Gomes da Silva. Na visão de João Pedro Stedile, essa lei foi muito importante para a história da reforma agrária, por ser a primeira lei brasileira a tratar da questão da terra e porque criou um organismo público para implementar a reforma agrária, o atual INCRA, e consolidou o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público.

sonho do camponês é ter o seu próprio pedaço de terra -, a perspectiva de ir para o Norte logo se desfez com a chegada dessas notícias (FERNANDES; STEDILE, 1999, p. 16).

Com a atuação do MST, os trabalhadores rurais começariam a entender o distanciamento entre os seus interesses e os do projeto governista, por isso as diretrizes das ações políticas resultantes do I Congresso do MST evidenciaram o processo de politização que vinha sendo assumido.

O governo ditatorial seguia promovendo a consolidação de uma agricultura baseada nos complexos agroindustriais, favorecendo os grandes grupos empresariais que se apropriavam de grandes extensões de terras, aumentando a concentração fundiária. Esse quadro desencadeou um intenso processo de expropriação e proletarização do campesinato, tendo como resultado mais evidente o aumento expressivo da migração rural-urbana no Sul e Sudeste, cuja consequência foi um processo de diferenciação “para baixo”, com a dissolução de pequenas propriedades e a transformação de camponeses em trabalhadores volantes e assalariados nos centros urbanos. No Nordeste e em outras regiões não atingidas pelo processo de modernização, a diferenciação social foi incipiente. Nesse processo de processo de modernização e progressivo desenvolvimento da história, o envolvimento dos camponeses representa a experiência das classes subalternas em luta. Por isso, era necessário construir uma aliança entre o operariado e os camponeses, como sugeriu Gramsci ao analisar a questão meridional italiana. À construção dessa hegemonia corresponde a organização dos sem-terra em torno de uma reforma intelectual e moral.

Na visão de Ivan Ribeiro (1978, pp. 44-46), a decadência das velhas oligarquias rurais deixou um vazio político que a burguesia e o regime militar procuraram preencher. Por isso, as forças democráticas deveriam priorizar a questão agrária e a sua inserção no debate político nacional a fim de dar homogeneidade e coerência à vontade coletiva. Isso era necessário porque o modelo de modernização excludente da agricultura, seguido a partir dos anos 1960, deu origem a três graves focos de desequilíbrio na economia: a insuficiência do crescimento da produção de alimentos e suas consequências inflacionárias; a redução da capacidade de absorção da força de trabalho no campo, causando a emigração rural-urbana e aumentando o desemprego, subemprego e marginalidade; e a ruptura com as relações intersetoriais baseada na hiperinsumização.

Assim, o ponto de partida para dar um papel ao setor agrícola na superação da crise desse período seria o reconhecimento de que o modelo de modernização chegara à exaustão. A superação dessa crise seria possível por meio de uma profunda alteração da estrutura de posse e uso da terra; do pacto político e da construção de um projeto de reforma agrária. Mas, a

superação do capitalismo exige a participação política dos trabalhadores do campo e da cidade e a utilização de uma nova estratégia na transformação e “construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1978, p. 2).

Eis aí o modo de se apresentar toda reforma intelectual e moral, ou seja, de criar uma *nuova Civiltà* contrária à capitalista, partindo da defesa de uma nova ordem civilizatória que possibilite a liberdade dos homens, a autonomia para agir e se apropriar do valor produzido por seu trabalho, promovendo assim, uma emancipação política e humana. Disso decorre o papel do MST como intelectual orgânico coletivo construtor da hegemonia dos trabalhadores a ser desenvolvida por meio de uma reforma intelectual e moral rumo ao socialismo.

#### **1.4. - A contribuição das CPTs no processo de luta pela terra na década de 1980**

Esse panorama econômico-político gerou as primeiras manifestações de retomada da luta pela terra no país, no final da década de 1970, quando a ditadura esboçava os primeiros sinais de crise efetiva e, sobretudo, após a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>11</sup>, organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Organizada em 1975, em Goiânia-GO, durante um encontro de bispos e agentes de pastoral que refletiam sobre a crescente onda de conflitos de terra nas regiões Norte e Centro-Oeste do País, a CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação<sup>12</sup>, procurando aplicar, na prática, as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e Centro-Oeste, estendeu suas atividades a todas as dioceses onde houvesse conflitos de terra.

---

<sup>11</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, foi fundada para denunciar e combater a violência na Amazônia, causada por projetos de desenvolvimento governamentais. Em 1985, a CPT fundou escritórios em todo o País para apoiar os trabalhadores rurais. A CPT do Estado de São Paulo nasceu numa reunião em Andradina em 1994, da qual participaram membros da Igreja Católica que apoiavam a luta dos posseiros da Primavera. A ação da CPT foi essencial para a gênese do MST paulista e para a articulação dos movimentos isolados no Estado.

<sup>12</sup> Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo aproveitou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo. Dessa corrente surgiram diversos pensadores importantes, entre eles estão o padre Gutierrez, no Peru; e Clodovis Boff, Leonardo Boff e Hugo Asmann, no Brasil. A maioria dos precursores é da América Latina.

A CPT estava ligada aos setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e seu trabalho foi essencial para a reorganização das lutas camponesas, porque aglutinou a vontade coletiva dos trabalhadores do campo. Em verdade, a Pastoral da Terra “foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com camponeses a necessidade de eles se organizarem” (STEDILE, 2005, p. 20), além de colaborarem com a organização das ocupações e acampamentos e dar apoio material aos trabalhadores em luta. A intensificação da violência no campo e na cidade fez ressurgir, no período da abertura política, as organizações populares e políticas com maior força, acumulada pela repressão militar.

No final dos anos 1970, início dos 1980, intensificaram-se as ocupações de terra pelo país, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo que contavam com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, bem como do novo sindicalismo em ascensão. Foi nesse contexto que se iniciaram as primeiras manifestações de organização do MST, especialmente no Sul do País, considerado o “berço” do Movimento.

### **1.5. – A formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil**

A convergência de vários fatores contribuiu para a organização e formação do MST no final dos anos 1970, os quais podem ser sintetizados em três pontos principais: a abertura política após o período de ditadura militar que possibilitou a reorganização dos movimentos sociais; as mudanças na estrutura agrária que produziram um contingente de expropriados das terras e sem perspectiva de permanência na cidade por causa do desemprego; e a ação de setores progressistas da Igreja Católica (CEBs), criados por causa do agravamento dos conflitos no campo e amparados pela Teologia da Libertação. Dentre estes, o principal é o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura sofreu, nessa década, com o processo de mecanização que expulsou do campo grande contingente de trabalhadores.

Com o golpe de 1964, a discussão sobre o desenvolvimento do país e a questão agrária ganharam novos rumos, especialmente porque a Igreja Católica entrou em defesa dos índios e posseiros e devido à criação da CPT, em 1975, que deu nova dinâmica política aos conflitos, “trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, organizando a

resistência, fornecendo espaço e infra-estrutura para reuniões, combatendo sindicalistas considerados pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores” (MEDEIROS, 2003, p. 28).

Soma-se a isso o processo de modernização produtivo na agricultura brasileira, nos anos de 1970, mostrando que a reforma agrária não era condição indispensável para o desenvolvimento econômico, bem como a introdução de tecnologias e insumos químicos em meio à mecanização em larga escala que fizeram com que as condições de trabalho no meio rural se deteriorassem e a demanda por terra se intensificasse. Com efeito,

O rápido processo de modernização trouxe consigo a expropriação de uma parcela significativa dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas (como colonos, moradores, parceiros, arrendatários). As empresas que compravam ou obtinham concessões de terras nas áreas de fronteira buscaram expulsar os posseiros que lá viviam e restringir as dimensões do território ocupado por grupos indígenas, ampliando o campo de conflito (MEDEIROS, 2003, p. 25).

Por conseguinte, a gênese do MST está ligada à luta contra o modelo liberal e, ainda, ao apoio da sociedade brasileira às romarias e marchas promovidas pela Igreja e pelo MST. Nesse sentido, a sociedade ajudou a construir o MST, pois se ela não tivesse promovido

a defesa do acampamento da Encruzilhada Natalino, a derrota política que iríamos sofrer teria adiado a construção do MST ou, então, ele teria nascido com outro sentido, com outro caráter. (...) foi a luta pela democratização da sociedade e contra a ditadura militar, que criou as condições necessárias para o surgimento do MST. Não é possível isolar o surgimento do movimento, acreditando que ele é resultante apenas da vontade dos camponeses (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 23).

O apoio da Igreja e da sociedade civil à ocupação das fazendas Macali e Brilhante, na Encruzilhada Natalino “demonstrara que algumas centenas de homens e mulheres pobres, sem teto e famintos unidos por uma causa, poderiam confrontar o regime militar e ter sucesso” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 40).

Dentre as condições que propiciaram a emergência do MST, o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, teve papel destacado na medida em que provocou uma intensa expropriação e proletarização do campesinato, expressas no aumento alarmante da migração rural-urbana. E quando o emprego urbano não mais se apresentava como alternativa viável para os trabalhadores expulsos do campo, das periferias e favelas das cidades, a única saída passava a ser a resistência na terra ou a luta por ela. Por isso, as ocupações e os acampamentos dos sem-terra multiplicaram-se exigindo respostas do governo. Essa expansão teve a colaboração da CPT que contribuiu com a articulação das lutas dos trabalhadores criando espaços de socialização política em vários estados.

Segundo João Pedro Stedile, ao lado do aspecto socioeconômico, o elemento mais importante na gênese do MST foi o ideológico proporcionado pelas CPTs, as quais diante do alto grau de violência contra os posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste do país, reuniram os bispos da região amazônica e estabeleceram “uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 20).

Do ponto de vista ideológico, Stedile cita a contribuição da Teologia da Libertação, aplicada à CPT que, segundo ele, abandonou o discurso puramente religioso ou messiânico para adotar um discurso mais ativo que consistia em elemento agregador, mesclando a religiosidade popular, - já presente entre os trabalhadores rurais - , às demandas sociais que também já existiam e eram urgentes para eles. Nesse sentido, teria havido uma politização no discurso religioso que potencializava a organização dos trabalhadores. O primeiro momento de existência do MST é, pois, fortemente marcado pela presença de religiosos progressistas da Igreja Católica.

A ligação com as CEBs e a CPT deu ao momento inicial do MST um caráter de “não-violência” às lutas do Movimento até os anos de 1990, o qual optou por ações de pressão com menor potencial de confrontação, através da negociação, tendo como interlocutor principal os governos estaduais. A não-violência, as conferências de formação de jovens do MST, na Unicamp, a reforma agrária na agenda do Estado são marcas distintivas deste período, fato que se reflete no lema do MST: “Terra para quem nela trabalha”.

O movimento grevista do ABCD paulista foi essencial para estimular os camponeses a lutarem por espaços para o plantio, iniciando-se, no Rio Grande do Sul, as ocupações de terra que estão na gênese do MST. Assim, quando os movimentos sociais populares ressurgiam na cena política nas cidades, os operários mobilizavam-se em greves memoráveis. A conjuntura que se apresentava era a crise do regime ditatorial militar e as mobilizações camponesas coincidindo com greves nas cidades por melhores salários e condições de trabalho. As greves dos metalúrgicos do ABCD paulista, ocorridas a partir de maio de 1978, são o melhor exemplo nesse caso – porque foram concomitantes às dos assalariados rurais do campo. Citamos aqui as greves dos assalariados rurais da cana de açúcar da Zona da Mata nordestina que, a partir de 1979, mobilizaram milhares de trabalhadores canavieiros. Esse contexto apresentava uma retomada dos movimentos sociais populares, interrompidos com o golpe militar de abril de 1964.

A origem do MST, nessa conjuntura de distensão e de crise do regime ditatorial militar, foi fruto de uma *questão agrária* não-resolvida no Brasil e do fato de não existir, no início da década de 1980, um sindicalismo combativo no campo com capacidade de mobilizar e organizar os trabalhadores em luta pela terra. Nesse sentido, o MST é um movimento social que representou a retomada de antigas lutas pela terra, reprimidas e sufocadas pelo golpe de 1964. Dessas antigas lutas, as Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) do Rio Grande do Sul são os melhores exemplos. O MST representaria, como os demais movimentos de luta pela terra, ao longo da história, o próprio desenvolvimento da agricultura brasileira, dominada por grandes propriedades agro-exportadoras.

A primeira ocupação de terra pelo MST foi realizada em setembro de 1979, nas glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, por 110 famílias. Outras ocupações ocorreram até janeiro de 1984, quando se realizou o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, durante o qual foi fundado oficialmente, o MST, em Cascavel (PR). Em janeiro de 1985, o MST realizou seu I Congresso Nacional, em Curitiba (PR), com a participação de 1500 trabalhadores, vindos de quase todos os Estados do Brasil. Ali, além de reafirmar seus princípios, o MST pretendia ser um movimento de massas para conquistar a terra e a reforma agrária no país. Propunha-se a organizar os trabalhadores na base; fortalecer a participação dos trabalhadores nos sindicatos e nos partidos políticos e investir na formação política, a fim de criar uma direção dos sem-terra. A estratégia de luta definida nesse Congresso foi a ocupação de terras.

Essas propostas apresentam-nos indícios de que o MST pode ter tido a mesma preocupação de Gramsci: a de promover com criatividade e ousadia política, a organização dos trabalhadores, orientando-os através do intelectual orgânico coletivo, em torno de um projeto mais articulado e de longa duração, para a transformação da estrutura capitalista com base numa inovadora concepção de hegemonia, acompanhada por uma profunda atividade de reconstrução social que construísse novos espaços de participação coletiva, política e econômica conquistada por uma nova sociedade que resolvesse a luta de classes no Brasil. O Movimento aponta para a promoção da hegemonia dos trabalhadores do campo e para o desenvolvimento de uma reforma intelectual e moral ao transformar as condições materiais de existência dos trabalhadores rurais,

desenvolvendo na práxis, uma crítica ao bloco histórico<sup>13</sup> capitalista e tentando criar uma nova sociedade, uma *nuova civiltá*, contrária à capitalista.

Portanto, o MST nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurado durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral como uma luta contra a expropriação capitalista. Os anos 1978-1985 constituem a primeira fase de luta pela terra e de formação do MST. Esse é o período de transição política de luta pela democracia que permitiu às classes subalternas retomar suas perspectivas de conquista de novos espaços no campo e na cidade. A Igreja Católica, a CUT e o PT foram as instituições que, no transcorrer do tempo, representaram os principais matizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia.

Mas, a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos, pois “essa luta em movimento requer avanços e a Igreja, o sindicato e os partidos contribuíram dentro das dimensões das suas estruturas” (FERNANDES, 1999, p. 68). Por isso, o Movimento de luta pela terra necessitava de uma Organização que levasse em conta as especificidades do campo e privilegiasse as questões referentes à reforma agrária.

---

<sup>13</sup> Segundo Gramsci, o Bloco Histórico é formado pela estrutura e superestrutura, isto é, pelo “conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disso decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis” (GRAMSCI, 2000, V. 1. C. 8, # 182, pp. 250–1). Porém, a expressão “Bloco Histórico” é usada por Gramsci em sentidos diversos, embora interligados dialeticamente, a saber: como a totalidade concreta composta pela articulação da infra-estrutura material e das superestruturas político-ideológicas; e como uma aliança de classes sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção, cujo objetivo é conservar ou revolucionar uma formação econômico-social. A ligação dialética entre ambos ocorre à medida que a construção de um Bloco Histórico, no segundo sentido, requer a criação de uma nova articulação entre economia e política, entre infra-estrutura e superestrutura. Nesse contexto, também a passagem de uma forma mecânica de classes sociais a um bloco orgânico — fortalecido pela hegemonia que a classe dirigente pratica sobre a sociedade — indica um Bloco Histórico no poder. Logo, o conceito de Bloco Histórico esgota essa dialética e estabelece uma relação entre a ampliação do Estado, a hegemonia e seus aparelhos; uma vez que o Estado — como forma concreta do sistema produtivo — luta pelo poder e por um novo modelo econômico. Nesse sentido, o conceito excede o de aliança de classes por ter como fundamento a prática política que supera a dicotomia infra-superestrutura, visto que ele compreende a dialética política e cultural entre espontaneidade e direção; intelectuais e povo; dirigentes e dirigidos, e ainda a totalidade da sociedade — em outras palavras, desenvolve as superestruturas de modo complexo. Assim, todo Bloco Histórico pressupõe uma classe dirigente que exerça sua hegemonia político-cultural sobre as classes aliadas — seja aquela proletária ou burguesa. Logo, formam um Bloco Histórico a infra-estrutura e a superestrutura; a teoria e a prática. Portanto, formar um novo Bloco Histórico é criar uma nova correlação de forças, já que a “hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção do mundo que ela traçou e difundiu. (...) A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica” (GRUPPI, 1980, p. 78). Com efeito, a luta por um novo Bloco Histórico exige uma situação de crise do bloco que se encontra no poder.

Surgido no mesmo processo de lutas que deu origem ao PT, o MST entendeu que era essencial esclarecer que o Movimento deveria ser

autônomo e que, portanto, não era um braço executivo social do PT e nem o PT era seu braço executivo político. Essa característica importantíssima do MST permite uma organicidade muito grande entre direção e base do movimento, o que faz com que cada um dos participantes do MST seja integralmente participante do MST. Os seus militantes podem até ter eventuais ligações com partidos fora do MST, mas no movimento eles têm autonomia com relação aos partidos. (...) A segunda é o fato de o MST, diferentemente da CUT e de outros movimentos sindicais, não se constituir em uma base corporativa fechada. Os sindicatos são formas de articulação de trabalhadores a partir de sua inserção num determinado tipo de emprego. Saindo daquele emprego, em princípio, a pessoa perde a relação com o sindicato. Devido a isso, a demissão sempre foi uma arma muito poderosa dos patrões contra o sindicalismo. O MST não é um sindicato rural e nem é uma associação de sindicatos rurais, ele é uma associação de trabalhadores, um movimento de trabalhadores sem terra (DEMIER, 2003, p. 79).

Portanto, desde os primeiros anos de sua existência o MST buscou ter autonomia em relação aos partidos e sindicatos.

Assim, sob a égide da CPT e com a colaboração da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil<sup>14</sup>, o MST promovia encontros regionais no início dos anos 1980, rompendo o isolamento das mobilizações fragmentadas de luta pela terra que vinham ocorrendo em cada região, até resultar no Encontro Nacional de janeiro de 1984, não por acaso, ocorrido no *Centro Diocesano de Formação* do município de Cascavel (PR). Essa parceria católico-camponesa corrobora com a idéia de que a aliança campesino-operária deve predominar em relação à aliança marxista-operária. Isso porque, nessa fase, se sobressaia a vertente socialista cristão no MST.

Resistindo à realidade posta, os trabalhadores rurais – posseiros, sem-terra e assalariados – se organizaram para transformá-la, apontando para o entendimento de que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato)”. Mas não existe organização sem intelectuais, isto é, “sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria e prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 104). Com efeito, “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 97). Daí a urgência de se formar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora para educá-la politicamente, os quais seriam os

---

<sup>14</sup> Desenvolve trabalho pastoral entre os camponeses do Sul e do Centro-Oeste, especialmente entre os de ascendência alemã, por meio da Pastoral Popular Luterana (PPL).

articuladores da guerra de posições no interior da sociedade civil, ou seja, como articuladores da direção cultural (hegemonia)<sup>15</sup>.

Gramsci amplia a noção corrente de intelectual que se restringe aos grandes intelectuais, ao defender que todos os homens são intelectuais porque todos possuem uma visão de mundo, porém esta pode encontrar-se em estado desagregado e contraditório, caso em que tal visão de mundo pertence ao senso comum, que é a concepção das massas subalternas. O senso comum, entretanto, possui um núcleo sadio que, ao entrar em contato com a filosofia orgânica dos intelectuais, ascende a uma concepção superior, ao bom senso ou à visão crítica e orgânica. Daí a necessidade do Partido político Educador dar coerência e unidade a essa visão de mundo.

O MST assumia o papel de crítico do sistema capitalista e delegava aos sem terra a tarefa de construir a Reforma Agrária, mostrando-lhes a importância de compreenderem seu próprio valor histórico e sua função no desenvolvimento de tal tarefa. Daí surgia a crítica ao bloco histórico capitalista e a difusão de idéias. Essa realidade se manifestava na cidade, despertando a necessidade e o sentido da reforma agrária, o qual passou a “fazer parte dos discursos dos partidos e, de certa forma do Estado” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

De fato, a luta pela terra não pode se restringir ao campo, aliás, é “uma característica do MST: procurar sempre restringir a sua luta ao campo, mas buscando divulgá-la na cidade, principalmente a partir do recrutamento dos trabalhadores desempregados nas periferias da cidade, como também nas marchas que o MST sempre fez para os centros urbanos. Na verdade, essa unidade dos trabalhadores do campo com os da cidade é fundamental para a reforma agrária e para a revolução brasileira” (DEMIER, 2003, p. 84). Vemos assim que as lutas pela conquista da dignidade dos trabalhadores da cidade motivavam as lutas que se realizavam no campo. As lutas sociais decorrentes da política econômica e fundiária dos militares surgiram como uma realidade nova no campo, carregada de contradições que desafiavam as formas institucionais no período de abertura política.

Nos anos da ditadura militar, era o sindicato que propunha a luta pela reforma agrária. Naquele período, diz o presidente do MST, “eu sabia que os camponeses tinham de se organizar. Eles já tinham o instrumento – o sindicato. Depois comecei a me envolver com a luta pela terra, que deu origem à ocupação da fazenda Macali e às outras ocupações. Aí, me dei conta de que o

---

<sup>15</sup> O conceito de hegemonia pode ser entendido como “o fio condutor” de toda investigação gramsciana.

sindicato, na luta pela terra era insuficiente. Concluí isso com a experiência das lutas concretas, não por estudos teóricos” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p.29).

Concomitante à ação do MST, parte da Igreja Católica abandonou o trabalho messiânico – que fazia junto aos sem-terra - e passou a trabalhar politicamente. Mas, para o MST não estava claro qual seria o papel da Igreja na nova organização, por isso os sem terra questionavam se deveriam permanecer sob a proteção da Igreja Católica. O MST construía sobre os alicerces lançados pela CPT algo novo em termos de movimento conduzido pelos próprios trabalhadores. Por isso, a partir de 1982, a CPT organizou encontros regionais para preparar o 1º Encontro Nacional e discutir o crescimento do MST no país. O I Encontro Regional, no Paraná, reuniu cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No Encontro de agentes da Pastoral, em Goiânia, propôs-se que a CPT criasse uma comissão interna de luta pela terra. Mas, o advogado da Pastoral, Daniel Rech,

Teve a percepção política de que era importante os trabalhadores rurais sem terra terem sua própria organização (...) ele sacou que se tivesse sido formada uma comissão de sem terra dentro da CPT, já teria nascido com um caráter muito vinculado à Igreja. Foi muito importante a idéia de que os trabalhadores sem terra deveriam se organizar de forma autônoma. Se esta idéia não tivesse sido vitoriosa, não teria surgido o MST (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 46-7).

Assim, prevaleceu a visão de que o Movimento deveria ser autônomo, e segundo o bispo Pedro Casaldaliga, foi a decisão de se criar uma Organização independente que proporcionou o surgimento do MST.

O MST buscava organizar os trabalhadores em seus locais de origem, reunindo-os posteriormente nos Encontros Regionais e Nacionais. Ademais, expandia suas idéias através das viagens periódicas dos militantes do MST, da realização de encontros de formação, ou quando os sem-terra se mudavam definitivamente para outros Estados, onde transmitiam seus conhecimentos e auxiliavam a organização local. Neste período, a forma de organização do Movimento era variada, ocorrendo desde reuniões nos trabalhos de base para a formação dos grupos de famílias, até as práticas de resistência desenvolvidas durante a luta.

Ainda que de modo intuitivo estava presente nas diretrizes do Movimento desvelar a superestrutura política que teria início com a crítica à estrutura capitalista, evidenciada pelo enfrentamento direto ao capitalismo através da ocupação de terra. Com essa estratégia o MST conseguiria não apenas confrontar-se com a estrutura econômica, mas também denunciar que a questão agrária no Brasil estava por resolver. Por meio da ocupação, o MST apontava para o pressuposto gramsciano de que a própria crítica à civilização capitalista prenuncia a possibilidade

de construção de uma nova *Civiltà*, pois é dessa crítica que se forma a consciência unitária, “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto-consciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 103). Daí a proposta de se travar uma batalha ideológico-cultural, sendo a cultura o instrumento e forma necessária para a emancipação política.

A cultura tornar-se-ia, então, elemento decisivo para a construção de uma nova forma de pensar e de agir da classe trabalhadora pela obtenção da hegemonia. Logo, a crítica à cultura capitalista deveria iniciar-se por um inventário dos trabalhadores acerca do que eram no mundo. Em outras palavras, era preciso que tivessem uma visão crítica de si mesmos e de seu papel de produtores do mundo, levando em conta recursos como as inovações tecnológicas, filosóficas e científicas, as obras clássicas, as línguas, as artes, então restritos à classe dominante.

Em razão dessa percepção, reafirmam-se os princípios de referência do Movimento durante a sua formação os quais, na avaliação de Mançano (1999, pp. 79-84), eram: lutar contra o capital por uma sociedade sem exploração, pela terra e Reforma Agrária, pelo resgate da dignidade humana e contra todas as formas de dominação. Os objetivos do MST não seriam apenas anticapitalistas, mas revolucionários porque buscavam transformar o modo de viver e pensar dos sem terra.

Para Navarro (1997), um segundo momento na história do Movimento pode ser definido entre os anos de 1985 e 1986, caracterizado pela radicalização das ações que se tornaram de confrontação. É significativo notar que essa transição é ilustrada pelo lema do Movimento que de “Terra para quem nela trabalha” passa para “Ocupar, resistir, produzir”. Aconteceram, neste período, vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários. Navarro interpreta estes fatos como sendo conseqüências da nova orientação do MST e da recusa à submissão aos mediadores da Igreja Católica. Essa recusa, que se deu a contra gosto da Igreja, foi fundamental para a autonomia do Movimento.

#### **1.6. - O plano nacional de reforma agrária (PNRA) e a expansão do MST na década de 1980**

Com o fim da ditadura e o início do governo Sarney, a questão da reforma agrária voltou à tona com a “proposta” do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da “Nova

República”, em maio de 1985, e depois com a Constituinte que resultou no processo político que gerou a Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988. Essa “proposta” apresentou um Plano de reforma agrária aquém das expectativas reformistas e provocou um alinhamento de forças políticas favoráveis e contrárias. De um lado, estavam os proprietários rurais e suas entidades representativas; de outro, os trabalhadores rurais organizados pelo MST e pela Contag, apoiados por entidades como a Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)<sup>16</sup>, entre outros.

A União Democrática Ruralista (UDR), que congregava os proprietários rurais, surgiu no início do governo Sarney e teve papel de destaque no combate à reforma agrária, no âmbito da “proposta” do PNRA e do processo Constituinte. A desconfiguração da Proposta tornou o projeto inviável, representando “a vitória das forças políticas contra a reforma agrária. A perspectiva de elaboração de um projeto de reforma agrária era, na verdade, uma condição para a criação de um novo pacto político, para a sustentação do governo que assumia o poder” (FERNANDES, 1999, p. 58). O resultado desse embate foi a derrota dos trabalhadores rurais na Constituinte, cujas normas aprovadas relativas à questão agrária eram mais retrógradas que o Estatuto da Terra de 1964. Porém, esse momento histórico foi essencial para a expansão e consolidação do MST.

Isso porque, a correlação de forças entre MST e UDR acabou politizando a luta pela terra no Brasil, tanto nas instâncias do aparelho estatal que não podiam mais ignorar a existência de uma questão agrária não-resolvida, quanto pelo fato dos proprietários rurais e dos sem-terra se apresentarem no cenário brasileiro como forças políticas e sociais reais, com interesses distintos e opostos. Ao privilegiar, nesse momento, a ação política direta de enfrentamento e de resistência, através das ocupações de terra e das manifestações públicas, o MST pôde crescer e consolidar-se nacionalmente. A Contag, ao contrário, optou por uma ação mais institucional.

A força política dos grandes proprietários de terra fez com que a Constituição de 1988 apresentasse como solução ao problema agrário um recuo em relação ao arcabouço jurídico promulgado pelos governos militares, remetendo para a legislação ordinária a regulamentação da desapropriação de terras improdutivas. O resultado foi que, somente em 1993, durante o governo Itamar Franco, aprovou-se a regulamentação da lei agrária, o que significa dizer que, entre 1988-

---

<sup>16</sup> Entidade de pesquisa, estudo e assessoria dedicada à divulgação da causa da reforma agrária. Fundada em 1968 por um grupo de técnicos, intelectuais e professores universitários, preocupou-se em manter viva a chama da reforma agrária, mesmo sob a ditadura militar. Entre seus fundadores estava José Gomes da Silva. A ABRA publica a *Revista Reforma Agrária*, considerada a principal publicação científica brasileira sobre o tema. Sua sede funcionou muitos anos em Campinas e, atualmente, está em Brasília.

1993, não existiam mecanismos legais para as desapropriações. Dessa maneira, podemos constatar, em primeiro lugar, que a correlação de forças entre as classes e frações de classe foi decisiva na definição da norma jurídica e na sua aplicação efetiva; em segundo lugar que o Direito colocou-se a serviço dos interesses burgueses.

A Contag, por sua vez, ao estabelecer uma aliança com os setores reformistas do governo Sarney, no início de 1985, ficou à mercê da vontade política dominante e do PNRA. Por isso, em 1986, perdeu o respaldo político do governo tornando-se ainda mais fraca, já que não tinha o apoio dos operários por causa do legalismo assumido durante sua trajetória, caracterizado pelo não enfrentamento direto e a negociação com as instituições governamentais. Contrário a essa política, o MST partiu para o enfrentamento direto expresso nas ocupações de terra e manifestações públicas sem, contudo, abandonar completamente a luta institucional. Foi dessa forma que o MST se consolidou em quase todos os Estados do país, tornando-se o principal protagonista da luta pela terra e reforma agrária.

Ao final do governo Sarney, o Movimento estava presente em dezoito Estados, demonstrando a sua enorme capacidade de organização interna e de ofensiva política alicerçada numa capacidade de arregimentação de imensos contingentes de militantes para suas bases. O governo Sarney cumpriu apenas de 6% dos assentamentos previstos no PNRA e grande parte dessa conquista foi fruto direto da capacidade de luta e de resistência dos sem terra. Em setembro de 1985, em plena discussão sobre a “proposta” do PNRA, o MST compreendeu que o governo Sarney não realizaria a reforma agrária, portanto, esta só seria efetivada quando os trabalhadores rurais se organizassem nos acampamentos, ocupações e manifestações públicas.

Corroborava com isso o fato das políticas neoliberais, em meados dos anos 1980, terem provocado um rearranjo nas forças dominantes e uma diminuição do espaço político da burguesia agrária e dos proprietários de terra no interior do bloco no poder. Quanto às classes subalternas, as políticas neoliberais significaram a redução dos gastos sociais do Estado, a concentração de renda, a degradação das condições de trabalho e de salários, a explosão das taxas de desemprego urbano que penalizaram os pequenos produtores agrícolas e a agricultura familiar.

Em decorrência de seu crescimento e de sua expansão pelo país, o MST obteve maior destaque na mídia, nos assuntos relativos à reforma agrária, tornando-se interlocutor obrigatório entre este tema e os assentamentos. No âmbito da luta de classes, o Movimento entrou em confronto com os grandes proprietários rurais e com o Estado burguês, o que implicou a

transformação dos sem terra, de simples trabalhadores desapossados da terra, em uma fração de classe coesa, disposta a enfrentar a classe dominante. Ao mobilizar e organizar a população rural e urbana marginalizada pela “modernização” capitalista neoliberal, o MST denunciava, constantemente, a incompetência e insensibilidade do governo para resolver os graves problemas sociais do povo brasileiro.

A miséria do trabalhador rural, problema central da questão agrária brasileira, transformou-se, com o fluxo migratório, em miséria do trabalhador urbano. Dessa perspectiva, a retomada da luta pela terra no Brasil indicava que uma parcela dos camponeses, em via de ser expulsa do campo, recusava-se a engrossar a migração para as cidades, preferindo resistir. Com efeito, “as lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas, sobretudo, na cidade, assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta” (FERNANDES, 1999a, p. 77).

Nesse contexto, “a volta ao campo, ou mesmo, a resistência para permanecer nele, não se transferindo, neste último caso, para as periferias das cidades, vão se colocar como alternativas possíveis para muitos trabalhadores com poucas perspectivas de inserção no mercado de trabalho urbano” (COLETTI, 2005, p. 27). Em outras palavras, quando as cidades não se apresentam mais como alternativa viável de sobrevivência digna, a volta ao campo ou a permanência nele se constituem em possíveis saídas buscadas pelos trabalhadores. Daí a importância das ocupações, dos acampamentos, enfim da retomada, no início anos 1980, da luta efetiva pela terra no Brasil, pois as cidades não mais se constituíam numa saída para os trabalhadores expulsos ou em via de serem expulsos do campo, assim como os projetos de colonização de transferência dos trabalhadores rurais para a Amazônia, nos anos 1970. Os relatos e denúncias dos “colonos retornados” foram essenciais para os sem-terra do Sul lutarem por terra em seus locais de origem.

Na avaliação de Coletti (2005, p. 28), um dos fatores que contribuiu para a emergência do MST foi a incapacidade do sindicalismo oficial rural (formado pela Contag, federações estaduais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais-STRs) de encaminhar a luta pela terra diante da função política desmobilizadora que assumiu esse sindicalismo, bem como o seu legalismo político e sua prática político-sindical – baseada na prudência, no imobilismo, no clientelismo e no assistencialismo exacerbado. Esse é um elemento essencial para entender a gênese do MST, o cumprimento de uma tarefa que deveria ter sido desempenhada pelos

sindicatos rurais que sofreram “os efeitos da burocratização sindical que se estendeu também ao campo. Muitos sindicatos rurais não priorizaram a questão da reforma agrária, e sim os financiamentos para os pequenos produtores” (COLETTI, 2003, p. 78). Foi nesse contexto de vazio político deixado pelo sindicalismo oficial que o MST surgiu, em 1984.

Na visão de João Pedro Stedile (2005, p. 15), a origem do MST foi determinada por vários fatores. O primeiro e principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura sofreu na década de 1970, quando ocorreu um processo de desenvolvimento denominado, por José Graziano da Silva, de “modernização dolorosa” que promoveu uma rápida e intensa mecanização do campo brasileiro. Portanto, o MST nasceu das lutas efetivas pela conquista da terra que os camponeses foram desenvolvendo no Sul do País, num momento em que aumentavam a concentração de terras e a expulsão dos pobres da área rural.

Entre os anos 1985-1990, o MST se expandiu pelos Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse estrondoso crescimento trouxe, ao mesmo tempo, a consolidação do Movimento e mudanças fundamentais em sua estrutura organizativa. Portanto, a expansão e consolidação do MST esbarrou nos limites da luta pela terra que, por ser uma luta econômica, apresenta resultados limitados, já que, de um lado, o governo promove assentamentos rurais no ritmo e da maneira que lhe convém e de outro, a política neoliberal causa a ruína de pequenos produtores agrícolas. Somente uma reforma agrária efetiva livraria o MST dessa “lógica dos assentamentos” ditada pelo governo.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura “tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST” (STEDILE, 2005, p. 17). O segundo fator da gênese do MST foi o caráter ideológico do trabalho da CPT. O terceiro foi a situação política e o processo de democratização do país. Nesse sentido, sua origem não pode se desvincular da conjuntura política dos anos 1980, pois

o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se construir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade (STEDILE, 2005, p. 22).

Em essência, o MST nasceu como um movimento camponês que tinha como prioridade três reivindicações: “terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. Quando

nós mesmos fomos nos conceituar, percebemos que o MST era diferente dos movimentos camponeses históricos, que apenas lutavam por terra” (STEDILE, 2005, p. 31).

Outrossim, a Igreja Católica, a CUT e o PT tinham a Reforma Agrária como um dos seus problemas sócio-políticos, constantes de seus programas e como objetivo a ser alcançado, “mas não são os sindicatos os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta como apoio, por meio das alianças, mas de fato, os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta” (FERNANDES, 1999c, p. 68).

### **1.7. - A formação do MST no Estado de São Paulo (1979-1986)**

A agricultura foi fundamental para o Estado de São Paulo porque trouxe prosperidade a dezenas de cidades grandes e médias, as quais se beneficiaram, primeiramente, da expansão do café, depois da criação de gado e do plantio de laranjas e, mais recentemente, da soja, do álcool e da cana. Mas, a maioria dos pequenos agricultores, bóias-frias, colonos, meeiros e diaristas continuaram excluídos das riquezas que produziram. Com a mecanização da agricultura, os trabalhadores do campo, os pequenos agricultores perderam suas terras para os bancos, e milhares de pequenos proprietários se tornaram sem-terra, na década de 1970, quando várias hidrelétricas foram construídas para suprir a crescente demanda por energia no Estado.

Em razão dessa exclusão, os sem terra<sup>17</sup> criaram suas próprias organizações independentes em cinco Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. O Movimento dos Ameaçados por Barragens (MAB) foi a organização mais importante no início dos anos 1980 e, entre os movimentos camponeses os de maior importância foram o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste (MASTRO) e o Maten e o Mastel, em diferentes regiões do Paraná, Estado que ficou conhecido pela violência dos conflitos de terra e pela combatividade das famílias rurais. Porém, em muitas outras regiões do país a única instituição a dar algum tipo de resistência organizada era o sindicato rural.

---

<sup>17</sup> De acordo com B. M. Fernandes (1999, p. 94) embora as lutas surgidas no Brasil no final dos anos 1970 e início dos 1980, tivessem como principal razão a exclusão dos trabalhadores rurais do processo de modernização da agricultura, o conceito SEM-TERRA, nesse período, é oriundo das lutas em Ronda Alta/Sarandi-RS. Porém, o termo já havia sido utilizado nas lutas que se desenvolveram no Estado de São Paulo nos anos 1959/1962, pelo Master. E no final dos anos setenta, no Paraná pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTRO) e Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudeste (MASTES).

Nas décadas de 1970 e 1980, o setor agrícola perdia importância no plano econômico, na medida em que o país se industrializava e urbanizava. Aumentar a produção de alimentos tornou-se necessário para suprir a demanda nas cidades e a exportação de safras. De acordo com José de Souza Martins (1999, p. 78), a reforma agrária tornava-se ainda mais necessária, não só por causa da aliança entre os grandes proprietários de terra e os industriais, mas também por causa da modernização da agricultura.

O processo de formação do MST no Estado de São Paulo foi decorrente das diversas experiências dos trabalhadores rurais desde 1979. A sua gênese nesse território está registrada na luta de resistência dos posseiros da Fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência (MST, 1983, p. 35; MST, 1986, p. 42), contra a expropriação e a exploração capitalista. Portanto, é pela própria unidade, diversidade e fragmentação das lutas que investigaremos as experiências que promoveram a organização do MST no Estado, essenciais para entender o seu processo de formação. As novas lutas ocorriam por meio de ocupações de terras em várias regiões, entre elas as mais importantes e expressivas para a formação do MST no Estado e em nível nacional foram as das regiões do Pontal do Paranapanema e de Sumaré.

Para entender o processo de formação do MST no Estado de São Paulo é necessário ter a clareza sobre a diversidade e fragmentação das frentes de luta no campo paulista durante o período de ascensão e queda do governo militar (1964-1981)<sup>18</sup> que se acentuaram no início dos anos 1980 por causa das lutas dos posseiros contra a grilagem, da expropriação dos atingidos por barragens, das lutas dos trabalhadores assalariados e Movimento dos sem terra.

A retomada da organização desses trabalhadores rurais ocorreu a partir da abertura política e início da derrocada do regime militar, quando emergiu um processo de formação de novas lutas de reconquista da terra. O marco dessa nova fase seria o conflito entre os posseiros da Fazenda Primavera e o empresário J. J. Abdala. A história de luta desses posseiros na região de Andradina data do final dos anos 1920, quando ali chegaram, em busca da posse da terra, migrantes nordestinos e mineiros e imigrantes italianos, por causa do processo de expropriação ocorrido em seus lugares de origem. Mas, ao invés de obterem terra, passaram a ser explorados por grileiros que se apresentavam como donos das terras.

---

<sup>18</sup> Conforme B. M. Fernandes (1999a, p. 87), nesse período ocorreram, no Estado de São Paulo, as seguintes lutas pela terra: uma em Bauru; três em Sorocaba; três em Campinas; quatro em Marília; seis em São José de Rio Preto; nove nas regiões de Araçatuba; dez no Vale do Paraíba; quatorze em Ribeirão Preto; vinte e quatro no Pontal do Paranapanema e cinquenta e quatro no litoral.

O conflito com Abdala se intensificou por causa do conjunto de medidas e estratégias que produziam o endividamento dos posseiros, expropriando-os ou tornando-os completamente dependentes. Foi em decorrência do agravamento dessa situação que, em vários estados brasileiros, e também em São Paulo, se desenvolveu o trabalho escravo ou peonagem. Esse agravamento também ocorreu devido à instalação da pecuária, do gado de engorda, trazido do Mato Grosso para as terras da fazenda Primavera, acentuando-se ainda mais a expropriação dos posseiros. Diante dessa violência, iniciou-se em 1979 um processo de organização e resistência dos posseiros da Primavera com o apoio da CPT na elaboração de um espaço de reflexão sobre a luta pela terra. Esta foi uma experiência que construiu as características da nova fase de luta, organização e expansão do Movimento para outros municípios paulistas.

No desenvolvimento da luta, vários grupos de base passaram a se organizar nas escolas, onde desenvolveram atividades de reflexão acerca de suas realidades, assim novas experiências começaram a se desenvolver. Os militantes sem terra demonstravam que são as múltiplas experiências de organização que dão forma social às lutas populares e que é por meio destas que se podem construir novas práticas de transformação, mostrando que as perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo de organização passaria a ser desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores por meio da troca de idéias e experiências, da resistência e controle sobre o seu próprio espaço, buscando alternativas de superação da realidade através da construção de novas perspectivas e da conquista de novos espaços.

A vitória dos posseiros da fazenda Primavera ocorreu no dia 8 de julho de 1980, quando o então presidente Figueiredo assinou o Decreto nº 84.877, declarando os seus 9.385 hectares para fins de desapropriação (FERNANDES, 1985, p. 58; CONTAG, 1980, p. 77). A partir de então surgiu um grupo de treze famílias de trabalhadores bóias-frias que se autodenominaram trabalhadores sem-terra. Das experiências dessas lutas iniciou-se, na região de Andradina, o processo de formação do MST do Oeste de São Paulo. De acordo com os documentos do MST, essa conquista foi a principal da história de sua organização no Estado.

No início dos anos 1980 emergiram vários movimentos de luta pela terra no Estado de São Paulo, desde o extremo-Oeste, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixa do Ribeira. Dessas lutas localizadas, os sem-terra construíam condições políticas para a troca de experiências e superação do isolamento. Nessas

mobilizações os sem-terra tiveram o apoio da Igreja – por intermédio das CEBs e da CPT; dos partidos políticos: PMDB e PT; e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: a Fataesp e a CUT.

Com o avanço das experiências de luta, o MST e a CPT começaram a questionar o papel dos sindicatos rurais no processo de desenvolvimento da luta. A divergência entre MST e sindicato rural se aprofundou em todo o Estado e criou uma situação de tensão entre MST e Contag em nível nacional. Com a vitória do PMDB nas eleições estaduais de 1982, os sem-terra começaram a cobrar os compromissos de campanha referentes à questão agrária, exigindo a desapropriação de imóveis particulares para fins de reforma agrária e pressionando o Estado a dar respostas à questão agrária. Diante da inércia do governo, os sem-terra resolveram ocupar a terra.

De acordo com Bernardo Mançano (1999a, p. 85-129) em 1983, a CPT aproximou os movimentos sociais no processo de formação daqueles que executavam suas primeiras experiências de luta. Tal articulação contribuiu para a formação do MST em São Paulo e também em nível nacional. Das lutas localizadas, os trabalhadores rurais forjaram gradualmente um Movimento orgânico. Por isso, em fevereiro de 1983, mais de 1200 trabalhadores de 34 distritos do interior reuniram-se em Andradina para discutir questões relativas ao campo e à formação de movimentos regionais. Em decorrência dessa organização, os agricultores sem terra fizeram, nesse ano, a primeira ocupação em terras públicas do Estado. Após o I Congresso do MST (1985), esses movimentos unificaram-se para formar uma entidade de abrangência estadual. Os sindicatos rurais preferiam negociar com o governo, ao invés de juntar-se ao MST e promover o confronto direto, por isso o MST seguiu a luta de modo independente.

A derrota de Lula para Fernando Collor agravou o problema da reforma agrária, já que este tinha compromissos com os proprietários de terras, FMI e os investidores internacionais que exigiam a abertura da economia brasileira e o fim do protecionismo. Na promoção dessas reformas de mercado, o MST e outros movimentos camponeses apresentavam-se como inimigos.

### **1.8. - A criação do MST no Pontal do Paranapanema**

O processo de formação do MST no Estado de São Paulo é decorrente da diversidade de experiências que veio ocorrendo desde 1979. A luta de resistência dos posseiros da Fazenda

Primavera, no município de Andradina, Castilho e Nova Independência marcou a origem do MST no Estado.

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, na micro-região Alto Sorocabana de Presidente Prudente. Desde sua ocupação, tem sido palco de inúmeros conflitos fundiários entre posseiros, grileiros e Estado. Conforme Bernardo Mançano (1999a, p. 101) de 1964 a 1981, com o desenvolvimento das lutas pela terra a região concentrou o segundo maior número de conflitos do Estado. Com a instalação, a partir de 1975, da Destilaria de Álcool Alcídia e o início das construções das Usinas Hidrelétricas de Porto Primavera, no Rio Paraná, e Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema, parte desses conflitos foram abafados.

A ocupação do Oeste paulista correu por meio da grilagem de enormes áreas de terras e acabou se transformando num verdadeiro *complexo grilento*<sup>19</sup>. Seus primeiros habitantes foram os índios Kaigangs e Caiuás que foram expropriados e migraram para o Mato Grosso do Sul. Os que resistiram, foram exterminados. “A história da grilagem das terras do Pontal começou entre 1886-1890 e remontam ao ano de 1856” (FERNANDES, 1999a, p. 104). A Lei de terras nº 601 de 1850 legitimou as terras ocupadas antes de 1850 e proibiu as ocupações de terras devolutas a não ser por meio da aquisição por compra. As terras não requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público. Muitos dos processos de litígio se encontram sem solução até os dias atuais.

Além das lutas de resistência dos posseiros, no início dos anos 1980, emergiu no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado que se colocava na cena política contra os latifundiários. As lutas dos posseiros da Fazenda Primavera e o MST do Oeste paulista nasceram dos espaços de socialização política onde os trabalhadores rurais sem terra criaram uma práxis que possibilitou a elaboração de uma identidade própria. Nesse processo foram desenvolvidos, por um lado, “*os determinantes objetivos históricos materiais* (relacionados com as condições econômicas, políticas e sociais) e, de outro, os determinantes *subjetivos psicossociais* (relacionados à vontade e à cultura)” (FERNANDES, 1999a, p. 109 apud TARELHO, 1988, p. 2). Assim, é na elaboração desses determinantes nos espaços de socialização política que os sujeitos constroem a sua organização social.

---

<sup>19</sup> Sobre a história da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema consultar Tese de Livre Docência: A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 1981, do geógrafo José Ferrari Leite – Professor aposentado do Departamento de Geografia de Unesp de Presidente Prudente. Ver também O pontal do Paranapanema paulista: a incorporação regional da periferia do café, de J. Cleps Junior. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geografias Exatas – Unesp - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1990.

As CEBs foram o lugar e espaço social onde nasceram as novas experiências de luta pela terra no Pontal. Posteriormente, alguns sindicatos rurais, após terem suas diretorias “*pelegas*” derrotadas nas eleições, passaram a apoiar a luta e, embora tivessem apenas interesses eleitoreiros, o apoio de políticos do PMDB foi essencial para a organização do MST na região. A contribuição da Igreja restringiu-se ao apoio de alguns padres comprometidos com a realidade dos sem-terra, não existindo um trabalho pastoral de direção do espaço de socialização política que propiciasse o desenvolvimento da consciência política dos sem-terra, na verdade “o apoio da Igreja se deu muito mais como lugar social: o salão paroquial, onde os trabalhadores se reuniram para discutir o problema fundiário da região” (FERNANDES, 1999a, p. 111).

### **1.9. - O Movimento dos Sem-Terra de Sumaré**

O processo de formação do MST no Estado de São Paulo é decorrente da diversidade de experiências que ocorreriam desde 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, no município de Andradina, Castilho e Nova Independência marcou a origem do MST no Estado.

A origem da luta pela terra em Sumaré ocorreu de forma distinta devido ao fato de ter emergido de uma realidade diferente entre a maioria dos municípios paulistas. Uma dessas diferenças foi a forma como se deu a luta de Andradina (fazenda Primavera), cujos trabalhadores estavam no campo. Da luta da fazenda Pirituba participaram arrendatários e meeiros. Na luta do Pontal houve a participação mista de bóias-frias, desempregados das construções de barragens e posseiros. Em Sumaré, todos os trabalhadores que participaram das lutas estavam na cidade, os quais, tendo sido expulsos do campo, migraram em busca de sobrevivência.

Localizado na região de Campinas, o município de Sumaré conheceu, a partir da década de 1960, um intenso crescimento urbano, associado ao processo de interiorização da indústria. Nas décadas de 1970 e 1980 passaram a se instalar no município de Sumaré grandes indústrias nacionais e multinacionais. Esse processo de industrialização aumentou o contingente populacional, sobretudo, por causa do grande contingente de trabalhadores que migraram para a região de Campinas. Esses migrantes vieram da área rural de vários Estados brasileiros em busca de emprego na cidade ou no campo paulista. Essa migração ocorreu, ainda, por causa da

ampliação do cultivo da cana promovida pelo Proálcool e pelo aumento de cultivos para a exportação, como o café e a laranja. A origem do MST em Sumaré, em 1982, ocorreu no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, onde os trabalhadores se reuniam para discutir sobre seus problemas cotidianos e sobre as formas de superá-los. Por meio dessas atividades,

Os trabalhadores aprenderam a se manifestar, reivindicar, se relacionar com autoridades, fazer abaixo-assinados, passeatas, etc. Além dessas práticas, existia também uma experiência de horta comunitária juntamente com outras comunidades vizinhas. Com o crescimento das mobilizações e desenvolvimento da organização da comunidade, alguns de seus membros que eram militantes do PT resolveram fundar o Partido dos Trabalhadores no município (TARELLO, 1988, p. 125).

Nessas reuniões desenvolveu-se, em 1983, um processo de educação popular para a construção do conhecimento a partir da própria história de vida dos sem-terra. Nesse espaço, os trabalhadores tornaram-se os próprios protagonistas do processo de reflexão sobre as questões que os cercavam. Para ilustrar a realidade dos trabalhadores, os agentes de pastoral faziam uso da leitura e reflexão de textos bíblicos e, além destes, os agentes relatavam as histórias das lutas de Contestado, das Ligas e de outras lutas de resistência. Outro elemento essencial na formação do MST, em Sumaré, foi a estruturação do PT na região e a ação de alguns padres que exerceram influência na organização do Movimento e na formação da consciência e identidade política dos sem terra, oferecendo elementos para uma compreensão crítica da realidade política e econômica do país. A partir dessas experiências, os sem terra criaram uma nova forma de organização social.

Em 3 de novembro de 1983, os trabalhadores sem terra de Sumaré ocuparam as terras da Usina Tamoio, no município de Araraquara. Expulsos dali foram para Araras e no dia 5 de novembro, ocuparam o Horto Florestal da estação de Loreto, de propriedade da Ferrovia Paulista (Fepasa). Desse processo de luta nasceu o MST de Sumaré, tendo algumas de suas lideranças participado da articulação estadual, coordenada pela CPT, as quais estiveram presentes também no I Encontro Nacional do MST, em 1984, em Cascavel-PR e no I Congresso Nacional, em 1985.

A partir de então o MST de Sumaré se tornou um marco importante no processo de formação do Movimento, tanto pela participação de seus membros na fundação do MST em âmbito nacional quanto pela sua participação efetiva na articulação estadual. O Movimento de Sumaré foi essencial para a organização do MST em outros municípios vizinhos e para as caminhadas promovidas a partir de 1986, em todo o país. Em 19 de março de 1986, 124 famílias foram assentadas em 1.092 hectares da fazenda Jupira, pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), em Porto Feliz, como decorrência desse processo de luta.

Os anos de 1985 e 1986 encerraram o primeiro momento dessa nova fase da luta pela terra com a fundação do MST (1984) e a realização do I Congresso (1985), quando se iniciou a sua consolidação em outros Estados. A partir dos anos 1985, as conquistas realizadas possibilitariam a continuidade do processo de formação e expansão do MST.

### **1.10. - A expansão do MST (1985-1996) e o processo de territorialização paulista**

A compreensão do processo de formação do MST no Estado de São Paulo, entre os anos de 1985 e 1996, remonta imediatamente à espacialização de novas práticas e formas de lutas do Movimento no processo de territorialização<sup>20</sup> da luta pela terra. A partir de 1985, os conflitos fundiários se intensificam em todo o país e no território paulista. Nesse período instaurou-se uma nova fase da formação do Movimento, com a realização de ocupações articuladas e massivas. Esse sujeito coletivo se espacializou<sup>21</sup> por meio da sua práxis, pela sua ação criativa e reconstituição do espaço de socialização política. Por conseguinte, foi na espacialização da luta pela terra, na conquista de novos espaços que os trabalhadores organizados no MST conquistaram frações do território e, dessa forma, desenvolveram seu processo de territorialização, como ocorreu com as experiências de lutas no período de 1980-1986 que possibilitaram a organização dos sem-terra e a continuidade do processo de formação do MST.

As lutas das regiões do Pontal do Paranapanema, de Araçatuba (Andradina) e, especialmente, as da região de Campinas (Sumaré) foram as mais importantes nesse processo de formação do Movimento no Estado. Isso porque, desde 1985/1986, a referência do MST no território foi o processo de lutas desenvolvidas em Sumaré e região. Foram essas experiências que fortaleceram o processo de formação e consolidação do Movimento no Estado de São Paulo,

<sup>20</sup> O processo de territorialização foi estudado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes que produziu uma vasta literatura sobre essa questão. No Caderno de Formação nº 30 (1998f, p. 33), define a territorialização como o processo de conquista da terra. Assim, cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra, nesse sentido, o assentamento é um território dos Sem-Terra. “A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração de território conquistado, a esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização” diz Bernardo Mançano.

<sup>21</sup> A espacialização é entendida aqui conforme a definição do geógrafo Bernardo Mançano que a define como a conquista de “novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro”. Em sua visão “espacializar é registrar, no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É ‘escrever’ no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupação de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc.” (FERNANDES, 1999a, p. 136).

dando-lhe organicidade e unidade, pois à medida que os sem terra dos municípios paulistas aderiam ao MST, a luta ganhava expressividade. A vitória do grupo de Sumaré servia de exemplo para os sem-terra de outras regiões que começaram a formar o MST em seus locais de origem.

A forma de organização do MST engloba “uma sucessão de atividades que acontece por meio das coordenações dos setores do Movimento que unem o assentamento, como comunidade local – o lugar – a realidade mais ampla, em que o MST tem como objetivo a espacialização e a territorialização da luta” (FERNANDES, 1998f, p. 38). Essa é uma das principais características que o diferencia dos demais Movimentos isolados. A forma de organização desenvolvida pelo Movimento demonstra uma ampliação em seu projeto de construção de uma nova sociedade que engloba não só a fração dos trabalhadores rurais, mas toda a classe trabalhadora, por isso a sua preocupação com sua organicidade e unidade.

Portanto, é a perspectiva da ampliação do Movimento que o faz expandir, tornando viável a sua continuidade em razão da dimensão adquirida pela luta e do desdobramento dos esforços dos trabalhadores, ocorridos pela espacialidade das relações sociais. Sua relação com as outras instituições possibilitou o desenvolvimento de ações que viabilizaram o modo de realizar suas ocupações. Mas esse processo só se desenvolveu devido à cooperação mútua entre os trabalhadores rurais e por causa da forma organizacional do Movimento que possibilita a mobilidade de seus membros. Assim, dependendo das necessidades de cada unidade, um militante poderia ser liberado pelo seu grupo e/ou pelo MST para trabalhar em outros assentamentos, na organização de ocupações ou nos setores de organização da produção, formação, educação, etc. Ao nosso ver, foi precisamente por causa desse intercâmbio na troca de conhecimentos e de histórias de lutas que o MST iria construindo sua organicidade e dando suporte aos novos grupos que surgiam no país, estimulados pelas lutas daqueles que conseguiram modificar a sua realidade.

Esse processo de continuidade/espacialização do MST no território paulista acabou criando uma nomenclatura para os diversos grupos responsáveis pela sua expansão. Assim, o Grupo I, concentrou os trabalhadores que se reuniam na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (Sumaré); o Grupo II, os assentados no Horto de Sumaré; o Grupo III, os de Porto Feliz – único a realizar reuniões também em outros municípios paulistas circunvizinhos; o Grupo IV que se formou entre os anos 1985-1987 e foi o penúltimo a receber o número que representou a seqüência de lutas desenvolvidas desde Sumaré. Assim, por exemplo, a partir do processo de luta

de resistência do Grupo III, iniciou-se a formação do Grupo IV, quando no final de 1985, o conjunto dos trabalhadores de Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Rio Claro, Americana, Santa Gertrudes, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e Limeira tiveram conhecimento do acampamento da Bosch, tendo a maioria deles se juntado à ocupação e à caminhada de 100km até São Paulo. O contato desse grupo com os grupos I e II levou os sem terra a iniciarem reuniões em seus municípios para formar um novo grupo. Os trabalhadores das lutas anteriores participaram dessa movimentação realizando várias atividades.

De 1985 a 1987, os membros do grupo IV reuniram-se periodicamente e procuraram o Incra oito vezes para negociar o assentamento das famílias. Em 1987, o grupo contava com 400 famílias organizadas no Movimento, as quais, cansadas de esperar por providências do PNRA, resolveram promover a ocupação, seguindo os exemplos dos demais grupos. Porém, diante das orientações do MST em nível nacional<sup>22</sup>, esse grupo foi parcialmente desmobilizado. Em 30 de julho de 1987, o governo federal desapropriou 17.138 hectares da fazenda Reunidas no município de Promissão (micro-região de Bauru), através do Decreto nº 92.876. Em agosto, as famílias que estavam acampadas na BR 153, desde 1986, ocuparam a fazenda. A comissão de seleção do Incra excluiu a possibilidade de assentamento das famílias do grupo IV. Em resposta a essa exclusão, os sem terra de vários municípios paulistas acamparam com o grupo IV em uma área próxima à Fazenda Reunidas. Esse episódio criou um conflito entre as entidades e no interior das instituições de apoio à luta, diante das diferenças políticas entre elas e o MST. Esta situação fez com que várias famílias abandonassem o acampamento.

Para garantir o acampamento, o MST iniciou um processo de negociação com o Incra. Sem sucesso, os sem terra promoveram, em abril de 1988, uma caminhada que durou dez dias de Promissão a São Paulo, com o apoio de várias Comunidades Eclesiais de Base, da CPT, de diversos sindicatos, da CUT e dos assentamentos: Sumaré I e II e Gleba XV de novembro. A caminhada chamou a atenção da opinião pública, tanto pelas manifestações quanto pela divulgação da imprensa. Em São Paulo, a ocupação da sede do Incra resultou na conquista do assentamento das famílias em 300 hectares, no final de 1988.

Essa conquista parcial resultou na articulação de lutas conjuntas com outras famílias do assentamento Reunidas. Por isso, em setembro de 1988, as famílias oriundas do grupo IV

---

<sup>22</sup> Naquele momento o MST havia realizado uma avaliação a respeito da questão agrária nos trabalhos da Constituinte referentes à reforma agrária e, de acordo com a avaliação, os trabalhadores rurais decidiram que o Movimento não faria nenhuma ocupação naquele momento.

fundaram a Associação dos Pequenos Produtores Padre. Josimo Tavares e, em março de 1989, ocuparam a Secretaria da Agricultura exigindo a demarcação dos lotes. As experiências construídas nas lutas e conquistas dos quatro primeiros grupos formados a partir de Sumaré contribuíram para a formação do grupo V.

Assim, á medida que o MST seguia criando espaços de socialização política, os trabalhadores iam elaborando o conhecimento necessário para a transformação das suas necessidades, refletindo sobre suas realidades, discutindo sobre as tarefas e as novas estratégias de luta, iniciando, desse modo, o processo de desenvolvimento da consciência política do grupo. Em razão disso, “foram realizados encontros de formação, avaliação e definição das propostas, respeitando-se a opção pela não-participação daquelas famílias que ainda não se achavam preparadas para a ocupação” (FERNANDES, 1999, p. 143).

Nesse processo de espacialização e de luta pela terra, o MST ocupou, em 27 de janeiro de 1989, a fazenda Pendengo<sup>23</sup>, de 4.160 hectares, no município de Castilho (Alta Noroeste de Araçatuba), retomando os conflitos que marcaram a história de sua origem. O violento despejo dessas famílias levou o MST a realizar uma caminhada com o apoio da população local. E em 25 de julho – dia do trabalhador rural –, alguns desses sem terra juntaram-se a outros 250 vindos de várias regiões para ocupar a sede do Incra em São Paulo, com o apoio da CUT e CPT. Os trabalhadores reclamavam a liberação de créditos para o plantio e o assentamento das famílias acampadas. Após três dias, o Incra prometeu priorizar as reivindicações, mas a demora no cumprimento dessa promessa levou os militantes a ocuparem a fazenda Timboré (Andradina e Castilho), de 3.393 hectares. A agressão dos pistoleiros obrigou o Sindicato Rural de Andradina solicitar policiamento para o acampamento. Além disso, alguns deputados do PT se revezaram nos primeiros dias de acampamento para evitar novos ataques aos sem terra.

No final dos anos 1980, o MST expandia-se no território paulista que, além de ser o coração industrial e financeiro do país, tem a maior cidade da América do Sul. Ali nasceram a CUT e o PT, no fervor das greves dos anos 1970. O MST sabia que ocupando o território paulista “teria realmente peso na cena política e passaria a ganhar espaços na mídia quando conquistasse terras do Estado” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 80). Sabia ainda que sua “única chance de

---

<sup>23</sup> Pendengo ou Pendenga significa disputa. Segundo Bernardo Mançano (1999a, p. 145), é provável que a origem do nome tenha relação com os intensos conflitos e disputas pelas terras da fazenda, entre posseiros e grileiros, durante os anos 1950. Os conflitos fundiários na região sudoeste do Estado de São Paulo são históricos. Uma das razões desses conflitos é o processo de grilagem que marcou a forma de ocupação da região.

vitória era trabalhar em estreita união. Teriam de organizar mobilizações nacionais para pressionar os centros políticos sensíveis do país, especialmente Brasília, a capital federal. Essa estratégia beneficiaria a todos” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 55).

Mas, em 1989, Lula perdeu as eleições para Fernando Collor, esmagando as esperanças não só do PT, mas também do MST. Collor tratava os sem terra como párias, prendendo seus militantes, grampeando-lhes os telefones e invadindo as sedes do MST. Foi nesse contexto que o Movimento começou a conquistar grandes áreas no Estado de São Paulo e a ganhar perfil nacional. Nesse sentido, “o pontal do Paranapanema foi um presente de Deus para o MST” (NAVARRO, 1997, p. 28). As conquistas no Estado de São Paulo foram essenciais para chamar a atenção da imprensa, por conseqüência, Brasília deveria ocupar-se do assunto.

Nesse período, os líderes do Movimento, José Raínha e João Pedro Stedile, se tornariam conhecidos nacionalmente. Navarro (1997) acredita que, se não fosse essa publicidade, o MST podia ter fracassado, pois naquele momento, os demais lugares do país passavam por sérios problemas criados com o coletivismo da produção. As ações no Pontal deram visibilidade ao Movimento, ajudando-o a expandir-se pelo país. Posteriormente, essa “descentralização ajudaria o Movimento a sobreviver em momentos difíceis e tornou-se uma de suas características permanentes. O MST enfrentou a pior crise quando tentou, por um breve período, impor uma política única – o coletivismo da produção agrícola – em todo o Movimento” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 56).

Durante o governo Sarney, a pressão do lobby rural fez muitas vítimas no Ministério da Reforma Agrária, até que em 15 de janeiro de 1989, desmoralizado e debilitado, o Ministério foi extinto. O setor da Reforma Agrária foi rebaixado a um departamento no Ministério da Agricultura, que, na verdade, era direcionado aos interesses dos grandes proprietários. A política agrária desse governo indicava que os lavradores só conquistariam a terra através de táticas de confronto, por isso no final de 1989, o MST havia se estabelecido em “todo o país, em 730 assentamentos, que cobriam 3,6 milhões de hectares e abrigavam mais de 80.000 famílias” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 82). O saldo de violência no campo, durante os cinco anos do governo Sarney, foi de 585 pessoas mortas em conflito de terras. No regime militar foram mortas 884 pessoas, em 21 anos.

### **1.11. - A expansão do MST no Pontal do Paranapanema nos anos 1990**

Em 1990, o MST descobriu a vasta região do Pontal do Paranapanema, no extremo Oeste paulista que continha dezenas de glebas registradas irregularmente, com áreas acima de um milhão de hectares. Em seguida, promoveu a primeira ocupação nessa área, dando início a um período de rápida expansão. E a despeito da situação política do país, nesse ano, o MST cresceu muito rapidamente no território paulista, porque ganhou perfil nacional.

A primeira ocupação do MST no Pontal ocorreu em 14 de julho de 1990, quando 700 famílias, parte delas vindas do norte do Estado do Paraná, ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio. Porém foram despejadas em 20 de setembro, ocorrendo em seguida uma articulação de forças políticas, entre as quais se encontravam a CUT/SP, CPT/SP, AGB e ABRA de Presidente Prudente, PT e PC do B.

No início do século XX, essa fazenda pertencia a grileiros que, apresentando títulos forjados, haviam alegado seus direitos sobre extensas glebas de terras nessa região. Os sem terra sabiam que aquelas terras teriam sido ocupadas ilegalmente, por isso poderiam organizar ocupações e conquistar terras sem serem acusados de invadir “propriedade privada”. Nos anos 1990-1991, o MST organizou muitas ocupações em massa na região, contando com o apoio de padres e freiras, mas não com o aval da Igreja como Instituição, já que o bispo Dom Antonio Agostinho Marochi, de Presidente Prudente, era hostil ao MST.

O rápido crescimento do Movimento no Estado de São Paulo trouxe muitos problemas sob o ponto de vista organizacional, especialmente no que se refere a erros cometido por líderes inexperientes. Ao identificar esses problemas, o MST compreendeu que era preciso construir o movimento devagar, por isso os líderes mais experientes passaram a treinar novos membros e a liderar o Movimento em suas novas unidades. Sobre o Estado de São Paulo, José Rainha dizia que “era o lugar mais fácil do mundo para organizar ocupações. Todos sabiam que os grileiros não eram os proprietários da terra. Mas antes, de mais nada, a gente precisava ter certeza de que as famílias entendiam os objetivos do movimento, apoiando” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 86). Como líder experiente, esse militante evitava o confronto direto, preferia cansar os grileiros através do atrito e usar contra o governo a mesma tática frequentemente empregada por este. O MST levaria vantagem na correlação de forças com o governo e os grileiros, já que esses se viram acuados e sem poder reclamar as terras, por falta de documentos.

Em 23 de março de 1991, ao ocupar a fazenda São Bento em Mirante do Paranapanema, o MST passou a utilizar uma nova tática: manter o acampamento e entrar na fazenda somente para trabalhar. Criava-se assim uma nova situação que impedia os oficiais de justiça de citarem os trabalhadores rurais, já que estes se encontravam fora do acampamento no momento da vistoria dos oficiais. Durante a luta pela conquista dessa fazenda, o MST mobilizou um novo grupo de 600 famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros da região do Pontal e do norte do Paraná. Esse grupo diferia dos demais formados pelo MST no Estado, porque, em seus locais de origem, não tinha recebido formação dos sujeitos da luta, por isso a sua mobilização se deu a partir de uma concepção massiva da luta. Outra diferença apresentada por esse grupo foi a presença de arrendatários proprietários de caminhões, máquinas e implementos.

É necessário lembrar que a massificação<sup>24</sup> das lutas tornou-se parte das linhas políticas do MST desde 1989, quando foi deliberada pelo 5º Encontro Nacional e passou a ser uma das táticas mais importantes do Movimento. Também é importante ressaltar que a maioria dos trabalhadores que criaram o MST formou-se a partir das experiências cotidianas e dos conflitos com os latifundiários e o Estado. Porém, o crescimento do Movimento e o avanço da luta exigiram um planejamento da organização política dos sem terra, por isso o MST passou a preparar seus líderes por meio de cursos de formação política, ministrados na Escola Nacional<sup>25</sup>. Essa forma de organização também estava relacionada às mudanças na conjuntura nacional: primeiro pela derrota na Constituinte e do PNRA do Governo Sarney, pelo enfrentamento ao governo Collor que se declarava contrário à reforma agrária, devido ao refluxo da Igreja Católica no apoio aos movimentos populares e conseqüente recuo da CPT na luta pela terra.

Em abril de 1992, o MST mobilizou cerca de 900 famílias da região do Pontal e norte do Paraná para reocupar, em 1º de maio, a fazenda São Bento e ocupar a fazenda Canaã de 3.200 hectares. Estas famílias foram mobilizadas por meio da divulgação da luta e das perspectivas de conquistas de terras na região. Nesse caso, também não aconteceu

o processo de construção e dimensionamento do espaço de socialização política, não ocorrendo o processo de formação e conscientização de um grupo, mas sim a mobilização de uma massa de trabalhadores além de contribuir para um maior conhecimento e identificação entre os trabalhadores e os coordenadores e, de certa forma, evita a infiltração de inimigos e de pessoas que comprometam o

<sup>24</sup> A massificação é um termo criado pelo MST para designar a captação de militantes ou busca de novos integrantes para as ocupações e para o Movimento. Na massificação ou busca de novo integrantes os líderes sem terra explicam o que é o Movimento, seus objetivos, princípios e estrutura organizativa. Posteriormente o termo passa a ser usado também no processo de formação política de grandes contingentes populacionais, como as que acontecem nas marchas nacionais.

<sup>25</sup> Escola de formação sociopolítica dos trabalhadores sem terra, localizada no município de Caçador-SC.

reconhecimento social e político da luta. A massificação da luta, por meio da mobilização dos trabalhadores, possibilitou a reunião de um número maior de famílias, em um período de tempo menor, e trouxe inúmeros problemas durante o desenvolvimento da luta (FERNANDES, 1999b, 82).

Apesar da mobilização em massa ter fortalecido a representatividade e a organização do Movimento e da tática da massificação ter se apresentado como importante instrumento para a aglutinação de militantes, essa desencadeou conflitos internos, quando alguns trabalhadores passaram a reclamar da falta de participação nas discussões e decisões do Movimento que vinham sendo traçadas pelos coordenadores. Esses trabalhadores, que eram os principais sujeitos do processo de luta, não queriam apenas obedecer às diretrizes da coordenação, por entender que eram os agentes da práxis e, portanto, deveriam participar das decisões relativas aos seus próprios destinos. Iniciava-se, assim, uma divisão no interior do MST devido ao fato desses membros não se sentirem devidamente integrados. Essa condição paradoxal fragmentava as relações entre os grupos e impossibilitava a identidade política de parte deles.

A divulgação da mobilização durante a reocupação das fazendas Canaã e São Bento elevou para 1.500 o número de famílias que pressionavam o Estado a se manifestar a respeito das terras devolutas. Em represália a essa manifestação, os grileiros fundaram a Associação dos Produtores Rurais do Pontal do Paranapanema e conseguiram que fosse organizado um processo contra as principais lideranças do MST, tramando, com o poder judiciário local, a prisão dos mesmos sob a acusação de “formação de quadrilha”. Em protesto contra a prisão desses líderes, os acampados fizeram vigília de 4 dias na Praça Matriz de Mirante do Paranapanema.

Em 16 de maio de 1992, a fazenda Ipanema com 1.700ha, no município de Iperó, na micro-região de Sorocaba, foi ocupada por 500 famílias organizadas no MST, oriundas de vários municípios paulistas e da capital. De propriedade da Marinha, do Incra e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), essa fazenda, praticamente abandonada, foi a única em que não ocorreu despejo, por ter contado com o apoio imediato da população local que, desde 1986, vinha se manifestando contra o Centro Experimental de Aramar que estava enriquecendo urânio para instalar um reator. Após quinze meses de ocupação, as famílias foram assentadas em caráter emergencial através de um convênio Incra/DAF. Nesse ano, as famílias do grupo IV fundaram a Cooperativa de Produção Agrícola Padre. Josimo Tavares (Copajota).

Em janeiro de 1993, o Estado indenizou as benfeitorias dos 970 hectares da fazenda Santa Rosa e iniciou o assentamento provisório de 315 famílias. Em março, as famílias desocuparam a São Bento e acamparam às margens do ramal desativado da Fepasa, formando um

único acampamento, o União da Vitória, que foi o maior na história da luta pela terra no Estado, reunindo cerca de 1.800 famílias procedentes de dez municípios paulistas. Nesse acampamento foi preparada uma infra-estrutura organizativa envolvendo vários setores do MST.

A organização desse espaço de luta e resistência foi construída pelos líderes do MST que coordenaram e orientaram as atividades internas e as ações da massa. Porém, a maior parte dos trabalhadores rurais não participavam das reuniões ou faziam parte dos setores, porque saíam para trabalhar em outras atividades fora dos acampamentos. Muitos retornavam apenas nos finais de semana para participar de assembleias e se informarem sobre os andamentos das negociações.

Era por esse motivo que “as lideranças não consultavam a imensa maioria dos acampados acerca das decisões que a Coordenadoria Regional havia tomado, com relação às ações e às táticas a serem adotadas. A massa era mobilizada toda vez que os coordenadores convocavam uma assembleia, para que ela participasse da execução das decisões políticas da Coordenação Regional” (FERNANDES, 1999a, p. 180). Essa realidade foi uma das principais razões que causou o desentendimento político entre o Comitê de Apoio à Luta pela Terra – de Presidente Prudente - e o MST, chegando ao limite das diferentes concepções políticas da luta popular e do caráter da autonomia e heteronomia de um movimento social.

Em abril, foi realizado um mutirão com mais de 1.000 trabalhadores para pressionar o Estado a acelerar as negociações propostas no acordo de janeiro, a fim de desapropriar a fazenda e assentar as famílias. Em junho, o MST reocupou a fazenda Canaã com cerca de 400 famílias da região de Andradina. Em seguida, realizou uma caminhada que teve o apoio da CPT, PT, PMDB, sindicalistas, professores, deputados, etc. Dando continuidade à luta, o MST reocupou a Fazenda São Bento usando a tática: entrar na área, plantar e sair, mantendo o acampamento fora da fazenda.

Nesse processo de espacialização da luta, o MST, a CUT e a CPT promoveram, em novembro de 1993, uma “Caminhada Pela Reforma Agrária Contra a Fome e a Miséria” de Campinas a São Paulo que teve a participação de trabalhadores de vários assentamentos e acampamentos do Estado. Ao chegar à capital, ocuparam a sede do Incra, reivindicando crédito e o assentamento das 6.000 famílias acampadas no território. No dia 10, o Incra assinou a minuta de desapropriação da fazenda Jangada e, após longa luta judicial, o laudo oficial das vistorias declarou improdutivas as fazendas Jangada (5.741 hectares) e Ribeirão dos Bugres (484 hectares) localizadas no município de Getulina.

Entretanto, no dia 19 de novembro de 1993, o STF reformulou o despacho do laudo oficial do Incra, excluindo a fazenda Jangada da desapropriação. E nem mesmo a tentativa de negociação de deputados do PT e do PC do B foi capaz de evitar o despejo das 2.500 famílias. Na promoção do despejo foram convocados 2.500 policiais e um arsenal de guerra. De acordo com o Jornal *Folha de São Paulo* de 26/11/1993, p. 1-9, o saldo da violência somou mais de 100 feridos, contados pelo MST e denunciados por uma Comissão de Direitos Humanos da OAB que responsabilizou a Polícia Militar pelo espancamento de mulheres e crianças. Em 22 de novembro, uma comissão de 100 trabalhadores ocupou o Ministério da Agricultura, em Brasília, exigindo a desapropriação da fazenda Jangada. Após dois dias, o Presidente Itamar Franco assinou 18 decretos de desapropriação, entre estes o da Fazenda Jangada.

O governo de Itamar Franco foi mais “tolerante” no que se refere à Reforma Agrária. Por isso, ao final do seu governo em 1993, o MST tinha se fixado no Pontal, tendo assentado cerca de 6 mil famílias naquelas terras. Do ponto de vista político, a força dos latifundiários prevalecia, apesar do declínio da agricultura na economia nacional, já que o governo pagou altas indenizações para os grileiros. Assim, o MST prosseguia ocupando e organizando-se por todo o país, construindo algo novo sobre os alicerces lançados pela CPT e por outras organizações locais populares – um movimento conduzido pelos próprios trabalhadores rurais. Na medida em que avançava, o MST estabelecia raízes e ganhava amigos no processo de territorialização.

Em fevereiro de 1994, as famílias reocuparam as fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres com o objetivo de acelerar o processo de desapropriação e, no confronto entre sem-terra e jagunços, ocorreu a morte de um jagunço. Em junho a fazenda Jangada tinha sido ocupada pela quarta vez. Em seguida, as famílias foram despejadas, e o decreto do governo anulado pela Justiça. A luta das 2.500 famílias fora massacrada, e por isso o MST partiria para outras regiões.

Até abril de 1994, o MST havia realizado 23 ocupações na fazenda São Bento. A intensificação das ocupações era a tática usada pelo Movimento para pressionar o Estado a desapropriar a fazenda ou negociá-la com o grileiro Antonio Sandoval Neto. A conquista dessa fazenda, em 12 de fevereiro de 1994, resultou de um acordo entre o fazendeiro e o Estado e representou a derrota do mais poderoso grileiro da área do 11º perímetro, além da possibilidade de territorialização de outras fazendas. Essa foi a segunda conquista do MST no Pontal, porém na correlação de forças políticas, o grileiro levou vantagem, já que vendeu a fazenda ao seu autêntico dono, o Estado, por um preço supervalorizado. Na verdade,

O Estado pagou quando tinha de cobrar, visto que as terras são reconhecidamente devolutas e foram exploradas até a exaustão. Nessas condições, o grileiro, ainda, deixou para o estado os custos da recuperação das terras e dos mananciais. Em condições opostas, o Estado deveria ser ressarcido. (...) O negócio de compadres, entre o grileiro e o Estado, tornara-se parâmetro para futuras operações comerciais com outros grileiros. Criava-se, dessa forma, uma referência que os grileiros reivindicariam para negociar as terras devolutas. Com essa condição, o Estado, na verdade, comprava as próprias terras para instalar um assentamento, reforçando o poder político dos grileiros e caracterizando o retrocesso da reforma agrária no Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1999a, p. 184-185).

Para além dessa transação, o MST continuou o processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, intensificando as ocupações em todo o país, chegando ao final do ano 1994 com um saldo de 119 ocupações e de 20.516 famílias assentadas, segundo dados da CPT (1995, p. 11). Em meados desse ano ressurgiu, estrategicamente, o espectro da militarização da questão agrária, quando o MST passaria a ser considerado uma organização paramilitar. Em razão disso, a imprensa procurou explorar a relação do MST com o PT e a candidatura de Lula. Assim, as lutas por terra e reforma agrária passariam a representar um perigo para “a ordem e o progresso” do país. A mídia entrava em defesa dos interesses políticos das forças conservadoras, esforçando-se para caracterizar o perigo que o MST representava. Para tanto, procurou desvirtuar o caráter da Escola Nacional do MST e da Fundação para o desenvolvimento Educacional e Pesquisa (FUNDEP)<sup>26</sup>, criticando o fato dessas escolas serem formadoras de *revolucionários*.

Frustrada a tentativa de desmoralização do MST e de transformar a questão da reforma agrária em uma questão militar, os conservadores e seus aliados acabaram por promover o reconhecimento da forma de organização dos trabalhadores sem terra e o avanço da luta pela terra no Brasil. Em seguida, o MST mobilizou cerca de 1.000 famílias para ocupar a fazenda Estrela D’Alva, de 833 ha. A reação violenta dos grileiros diante das ocupações levou o Estado a negociar a compra das terras nos mesmos termos da fazenda São Bento. Essa seria a terceira conquista do MST no Pontal. Na visão de Bernardo Mançano,

a inexistência de um projeto de reforma agrária para as terras públicas do Estado de São Paulo e, também, a falta de uma política para acelerar o processo de discriminação das terras em questão emperrava qualquer possibilidade de solução para os conflitos fundiários do Pontal. Nesse contexto, somente com as ocupações é que o MST conseguiu fazer realizar o direito constitucional, ou seja, o direito à terra, ao trabalho, à cidadania. E, por um outro lado, a carência de tais instrumentos políticos de intervenção na realidade agrária paulista anunciava e convidava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra a realizá-las (FERNANDES, 1999a, p. 23).

Assim, diante da inoperância do Estado, que, por mais de um século, não conseguiu dar solução para a questão fundiária no Pontal, a ocupação se tornaria a única forma de

---

<sup>26</sup> A Fundep era responsável pela formação de uma pequena parte dos professores de 1ª a 4ª séries para as escolas de assentamentos e acampamentos ligados ao MST.

desestruturar o complexo grileiro daquela região. Nesse contexto, o MST aparecia como a única força política capaz de fazer avançar os processos de regularização fundiária.

No desdobramento da história da luta no Pontal, o MST ocupou em abril de 1994, quatro fazendas: Haroldina, Arco Irirs, Canaã e King Meat, no município de Mirante do Paranapanema que juntas somavam 7.617 hectares, contando com a adesão de 1.800 famílias vindas de municípios vizinhos, da região de Araçatuba e do norte do Estado do Paraná. Esta luta teria como novidade a convocação de novos grupos para a ocupação, além da estratégia de ocupar várias fazendas ao mesmo tempo e a tática de entrar, plantar e sair. Esta foi uma das maiores ocupações feitas pelo MST até então. A novidade dessa estratégia se devia ao fato de não ser comum “a entrada de novas pessoas depois de um grupo estar organizado e no meio da luta (...) até então, depois de o grupo estar formado, dificilmente entravam novas famílias” (FERNANDES, 1999a, p. 153). Essa característica começou a ganhar espaço nas lutas após 1988, bem como a tática de ocupar sem acampar e tombar a terra para plantar, criada no Pontal pelos militantes que ocuparam a fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. A desapropriação em dessa fazenda, em 1994, foi importante porque encorajou outras famílias a se unirem ao Movimento, criando um efeito “dominó”, como planejava o MST desde o início.

A fazenda Pirituba localizada no município de Itapeva e Itaberá, com 17.500 hectares, foi ocupada por quinze anos (1981-1996) pelo Movimento que conquistou 6.500ha ao final do processo de espacialização e territorialização da terra e transformou a região do Pontal, em 1995, numa das principais áreas de conflitos fundiários do país, registrando o maior número de ocupações. Nesse ano, o MST reocupou as fazendas São João da Mata e Faxinal, declaradas improdutivas pelo Incra conforme Processo nº 2.005/93, e consideradas de interesse social para fins de reforma agrária em janeiro de 1993. Com a intensificação dos conflitos e a resistência dos trabalhadores que pressionavam o Incra para resolver a questão da fazenda Faxinal, em 20 de outubro, depois de realizar nova perícia, o Incra recebe da 21ª vara da Justiça Federal de São Paulo a posse de 1.174 ha das fazendas Faxinal e Matão. Em dois anos de luta, desde a primeira ocupação da fazenda Jangada, esta foi a primeira vitória das famílias que insistiram na luta.

A intensificação das ações do MST criou novos fatos contrários aos interesses do Estado e que exigiam respostas às novas situações. Diante disso, tanto o MST quanto os grileiros buscavam negociar com o Estado. Os grileiros viam-se cercados por todos os lados, pois o novo governo não aceitava negociar acordos que privilegiassem os interesses dos grileiros e, além

disso, tornava-se difícil vender as terras do Pontal por causa dos intensos conflitos, da devolutividade e das ocupações constantes. Esses fatores levaram as famílias mobilizadas a ocupar várias vezes a maioria das fazendas daquela região.

O esgotamento das condições de negociações entre as partes envolvidas apontava para uma única direção: criar novas referências para o pagamento das benfeitorias e realizar o assentamento das famílias sem terra. Diante dessa realidade, restava tanto aos grileiros como ao MST apresentar propostas de negociação ao Estado. O MST seguiu ocupando e reocupando fazendas no Pontal e passou a chamar a atenção da mídia que exibia as ocupações e as ações dos sem terra. Essa divulgação atraía a opinião pública e ainda mais trabalhadores para o acampamento Primeiro de Abril que obteve a adesão de 2.920 famílias. O Estado, que era a única instituição capaz de resolver o impasse, fazia promessas, mas não as cumpria, intensificando as colisões entre ITESP, MST e grileiros. Diante disso, os grileiros iniciaram nova articulação com o poder judiciário para prender as lideranças do Movimento.

A ocupação da fazenda São Domingos, escolhida estrategicamente devido às suas boas instalações, intensificou os conflitos, atraindo a atenção da mídia internacional e dos principais meios de comunicações do país. Contribuindo para divulgar a luta e obrigar o governo a dar atenção à questão fundiária na região, esta ocupação mostraria os limites do Estado em responder às ações do MST no processo de desentranhamento da histórica da grilagem do Pontal. Nesse momento, volta à cena o poder judiciário que prendeu vários líderes do MST, entre eles, José Rainha Junior e sua companheira Diolinda Alves de Sousa. As prisões repercutiram em todo o país e sensibilizaram vários políticos do PT e PC do B e ainda da CPT, OAB e CUT. O MST organizou várias mobilizações em São Paulo e no Pontal do Paranapanema em defesa dos encarcerados. Com esses atos, o MST espacializava a luta e aglutinava forças políticas em defesa de suas ações. Essas prisões, de cunho político, eram uma estratégia política das forças conservadoras do Pontal para barrar a espacialização da luta na região.

Diante da situação, o MST reuniu-se com o governador Mário Covas para reivindicar a liberação de recursos para os assentamentos e a criação de uma escola agrícola nas instalações em desuso da CESP. Tais itens foram acordados entre as partes e, no mesmo dia, o governador entregou 400 títulos para as famílias que ocupavam até 100 hectares dentro do 11º perímetro. Mas, em 14 de novembro, mesmo depois de ter feito acordo com os sem terra, o governo não impediu o despejo dos trabalhadores do barracão da CESP que seria transformado em escola.

“Em protesto os trabalhadores sem-terra e as professoras colocaram as carteiras na rodovia vicinal, onde realizaram uma aula em protesto ao desrespeito do estado para com a situação das famílias acampadas” (FERNANDES, 1999a, p. 203).

Em 16 de novembro, o juiz de Pirapozinho revogou a prisão das lideranças do Movimento, atendendo aos interesses dos grileiros. Visando conquistar a opinião pública local, tanto o MST quanto os grileiros promoveram atos públicos. O MST fez uma passeata de 100 quilômetros; os grileiros realizaram uma manifestação pública contra a intensificação das ocupações. O MST saiu vitorioso porque teve o apoio político da maioria das prefeituras locais. Em novembro, o MST fez nova manifestação em apoio à luta pela terra no Pontal que contou com a participação de mais de 2.000 pessoas e teve o apoio de dez sindicatos de trabalhadores rurais da região, das Comunidades Eclesiais de Base, do PT, da CPT, da CUT, da AGB e do Centro Acadêmico de Geografia da Unesp. Os grileiros responderam com um *tratoração* que apesar da divulgação pela televisão, rádio e *outdoor*, contou com a participação de apenas 500 pessoas apoiadas pelo PFL, sindicatos patronais e profissionais liberais, entre outros. A crise resultante dos conflitos fundiários chegara a um momento crucial que levou os grileiros à exacerbação da luta de classes, devido às perdas políticas.

Essa situação criou novo conflito entre CESP e MST e outro no interior do Movimento por causa da forma como eram feitos os assentamentos provisórios. A estratégia da ITESP era instalar os assentamentos nas áreas arrecadadas para “ganhar pelo cansaço” tanto o MST quanto os grileiros. Mas, como o Movimento não havia definido, no acordo feito com o governo, a forma de realização dos assentamentos, esse encontrava-se politicamente acuado, já que não podia recusar os precários assentamentos provisórios, mas, ao mesmo tempo, perdia espaço político interno. Além disso, temia perder as terras arrecadadas diante da organização dos grileiros para redirecionar o contexto político do Pontal. MST, ITESP e grileiros buscavam, cada um, ocupar e dominar seus espaços políticos para obter melhores condições de negociação. Todavia, como esse processo era construído pelo enfrentamento e correlação de forças entre as três partes, a vitória dependia das estratégias usadas e do ganho de forças no jogo político.

Ante a morosidade do Estado, os sem-terra resolveram continuar as ocupações no Pontal usando a mesma tática: ocupar, plantar e sair. Assim, em 20 de janeiro de 1996, 500 trabalhadores ocuparam a fazenda Santa Rita, de 13.000 hectares no 13º perímetro do Mirante do Pontal. Com essa ocupação, o MST declarava que o ITESP não cumprira o acordo de 4 de

novembro. Mais uma vez, buscando desmobilizar as ocupações, em favor dos grileiros, o poder judiciário prendeu seis líderes sem terra. Em apoio ao MST, políticos do PT e PC do B visitaram os assentamentos, constatando a falta de infra-estrutura e o desprezo do governo pela situação dos sem terra.

Nesse episódio, os grileiros tiveram uma das vitórias mais importantes no jogo de forças com o Estado e o MST porque conseguiram que o Tribunal de Justiça do Estado suspendesse “as liminares de tutela de 30% das áreas das fazendas, concedidas pela juíza de Mirante do Paranapanema” (FERNANDES, 1999a, p. 209). Com essa vitória e com as prisões dos líderes do MST, os grileiros reverteram o jogo político a seu favor. Essas prisões levaram o MST a promover atos públicos com o apoio de lideranças nacionais do PT e da CUT, as quais, ao visitarem os trabalhadores encarcerados, denunciaram o caráter político das prisões. No Congresso, parlamentares ligados à questão agrária fizeram uma vigília em protesto às prisões. Após quarenta dias, o STJ revogou, por unanimidade, aquelas prisões.

Essas ações em favor dos sem terra construíram um novo cenário da luta no Pontal a ponto de levar o ITESP a preparar um processo para entrar com ações reivindicatórias de 20.000 hectares de terras devolutas localizadas em vários perímetros das comarcas de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio e Caiuá. Passados 110 anos da grilagem em Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Aguapeí, a luta dos sem terra acumulava uma série de vitórias e derrotas, porém, havia demonstrado possuir uma força capaz de abater o domínio dos grileiros que ali imperavam por mais de um século.

Em 1996, o MST havia realizado mais de 100 ocupações, conquistando quatorze assentamentos<sup>27</sup>. Durante o período de formação, a partir das experiências e conquistas, o MST espacializou-se e conquistou frações do território. Esse processo de transformação da realidade proporcionou novas e diferentes condições de luta pela terra no país. Por meio da ocupação, o MST abria a perspectiva de territorialização da conquista das terras griladas do Pontal e de outras terras que seriam conhecidas no processo de espacialização.

---

<sup>27</sup> Até março de 1996, o MST havia conquistado os assentamentos: Sumaré I e Sumaré II (Sumaré), Porto Feliz (Porto Feliz), Padre. Josimo Tavares (Promissão), Liberdade (Andradina), Áreas IV, V, VI (Itapeva e Itaberá), Fazenda Ipanema (Iperó), Conquista (Tremembé), Santa Clara, São Bento, Estrela Dalva e os assentamentos provisórios no (Mirante do Paranapanema) (*Grifo nosso*).

No capítulo seguinte será feita uma análise da trajetória política da esquerda brasileira representada pelo PCB e PT, com o objetivo de investigar se esses partidos apresentaram uma proposta de construção do socialismo no Brasil e se esta foi colocada em prática.

## **CAPÍTULO II**

### **A ESQUERDA BRASILEIRA E A REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA: PCB, PT**

Nesse capítulo analisaremos a trajetória política da esquerda brasileira, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que se apresentaram como representantes dos trabalhadores, afirmando-se como partidos de oposição e possíveis construtores de uma nova sociedade, com projeto de cunho socialista. O intuito é ressaltar a importância desses partidos como aglutinadores das forças políticas de esquerda e mostrar como assumiram caminhos diferentes da perspectiva de criação de um projeto socialista.

Também será abordada a proposta do MST de construção de uma sociedade socialista. O intuito é mostrar que, apesar desse movimento social não ser considerado como um partido político e, portanto, não ser historicamente o responsável por aglutinar as vontades e a força política das classes subalternas, o MST propôs-se organizar a fração camponesa da classe trabalhadora e, ao fazer isso, assumiu um papel que historicamente foi desenvolvido pelo partido político. Em sentido gramsciano, o MST se apresenta como um partido político e aponta para a construção do socialismo no Brasil. Diferentemente do PCB e do PT, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que surgiu no mesmo contexto histórico em que se originou o PT, renegou a adesão ou a defesa de alianças com as frações burguesas e colocou em pauta seu projeto classista inicial, a partir de meados dos anos 1980.

Por causa disso, o MST foi ganhando expressividade e construindo legitimidade, ao longo de sua trajetória política, transformando-se numa das maiores organizações de esquerda do mundo. O PT, ao contrário, optou por uma fuga pela via do reformismo, aderindo às políticas neoliberais e formando alianças com a burguesia. É em razão disso que julgamos necessário averiguar também, nesse capítulo, se o MST pretendeu construir o socialismo entre os sem terra e

quais medidas foram tomadas para efetivar o seu projeto socialista. O ponto de partida dessa análise é a trajetória desse movimento social.

## **2.1. - O processo de formação da esquerda brasileira**

O processo de “modernização” do Brasil ocorreu na fase de transição da acumulação mercantil exportadora para a acumulação industrial, sem ter havido alteração em sua organização produtiva. Posterior à italiana e à alemã, a industrialização brasileira ocorreu quando já haviam sido travadas as primeiras batalhas teóricas e práticas do proletariado nesses países, e o capitalismo se encontrava em sua fase de acumulação monopolista avançada, na qual a contradição capital-trabalho se encontrava consolidada. A relação dialética constituída por um capitalismo hipertardio, subordinado e excludente e uma superestrutura composta por uma classe dominante débil e autocrática configuraram uma estrutura política à sua imagem. Apesar disso, o latifúndio “pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento do país” (COUTINHO, 1988, p. 106). Isso porque, de um lado, a grande propriedade latifundiária transformou-se gradualmente em empresa capitalista agrária e, de outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social.

Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado, ou seja, não foi a burguesia revolucionária que conduziu o operariado e camponeses à transformação capitalista brasileira, visto que essa ocorreu por meio de acordos entre as frações dominantes, pela exclusão das forças populares, pelo uso de aparelhos repressivos e pela intervenção do Estado na economia. A transição, desde a independência política até o golpe de 1964, efetivou-se por meio de revoluções passivas, de tipo antipopular. Logo, a “revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma ‘passiva’, obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a Abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho sem rupturas no interior das elites” (VIANNA, 1997, p. 16).

A aliança entre a propriedade agrária e o imperialismo capitalista gerou uma burguesia industrial que foi tornando-se cada vez mais autônoma, apesar de sua ascensão como fração dominante ter ocorrido por meio de um acordo que preservou o latifúndio feudal, o qual se tornou, aos olhos da burguesia, um entrave à capitalização. Nesse contexto, o fortalecimento do Estado nacional foi essencial para elevar, ao poder, a burguesia e garantir a existência de um mercado capitalista interno, capaz de resistir à expansão imperialista no país. Assim, somente “quando o capital agromercantil cafeeiro alcançou os limites da sua capacidade de reprodução ampliada, desencadeou-se uma ‘revolução burguesa’” (SODRÉ, 1990, p. 31).

O processo de formação da classe operária brasileira ocorreu de modo diferente daquele dos países clássicos, onde o trabalho seguiu as mesmas etapas do processo de constituição do capitalismo. Em nosso país, a constituição do operariado ocorreu em um contexto de predominância da grande indústria, por conseguinte, o surgimento e a configuração da esquerda brasileira também apresentaram caráter particular, resultado da própria base material da qual emergiram. Portanto, somente a partir do processo de transição de uma economia agromercantil para uma plenamente capitalista é que foi gerado um proletariado moderno no país, ainda que restrito a algumas cidades e sob condições de exploração da mais valia pré-capitalista. Com a classe operária brasileira surgiram as ideologias a ela vinculadas em suas formas mais variadas - o socialismo e o anarquismo - com suas formas organizativas e sindicais.

A nascente classe operária enfrentou as forças coercitivas do Estado liberal oligárquico e a jovem burguesia conduzida pela vanguarda anarco-sindicalista. Esta, no entanto, não conseguiu fazer o operariado ultrapassar “a luta por reivindicações econômicas e sociais, não se apresentando como um adversário político. Faltava-lhe organização partidária, estratégia para a ação e um sistema de aliança que criasse as bases para sua influência política social” (VIANNA, 1978, p. 73). Além disso, foi deixado de lado o aliado clássico do operariado – os camponeses e os trabalhadores do campo -, que se encontravam submetidos aos latifundiários.

Soma-se a isso, a baixa representatividade do operariado nos sindicatos no início do século XX e o fato dos grupos anarquistas - com suas diversas configurações ideológicas - não terem conseguido imprimir organicidade aos movimentos para elevá-los do momento espontaneísta a uma organização política que transcendesse as reivindicações economicistas. Somente, a partir da greve de 1917, desencadeada pelo crescimento industrial e o alto custo de

vida provocado pela I Guerra Mundial, foi elevado o número de operários nos centros urbanos, revitalizando a ação dos anarquistas nas fábricas, especialmente em São Paulo e no Rio Janeiro.

O crescimento e o desenvolvimento do operariado exigiam, porém, novas formas de organização por causa da complexidade de sua estrutura política. Esse fator causou “o esgotamento das formas organizativas implementadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas” (MAZZEO, 1999, p. 20), e desencadeou uma crise da hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro causando a sua derrota em meados de 1920. Com efeito, a esquerda brasileira surgiu na lacuna deixada por uma burguesia incompleta e hipertardia, cuja gênese contribuiu para a formação do operariado brasileiro e posterior desenvolvimento da esquerda comunista brasileira nos anos 1920. Assim, a organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, seria produto direto dessas movimentações operárias, ou seja, da cisão do anarco-sindicalismo. O PCB seria filho da derrota “da primeira grande manifestação de rebeldia do trabalho fabril na história brasileira, assim como da primeira grande expressão de internacionalismo da classe operária no Brasil” (DEL ROIO, 2003, p. 281).

Ao longo de sua história, a esquerda brasileira viveu dois grandes momentos: o que foi inaugurado pelo PCB na década de 1920, a partir da base criada pelo anarco-sindicalismo. Porém, nos anos 1960-1970, o movimento comunista fragmentou-se e acabou dissolvido pela ditadura militar. A lacuna política deixada pela repressão foi preenchida por um novo ciclo e por novos atores sociais da esquerda que se articularam em torno de uma alternativa socialista para o país. E o momento de criação do PT em 1979-1980, emergido do vazio político deixado pelo PCB, no quadro de crise da ditadura militar e da “abertura” ao regime “democrático”, provocado pela ofensiva do movimento operário e camponês e em decorrência do processo grevista centralizado no ABC paulista, a partir de 1978, cujas lideranças seriam os primeiros líderes do próprio PT. É a partir da trajetória desses partidos que analisaremos as ações políticas da esquerda brasileira e a possibilidade desta apresentar um projeto socialista para o país.

## **2.2. – A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

Fundado em março de 1922, como resultado do acúmulo das lutas dos trabalhadores que se desenvolveram no início do século XX, num período em que as movimentações populares

começaram a ganhar intensidade, o PCB emergiu como uma organização de vanguarda voltada para a ação revolucionária, com o papel de criar as condições para a transformação da realidade brasileira e desenvolver a “organização de uma frente única operária contra o Estado liberal-oligárquico e o capital” (DEL ROIO, 2003, p. 282).

De modo geral, a trajetória do comunismo no Brasil do século XX coincidiu com o processo de difusão da modernidade capitalista, da “Revolução Burguesa” e de predomínio da concepção da aliança operário-camponesa como agente da revolução democrática e promotor da derrocada do bloco feudal-burguês sustentado pelo imperialismo. Essa concepção estava:

Presidida por uma deformação mecanicista, que pretendia extrair sua política da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção, e não da natureza da crise da formação econômico-social. Contra-senso absurdo, na medida em que aquilo que identificava como entrave ao desenvolvimento — o imperialismo e o latifúndio — atuava como força de sua propulsão no mundo das coisas reais. Subvertidos a teoria e aos fatos, criava-se a fantasia de que vivíamos uma situação pré-revolucionária. Diante de tantas evidências de que as forças produtivas se expandiam, tinha-se como conclusão à inevitabilidade do seu choque com os ‘entraves estruturais’ e, portanto, a necessidade de um desenlace político revolucionário (VIANNA, 1983, p.16-17).

Nesse contexto, o primeiro equívoco do PCB decorria da visão “Oriental”<sup>1</sup> do Brasil, em termos gramsciano, portadora de uma sociedade civil pouco desenvolvida e permeada por relações feudais. Esse equívoco era conseqüente do fato da IC considerar o Brasil como “a China do Ocidente”, por isso a estratégia de luta revolucionária contra as classes dominantes associadas ao imperialismo deveria conjugar a guerrilha rural (como a promovida por Prestes) com o movimento operário e popular urbano. Foi nessa conjuntura de dependência das orientações da IC que o PCB formulou sua *Declaração de Março de 1958*, na qual afirmava:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso do nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira (PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980).

---

<sup>1</sup> Gramsci estabelece uma definição estrutural entre os países a partir de suas formações histórico-sociais e não em termos geográficos. E os classifica como “Orientais” e “Ocidentais”, de acordo com o grau de desenvolvimento do capitalismo em cada um deles. Os primeiros seriam aqueles países que possuem uma sociedade civil débil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; os segundos aqueles aonde ocorre uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde o capitalismo é avançado, o Estado é “ampliado” e a sociedade civil é complexa e bem articulada. Portanto, o processo de “ocidentalidade” é, para ele, um fato histórico que indica os processos histórico-sociais, diacrônicos, que levam uma formação social a se ocidentalizar.

Dessa Declaração podem-se retirar duas questões cruciais para a avaliação das propostas pecebistas: a análise da realidade brasileira e a sua estratégia política. A primeira desconsiderava as particularidades do Brasil em seu processo de formação capitalista; a segunda analisava a realidade do país com base no impasse entre o atrasado e o moderno, entre a herança feudal persistente nas relações agrárias e o avanço do desenvolvimento capitalista nos grandes centros urbanos. No quadro dessa estrutura atrasada, diz o partido, “foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas” (*PCB: Vinte anos de Política (1958-1979)*, 1980, p. 4).

Por essa lógica, o novo carregaria consigo a constituição de um cenário cujos atores principais seriam a burguesia, o proletariado e as contradições decorrentes da relação capital/trabalho. Mas a principal contradição se referia ao imperialismo norte-americano que impedia o desenvolvimento autodeterminado e democrático do país. Essa contradição seria sustentada pela articulação entre latifundiários e setores reacionários da burguesia brasileira. Daí a necessidade de se combater a aliança entre o imperialismo e seus “agentes internos” através de uma frente ampla que incluísse a burguesia nacional. Porém,

A possibilidade da revolução democrático-burguesa sob a hegemonia do proletariado consistiria na realização da aliança operário-camponesa, orientando-se a transformação agrária em termos da alternativa da pequena propriedade camponesa. Isso impunha obviamente a prévia apropriação do aparato do Estado, que definiria o novo estatuto legal de propriedade da terra e dirigiria o processo da sua redistribuição (VIANNA, 1978, p. 129).

Mas, essa não foi a orientação política priorizada pelo PCB que não percebeu, naquele momento de crise orgânica, a possibilidade de construir a hegemonia dos trabalhadores. Essa possibilidade foi aproveitada pela classe dirigente que manteve o seu poder hegemônico por meio da força.

Somente em 1929, o PCB defendeu uma aliança do operariado com as classes médias urbanas, quando “as divisões nas e entre as oligarquias regionais criavam as condições para o fim do regime e para o avanço da burguesia industrial, bem como da classe operária e do campesinato. De fato, o PCB se empenhava em realizar uma revolução democrática que desenvolvesse as forças produtivas do capital, inclusive a classe operária” (DEL ROIO, 2003, p. 283), análoga ao que Engels propôs para a Itália de fins do século XIX. Porém, antes de instaurar um Estado democrático pequeno burguês, o PCB deveria derrubar o Estado liberal oligárquico.

No contexto pré-1964, com a possibilidade de construção da revolução burguesa no Brasil, delineava-se uma situação de formação social brasileira, na qual o PCB se identificava com uma perspectiva socialista e como organizador das várias tendências nacionalistas de esquerda na condução dessa revolução. Esboçava-se, assim, a possibilidade de construção da hegemonia a partir de grupos organizados das classes subalternas em torno de um projeto nacional-democrático que poderia encaminhar as transformações econômico-sociais em desenvolvimento. Devido a sua perspectiva socialista, o PCB seria, nos anos 1960, a principal força marxista e representante da esquerda com potencial para organizar os movimentos sociais.

Porém, com o golpe militar de 1964, a classe dominante: oligarquia e burguesia, contrárias à possibilidade de construção da hegemonia da esquerda, submeteram os grupos de esquerda e o PCB a uma intensa repressão, interrompendo a possibilidade de ascensão desse grupo ao poder, o que levou o partido a recuar diante da violência sofrida, para preservar-se. Nessas circunstâncias, os diversos partidos e frentes de esquerda voltaram-se para a tentativa de compreensão dos erros e estratégias do projeto nacional-democrático. Esse quadro acirrou o debate sobre a estratégia de revolução no Brasil e causou dissidências<sup>2</sup> no interior do partido por causa das discordâncias em relação aos acordos com a burguesia, a via política para o socialismo, da participação no jogo eleitoral e pela sua persistência em seguir as orientações definidas em 1958, que se tornaram obsoletas diante das novas situações postas pelo regime militar. Além disso, o PCB não promoveu a organização dos trabalhadores nem construiu uma hegemonia que confrontasse a hegemonia liberal-burguesa. O PCB deixou de ser o intelectual orgânico dos trabalhadores assalariados do campo e dos pequenos produtores rurais.

Em contraposição às propostas do PCB, esses grupos dissidentes defendiam a luta armada, a exemplo das Revoluções cubana e chinesa. Entretanto, a visão imediatista dessas organizações (restritas às táticas propostas e a mesma leitura de nossa realidade) impediu que desenvolvessem uma política de fortalecimento do movimento operário. Soma-se a isso, a

---

<sup>2</sup> Nos anos de 1960, ocorreu um processo de diversificação da esquerda brasileira, como o atestaram a formação do PC do B (dissidência do PCB) em 1961; do POR (T) trotskista, em 1953; da Polop em 1961, com inspiração em Trotsky e Rosa Luxemburgo; e da AP (católica) em 1962. As dissidências surgidas no interior do PCB até 1962 com a formação do PC do B, que teria como implicação o distanciamento político das massas camponesas dessa organização comunista. Naquele período o marxismo foi sendo incorporado e desenvolvido em oposição à tradição do PCB em influentes Universidades, como a USP. Essa diversificação somada às constantes dissidências internas no interior do PCB após 1964, que tiveram como um de seus desdobramentos a formação de vários grupos e partidos de esquerda com disposição para a luta armada—como a ALN e o PCBR. Esses fatos revelaram as dificuldades que o PCB encontrava, de forma mais acentuada após o golpe, em congregar as várias tendências de oposição em torno de uma identidade, leitura do processo histórico e estratégia comuns.

implantação do AI-5 que restringiu ainda mais o espaço de ação desses grupos. Diante desse quadro, as frações dominantes evitaram formar alianças com a classe operária e o campesinato para impedir que estes se constituíssem como sujeitos políticos autônomos. Em razão disso, o operariado foi reprimido e incorporado ao Estado pela via corporativa que regulou as ações e os direitos dos trabalhadores através de uma legislação específica. Os camponeses foram submetidos às guardas privadas do latifúndio. Desse modo, a política oscilou entre o componente liberal e o corporativismo, “condicionada pelo vínculo imperialista e pela correlação de forças sociais e políticas dentro da forma social brasileira” (DEL ROIO, 2003, p. 284).

A repressão ditatorial levou o PCB a atuar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>3</sup> que se tornou caudatário das insatisfações populares, abrigando no seu pluriclassicismo “a luta pela hegemonia do projeto político da transição, ou seja, os setores democráticos e populares, entre os quais as esquerdas que atuavam clandestinamente no partido, principalmente o Partido Comunista, como o grupo mais estruturado” (ANTUNES, 1999, p. 162).

Nos anos 1960, o marxismo chegava à América Latina permeado pela filosofia positivista e estruturalista, gerando uma ideologia conciliadora nos intelectuais brasileiros, reforçando as “análises contemporâneas que ressaltam a dificuldade ou impossibilidade encontrada pelo movimento operário nos finais do século XIX e dos inícios do século XX – inclusive na Europa -, em compreender na sua complexidade, a profundidade das categorias analíticas desenvolvidas por Marx” (MAZZEO, 2003, p. 157).

A inadequação do estruturalismo como instrumento de reflexão de nossa realidade e a transposição etapista levou alguns intelectuais marxistas brasileiros da corrente renovadora<sup>4</sup> a revisitar, por volta de 1975, as formulações de Lênin sobre as formas de “evolução” do capitalismo, as pontuações de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado do

---

<sup>3</sup> Partido gerado pela extinção dos partidos anteriores a 1964 e a implantação do bipartidarismo.

<sup>4</sup> No seu livro *O pecebismo inconcluso* (1994), Raimundo Santos designa como corrente renovadora aquela ligada à “longa trajetória da elaboração de um pensamento no interior desse partido (PCB) que rompe com a idéia da revolução de curto prazo, para trazer ao centro de sua estratégia a democratização progressiva da sociedade como alternativa possível à modernização conservadora e excludente” (SANTOS, 1994, p.13), cujas origens estariam no período compreendido entre os anos de 1954 e 1957, momento de preparação da política expressa na *Declaração de Março de 1958* do Partido Comunista Brasileiro, e que ganharia novo fôlego com uma nova geração de intelectuais formados no Partido entre as décadas de 1960 e 1970. Esses teóricos defendiam uma política de unidade das forças antiditatoriais, e de ampla frente de resistência de combate à ditadura. Centrados na luta pelas liberdades democráticas, como orientação política alternativa à lacuna deixada pela esquerda daqueles anos. A partir daí, a política de vocação democrática se enraizaria no PCB e faria ponte entre aquela geração renovadora mais antiga e os jovens intelectuais lukácsianos e gramscianos. Entre estes estavam Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Marco Aurélio Nogueira, entre outros jovens intelectuais.

capitalismo, e os conceitos de *via prussiana*, de Lênin e Lukács, e de *revolução passiva*, de Gramsci, elegendo-as como categorias fundamentais para a análise do caso brasileiro e de seus atores políticos para polemizar com a teoria estruturalista.

Também a categoria trabalho seria essencial para a análise materialista do real e na consideração da classe operária como principal agente da mudança social, rumo a superação do capitalismo. A introdução dessas categorias realçaria as dimensões históricas de nossa realidade, transcendendo os reducionismos dogmáticos e evidenciando o efetivo caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade. A adoção do método marxiano foi essencial para mostrar os limites do estruturalismo como instrumento teórico de análise da realidade do país. Logo, “levar o marxismo a sério seria utilizá-lo para compreender a gênese daquela configuração política e social deflagrada após o golpe e mapear as possibilidades de sua desconstrução e superação” (LIMA, 2003, p. 86). Com efeito, era primordial valorizar a dialética e a noção de sujeito como agente de suas relações históricas em contraposição aos vários matizes do positivismo e do estruturalismo francês, presentes na cultura brasileira nos anos 1960.

Tratava-se de combater todas as formas ideológicas que produzissem um discurso fatalista por meio de categorias de análise que recobrissem o papel da ação humana no fazer da história, que criassem, pelo poder da argumentação, uma realidade coisificada e refratária à intervenção. Procurava-se evitar o perigo de se fazer uso das categorias de análise legadas pelo marxismo sem a mediação da dialética, ou que se concebesse a práxis humana como um reflexo dos arranjos estruturais existentes em cada sociedade. Foi, pois, precisamente a ausência da concepção dialética da história decorrente da incorporação do estruturalismo que impossibilitou a compreensão de como se processa a relação entre o historicamente novo e o velho numa dada formação social, isto é, “no lugar da concepção da história como história global, como totalização, como síntese dialética de contínuo e descontínuo, surge a imagem - althusseriana - de uma ‘história’ fragmentada em séries dotadas de temporalidade própria, na qual domina a categoria da descontinuidade” (COUTINHO, 1972, p. 151, apud LIMA, 2003, p. 88).

Assim, a perda da dimensão da ação dos sujeitos era um dos problemas centrais do PCB que se lançou para o economicismo<sup>5</sup>, perdendo de vista a concepção aberta de história

---

<sup>5</sup> Segundo Gramsci, o economicismo é um movimento teórico pelo livre-cambismo e pelo sindicalismo teórico. O significado dessas duas tendências é bastante diferente: a primeira é própria de um grupo social dominante e dirigente; a segunda, de um grupo ainda subalterno, que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não soube sair da fase do primitivismo. A “formulação do

desenvolvida por Marx. Então, o nó a ser desatado pela teoria era o das articulações do modo de produção, responsável pela configuração das classes sociais e de seus papéis na reprodução social com o espaço mais amplo da formação social, a qual abrange a estrutura e também a superestrutura. Nesse caso, as concepções gramscianas jogavam “luz sobre a falaciosa separação mecânica entre supraestrutura e infraestrutura” (VIANNA, 1978a, p. 67). Tratava-se de localizar “o terreno vivo da interação do sujeito concreto com o real concreto” (VIANNA, 1978a, p. VII).

Os renovadores procuraram localizar os sujeitos coletivos que pudessem disputar a direção da mudança. Para tanto, analisaram a formação econômico-social brasileira evitando diluir as relações entre forças produtivas e relações sociais de produção, articulando-a à noção de sujeito histórico. Nesse contexto, a inserção dos intelectuais nas lutas de classe seria essencial na tarefa de superar as manifestações de um estruturalismo economicista no marxismo. Por isso, as contribuições de Lênin e Gramsci sobre a questão da hegemonia tornar-se-iam primordiais para a compreensão do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nos anos 1970, pois

o problema da hegemonia recupera o tema clássico do pensamento político, abandonado nas versões simplificadoras do marxismo e pelos funcionalistas. O supra-estrutural não é percebido apenas como uma instância, mas sim no seu arranjo orgânico com a base estrutural da formação social. Assim considerada, a ideologia não se deixa captar pela chamada teoria do reflexo, em que o ideal não passa de uma transfiguração de algo emanado pela ‘base’. O conceito de hegemonia não permite esse corte entre o plano do real e do ideal. A superação do mecanicismo importa, de um lado, em reconhecer o papel da atividade consciente humana na criação do social e, de outro, na admissão de que esta se efetiva conforme linhas grossas de determinação inscritas na organização social da produção (VIANNA, 1978b, p. 27).

A política traçada pelos renovadores contribuiu, sobremaneira, para superar o “mecanicismo” apontado por Vianna e mostrar a importância dos sujeitos e de suas ações no processo de desenvolvimento do capitalismo, os quais poderiam ter sido direcionados pelo PCB,

---

movimento do livre-cambismo baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que a sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. Diverso é o caso do sindicalismo teórico, na medida em que se refere a um grupo subalterno, o qual, por meio dessa teoria, é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado. No que se refere ao liberalismo, tem-se o caso de uma fração do grupo dirigente que pretende modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental, que pretende reformar a legislação comercial e só indiretamente a industrial (pois é inegável que o protecionismo, especialmente nos países de mercado pobre e restrito, limita a liberdade de iniciativa industrial e favorece patologicamente o surgimento de monopólios); trata-se de alternância dos partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade política e, menos ainda, de um novo tipo de sociedade civil” (Gramsci, 2000, V. III, C 13, #18, pp. 46-49).

aproveitando-se das perspectivas abertas pelos momentos de crise na trajetória da “Revolução Brasileira” para imprimir novos rumos à mudança social. Mas, o Partido Comunista não percebeu que a forma histórico-social de desenvolvimento do capitalismo no Brasil deveria ser entendida como uma particularidade que se desenvolve rumo à universalidade, inserida no contexto histórico da Europa Ocidental, que engendrou a *via clássica* do capitalismo cujo processo de acumulação foi gerado ainda no feudalismo, mas que se desagregaria juntamente com sua forma social arcaica, gerando a conformação estrutural de uma nova sociedade que ocorreu permeada por revoluções, criando condições objetivas de consolidação da burguesia e de sua cosmovisão.

Durante os anos 1960 até meados dos 1970, a concepção de revolução camponesa ganhou impulso devido à emergência dos trabalhadores rurais como sujeito político no Brasil, aos andamentos das revoluções em Cuba, Vietnã e Argélia e aos desdobramentos da Revolução chinesa. Esse contexto resultou na cisão interna do comunismo brasileiro que se fragmentou em várias vertentes que viam a “questão agrária como essencial e central na estratégia revolucionária, nucleando sua estratégia na construção da aliança operário-camponesa, ainda que as concepções organizacionais ou táticas fossem variadas” (DEL ROIO, 2003, p. 286). Em fins dos anos 1970, tal estratégia revolucionária foi derrotada por causa da repressão militar.

Por volta de 1975, iniciou-se a desestruturação do PCB, deixando a esquerda brasileira sem representação partidária. A não percepção de que o bloco no poder estava ainda mais coeso levou o PCB a dissociar a relação dialética entre a luta pela democracia e o socialismo, demonstrado pelo seu projeto de desenvolvimento social-democrata burguês, cuja centralidade da luta estaria nas mãos da burguesia. A falta de conexão com a realidade fê-lo sucumbir a uma retórica que provocou o desencanto e a desorganização dos trabalhadores.

A anistia política que trouxe os exilados contribuiu para evidenciar as profundas divergências internas do PCB. Além disso, a derrota dos grupos de resistência armada à ditadura militar, seguida da atroz repressão ao PCB, que não foi eficiente em sua autodefesa, abriu a possibilidade de renovação da esquerda que vivenciou uma série de divisões e recomposições. Durante o período de maior efervescência do movimento operário nos anos 1978-1980, o PCB continuou atrelado à linha política do V Congresso, por isso teve participação inexpressiva nessas greves. O PCB não percebeu que o desenvolvimento econômico gerou uma classe operária moderna e que as greves no ABC colocaram no centro da política nacional esse operariado.

Assim, enquanto os setores mais combativos do movimento sindical, que posteriormente criaram o PT, atuavam por meio do confronto direto ao regime, o PCB aderiu à institucionalidade, à frente democrática, subordinando o movimento operário e sindical às ações da frente ampla, buscando trazê-los para a frente pluriclassista que pretendia construir, ao invés de incentivar o movimento grevista na constituição de um bloco operário-popular condizente com as qualidades adquiridas pelo operariado. Com efeito, o PCB não conseguiu dar respaldo teórico às greves operárias do ABC e ao crescente proletariado, por isso perdeu a possibilidade de representação política dessa fração. A estratégia da revolução em duas etapas, adotada pelo PCB desde sua origem, reservava ao movimento comunista (e à classe trabalhadora, em certa medida) um papel subalterno no curso da revolução democrático-burguesa no país. Tal estratégia foi mantida “em todas as fases do movimento comunista brasileiro, inclusive pelas organizações que travavam a luta armada contra a ditadura militar (1964-1985)” (POMAR, 2005, p. 147). Arelado à política de frente ampla, o PCB continuou não delegando aos trabalhadores a tarefa de promover a revolução socialista. Por causa disso, não foi capaz de encaminhar uma reforma intelectual e moral nem construir a hegemonia da classe trabalhadora brasileira.

### **2.3. - A reorganização do movimento sindical e as greves do ABC paulista**

O colapso do sistema político pré-golpe militar ocorreu porque “a elaborada armadura corporativa parou de funcionar como seus fundadores tencionavam depois que a política se tornou mais aberta e competitiva nos anos 50 e particularmente no início dos 60” (ERICKSON, 1978, p. 17). Por isso, os militares adotaram um sistema político que se configurou num retorno à tradição corporativa do Estado Novo e cujas leis trabalhistas foram “ligeiramente alteradas para proporcionar ao Estado ferramentas mais efetivas de intervenção e controle sobre os assuntos trabalhistas” (ERICKSON, 1978, p. 18). Numa clara demonstração da capacidade diretiva de uma classe sobre o conjunto da sociedade.

A partir de 1964, apareciam com maior evidência dois expoentes na correlação de forças políticas: os militares e o movimento estudantil<sup>6</sup>. Os demais atores desapareceram ou

---

<sup>6</sup> O movimento estudantil declinou após a decretação do AI-5, em 1968, quando a maior parte de sua liderança passou para a luta armada clandestina.

recuaram diante da repressão ditatorial. Com o fim da guerrilha<sup>7</sup>, reapareceu o movimento de massas e, quando se iniciou o processo de democratização política, as novas lideranças sindicais “combativas” e as correntes de esquerda contaram com uma infra-estrutura administrativa capaz de possibilitar a realização de numerosas greves. Porém, a estrutura predominante de 1930 a 1964 continuou desorganizando a Força Sindical. Assim, após as concessões das lideranças ligadas ao PCB e ao antigo PTB, formou-se uma nova geração de sindicalistas dispostos a lutar por espaço na política e economia do país. Muitos deles não tinham ligação com os partidos comunistas anteriores a 1964 ou com organizações de esquerda clandestina que se constituíram após o golpe.

Junto com sua política econômica, o governo militar reprimia o operariado procurando negar a luta de classes, assim proibia o direito à greve e fixava os índices salariais. Para Ricardo Antunes (1980, pp. 76-83), esse quadro agravou-se com o declínio do “milagre econômico” em 1974, quando o governo buscava sustentar seu modelo econômico expandindo o arrocho salarial à classe média, subordinando os operários aos interesses e à força do capital, os quais buscariam em suas próprias organizações a resistência contra essa superexploração. A descoberta, em fins de 1977, da usurpação e manipulação dos salários reais dos operários pelo governo aumentou a oposição ao regime ditatorial. Essa descoberta causou uma onda grevista, cujo ápice ocorreu entre os anos 1978-1980, no ABC paulista, com destaque para São Bernardo do Campo-SP, região de maior concentração operária e com maior número de empresas ligadas ao capital estrangeiro e com técnicas modernas para o padrão nacional. Esse ciclo grevista pôs no centro da política nacional o operariado e evidenciou o aspecto qualitativo do novo proletariado, emergido nos anos de 1960. O auge dessas greves levou o operariado a se concentrar na Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>8</sup> e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

---

<sup>7</sup> Uma série de grupos guerrilheiros surgiria a partir de 1964, em meio ao refluxo dos movimentos populares, desmantelados pela repressão — que também golpeava duramente as organizações de esquerda, as quais se encontravam em pleno processo de “autocrítica”. Sua principal fonte de recrutamento de militantes estava no meio estudantil, berço do único movimento de massas que se rearticulou nacionalmente nos primeiros anos do pós-1964, lançando-se em significativos protestos de rua, especialmente em 1968. As organizações guerrilheiras tinham divergências entre si: acerca do caráter da revolução brasileira (para algumas, a revolução seria nacional e democrática, numa primeira etapa. Para outras, ela já teria caráter imediatamente socialista); sobre as formas de luta revolucionária mais adequadas para chegar ao poder (a via guerrilheira mais ou menos nos moldes cubanos; o cerco das cidades pelo campo, de inspiração maoísta; a insurreição popular etc.); bem como sobre o tipo de organização política a ser construída — discutia-se a necessidade ou não de um partido nos moldes leninistas da III Internacional.

<sup>8</sup> A CUT foi fundada em 1983, no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, quando também foi aprovado um conjunto de reivindicações de natureza política ampla, como o não pagamento da dívida externa, rejeição à privatização das estatais, eleições diretas. Na área sindical, lutava-se por direito irrestrito à greve, liberdade e autonomia sindicais, reconhecimento da CUT como o órgão máximo de representação dos trabalhadores. A Unidade Sindical (US) que não fazia parte desse grupo fundou, em março de 1986, a CGT, que no plano sindical, apresentava

Os marcos mais significativos desse período foram o reascenso das grandes greves de massa dos anos 1978-1980, a mudança no funcionamento e no papel do sindicalismo oficial com a criação da CUT, em 1983, e a política do ministro Almir Pazzianotto, de 1985 que aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs) sobre as eleições sindicais e sobre a deposição das diretorias sindicais contrárias à política econômica. E, ainda, a promulgação da Constituição de 1988 que consolidou esse processo de democratização política e limitou a ação direta do governo na gestão dos sindicatos oficiais.

Porém, afirma Celso Frederico (1991, p. 14), essas greves não tiveram uma direção consciente ou uma análise crítica da realidade, ao contrário, o ponto lacunar do movimento foi “a ausência de uma teleologia *consciente*, capaz de apreender plenamente a contextualização política da greve, capaz de definir de modo claro os objetivos pretendidos, bem como as possibilidades de atingi-los” (ANTUNES, 1992, p. 95). No plano da consciência real, foram significativos os ganhos políticos adquiridos no curso das greves de 1978, tanto que o operariado reemergiu como sujeito coletivo, como se viu pela adesão maciça à greve de 1979.

Todavia, como pondera Armando Boito (1991, p. 48), no momento de crise orgânica aberta pelas greves de massa de 1978, não se constituiu nenhuma força social capaz de superar a estrutura sindical que não sofreu crise alguma, foi apenas reformada. A CUT, que poderia tê-la superado, não percebeu qual era a natureza dessa estrutura ou o seu papel de central sindical transformadora. Por isso lutou apenas contra seus efeitos jurídicos – controle policial dos

---

duas diferenças em relação a CUT: o repúdio expresso, de parte da CGT, à convenção de 1987 da OIT e a ausência de menção à realização de uma greve geral, privilegiando as negociações com as empresas e as mobilizações por categorias. Faziam parte da CUT os sindicalistas “imbatíveis” (do ex-bloco dos autênticos), os militantes das oposições sindicais: da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxistas. Na CGT estavam os partidos comunistas, o MR-8 e os sindicalistas ligados ao PMDB. No plano ideológico, enquanto a CUT se manifestava pelo socialismo, a CGT mostrava-se favorável à economia de mercado. No âmbito das relações trabalhistas e da organização sindical, a CUT defendia um conjunto de reivindicações imediatistas, ao buscar implementar o “ideário neoliberal no seio da massa trabalhadora, facilitadas pela fragmentação dos trabalhadores” (DEL ROIO, 2004, p. 75). Em fins de 1970, apenas os “sindicalistas puros” continuavam na cena política, e, junto com a Igreja, criaram o PT e a CUT, completando a partidarização do sindicalismo. Logo, a CUT foi um “racha” da primeira configuração sindicalista e do realinhamento das forças políticas sindicais. Apesar da maioria das centrais sindicais serem “antes siglas, de ocasião do que organizações sindicais verdadeiras, a CUT se destaca como uma das entidades mais duradouras e talvez com maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro” (BOITO JR, 1991, p. 45). A CUT nasceu para unificar os movimentos popular e sindical numa central de trabalhadores para construir um bloco hegemônico de poder. O objetivo era “construir não propriamente uma central sindical, mas uma grande organização popular reunindo sindicatos, pastorais, organizações de bairro e outras entidades controladas ou influenciadas pela Igreja ‘progressista’” (RODRIGUES, 1991, p. 23). Presumia-se que a soma dessas forças criaria um sindicalismo livre, autônomo e democrático, mas sem o apoio popular, essa hegemonia não se realizou. A prova do fortalecimento do sindicalismo e de sua repercussão no cenário político foi a criação e o crescimento do PT.

sindicatos, determinação dos reajustes salariais por decretos governamentais – e não contra a própria estrutura – investidura, unicidade e impostos sindicais. Em fim, não percebeu a relação causal entre a estrutura do sindicato de Estado e a tutela legal da ação reivindicativa. Mas, apesar disso, não podemos dizer que os petistas e cutistas tenham apenas repetido o que os comunistas fizeram na crise do Estado Novo, pois apesar das semelhanças, a crise do modelo de gestão do aparelho sindical oficial do período militar inseriu-se numa fase de declínio histórico do regime.

De certo a “crise movida entre 1978 e 1985 poderia ter-se fundido às contradições típicas desse período de declínio da estrutura sindical, produzindo, aí sim, uma situação de crise da própria estrutura sindical. Tal, contudo, não ocorreu. E não ocorreu, dentre outras razões, graças à política de reforma da estrutura sindical” (BOITO JR, 1991b, p. 59). As insatisfações dos trabalhadores com o regime apresentaram lampejos de consciência, expressas de formas variadas, mas que não foram filtrados pelos agentes cutistas e traduzida em discurso articulado.

#### **2.4. – O processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)**

O processo de industrialização que transformou a grande propriedade territorial em propriedade capitalista da terra gerou um Estado disposto a unir as classes proprietárias e manter fragmentadas as classes subalternas, “como de resto é a razão de ser de todo poder político estatal (...) A eclosão de sucessivas greves de massa entre os anos de 1978-1980 projetou a massa trabalhadora para o centro da luta política que opunha o regime político militar a uma gama crescente de forças sociais e políticas, centradas nas demandas democratizantes das camadas médias urbanas” (DEL ROIO, 2004, p. 70-71).

Diante do quadro social desfavorável deixado pelos militares, a atuação da esquerda no processo de democratização seria determinada pela sua capacidade de reconstituir-se e impor-se como alternativa à construção de um projeto classista. O momento era propício para aglutinar as forças populares, porém não existia um partido que apresentasse uma saída política para as novas camadas de trabalhadores e interviesse na luta política para representá-los, em fins de 1970. Em razão disso, os intelectuais renovadores dissidentes do PCB -fundadores da vertente

“eurocomunista”<sup>9</sup> - buscariam construir o projeto de criação e estruturação do PT. Assim, foi criado em 1979, o Movimento Pró-PT<sup>10</sup>, em cujos documentos o PT proclamava-se um partido novo, amplo, aberto e de massa, confrontando-se com a esquerda tradicional e renegando as semelhanças com os partidos anteriores, a história e os erros do movimento operário mundial.

Oriundo do novo sindicalismo emerso no final dos anos 1970, o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>11</sup> surgiu como crítico da ditadura militar; da burguesia, dos regimes stalinistas do Leste Europeu; como oposição ao PMDB, PDT, PTB e defensor de um “socialismo democrático”. Na reunião que lhe deu origem foram aprovados o Programa, o Plano de Ação e o Estatuto do partido. Nesses, diferentemente dos documentos anteriores<sup>12</sup>, percebe-se a ausência

---

<sup>9</sup> Tal expressão originou-se do debate político italiano referente à estratégia do “compromisso histórico” desenvolvida por Enrico Berlinguer, então Secretário Geral do PCI, que constituía um projeto de alianças entre as massas comunistas e católicas em defesa da democracia. Segundo Del Roio (2002, p. 133) o “eurocomunismo” tinha “como pano de fundo uma visão crítica do ‘socialismo real’ e a insistência na particularidade histórica do Ocidente e da transição socialista”. Seria uma espécie de terceira via entre o socialismo e a social-democracia, que buscava um novo nexos estratégico entre democracia e socialismo.

<sup>10</sup> Fundado em 1º de maio de 1979, por algumas das principais lideranças sindicais, entre eles Lula, o Movimento Pró-PT ficou conhecido como o movimento em favor da criação de um partido dos trabalhadores, tornando-se pólo aglutinador de militantes de esquerda que procuravam uma alternativa partidária. Entre as forças políticas que aderiram ao movimento, destacam-se as organizações da esquerda clandestina, parte dos “autênticos” do MDB e os movimentos ligados à Igreja Católica. Nessa data foram elaboradas a Carta de Princípios, a Declaração Política e a Plataforma Política do Movimento, com os quais justificavam a necessidade da formação do partido, sua natureza e caráter. A Carta de Princípios propunha a criação de um partido defensor e representante dos interesses dos trabalhadores, de caráter classista e organizador das massas do campo e das cidades na construção da democracia. A Declaração e a Plataforma Política, lançadas em 13 de Outubro de 1979, preconizavam a ligação do partido com o movimento sindical e a luta por direitos. Tal Movimento estruturou-se rejeitando o conceito de vanguarda da classe operária, em comunhão com uma cultura que nega a mediação teleológica como instrumento de ação, evidenciando, desde então, o descompromisso com a revolução socialista. Sua ação assemelhava-se àquela do “mito” soreliano, do sindicato profissional, na fase anterior à compreensão do partido político, em que “(...) A solução era abandonada ao impulso do irracional, do ‘arbitrário’ (no sentido bergsonianos de impulso vital), ou seja, da ‘espontaneidade’” (GRAMSCI, 2000, V. 3, C 13, #1, p. 15). Nesses casos, o oportunismo se tornaria a única política possível. Na Plataforma Política, ao invés de abordar o socialismo e defini-lo claramente, seus militantes preferiam mencionar a luta “por um governo dos trabalhadores” (PT, 1979, p. 79). Na verdade, estabeleceu-se uma polêmica acerca da inclusão ou não da palavra socialismo na Declaração Política, como ressaltou o petista Gadotti: “embora todos concordassem com a luta pelo socialismo, muitos argumentavam pela sua inoportunidade, temendo que os trabalhadores pudessem entendê-la equivocadamente. Para Lula, a expressão ‘caminho para o socialismo’, que constava como uma das propostas de redação, seria entendida por muito trabalhadores como sinônimo de ‘antidemocracia’ e a maioria não sabia o que era. Assim, o item sobre a luta pelo socialismo foi ‘traduzido’ como termos seguintes: ‘o PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores’, única maneira de por fim à exploração e à opressão” (GADOTTI, 1989, p. 42). E como disse Babá (2003, p. 103) as menções à palavra socialismo no programa do PT não passam de palavras.

<sup>11</sup> Fundado em fevereiro de 1980, aglutinou desde sua origem militantes vindos de três correntes ideológicas: de organizações de esquerda, do movimento sindical e agentes de pastoral da Igreja Católica (CEBs). Formou-se como partido classista, de base e de massas, pretendendo desenvolver-se como uma agremiação de esquerda não vinculada às tradições ortodoxas. É o principal partido de esquerda existente no país na década de 1980, com maior número de parlamentares, prefeitos e governadores eleitos pela esquerda na história do país.

<sup>12</sup> Nos Documentos do Movimento Pró-PT foram citadas inúmeras vezes a palavra Socialismo, apesar de não ter sido explicitado, em nenhuma delas, o significado do termo.

de formulações de cunho socialista como: “partido sem patrões”, “governo dos trabalhadores” e “socialismo”.

Com essa reformulação, o PT pretendia estabelecer uma linha política que atendesse a todas as concepções políticas que o compunham, visando propiciar uma convivência democrática. Isso porque, o PT conglomerou em sua formação sindicalista, setores progressistas da Igreja, professores, artistas, organizações operárias, tendências marxistas e intelectuais egressos da esquerda tradicional, apresentando um projeto partidário de cunho classista e propagando ser uma novidade política. Essa diversidade de correntes políticas que o compunha, era respeitada, apesar das divergências internas em relação às diretrizes do partido e ao seu projeto político.

Assim, a abertura política ocorreu numa conjuntura de recomposição da esquerda brasileira, especialmente com a ascensão do PT e do papel de vanguarda cumprido pelos metalúrgicos do ABC, como decorrência da onda grevista que propiciou certo avanço político na consciência de classe da classe trabalhadora<sup>13</sup>, mais especificamente da fração operária. E, ainda pela criação da CUT e do MST, como resultado desse quadro que se repetia, também, no campo. Esse movimento camponês apontou uma nova forma de lutar pela reforma agrária: a estratégia da ocupação organizada. Assim, mesmo em sua forma embrionária e sem o vulto do sindicalismo oficial, o MST passou a incomodar as forças dominantes.

Nas eleições de 1982, a aparição pública do PT o afirmou como partido de classe, evidenciando sua “diferença” em relação aos liberais democratas do PMDB que, ao contrário do PT, tinham um projeto político e representavam a hegemonia burguesa, apesar de ser um partido de massa. Em 1983, após a posse dos governadores do PMDB, o desemprego crescente desencadeou uma onda de manifestações contra o governo militar na luta por melhorias salariais e liberdades democráticas. Porém, os recém criados PT e CUT não organizaram os movimentos espontâneos, nem desenvolveram a consciência de classe<sup>14</sup> do operariado. O espontaneísmo deu o

---

<sup>13</sup> Integram a classe trabalhadora todos os que são desprovidos da propriedade privada dos meios de produção e ou do capital, e que, portanto, só têm a força de trabalho como forma de sobrevivência (*Grifo nosso*).

<sup>14</sup> Além das concepções marxiana e gramsciana de consciência de classe que serão expostas nesse estudo é importante ressaltar, ainda que suscitantemente, as contribuições deixadas por Lênin em sua obra *Que Fazer?*; por Rosa Luxemburg em *Reforma ou Revolução?*; por Georg Lukács em *História e consciência de classe* (1923), Kautsky e de Leon Trotsky na obra *História da Revolução Russa* (1932). De acordo com Kautsky e Lênin, uma consciência de classe adequada, isto é, política, só pode chegar à classe operária “a partir de fora”. Para Lênin somente uma “consciência sindical” pode surgir “espontaneamente na classe operária, isto é, uma consciência da necessidade e da utilidade da representação dos interesses econômicos da classe operária contra os interesses do capital. A consciência de classe política só pode ser desenvolvida pelos INTELECTUAIS que, por serem portadores da cultura e bem

norte às greves tendo a direção petista se limitado a executar as decisões tomadas pelos movimentos.

A consolidação do PT se deu no contexto de luta das massas trabalhadoras “organizadas dentro do contexto da ordem burguesa ocorreu com a formação da Central Única dos Trabalhadores em 1983. A partir de então, o PT definiu-se como braço político do movimento operário, cabendo à CUT o papel de braço político sindical, desdobramento que caracterizou toda a trajetória do movimento socialista/comunista do século XX” (DEL ROIO, 2004, p. 72), nos moldes do “reformismo operário clássico, a criação desse partido representa um início de ruptura com a inércia partidária do estatismo populista” (BOITO JR, 1991, p. 62).

Apresentando-se como partido diferente do PTB<sup>15</sup>, de Vargas, e do PCB, o PT surgiu tendo como principal fonte de sustentação política os movimentos sociais. Sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o PT encontrou, num primeiro momento, seus pilares de sustentação: o sindicato e a Igreja Católica, estabelecendo uma nova forma de ação por parte da esquerda. O PT encontraria nesse contexto de crise orgânica e de derrocada da ditadura as possibilidades institucionais para sua fundação, pondo fim ao bipartidarismo político, embora Mauro Iasi (2004, p. 121) ressalte que o correto seja dizer que a militância surgida dos movimentos sociais manteve uma relação quase espontânea e automática com o PT, já que “as fronteiras entre os adeptos da Igreja, o movimento social e o partido eram muito fluidas”.

---

informados, e por estarem à distância do processo de produção imediato, estão em condições de compreender a sociedade burguesa e suas relações de classe em sua totalidade. Mas a consciência de classe desenvolvida pelos intelectuais, consubstanciada na teoria marxista, só pode ser adotada pela classe operária, e não pela burguesia ou pela pequena burguesia. Como o instrumento organizacional para a transmissão de consciência de classe à classe operária concreta, Lênin imaginou um ‘novo tipo de partido’, composto de revolucionários. Em contraste com essa concepção leninista, Rosa Luxemburg deu destaque a ao papel da experiência social, a experiência da luta de classes, na formação da consciência de classe. Até mesmo os erros no curso das lutas de classes podem contribuir para o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada capaz de assegurar o sucesso final, ao passo que o patrocínio do proletariado pelas elites intelectuais só pode levar ao enfraquecimento da capacidade de agir e à passividade. Lukács (1923) desenvolveu uma espécie de metafísica da consciência de classe, que foi condenada, de forma imediata e decisiva, pelos marxistas, tanto leninistas como social-democratas. Mas as formulações de Lukács na verdade correspondem perfeitamente à teoria leninista, e o mesmo acontece com sua concepção do papel do partido. A definição que Lukács propõe de consciência de classe vem, como a de Lênin, da tese de que a consciência de classe ‘adequada’, ou política, deve ter como conteúdo ‘a sociedade como uma totalidade concreta, o sistema de produção em um determinado ponto da história e a resultante divisão da sociedade em classes. (...) Essa consciência não é, portanto, a soma nem a média do que é pensado ou sentido pelos indivíduos isolados que constituem a classe’” (BOTTOMORE, pp. 76-77).

<sup>15</sup> Fundado em 1945, por Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro reunia lideranças do movimento trabalhista. Possuía doutrina nacionalista e corporativa. Em 1965, foi extinto pelo golpe militar, o que ocorreu também com os demais partidos, e refundado em 1979, sob o controle de Ivete Vargas, neta de Getúlio, passou a reunir forças políticas conservadoras, desvinculadas de suas origens trabalhistas.

A democracia interna do PT se sustentava na organização da base em núcleos de filiados com poder de decisão no partido e pelo direito às tendências que se apresentavam como uma novidade em relação aos partidos da esquerda tradicional que viam, na tendência, uma ameaça. Portanto, o PT é fruto de uma construção partidária de lideranças em âmbito nacional que, nos anos 1978-1980, encabeçou o processo de lutas que resultou na sua fundação e na reconstrução do movimento sindical e na reorganização das lutas no campo. A força desses movimentos foi demonstrada na Campanha das “*Diretas Já*”, em 1984, pela presença do povo nas manifestações de rua. Essas lutas, à época, viviam uma fase de ascensão e isso explica a diferença do PT em relação aos outros partidos social-democratas, comunistas e socialistas do mundo Ocidental, por alimentar a possibilidade de se construir um projeto socialista. Sua gênese

foi potencializada pelo fato importantíssimo de que aqui quase não havia competição no campo da esquerda. A esquerda tinha sido destruída. Por isso Lula é um líder operário que praticamente não precisou competir com ninguém, porque o velho PCB tinha se desmantelado e a esquerda dele (já rompida com o partido) tinha sido fracionada e se envolvido numa aventura militarista – o heroísmo dos que lutaram contra a ditadura merece respeito, evidentemente. A esquerda fisicamente destruída e desmantelada, deixou uma lacuna enorme, e é nesse momento que o PT surge e ocupa rapidamente esse vazio. Foi um processo que se deu quase sem resistência (ARCARY, 2003, pp. 95-96).

Existiram outros partidos que também surgiram no movimento sindical no momento de ascensão das lutas dos trabalhadores como o PT. A história do “Partido Trabalhista Inglês ou do Partido Social-Democrata alemão é uma história que tem muitos pontos de contato com a história do Partido dos Trabalhadores mesmo no Brasil, se analisarmos o ressurgimento do PCB na redemocratização de 1945, ele tem muita semelhança com o surgimento do PT e sua trajetória no início dos anos 80, então a novidade não era tão grande assim” (MATTOS, 2003, p. 104). A novidade do PT estava em negar, “explicitamente, a estratégia etapista adotada pelo movimento comunista. Ao contrário daquele, o Partido dos Trabalhadores afirmava, durante os anos 1980, uma estratégia diretamente socialista” (POMAR, 2005, p. 149).

É evidente que havia diferenças entre ambos, pois o PT buscou manter nas suas origens um vínculo com os movimentos sociais diferente daquele da “correia de transmissão” e buscou democracia interna. Ele tinha um projeto para se distanciar do modelo do PCB e da social-democracia que foi se diluindo aos poucos. Mas, o PT era diferente do ponto de vista internacional porque as lutas sociais dos trabalhadores no Brasil estavam em uma fase ascendente que empurrava o partido para uma fase mais ofensiva, enquanto no plano internacional os partidos de base trabalhadora viviam uma fase de refluxo, tanto os social-democratas quanto os de origem comunista. Nessa época, os partidos comunistas viveram a crise do “socialismo real”, e

a social-democracia viveu a ascensão do neoliberalismo. Com isso, esses partidos perderam o espaço político conquistado no pós-guerra. Essa era a diferença do PT, nos anos 1980.

Os resultados políticos das mobilizações desse período levaram a maior parte da classe dominante a apoiar uma candidatura de oposição moderada, preparando o terreno para uma transição pacífica e conservadora. Assim, para afastar a participação popular e manter o poder hegemônico da classe dominante, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães costuraram um acordo político em torno da Aliança Democrática que reuniu PMDB, Frente Liberal e setores do PDS e com o apoio do empresariado e Forças Armadas. Com efeito, os intelectuais liberais aproveitaram o momento de crise orgânica para promover uma “revolução pelo alto” e recuperar a hegemonia dominante, e numa clara demonstração de consciência de classe e percepção da necessidade de estabelecer uma correlação de forças, o PMDB recuperou parcialmente o poder.

É certo que o PT criou uma ação baseada na movimentação popular, ao contrário do PCB, que privilegiou as alianças táticas no combate à ditadura. Todavia, combater a ditadura não equivale por si só a lutar pela democracia. É necessário “acertar com o sentido do fluxo do novo movimento ascensional da revolução da sociedade civil para servir à história onde ela está no movimento, nas presentes condições do Brasil. Só assim se poderá atacar a cidadela do terrorismo burguês e simultaneamente reencitar a construção de efetiva democracia de participação ampliada que possa servir de base e ponto de partida de uma revolução conduzida pela maioria” (FERNANDES, 1982, pp. 68-9).

O PT não aproveitou aquele momento de crise orgânica para lutar no terreno do próprio inimigo, isto é, de combinar ações dentro da legalidade burguesa através de uma aliança com o PMDB, e diferentemente do PCB, impor nessa aliança a sua real força política, alicerçada nos movimentos sociais. A inexperiência política impediu o PT de ver que “a primeira grande derrota da burguesia tem de ocorrer no plano político e deverá consistir no esfacelamento de qualquer forma de manifestação da ditadura de classe, esconda-se ela sob a república institucional ou sob simulações democráticas mais ou menos sutis. Estes fatos sugerem que os partidos operários devem aproveitar todo o campo que estiver ao seu alcance para se organizar e crescer legalmente” (FERNANDES, 1982, p. 76).

A reorganização política promovida pelo PMDB, em 1984, levou o PT a realizar o II Encontro Nacional, no qual decidiu estreitar as relações com seus núcleos de base que eram os responsáveis por viabilizar as ações do partido junto às comunidades. Além disso, defendia o fim

dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o não pagamento da dívida externa e a manutenção do “vínculo de suas reivindicações com as do movimento sindical, lutando contra a política salarial, o desemprego e a estrutura sindical atrelada ao Estado” (PT, 1984, p. 151). Porém, apesar da radicalidade de suas propostas, suas ações foram norteadas pela lógica capitalista, tornando-se um mero órgão educativo de tipo sindical.

Nas primeiras eleições diretas após o regime militar, o PT veiculou sua imagem a de um partido aberto, dirigido a amplos setores sociais, com o objetivo de atrair a classe média, da qual saíram os candidatos que representariam o partido nas eleições. Em razão disso, foi suprimido o lema corporativista “trabalhador vota em trabalhador” característico das eleições anteriores. Essa mudança de tática mostra que o PT não conseguiu elaborar dirigentes qualificados, capazes de se articular e se transformar “de um confuso caos, em exército político organicamente preparado” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #31, p. 85). Tal mudança resultou numa correlação de forças no interior da fração majoritária do partido, a Articulação (ART)<sup>16</sup>, no desgaste da direção e da acentuada burocratização do partido, que se tornaria mais grave

com a ampliação da importância dos mandatos parlamentares com suas estruturas de assessorias próprias e conseqüente autonomização em relação às instâncias de direção partidária (...). Além disso, com a aplicação da regulamentação das tendências e o uso universal da representação proporcional na competição interna, a ART obrigou as demais tendências a dirigirem mais fortemente seus recursos para a ocupação de espaços dentro do partido (LAGOA, 2004, p. 108).

Essa correlação de forças interna enfraqueceria ainda mais a organicidade do partido.

Em 1985, o partido realizou um Encontro Extraordinário, durante o qual repudiou mais uma vez a aliança com o PMDB e o PCB<sup>17</sup> na luta pelas eleições livres, decidindo-se pela não adesão ao Pacto de Transição. Tal postura foi criticada pelas forças políticas de oposição, mas considerada pelo eleitorado petista como uma demonstração de independência. Tendo sido esse um dos motivos que levou o PT a conquistar, nas eleições de 1985, as prefeituras de Diadema-SP e Fortaleza-CE. Porém, mesmo tendo o apoio dos movimentos populares, o PT não conseguiu ultrapassar o plano econômico-corporativo nem se desenvolver de acordo com o

---

<sup>16</sup> Em 1983, em meio a uma crise estrutural no interior do PT, surgiu um movimento de resgate às origens do partido que culminou com a elaboração do documento do “Manifesto dos 113”, que criou a tendência de Articulação (ART), que objetivava promover a unidade interna, mas que causou uma bipolarização desta com as tendências minoritárias.

<sup>17</sup> Naquele momento, o PCB continuava seguindo sua política estabelecida pela *Declaração de Março de 1958*, que defendia a formação de uma frente ampla que englobasse diversos setores da sociedade e garantisse o enfraquecimento do regime, isto é, que sustentasse a transição e subsidiasse o regime democrático.

conjunto das relações de forças, tampouco compreendeu a posição da sua classe no jogo político. Esses fatores o impediram de encaminhar a construção da hegemonia<sup>18</sup> da classe trabalhadora.

O partido desconsiderou a possibilidade de criar um bloco de alianças centrado na força política do partido junto aos movimentos sociais, contraposto à política de transição democrática proposta pelas forças burguesas. Logo, deixou de exercer o papel de organizador da consciência de classe, porque desprezou o fato dos “partidos políticos nascerem e se constituírem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #23, p. 61). Por certo, o PT contrariou o que Lênin chamou de principal tarefa do Partido operário e da revolução socialista, - contribuir para superar, na classe trabalhadora, uma consciência puramente sindicalista. Conforme indica na obra *Que fazer?*

Mas qual era, pois, a causa de nossas divergências? Justamente o fato de os “economistas” desviarem-se constantemente do “social-democratismo” para o sindicalismo, tanto nas tarefas de organização como nas tarefas políticas. A luta política da social-democracia é muito maior e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência), a organização de um partido social-democrata revolucionário deve necessariamente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional: em segundo lugar, a maior possível: em terceiro lugar, a menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja função é a ação revolucionária (LÊNIN, 1978, p. 86-7).

O PT incorreu nesse desvio econômico-corporativo porque lutou por reformas e garantia de direitos, não superando o momento primitivo da imediaticidade.

A posse do primeiro governo da “Nova República”, em 1985, redefiniu o poder político, porém não alterou a estrutura econômico-social, por isso uma nova onda grevista se estendeu pelo país entre os 1985-1987, ampliando-se o processo grevista iniciado em 1978, acarretando novos avanços na organização e coordenação política dos trabalhadores. Também contribuiu para a continuidade dessas greves a instabilidade da política econômica e a desconfiança no empresariado e no governo Sarney.

No processo de luta pela Constituinte, o PT direcionou sua participação política à luta por garantia de direitos conforme Resoluções do IV Encontro Nacional. Por isso, incentivou a partir de 1986, a participação de todos nas decisões das assembleias, acreditando que, por meio dessa ação, os trabalhadores alcançariam uma consciência de classe, porém, não é possível

---

<sup>18</sup> Para Antonio Gramsci, o conceito de “hegemonia” seria um ponto de chegada, algo a ser conquistado, e no caminho dessa conquista buscava-se construir a autonomia dos segmentos sociais que não possuíam “hegemonia” na sociedade. Por meio de um processo gradual de lutas localizadas, em que cada vitória é acúmulo de forças na busca da conquista total da “hegemonia” na sociedade. Nessa perspectiva, o conceito de hegemonia pode ser entendido como “o fio condutor” de toda investigação gramsciana.

desenvolver tal consciência sem organização política ou apenas pela “situação de classe dos agentes nos processo de produção” (FREDERICO, 1978, p. 25), porque a formação da consciência de classe é um processo que pressupõe o entendimento da dialética entre a infra e a superestrutura, conforme definido por Marx no *Prefácio da Contribuição da Economia Política*, quando afirma que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, mas antes o contrário, é o ser social que determina sua consciência” (MARX, 1991, p. 30).

Aprender a totalidade desse processo de tomada de consciência de classe é possível nos momentos de crises orgânicas, que são condições propícias, mas não suficientes para se desenvolver os saltos da consciência operária, superar o nível das oposições criado pela vivência de sua situação de classe e passar a ser uma consciência das contradições. Foi em razão disso, que Lênin ressaltou em sua obra *Que Fazer?*, que, diferentemente da consciência sindicalista, que é espontânea, a consciência socialista tem de ser levada aos trabalhadores “de fora”. O mesmo afirmou Gramsci, ao defender a criação das “escolas de cultura”. Porém, foi a partir da espontaneidade dos movimentos populares que agiu o PT.

A consciência de classe se forma dentro e fora da fábrica e precisa de intelectuais orgânicos para formá-la politicamente. Posto que, ela faz parte de um processo dialético, sendo a consciência de classe apenas o aspecto subjetivo desse complexo processo, por isso ela não pode ser considerada como um produto mecânico da situação de classe que se desenvolve de maneira progressiva e espontânea como uma evolução linear do desenvolvimento do capitalismo. Mas deve ser entendida “como aproximação (contínua ou por saltos) da consciência à totalidade” (FREDERICO, 1978, p. 33), só podendo ser resultante de uma ação consciente no interior do partido. Logo, quando a prática do movimento operário se esgota nos interesses imediatistas, perde de vista os objetivos finais, o socialismo. O PT perdeu essa dimensão da totalidade, por isso buscou apoio no imediatismo que se expressa politicamente através do oportunismo e visa manter o movimento operário na espontaneidade – que atua como freio à evolução da consciência impedindo sua orientação para a totalidade. A possibilidade final da autoconsciência ocorre quando a classe subalterna “toma conscientemente a história em suas próprias mãos” (IDEM, 1978, p. 35).

Entretanto, o PT não estava disposto a promover a passagem da consciência sindicalista para a consciência política, a qual só se “realiza através da ‘importação’ da teoria efetuada pelo partido” (FREDERICO, 1978, p. 39), pois de acordo com as Resoluções do IV

Encontro (PT, 1986, p. 283), a conquista de um governo petista não significaria uma mudança real, embora contribuísse para levar as massas a “educar-se”, ganhar experiência e acúmulo de forças. Nessa lógica, acontecia uma inversão: o espontaneísmo dos trabalhadores é que guiaria as ações do PT. Em 1987, mudou a configuração das forças políticas internas do PT com a afirmação da Articulação (ART) e a criação do núcleo dirigente no partido, composto por sindicalistas, setores da Igreja progressista, parte da ALN e algumas vertentes marxistas que não eram portadores de uma cultura socialista como os militantes do período pré-1964.

A partir do V Encontro Nacional o PT afirmou-se como “sigla partidária importante, expressiva, governando pequenas e grandes cidades e disputando com chances de vitória governos estaduais e até a presidência do país” (LAGOA, 2004, p. 97). Esse novo panorama obrigou o PT a formular um projeto estratégico mais preciso, por isso ampliou sua plataforma política, visando atrair a classe média e os micros e pequenos empresários urbanos e rurais. O objetivo era garantir a vitória na disputa eleitoral, como ressaltou Francisco de Oliveira:

O recente desempenho e, sobretudo o discurso do PT na campanha para a prefeitura de São Paulo mostrou essa necessidade de transitar de um discurso obreirista para um discurso societário global. Repete-se hoje às vésperas da escolha do candidato do PT ao governo de São Paulo, o mesmo problema: não se fala em candidato operário, tal como era avassaladora a candidatura de Lula em 1982, mas o debate está centrado em torno de personalidade do partido que são típicas expressões das classes médias (OLIVEIRA, 1986, pp. 19-20).

O enfrentamento direto característico de períodos anteriores foi abandonado nas resoluções dos VI e VII Encontros (1989), cedendo lugar à possibilidade de alianças com outros setores sociais, cujo propósito era garantir o “acúmulo de forças” na luta por uma alternativa democrática e popular. Naquele momento o partido enfrentava uma profunda desarticulação dos seus Núcleos de Base, por isso sua preocupação imediata era reorganizá-los, apostando na possibilidade deles se tornarem instrumentos de relação do partido com os movimentos sociais. Essa crise exigiu a elaboração de um programa de direção do partido aos movimentos populares. Porém, essa tentativa de atuação do PT nos núcleos fracassou, porque estes se tornaram simples “alavancas para a máquina partidária” (LAGOA, 2004, p. 100) perdendo sua função original. Essas mudanças, afirma Iasi (2005, pp. 453-454), geraram uma deformação nos espaços democráticos, devido às práticas de cooptação de filiados em massa.

Os líderes petistas acreditavam que essas deformações poderiam ser corrigidas por meio de medidas administrativas, organizativas e disciplinares. Contudo, o PT não tomou medidas efetivas para solucionar os problemas de formação política e de consciência de classe da

militância, ao invés disso preocupou-se com as administrações municipais, relegando ao segundo plano as relações do partido com os movimentos sociais que se tornariam formais.

A complexidade do jogo institucional provocou um distanciamento entre a direção e a base partidária, consagrando-se a “figura do militante profissional e as possibilidades de ‘liberação’ de quadros seriam disputadas segundo uma correlação de forças definida nos processos de encontro cada vez mais massivos e despolitizados. O controle de postos na máquina burocrática partidária seria decisivo para almejar uma vaga na disputa eleitoral que, por sua vez, abre o acesso à máquina burocrática das administrações municipais ou mandatos parlamentares que, pouco a pouco, se convertiam nas bases reais da ação partidária” (IASI, 2006, p. 454).

Entre 1988-1989 ocorreram o ápice e o encerramento do ciclo grevista iniciado em 1978. Em seguida, iniciar-se-ia uma inflexão do movimento operário. A greve de ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, em 1988, - encabeçada pelo operariado, CUT e PT -, foi reprimida pelo Exército. A radicalização dessa situação precipitou a eleição de vários prefeitos do PT, em 1988, em cidades pólos como São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, São Bernardo do Campo-SP, Ipatinga-MG, Vitória-ES, entre outras. Esse saldo, porém, era fruto de movimentos espontâneos e econômico-corporativos e não de uma organização das massas pelo PT e ou pela CUT que não se apresentaram como construtores de um novo bloco histórico ou como portadores de um projeto de transformação social. Prevaleceu a consciência imediatista do PT e do sindicato que aparecia como “mediador esporádico entre a classe operária e o Estado, que ‘vigia’ e ‘fiscaliza’ o cumprimento das leis trabalhistas por parte dos ‘maus patrões’” (FREDERICO, 1978, p. 62). O saldo dessas eleições enfraqueceu o PMDB e pôs o PT como partido da situação, colocando-o como importante ator no cenário político do país.

A ocupação dessas prefeituras poderia ter sido utilizada para fortalecer os movimentos sociais, porém acabou se tornando um meio de adaptar o partido às regras estabelecidas pela sociedade capitalista, como uma base material para o avanço na adaptação ao *status quo* de alguns dirigentes do PT. Essa adaptação política deixava claro que, o “PT nunca se definiu de uma maneira categórica a favor de uma transformação socialista” (JOSÉ MARIA, 2003, p. 29), comprometendo-se com uma reforma do capitalismo e não com a sua transformação.

O sucesso das eleições de 1989 deveu-se às mudanças no tom da campanha que objetivava mostrar a imagem de um partido mais aberto, menos sectário e ainda pela moderação do conteúdo programático que possibilitou ao PT estender sua capacidade eleitoral e iniciar sua

expansão nas metrópoles. Essa política influenciou seu “crescimento eleitoral, facilitando as condições de negociação das coligações que deixaram de ser vistas como um tabu dentro do partido, e os líderes do partido passam a se esforçar mais na organização partidária, na política eleitoral” (LAGOA, 2004, 94). Assim, a política de “acúmulo de forças” encaminhava-se para o fortalecimento da disputa eleitoral que se ampliava ao englobar outros setores da sociedade. De certo, o PT não buscou construir um projeto socialista, mas um “acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais” (PT, 1989, p. 397).

A derrota nas eleições presidenciais de 1989 levou o PT a ampliar seu discurso e rebaixar o programa político, - a ponto de considerar o PSDB como integrante do campo democrático e popular. Na opinião de Valter Pomar (2005), esses fatores foram alguns dos principais motivos “da metamorfose incompleta do PT, ou melhor, dos motivos pelos quais ela tem que se completar fora do partido: a base social da moderação programática do partido é exatamente uma das vítimas do programa moderado de governo” (POMAR, 2005, p. 159).

Segundo Armando Boito (1991b, p. 90), o desconhecimento da verdadeira natureza da estrutura sindical foi um dos motivos que levou o PT a se afastar, em grande medida, do objetivo inicial de vincular-se ao movimento dos trabalhadores. Isso porque a estrutura, ao invés de fornecer a base material e ideológica para a acumulação de forças no movimento operário e sindical, minou a luta dos trabalhadores. Além disso, o novo sindicalismo, que apontava para uma forma de organização mais eficaz, afastou-se de suas tendências iniciais, vinculando-se a um partido político de perfil ideológico reformista e de base operária que se encontrava nos anos 1990 limitado à sua força organizativa e à sua expansão pela estrutura sindical oficial.

Nesse sentido, o caráter de classe petista não ultrapassou a fase em que os membros de um sindicato ou de um partido não “lutam mais apenas por seus interesses econômicos, mas para a defesa e o desenvolvimento da própria organização” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #18, p. 49). A superação desse momento economicista era necessária para que o PT pudesse construir a hegemonia dos subalternos, bem como a consideração dos interesses e das tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia seria exercida. A superação do economicismo é imprescindível para

que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #18, p. 48).

Esse não era o caso do PT cuja luta econômica era travada no campo imediatista e não por uma revolução efetiva da base econômica. Essas limitações dificultaram a elaboração das mediações necessárias para a construção da hegemonia operária e impediu o PT de aproveitar os momentos de crises orgânicas para estabelecer uma correlação de força e organizar a vontade coletiva que se encontrava pulverizada numa infinidade de vontades singulares. Essas vontades permaneceram dispersas, não tendo sido reorganizadas como programa de partido.

As Resoluções do VII Encontro Nacional de 1990 reafirmaram a nova linha política elaboradas nos V e VI, ressaltando a necessidade de criar entre as diferentes tendências um projeto genérico capaz de eleger um representante do partido para a cadeira presidencial. Para tanto, o PT (1990, p. 450) estabeleceu uma relação com a institucionalização para ocupar espaços e gerir o aparelho estatal, colocando-o a serviço dos setores oprimidos da sociedade. Essa nova posição política pôs fim ao confronto direto com o Estado e limitou a luta da classe trabalhadora à institucionalidade. Contraditoriamente, o PT que se afirmava como novidade na história da esquerda brasileira, passou a defender, na década de 1990, um projeto que em nada se assemelhava àquele do início dos 1980, tampouco representava a possibilidade de superar as contradições carregadas pela esquerda brasileira até então.

Porquanto, se há uma novidade no PT é o fato de ter surgido com estreito vínculo com os movimentos sociais, especialmente numa época em que o movimento operário mundial entrava em refluxo. Essa novidade, porém, não se apresentou como solução às diversas questões que a esquerda brasileira enfrentou e o PT enfrenta. Esse partido também não foi capaz de instituir-se como “Partido educador”, pois sua práxis política e sua “relação com a sociedade não foi organizada suficientemente com intencionalidade educativa, apesar de seus propósitos de transformação social basearem-se na participação. (...) Além disso, as atividades de formação política atingiram proporcionalmente ao total, um número pequeno de militantes e, ainda de forma descontínua em termos de conteúdos e de participantes” (SILVA, 1996, p. 147). O PT tornou-se refém de um movimento social sem cultura política, por isso foi incapaz de elaborar um programa político de consistência transformadora. Assim, o próprio PT deve ser educado.

Certamente, o PT estabeleceu uma relação com os movimentos populares, reconhecendo-os como agentes da transformação, contudo, ao optar por um programa político reformista viabilizado pelo processo eleitoral, negou a possibilidade de transformação revolucionária da sociedade e da construção de um partido estratégico, socialista, dirigente e

militante. Por isso, no final dos anos de 1980, transformou a luta pela construção da hegemonia da classe trabalhadora em uma luta pela conquista do Estado.

Nesse contexto histórico e ideológico, a esquerda brasileira representada pelo PT oscilou “entre as recordações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes” (IANNI, 1986, p. 87) para construir a consciência de classe, ao contrário, confundiu-se no interior do bloco “popular”. A esquerda brasileira não foi capaz de reorganizar e expandir os movimentos populares e estudantis ocorridos nos anos 1980. Tanto que, nos anos 1990, houve um recuo na mobilização e um estancamento no grau de organização dos movimentos sociais.

A seguir buscaremos analisar se esse partido defendeu um novo projeto para a sociedade brasileira e se apresentou uma proposta socialista. O objetivo é averiguar a possibilidade do PT ter encaminhado a construção da hegemonia da classe trabalhadora por meio de uma reforma intelectual e moral.

## **2.5. - A proposta de socialismo do Partido dos Trabalhadores (PT)**

Na década de 1980, estavam postos os elementos e as possibilidades de iniciar a promoção de uma reforma intelectual e moral para construir a hegemonia dos trabalhadores rumo ao socialismo, posto que as condições históricas apresentavam uma crise orgânica provocada pelo regime militar e havia o consenso da sociedade civil brasileira. Isso significa que o Organismo político que pretendesse aglutinar as forças populares poderia ter construído a organicidade e unidade política dessas forças. Portanto, esse era um momento propício para disputar o poder, a hegemonia na sociedade civil em favor das classes subalternas, como o fizeram as forças políticas oponentes, aproveitando-se das fissuras no poder provocadas pela ditadura. Assim, a proposta de socialismo e a possível construção da hegemonia pelo PT, no âmbito da esquerda, representavam uma nova configuração política no país.

Em muitas de suas propostas, o PT se dizia disposto a construir uma nova sociedade que teria início “no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas,

empresas, no campo” (PT, 1991, p. 37). Essa sociedade seria construída “na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo” (PT, 1991, p. 33). Assim dizia que seu

Programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores, o qual faria uma revolução democrática no país, no sentido de aprofundar a democracia política, as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e as riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania; buscará alterar as bases sociais das relações de poder através da democratização da propriedade, da riqueza e do poder. O eixo de nosso governo será a participação popular. (...) Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira (REVISTA DO PT, 1994, p. 13).

Porém, apesar de proclamar-se socialista, o conteúdo desse programa apresenta propostas de reformas do capitalismo e não sua superação em favor de bloco histórico socialista.

Diante disso, é importante lembrar que a criação de uma nova Civilização se inicia pela análise das relações de forças para justificar uma ação tática imediata que aponte as alternativas para promover uma ação política popular, capaz de transformar a sociedade burguesa. Portanto, não se trata de construir uma sociedade menos desigual, através da criação de programas assistencialistas garantidos pelo Estado, mas de promover uma revolução para erradicar o capitalismo. Logo, a luta pela hegemonia “representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1980, p. 2).

Com efeito, uma nova sociedade emana não apenas da economia e da política, mas também da moral, do conhecimento, da filosofia. Por conseguinte, a luta pela hegemonia dos subalternos se inicia com a construção de escolas de cultura para formar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora a qual, uma vez obtida, permitirá aos trabalhadores assumirem as funções econômicas e políticas e a direção orgânica de uma sociedade integral de modo a formar “uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem coletivo’” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, # 25, p. 148).

Em 1982, as ações do PT eram motivadas pela força dos movimentos sociais contra a ditadura militar e não por uma concepção elaborada de uma via socialista. A análise do socialismo democrático petista nos permite afirmar que, de 1979 a 1983, houve uma combinação estratégica entre a democracia representativa e as lutas dos movimentos sociais. O resultado desta combinação foi o uso dos movimentos sociais para o jogo eleitoral, através dos núcleos de base. Essa função atribuída aos núcleos mostrava que a possibilidade de construir o socialismo que

distinguiu o PT de outros partidos, nos anos 1980, não foi empreendida porque foram priorizadas as disputas eleitorais ao invés da organização dos movimentos sociais.

Noutra passagem de seu programa político o PT mostra que o socialismo deveria ser definido pelo espontaneísmo da massa, ao sugerir que se deva

Construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado ‘socialismo real’ quanto à social-democracia, ao mesmo tempo em que não deixa de aprender com as tentativas de superação do capitalismo. Na construção dessa alternativa - cujos marcos são os últimos Encontros Nacionais, especialmente o Encontro, que delineou os contornos do ‘socialismo petista’ - nosso Partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT nem de ninguém. Como afirmou Lula, em 1981, ‘o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares’ (CARTILHA DO PT, 1991, p. 31-2).

Assim, para fugir da ortodoxia dos partidos comunistas tradicionais, o PT adotou a idéia de que era um “partido em movimento”, por isso, ao invés de definir o socialismo, delegou aos trabalhadores a tarefa de construí-lo, dizendo pouco sobre o seu projeto estratégico.

Entre os anos de 1986 e 1989, o PT delineou suas estratégias políticas, tendo como um dos principais pontos e referência o socialismo e, apesar de ter apresentado uma proposta de socialismo difuso, sem uma definição clara e única do termo, posicionava-se como um partido classista, de oposição aos governos burgueses. No primeiro turno das eleições de 1989, o PT concorreu ao lado do PSB e do PC do B e, apesar de ter assumido a via da institucionalização, mostrou pelo programa que defendia, “uma campanha classista tanto no nível do programa quanto das alianças” (BABÁ, 2003, p. 23). O mesmo defende César Benjamim que diz:

A história foi um pouco madrastra conosco, com o PT e com Lula. Se ele tivesse vencido a eleição de 1989 – e teve a eleição nas mãos – a história teria sido outra. Nós tínhamos em 1989 movimentos sociais em grande ascensão. Fizemos uma campanha que não foi propriamente uma campanha eleitoral, foi um movimento de massas. Em 1989, a vitória de Lula colocaria o Brasil na contramão da onda neoliberal, que já estava instalada no mundo, mas ainda não no Brasil. Passada a derrota de 1989, acho que se abriu na vida do PT um período muito difícil; ele foi ocupando espaços crescentes no Estado, na administração, na política institucional, num contexto de contra-reforma e de predomínio político e ideológico conservador. Com isso, o crescimento institucional do PT não traduzia e nem se refletia num avanço das reformas sociais e políticas. Criou-se assim uma dinâmica que descolou o crescimento do PT e o processo de transformação da sociedade brasileira. O crescimento do partido passou a ser algo que não refletia mais uma transformação. Esse contexto foi favorável à burocratização, cuja lógica capturou milhares de quadros: parlamentares, prefeitos, assessores, ou pessoas desejosas de vir a ser parlamentares, prefeitos e assessores aderiram a ela (BENJAMIM, 2003, p. 12).

Assim, os cargos públicos ocupados se transformariam em espaços de disputa hegemônica. Isso significa dizer que a passagem por uma administração municipal deveria ter como produto final o fortalecimento dos movimentos sociais e do partido e a ampliação da base social.

Contribuiu com esse quadro político a queda do muro de Berlim e dos regimes stalinistas na União Soviética e no leste europeu que alterou a imagem de que o capitalismo seria

eterno. Nessa situação, os setores de vanguarda também começaram a abandonar os movimentos de massas, alguns indo para a burocracia sindical e outros para as estruturas do PT. As lideranças sindicais e políticas foram sendo cooptadas por esse processo, passando a acreditar que a única alternativa seria humanizar o capitalismo. Essa conjuntura contribuiu, sobremaneira, para a transformação do Partido dos Trabalhadores, isso porque

O muro de Berlim desabou, no sentido figurado, na cabeça de muita gente no mundo inteiro e gerou uma crise sem precedentes na esquerda socialista mundial, particularmente porque a maior parte da esquerda sempre teve como referência ou os partidos que governavam o Leste Europeu, antiga União Soviética, ou os satélites desses partidos. Havia um grupo de dirigentes e militantes do PT que estava fazendo um curso na Alemanha Oriental naquele momento e que saiu fugido da sede do partido comunista porque esta foi invadida pela massa do país que estava mudando o governo, então você imagina a cabeça do cara quando chegou aqui no Brasil. Isso determinou que se acelerasse na direção do PT, ou nos seus quadros mais importantes, o abandono de qualquer perspectiva de transformação socialista. Esses caras assimilaram o conceito, difundido pelos defensores do neoliberalismo, de que não foi o stalinismo que caiu, e sim o socialismo como um todo (JOSÉ MARIA, 2003, p. 29).

Nessa perspectiva, o que restaria como forma de organização seria o capitalismo na sua forma globalizada, ou seja, o neoliberalismo.

Tudo indica que o PT fez uma clara opção pelo modelo social-democrata, no sentido definido por Adam Przeworski, em sua obra *Capitalismo e social-democracia*, ao afirmar que os partidos social-democratas precisam fazer uma opção: manter sua base social e seus programas originais que apontam para mudança social e não conseguem ganhar o poder por meio do voto; ou flexibilizam os seus programas, fazem alianças para além da sua base social e chegam ao poder pela via eleitoral. Mas ao chegar ao poder pelo voto, em virtude dessa decolagem eleitoral, eles já não têm mais o mesmo compromisso com as mudanças previstas anteriormente.

Essa análise também foi feita por Lênin, nos anos 1920, quando sustentou a idéia da existência de uma base objetiva para a degeneração da social-democracia, de uma camada no interior da classe operária que ele chamou de aristocracia operária, possuidora de interesses comuns com a classe dominante. Dentro da vertente marxista-ocidental, Lukács e Gramsci, chegariam, por caminhos diferentes, à conclusão de que uma parte da classe trabalhadora teria interesses objetivos na manutenção da ordem capitalista de modo que, mesmo diante de uma crise revolucionária, estaria subjetivamente propensa a seguir aceitando a hegemonia capitalista cuja solidez seria mais ampla do que se imaginava. Noutras palavras, existiria um conflito entre os interesses históricos da classe e seus interesses imediatos.

O PT assumiu o modelo social-democrata, especialmente, a partir dos processos eleitorais de 1989, quando iniciou uma crise de organização interna por causa da atuação do

partido, da ampla aliança e da moderação do Programa. Daí em diante, o partido passaria por um processo acelerado de degeneração política que foi se expressando em muitas de suas resoluções, nas quais iria abandonando as idéias que, no programa original, apontavam para uma transformação estrutural. Na prática, a crítica do PT ao capitalismo cedeu lugar ao neoliberalismo, e o socialismo perdeu espaço como alternativa ao neoliberalismo. Mas qual teria sido a alternativa ao neoliberalismo construída pelo PT? Na visão de Valter Pomar (2005)

O abandono ao socialismo, como elemento ideológico organizador do petismo, foi acompanhado pela conversão de amplos setores oriundos do marxismo, as idéias do liberalismo e do keynesianismo. (...) A conversão ao liberalismo foi mais forte naquelas correntes que transformaram a crítica ao ‘socialismo real’ numa crítica abstrata ao gigantismo do Estado e à falta de ‘liberdade’ no socialismo. O resultado foi uma espécie de social-liberalismo, semelhante às posições do setor da social-democracia que protagonizou a chamada ‘terceira via’, ou seja, os partidos social-democratas que se voltaram ao governo nos anos 1990 (POMAR, 2005, p. 181).

Esta conversão ao liberalismo e ao keynesianismo atingiu o PT e também a esquerda brasileira.

As eleições de 1989 seriam consideradas por alguns líderes petistas como um “divisor de águas” na história do PT. Tendo como marco dessa transição histórica o VI Encontro Nacional (1989), quando foi elaborado o programa estratégico para a chegada ao governo em 1989-1990, e se constituiria também num marco entre a radicalidade da estratégia do V Encontro e o tom de moderação que se seguiria. Assim, dois fatores conjunturais incidiriam nos rumos do PT nos anos 1990: a derrota eleitoral para Collor e o desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS. Somam-se a esses fatores, o recuo do PT em relação aos movimentos populares e sindicais - devido à falta de quadros políticos para substituir os militantes liberados para o partido e o crescimento dos espaços institucionais ocupados. Nesse contexto, pondera Mauro Iasi (2006, p. 451), a moderação no discurso petista em relação ao projeto socialista não era um recurso tático para ganhar eleições de 1989, mas uma convicção afirmada e reafirmada desde a origem do PT.

A análise dos documentos do partido nos autoriza afirmar que a definição do PT sobre o socialismo, nos primeiros anos de sua existência, era teoricamente rudimentar e baseada em raciocínios indiretos. Apesar do PT ter se proclamado um partido socialista entre o IV e o VII Encontro Nacional, quando teria definido o que chamaria de socialismo petista, fundamentado na idéia de radicalização da democracia e em princípios éticos, não havia uma proposta de transformação da base econômica capitalista.

Assim, o PT submeteria a possibilidade de construção do socialismo à ocupação de espaços institucionais em torno de um programa democrático e popular, articulado com a luta pelo socialismo. Delegava-se à conquista do governo federal a promoção de reformas, crendo que

estas aprofundariam a luta de classes e levariam à ruptura, à transformação de um governo eleito em um governo revolucionário. Logo, a hegemonia deveria ser construída para conquistar o Estado e não para fundar uma nova sociedade. Na verdade, o PT não se propôs transformar o capitalismo, mas executar a sua manutenção. Logo, não logrou a condição de partido socialista.

No VII Encontro foi elaborado o documento “o socialismo petista” que é um misto de reafirmação dos princípios socialistas e anticapitalistas, embora não haja um consenso quanto ao termo, mas uma exposição das diferentes visões sobre o “socialismo”. Na verdade, ao invés de conceituar o “socialismo”, os militantes petistas promoveram um debate sobre a manutenção ou extinção da meta socialista. A correlação de forças internas acabou produzindo “uma solução de compromissos expressa no documento sobre o socialismo petista, que reafirma, aparentemente, os compromissos iniciais” (IASI, 2005, p. 458). Nesse Encontro, evidenciou-se como contraponto ao capitalismo a “democracia liberal” e não o “socialismo”, abandonando-se a “idéia de chegar ao socialismo pela via parlamentar, abandonando não o parlamento, mas o socialismo” (IASI, 2006, p. 456). Assim, a democracia apareceria como a ampliação de liberdades democráticas. De modo geral, o teor desse texto é de defensiva.

A idéia de que o poder iria se construindo e que, sob certas condições da correlação de forças, poderia generalizar-se, deve ser entendida como um processo de disputa de hegemonia, “na metáfora gramsciana uma guerra de posições, uma luta que encontra ‘trincheiras’ até que se reúnam forças para o ataque final. No entanto, o uso da palavra ‘hegemonia’ pode nos levar a uma certa confusão, uma vez que, agora, ela desliza dentro de outra cadeia de significantes, o que pode conduzir a uma alteração de seu significado” (IASI, 2005, p. 483).

Nessa perspectiva, o conceito de hegemonia foi distorcido pelo PT que o transformou num termo bastante diferente daquele que lhe deu origem. Essa distorção nos obriga a refletir sobre o conceito original que tem a disputa de hegemonia como sinônimo de luta de classe, como forma particular de ação revolucionária que visa destruir o Estado burguês e construir um novo Estado. Mas, para compreendermos o que seja a disputa hegemônica e a distorção desse conceito pelo PT, é preciso entender que o poder da classe dominante não se reduz nem nasce no Estado, mas é antes a expressão concreta de certas relações sociais que se produzem e se reproduzem na sociedade. Neste sentido, a disputa da hegemonia é, antes de tudo, a construção de uma ordem de instituições próprias da classe trabalhadora para se contrapor às instituições burguesas, como as

comissões de fábrica. Nestas instituições organizar-se-iam as relações e um certo ‘modo de vida’ que se transformaria em uma nova ‘cultura’, sendo a base para a construção de um novo ‘Estado’.

Aquilo que Gramsci imagina como expressão deste ‘Estado proletário’ é o partido, do mesmo modo que o Estado burguês é aquela trincheira avançada, protegida por casamatas e fortalezas que o enraizaram na carne da sociedade, dando unidade ao domínio burguês. Porquanto, a luta dos trabalhadores deve construir suas próprias instituições, sua cultura, porém estas necessitam, igualmente, de uma unidade e centralidade, de um Estado que se contraponha ao Estado burguês. Logo, não se trata de disputar o Estado burguês, mas de substituí-lo por outro, por isso as organizações criadas pelo operariado devem ser órgãos do poder proletário que substitua o capitalismo em todas as suas funções.

A inversão do ideário de Antonio Gramsci é decorrente da via interpretativa eurocomunista prevalente entre os leitores petistas nos anos 1980-1990. Foi essa leitura enviesada que levou alguns líderes petistas a abandonarem as referências de classe e de luta de classe e a deslocarem o significado dos conceitos gramscianos, substituindo-as por uma perspectiva liberal. Conforme explicitado na *Revista do PT*:

A disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. (...) Envolve a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética, de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia hoje significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho, de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil (PT, 1991, p. 46-7).

Nessa perspectiva, a disputa pela hegemonia teria por objetivos reformar o capitalismo.

José Dirceu é um dos leitores que confundiram aliança com hegemonia, como nos mostra na Revista Teoria & Debate (1987, p. 16) ao sugerir que se deva “conformar uma aliança ampla, *com hegemonia dos trabalhadores em todos os momentos* (o que implica disputa permanente e requer, portanto, dos trabalhadores e seus partidos coesão interna, capacidade de luta e organização firme), *influi no próprio caráter da revolução*”. Esse líder acredita que as alianças permitiriam construir um governo “democrático e popular” que ainda não seria socialista, mas um governo em choque com o capitalismo e a dominação burguesa, sob a hegemonia dos trabalhadores.

Noutros momentos os líderes petistas parecem defender a construção do socialismo, como podemos depreender das palavras de Tarso Genro ao referir-se à disputa pela hegemonia:

Nessa disputa, há grandes transformações culturais, políticas, institucionais, que permitem uma outra relação entre as classes sociais que substitua o bloco de classe dominante por um outro bloco de classe dominante. Não exclui a existência de bloco de classes. Na minha opinião, aquela formulação de Gramsci de que a classe operária deve ser hegemônica em termos culturais, inclusive antes da tomada do poder, é um achado brilhante que remete a uma sociedade que tem esse grau de complexidade e de fragmentação como a nossa. Então acho que a categoria teórica da hegemonia é central para abordarmos a luta de classes no país e um projeto de transformação revolucionária e de democracia da sociedade. (...) Acho que nossos governos estão destinados a ser sujeitos políticos de construção dessa hegemonia. Acredito que essa é a finalidade dos nossos governos (GENRO, 2001, p. 63).

Contraditoriamente, esse intelectual nos mostra, noutro momento, que o PT não pretendia construir um projeto socialista e, além disso, evidencia sua completa inversão do pensamento gramsciano ao dizer: “essa nova situação mundial coloca-me, hoje, numa postura de lutar abertamente pelo ‘rebaixamento’ de um programa da esquerda, para enfrentar a barbárie do ‘apartheid’ social. (...) o rebaixamento do programa é, na verdade, uma proposta de ‘moratória com a utopia’, através da formação de um novo ‘bloco histórico’. Ele deve comportar a unidade a partir da democracia e da reforma, e não mais um bloco que pressuponha um ‘programa de transição’ para o socialismo” (GENRO, 1994, pp. 141-2).

E quando diz, “nunca tivemos tão longe da emancipação e tão perto da afirmação da barbárie irretornável, o que exige um novo período da elaboração teórico-filosófica. (...) Se a esquerda não tiver a humildade de reconhecer, hoje, que não tem um projeto socialista capaz de seduzir e hegemônizar, pela democracia, uma ampla maioria capaz de sustentá-la no poder através de um ‘consenso majoritário’, demonstrará que está cega perante a situação mundial e a profunda crise teórica de nossa geração” (GENRO, 1994, p. 143). Vê-se assim, que os líderes petistas desconhecem o pensamento de Antonio Gramsci que é comunista e defende a erradicação do capitalismo e não a sua reforma.

A inversão provocada pela leitura liberal do pensamento gramsciano impediu que os líderes petistas compreendessem que o revolucionário italiano sugeria que a disputa política fosse empreendida na superestrutura tendo em vista a superação da estrutura capitalista para viabilizar a construção do bloco histórico comunista. É por pensar na possibilidade de construir o socialismo, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, que Gramsci aponta a necessidade de se construir a hegemonia nos aparelhos privados de hegemonia por meio de uma reforma intelectual e moral na promoção da guerra de posições pelo socialismo. Portanto, a luta se inicia na superestrutura para tomar o poder de Estado visando eliminar a infraestrutura capitalista. O equívoco dos intelectuais petistas consiste, precisamente, em separar a hegemonia

da noção de revolução, em considerá-la como substituta da revolução e na substituição da hegemonia dos trabalhadores pela disputa de hegemonia sem qualquer determinação de classe.

Na perspectiva petista, desaparece a noção de ruptura revolucionária, dando lugar à defesa da soberania nacional. Nesse sentido, os leitores petistas “metamorfoseiam a hegemonia, que perde o caráter socialista e revolucionário e torna-se algo mais difuso, mas, em todo caso, imune à problemática das classes sociais, omissa quanto ao protagonismo da classe trabalhadora e indiferente à questão da revolução socialista” (COELHO, 2005, p. 137).

A partir de 1990, a correlação de forças deixou de ser um instrumento de análise e passou a ser um argumento para justificar a transformação programática e estratégica do partido. Esta transformação correspondia à progressiva adaptação a situações conjunturalmente desfavoráveis, especialmente depois das derrotas de 1989 e 1994. Por isso o PT “retirou do programa as tarefas de natureza socialista, mantendo as de natureza democrático-burguesas, subordinadas agora ao objetivo de combater o neoliberalismo, não mais com o objetivo de superar o capitalismo. É por isto, por exemplo, que a reforma agrária realizada no governo Lula tem uma natureza daquela defendida em 1989-1994” (POMAR, 2005, p. 218). Isso se deveu, em parte, à multiplicação das áreas de fronteiras com a classe dominante, o Estado, a burocracia e a lógica parlamentar, rompendo com a possibilidade de coerência política, demonstrada pela mudança das concepções a partir de 1989 quando teria abandonado seu projeto inicial de “transformação” da sociedade brasileira e a classe que lhe deu origem. Assim, entre 1989 e 2000, o PT percorreu o caminho que o levou a aliança com a burguesia, como definido pela chapa presidencial. Desde então, o seu álibi ideológico:

Já não é a necessidade de uma ‘etapa da revolução democrática’, prévia e separada da revolução proletária, como fora durante a vigência histórica do stalinismo, mas a ‘universalidade (histórica) da democracia’, uma teoria parida, justamente, nos porões do stalinismo na sua etapa de decomposição gorbacheviana. O PT nunca teve uma definição programática operária independente, e sua estrutura político-organizativa foi rapidamente capturada por quadros oriundos da pequena-burguesia ‘de esquerda’ (ou nem tanto), ou seja, em momento algum da sua história pode ser considerado como portador da independência política do movimento operário, inclusive expressada com limitações ideológicas (COGGIOLA, 2004, p. 12-3).

Como resultado dessa posição política, ocorreu uma virada nas estratégias do partido que passou a privilegiar os acordos parlamentares desde a implantação do plano neoliberal de Collor de Mello e do processo de burocratização do movimento sindical.

A partir de 1994, o PT passaria a ter dois horizontes entre os quais lutava contraditoriamente: o socialismo e a democracia. Durante os anos 1990, o uso da palavra socialismo seria retirado do seu programa, ficando apenas a palavra democracia. Antes, porém,

Quando esses dois horizontes estavam bem definidos dentro do PT, eles eram elementos de luta interna que realmente conferiram ao partido o horizonte ou norte universalizante. Principalmente ao longo dos anos 90, o PT foi se reduzindo a uma definição enfraquecida de democracia, limitando essa discussão à disputa eleitoral, como faz o pensamento liberal. Dentro dessa perspectiva, da redução da democracia ao seu âmbito eleitoral e da quase eliminação do horizonte socialista que figurava no PT anteriormente é muito difícil pensar que ainda subsiste uma alternativa socialista no PT (FONTES, 2003, p. 103).

O abandono do “projeto socialista” seria evidenciado pelo processo de submissão que o PT assumiu em relação ao capital financeiro e ao imperialismo. Ironicamente, enquanto os comunistas dos anos 1950 destacavam o objetivo final socialista, o PT destacava, nos anos 1990, o caráter antineoliberal, até porque abandonou a idéia de revolução e não esclareceu – nos marcos da estratégia defendida – como seria feita a transição ao socialismo.

A análise dos documentos do PT nos permite afirmar que desde 1985 e, sobretudo de 1989, o PT não tem um perfil revolucionário. Aquele partido que se recusou a fazer alianças na primeira eleição de 1982 e a participar do colégio eleitoral em 1985, que elegeu indiretamente Tancredo Neves presidente da República chegou, ao final os anos 1990, apresentando uma política de subordinação progressiva aos interesses eleitorais e às instituições burguesas. Os pontos de inflexão que concorreram para as mutações políticas do PT se deram quando o partido começou a ganhar prefeituras. Assim, ao compararmos o PT de 1989 com o de 1994 e depois com o de 1998, veremos que a cada eleição houve uma domesticação e abrandamento do programa e do discurso do partido para ganhar as eleições.

Para manter o controle da máquina partidária, a direção do PT “fez o mesmo que Stalin após a morte de Lênin: diminuiu os debates e eliminou a democracia interna” (BABÁ, 2003, p. 25). Contudo, para Luciana Genro (2003, p. 33), a militância não chancelou as alianças promovidas pela cúpula do partido, já que havia sido afastada das decisões e debates internos. Diferentemente do que ocorria no início da década de 1980, quando as várias correntes e tendências estabeleciam os debates, não havendo uma maneira única de atuar. José Dirceu justifica esse desvio dizendo que “o PT é um partido como outro. O PT não tem diferença com relação aos outros” (FONTES, 2003, p. 75). Ora, um partido que se diz igual aos demais deixa de se distinguir na política como relação de forças e de classes.

Mas desde quando teria se iniciado ou teria sido percebida a metamorfose das posições do PT? As entrevistas realizadas por Felipe Demier em 2003, apontam várias respostas. Há aqueles como José Maria que acreditam que uma resposta rigorosa nos levaria a dizer que os problemas começaram no período de fundação do partido. Luciana Genro situa como marco dessa metamorfose ou “degeneração” a chegada do partido ao governo da cidade de São Paulo, em 1988. César Benjamim localiza esse desvio na derrota de 1989. Outros situam a “viragem” em meados dos anos 1990, quando ocorreu a eleição de FHC à presidência do país.

Para Babá (2003), essa mudança de projeto não estava clara, até 1985, quando o PT “decidiu não ir ao Colégio Eleitoral, continuar a luta pelas Diretas Já e abandonar o comitê de campanha que tinha assumido no Colégio Eleitoral. Para o ex-petista José Maria, o PT começou a mudar desde o Congresso de Fundação em maio de 1980, quando definiu sua carta de princípios e quando foi modificado seu Programa “porque não houve acordo entre os setores da Igreja Católica, os dirigentes sindicais e a intelectualidade que, naquele momento, afluíram à idéia do PT” (JOSÉ MARIA, 2003, p. 28). De fato, nas resoluções dos Encontros e Congressos do PT entre os anos 1979-1998, percebemos um retrocesso político nos termos das definições programáticas do partido. Nesses documentos há uma inflexão continuada, havendo momentos que expressaram um salto nessa transformação.

O ápice dessa política ocorreu em 2002, no segundo turno das eleições, quando empresários e partidos que sustentaram o governo FHC passaram a apoiar Lula, exatamente porque o partido abandonou suas posições radicais, características dos anos 1980 e marca da campanha de 1989. Para o historiador Valério Arcary, a vitória de Lula foi o resultado desse processo de lutas que veio se desenvolvendo desde 1978 e que foi assumindo formas organizadas, como a formação da CUT e a constituição do PT. Essa vitória foi fruto de uma expressão distorcida, em grande medida, de um processo de acumulação de forças e da larga experiência sindical parlamentar a partir de um viés reformista. Pois, como diz Arcary:

Se não tivesse sido tão reformista, não teria vencido. Venceu no terreno burguês eleitoral, porque girou à direita desde 1989, ininterruptamente. A transformação da sociedade pode ocorrer tanto pelo método da reforma quanto pelo método revolucionário. Em algumas circunstâncias históricas são possíveis reformas e em outras não, todavia, as massas podem, ainda assumir, procurar o caminho reformista por ser mais indolor, e foi isso o que fizeram quando elegeram Lula (ARCARY, 2003, p. 15).

O PT foi depositário da expectativa da população quanto à possibilidade de romper com o modelo neoliberal e da esperança da esquerda e centro esquerda em nível mundial que se consagraram ao registrar a paciente construção do PT, a quem foi confiada a possibilidade de

alterar a correlação de forças, a partir da eleição de Lula. Porém “a realidade é que o ex-operário metalúrgico tornado presidente consagrou-se sobre a consumação do cadáver do que alguma vez se apresentou como o ‘partido dos trabalhadores’” (COGGIOLA, 2004, p. 39). Isso porque, o PT enveredou para a via reformista, desconfigurou-se como partido de esquerda, porque abandonou seu caráter classista e suas origens, transformou-se num partido defensor dos interesses burgueses, contrariando o papel assumido anteriormente, - de ser empecilho à implementação do modelo neoliberal. O PT rompeu com a esquerda que

De modo geral, cumpriu um papel importante no início do PT, porque abarcou vários setores dos movimentos sociais, alguns socialistas, outros não, como setores da Igreja Católica, da intelectualidade. (...) O problema é que a maior parte da esquerda organizada no interior do PT não soube compreender, interpretar de maneira correta o processo de evolução do partido (...). Essas correntes, em vez de darem uma identidade socialista ao PT, foram elas próprias perdendo a sua identidade socialista (...), deixando de ser uma organização voltada para a revolução nesse país (JOSÉ MARIA, 2003, pp. 127-128).

Essa postura explica o projeto do campo majoritário do PT que sinalizava para a idéia de que “um outro capitalismo é possível” e se apresentava como uma alternativa ao neoliberalismo, isto é, como um projeto burguês alternativo. Seu propósito era o de “atuando como intelectual orgânico da classe dominante, constituir-se na esquerda do partido orgânico do capital” (COELHO, 2005, p. 141).

Certamente, o Partido dos Trabalhadores foi a maior conquista da classe trabalhadora brasileira, tendo sido fundamental para o processo de democratização do país, pois enquanto intelectuais europeus viravam as costas para a classe trabalhadora, o Brasil vivia a construção de um movimento sindical renovado e combativo. As peculiaridades dessa nova alternativa ficavam ainda mais evidentes quando em pleno colapso do “socialismo real”, em 1989, o PT viveu um grande momento político e eleitoral, consolidando-se como a maior opção de esquerda nacional. Em seguida, o PT iniciou uma fase de esgotamento desse segundo ciclo do movimento operário, ao abandonar a classe que lhe deu origem e o seu projeto original. Com efeito, é possível afirmar que os líderes petistas não desempenharam o papel de “funcionários” das superestruturas, isto é, de agentes da organização e sistematização de uma nova visão de mundo, ou seja, não encaminharam a reforma intelectual e moral para construir a hegemonia das classes subalternas, porque abandonaram a possibilidade de desenvolvimento do socialismo, em favor de um projeto social-democrata. Essa mutação intelectual e política do PT teve como base o enfraquecimento relativo da classe trabalhadora no Brasil e no mundo e o fortalecimento da burguesia.

A releitura de Gramsci e a “depuração” das suas categorias documenta esta transição vivida pelos intelectuais de esquerda que passaram da luta pela hegemonia da classe subalterna para a condição de funcionários da hegemonia burguesa. Como operadores políticos desta hegemonia, sua tarefa principal passou a ser conquistar e manter a adesão dos coletivos de trabalhadores organizados no velho projeto de colaboração de classes. Assim, em nome da cidadania e do governo “para todos”, o velho seria apresentado como novidade.

Nessa lógica, a dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora não projetou os intelectuais de esquerda para ‘fora’ da luta de classes, mas para o lado adversário, ocorrendo uma migração dos ‘elementos mais ativos’ de um grupo social subalterno para a zona de hegemonia do grupo dominante. Com efeito, o que podemos detectar como mudança nos projetos políticos desta esquerda é um fenômeno transformista. O aspecto mais essencial da reviravolta no projeto político da esquerda brasileira, aqui representada pelo PCB e PT, reside no fato do trabalho de organização política dos subalternos ter sido abandonado e substituído pelo seu contrário, isto é, pelo trabalho de desorganização da classe em favor de governos e políticas em nome ‘de todos’. Assim, de um projeto difuso, de transformação da ordem, passou-se para um projeto de mudança dentro da ordem e a resignificação das categorias gramscianas expressa esta reviravolta na relação dos intelectuais petistas com a luta de classes. No discurso político “esta mudança aparece como o apagamento das referências à classe trabalhadora e à luta de classes, substituídas por noções de extração liberal” (COELHO, 2005, p. 140).

Analisadas em conjunto, estas mudanças na práxis dos intelectuais de esquerda possuem um significado preciso: um deslocamento no terreno da luta de classes. Seus vínculos orgânicos com a classe trabalhadora foram dissolvidos num duplo movimento porque

quebraram-se, por um lado, os elos que os ligavam à experiência da classe, na medida em que o avanço do processo de burocratização e integração ao Estado, num quadro de estabilidade duradoura das instituições da democracia burguesa, criou, para eles, oportunidades de mudar de vida. Por outro lado, num contexto histórico marcado pela ofensiva ideológica da classe dominante e pelo refluxo das classes subalternas, como foram os nos 1990 no Brasil, a visão burguesa de mundo (em formas contemporâneas, como as concepções pós-modernas da política e da história ou as vertentes atuais da concepção liberal de democracia) passou a exercer uma atração renovada sobre os intelectuais de esquerda (COELHO, 2005, p. 139).

Esse fenômeno da domesticação sofrida pela esquerda brasileira, especialmente nos anos 1990, também esteve presente no movimento comunista, pelo menos num aspecto essencial, a defesa de uma estratégia democrático-nacional, ou seja, de aliança com a burguesia nacional para derrotar o latifúndio e o imperialismo. Mesmo nos momentos de maior radicalização na

retórica ou nas formas de luta, esta estratégia subordinada não foi abandonada. No caso dos comunistas, essa cooptação não é totalmente visível, porque foi limitada, (ou seja, não se completou, não se transformou em integração efetiva à ordem capitalista), devido à fraqueza relativa da classe trabalhadora que não chegou a converter-se em alternativa de governo ou de poder; a brutal repressão preventiva movida pelo Estado contra as organizações de esquerda até o final dos anos 1970; a disputa mundial entre o capitalismo e os países ditos socialistas, e as disputas entre o marxismo e as ideologias burguesas, todos esses fatores determinariam as disputas ocorridas em cada país. No final dos anos 1980, lembra Valter Pomar (2005, p. 146), passariam a atuar tendências opostas: o enfraquecimento do marxismo, o desmonte do socialismo real e a transformação da esquerda em alternativa de governo. Mas, nesse momento os comunistas já não eram mais a força hegemônica da esquerda e sim os petistas.

No final dos anos 1980, o PT tornou-se um aparelho político burocrático que não mais se apresentaria como protagonista da transformação social brasileira, não se constituindo no agente construtor ou portador de um projeto emancipatório, devido ao encaminhamento de uma conciliação de classes que o descaracterizou como um partido de lutas e o fez afastar-se do MST. Este movimento, surgido no mesmo contexto histórico do PT, vem apresentado-se como aglutinador das movimentações camponesas e como alternativa socialista, porque continuou defendendo um projeto de sociedade antagônica à capitalista.

A seguir, buscaremos averiguar se o MST apresentou, de fato, um projeto de construção do socialismo e se contribuiu para o desenvolvimento desse projeto.

## **2.6. - A construção do projeto socialista do MST**

No Encontro de Cascavel-PR, entre 21 e 24 de julho de 1984, o MST definiu quatro objetivos a serem atingidos: “lutar pela reforma agrária, por uma sociedade justa e fraternal e pelo fim do capitalismo; incluir os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria de trabalhador sem terra; e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e nela viva” (MST, 1984, p. 12). Tomadas em conjunto, as decisões desse Encontro demonstraram que, mesmo naquele estágio inicial, os sem-terra tentavam criar uma organização diferente daquela dos movimentos rurais anteriores – como as ligas camponesas que, nos anos

1950, lutaram pelos direitos dos trabalhadores rurais no contexto do movimento sindical – porque lutavam, também, pela autonomia do Movimento, diferindo-se, inclusive, dos posseiros da Amazônia que lutavam apenas pelo direito de permanecer na terra que já ocupavam. Isso porque,

os sem-terra viam-se como um novo tipo de trabalhador explorado – pessoas expulsas do campo pela modernização da agricultura – e, sendo assim, precisavam de um movimento próprio, com objetivos específicos. Achavam que a luta pela terra fazia parte de um movimento revolucionário mais amplo, para acabar com a exploração e garantir justiça para todos. Uma visão utópica, e nisso residia muito seu apelo entre os pobres e os excluídos (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 43).

Foram esses objetivos originais que definiram a concepção do Movimento e todo o seu desenvolvimento posterior, pois à medida que se expandia, redefinia as estratégias de lutas que já estavam contidas de forma embrionária na primeira definição de seus objetivos.

Pela primeira vez na história, todos os que lutavam pela terra, nos diferentes pontos no Brasil, passaram a agir em conjunto com as CPT e CEBS (da Igreja Católica), a Igreja Luterana, CUT e PT. Através do apoio dessas entidades, o MST transformou-se numa organização nacional. Porém, o MST procurou “estimular a participação no movimento sindical e nos partidos políticos, mas garantindo a autonomia da organização. A autonomia aparece nos objetivos como uma idéia muito forte” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 51). O estímulo à participação de outras entidades no Movimento ocorria porque o MST acreditava que não deveria ser uma Organização fechada, sem poder de mobilização. Seu crescimento dependia da luta de massa e não de conchavos com o governo ou da espera por direitos assegurados por lei, pois:

O direito assegurado na lei não garante nenhuma conquista para o povo. Ele só é atendido quando há pressão popular. Assim, a cooptação é a primeira arma que a burguesia utiliza contra a organização dos trabalhadores, só depois ela utiliza a repressão. Ela procura neutralizar nossa força com a cooptação, entregando-nos algumas migalhas ou paporicando líderes vaidosos, personalistas, ou ideologicamente fracos. O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio *status quo* já resolvia o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 43).

Isso é o que concluiu, também, Istvan Mészáros em sua obra *Para além do capital* (2002), ao afirmar que os princípios da autogestão das classes dominadas deveriam ser feitos pelos próprios trabalhadores ou não haveria emancipação.

O MST percebeu, desde o início de sua organização, que a luta pela terra só teria sucesso se fizesse parte da luta de classes, pois lutavam contra a classe dos latifundiários e contra o Estado burguês que não democratizou as relações sociais no campo. Por isso, desde que surgiu, o MST incorporou o fator político à sua ideologia e assumiu a tarefa de conquistar a terra através do enfrentamento direto ao regime capitalista e às suas políticas neoliberais. Por isso no 1º

Congresso Nacional definiu que as ocupações de terras e os acampamentos seriam seus principais instrumentos de luta e que a reforma agrária deveria estar sob o controle dos trabalhadores, tendo como objetivos: lutar pela desapropriação das propriedades com área acima de 500 hectares; distribuir as terras da União; expropriar as terras de empresas multinacionais e extinguir o Estatuto da Terra, que era o instrumento legal de realização da reforma agrária, mas que foi usado pelo governo para colocar em prática a política de modernização do latifúndio, através da constituição da “empresa rural”; expandir o Movimento e aumentar as ocupações coletivas.

Como resultado dessa decisão, os sem-terra avançaram na correlação de forças contra o governo, fortalecendo entre eles o sentimento de que somente a mobilização e a ocupação seriam instrumentos de luta. Nesse confronto, os sem-terra tiraram proveito do fato do governo da Nova República proclamar-se democrático e, por isso não poder reprimí-los para avançar na luta. Por causa disso fizeram desse, o período de maior ocupação de terras, um dos “mais férteis em termos de conquistas concretas” (CALDART, 2000, p. 81). Enfrentando as dificuldades da luta pela reforma agrária, o MST abriu trincheiras e confrontou-se com a violência policial, latifundiária e com as condições de vida miseráveis, diferentemente dos sindicatos.

A partir de 1985, o MST começou a libertar-se da influência da Igreja Católica, tornando-se autônomo e passando a enfrentar o governo, sem o apoio das autoridades eclesiais, dependendo ainda mais das ocupações para crescer e expandir-se. Nesse, processo a ocupação passaria a ser “uma tática muito eficiente, pois inspirava as famílias sem-terra, fornecia uma estratégia para a conquista de áreas com base exclusivamente na própria coragem, tenacidade e inteligência” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 66). Essas ações provocaram reações da UDR e levou o MST a promover mudanças táticas no encaminhamento de suas ações, estabelecendo como principal estratégia as ocupações em massa e bem planejadas.

O resultado do confronto e da resistência do MST foi a expansão para dezoito estados brasileiros, do aumento da sua organização interna e de sua ofensiva política, alicerçada na capacidade de arregimentar grandes contingentes de sem terras para suas bases e de resistir às condições de vida miseráveis nos acampamentos. Esses fatores foram os responsáveis pela expansão do MST e pelo assentamento de 6% do total de famílias previstos no PNRA, ao final do governo Sarney. Esse número poderia ter sido menor se o MST tivesse confiado no governo.

O rápido crescimento durante esse governo contagiou o MST que começou a expandir-se e a entender que a luta pela terra ia “ao encontro das frustrações e esperanças traídas

de milhares de trabalhadores rurais cujo meio de vida fora abalado – ou destruído- pelo processo brasileiro de ‘modernização dolorosa’” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 66). O MST aprendeu que as estratégias deveriam adaptar-se às condições de cada localidade, por isso o seu crescimento deveria limitar-se à sua capacidade de integrar novos membros.

Ficava claro que a Reforma Agrária dependeria mais da capacidade de organização dos sem terra do que dos planos governamentais. Mas apenas esse entendimento não capacitava o MST a alterar, em termos efetivos, os rumos que o governo Sarney dava à questão da Reforma Agrária. Era necessário fortalecer o movimento, expandi-lo, promover a formação política da militância, porém o MST não contava com um “braço político” que articulasse a luta econômica pela terra com a luta política pela Reforma Agrária. Mas, apesar das limitações políticas, essa foi uma fase decisiva para a sua expansão e consolidação.

Em praticamente todos os documentos daquele período o MST já deixava clara a sua intenção de construir o socialismo, e, diferentemente do PT, enfatizava o seu projeto de construção de uma nova sociedade, antagônica à capitalista. Por isso, no relatório do II Encontro Nacional dos Assentados, em abril de 1986, em Cascavel, a Comissão Nacional dos Assentados afirmou em suas resoluções políticas: “nós temos cada vez mais claro a sociedade que queremos, que é uma sociedade socialista onde o fruto do trabalho fique com quem trabalha, garantindo assim a justiça social” (MST, 1986, p. 31).

Reafirmando esse propósito, na Edição do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, de dezembro de 1987, os sem-terra afirmavam: “enquanto a UDR planeja seus leilões de gado e reforça as ameaças (...), nós continuamos cada vez mais organizados para conquistarmos palmo a palmo o que nos pertence e, juntos com todos os trabalhadores, lutarmos para derrubar a burguesia e construir uma sociedade socialista”. No editorial de dezembro de 1988, o militante Jaime de Amorim, disse: “temos que canalizar essas lutas para a transformação de toda a sociedade. Nós temos consciência de que o instrumento que nos conduzirá à transformação socialista da sociedade é o partido político”. Porém, o PT não exerceu o papel de Educador e de organizador da vontade coletiva.

Em vários de seus documentos o MST se considera um movimento de massas cujo caráter político se evidencia na luta pela Reforma Agrária e defesa da transformação social, tendo na organização política sua maior arma para ampliar suas lutas. Em razão desses objetivos, o MST formulou suas Normas Gerais, aprovadas em 1989, com Sete Princípios Básicos e

Organizativos que funcionam como diretrizes para suas ações e que representam a disciplina e a organização interna. Esses princípios representam a disposição do Movimento em desenvolver seu projeto de construção da hegemonia e da unidade dos sem terra e a sua intenção de desenvolver uma reforma intelectual e moral das massas sob sua liderança, por isso essas Normas se tornariam a espinha dorsal do Movimento até os dias atuais.

O *primeiro* desses princípios é a direção coletiva que tem por função garantir a representação paritária e a deliberação pelo voto da maioria; o *segundo* compreende a divisão de tarefas que estimula a participação de todos, evita a centralização e valoriza as aptidões pessoais; o *terceiro* é a disciplina<sup>19</sup> que engloba o respeito e a aceitação das decisões do coletivo, necessários para a construção da organização e da democracia. O *quarto* princípio é a educação, o investimento na formação humana. O *quinto* é a formação profissional de quadros técnicos, políticos, organizativos e profissionais em todas as áreas. O *sexto* é a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil e na América Latina. E o *sétimo* é a vinculação com a base, imprescindível para planejar e agir de acordo com as aspirações dos trabalhadores rurais. Além disso, o MST estabelece como fatores essenciais para o planejamento da práxis coletiva a crítica e autocrítica, pois são elas que permitem corrigir os erros e encontrar solução para os problemas existentes. Para o MST, esses Princípios não têm natureza partidária, mas de organização social.

Portanto, desde a formulação de sua Estrutura e Princípios Organizativos, o MST tem a descentralização como uma de suas principais características, a qual além de agilizar as questões de interesse dos trabalhadores é parte integrante dos princípios de democratização das relações sociais e produtivas, conforme podemos depreender dos discursos proferidos por seus representantes e dos documentos que veiculam o projeto político-social do Movimento. A descentralização é garantida pelas várias instâncias organizativas e deliberativas do MST que são estruturadas da seguinte maneira: Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional; Comissão Nacional dos Assentamentos; Coordenações de Assentamentos; Coordenações Estaduais.

---

<sup>19</sup> É importante lembrar que “sem democracia não há disciplina, porque o ser humano não gosta de receber ordens – e isto é saudável, pois os seres humanos são dotados de consciência e ‘livre-arbítrio’. A consciência é sempre proporcional à tarefa, mas de alguma maneira, todo ser humano, (...) tem uma certa percepção da realidade na qual está inserido e, portanto, possui uma opinião. Por isso, é natural que ele queira ser ouvido, principalmente se a decisão vai afetá-lo. Então, a emulação política é decisiva, nenhuma transformação revolucionária pode ocorrer se não há entusiasmo. Uma organização que se pretenda socialista e igualitarista tem de despertar entusiasmo nas massas, sobretudo nas massas jovens, que são quem fazem a revolução” (ARCARY, 2003, p. 125).

Nesse processo organizativo a auto-sustentação e independência financeira representam um dos maiores desafios impostos ao MST, por isso proíbe o recebimento de “ajudas e contribuições de partidos políticos ou de qualquer outro tipo de organização que venha a comprometer seus princípios e plataforma de lutas” conforme Normas Gerais (Capítulo X - Das Finanças). Os próprios assentados devem garantir a sustentação da Organização, repassando anualmente 2% de sua produção ao Movimento. A contribuição também pode ser feita por meio de prestação de serviços, em especial no caso dos técnicos/militantes do MST. De acordo com as Normas Gerais, seriam permitidas doações por parte de pessoas físicas e jurídicas e a captação de recursos de entidades não governamentais no Brasil e exterior, desde que fossem observados os interesses coletivos da Organização.

Visando à descentralização, as ações empreendidas pelo MST seriam executadas pelas frentes de trabalho ou dos setores de formação, finanças, educação, cultura, gênero, movimento de massas, relações internacionais, das mulheres e da juventude. Foi precisamente por causa dessa estrutura que o MST atingiu um grau de organicidade capaz de transformá-lo em um dos movimentos populares mais fortes e atuantes da atualidade. A esse respeito Gentili afirma:

Entre os movimentos sociais que mais impacto político têm tido nas lutas democráticas dos últimos anos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), referência fundamental da resistência popular ao neoliberalismo no Brasil e na América Latina. (...) A força dos trabalhadores sem-terra está na força de sua estratégia: as ocupações. Elas são um ato de rebeldia, de desobediência civil. Constituem a recuperação legítima daquilo que foi expropriado mediante a força brutal da negação do direito social a terra, do direito humano à vida. Devemos aprender a lição que dia a dia nos brinda a luta desses milhares de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra (...) que lutam pela sua dignidade e por recuperar a nossa dignidade social perdida (GENTILI, 1998, p. 124).

Essa resistência dos sem-terra ao modelo capitalista envolve três estágios: a ocupação, o acampamento e o assentamento, com a posse definitiva dos lotes. A principal estratégia de ação: agregar trabalhadores com interesses comuns, visando formar coletivos de resistência dispostos a participar de uma luta organizada em torno da Reforma Agrária que, apesar de ter a conquista da terra como eixo central, não se limita à sua aquisição, mas à construção de uma nova sociedade:

Onde os trabalhadores rurais, antes excluídos, possam tornar-se cidadãos ativos. E, em vez de marginalizados, tenham acesso à boa educação, saúde e lazer. Nenhum outro movimento camponês no Brasil jamais enfocou a luta pela terra nesses termos. (...) os sem-terra não raro tropeçam, às vezes feio, mas também conseguem grandes avanços, criando soluções inovadoras para seus problemas (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 96).

Portanto, o MST demonstrava que pretendia desenvolver um projeto de sociedade que construísse novas relações sociais e de produção, passando pela distribuição da terra, dos

instrumentos e equipamentos necessários ao manejo agrícola, pelo estabelecimento de relações cooperativas de produção e de relações sociais igualitárias e coletivistas, implicando a formação política e humana dos trabalhadores para e nessa perspectiva.

Por causa disso, uma das ênfases da Organização recairia sobre a questão da educação e da cultura que não se resumiriam à escolarização, mas perpassariam todas as ações empreendidas pelo coletivo do MST. A escola seria vista como um espaço de acesso e sistematização dos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, de compreensão da realidade e de construção da organicidade do Movimento. Mas também um lugar de formação de uma nova cultura, ou seja, um novo modo de viver na e da terra, o que subentendia o desenvolvimento de um conjunto de relações sociais e econômicas entre sujeitos de diversas e de diferentes gerações que buscassem transformar o modo de viver em todos os âmbitos da vida.

E, conforme documento da CNBB “o MST só dá certo porque a própria população envolvida no movimento está nele, não só porque quer terra, mas também, porque tem um modo de vida como bandeira. Uma mística de como viver, de como um ser humano deve ser” (CNBB, 1977, p. 156). Essa condição levou os sem-terra a compreenderem, desde o início, que para enfrentar a exploração fundiária teriam de superar a própria ignorância, imposta por um sistema social que os excluía das escolas e universidades, por isso o MST encorajou a militância a estudar. Portanto, os sem terra não queriam apenas a posse da terra e as condições materiais de permanência nela, mas também suprir todas as suas necessidades. O fato de ser portador de um projeto amplo é um dos fatores que diferenciaria o MST dos movimentos camponeses anteriores.

A vitória de Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 e a implantação do projeto neoliberal agravou a situação dos movimentos sociais populares e da trajetória do MST. Diante da hostilidade desse governo aos movimentos sociais, as ocupações converter-se-iam em instrumento de luta fundamental para o MST, pois através delas os militantes demonstravam a coragem política para enfrentar o latifúndio e exigir providências do governo na solução dos conflitos e impasses criados. As ocupações tornaram-se, portanto, o ponto de partida da mobilização e da organização dos sem terra, conferindo identidade político-ideológica ao movimento, ou seja, as ocupações se tornavam o instrumento de luta mais eficiente, pois, por meio delas, o MST buscava construir uma nova forma sobreviver, de ver o mundo e de resistir à dominação capitalista. Por causa das ocupações, o trabalhador passava a compreender o seu papel

na construção desse novo mundo e a vislumbrar a possibilidade de uma nova vida, contrária àquela que o capitalismo lhe reservava.

Assim, dada a importância e significado que adquirem as ocupações no processo de luta pela terra, é possível afirmar que elas são a prova mesma de que o MST aponta para a construção de uma reforma intelectual e moral, no sentido gramsciano. Nessa lógica, as ocupações significam não apenas uma estratégia de luta pela terra, mas a principal forma de enfrentamento ao capitalismo e às suas políticas neoliberais. A realização dessas ocupações se constitui no estabelecimento da crítica à Civilização capitalista e o principal meio de enfrentamento desse modelo de exploração, o prenúncio do desenvolvimento dessa reforma intelectual e moral. Resta saber em que medida o MST encaminhou tal reforma e se buscou construir a hegemonia das classes subalternas.

As ações do MST demonstravam à sociedade que a persistência e a pressão sobre o poder público eram os únicos caminhos para conquistar a terra. Nesse sentido, o acampamento não era apenas o produto da revolta e do desespero dos sem-terra ou um aglomerado disforme de pessoas que não tinham o que perder, mas uma estratégia de luta. A decisão de acampar representava grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo, esperança. O acampamento seria a expressão organizada da miséria, mas também a convicção de que a vitória sobre a pobreza era possível. Por isso, acampar é dar forma e corpo ao Movimento, é uma demonstração de que existem forças vivas e ativas à espera da Reforma Agrária.

Os acampamentos transformaram-se nos espaços de socialização, de construção do conhecimento e do restabelecimento da comunicação entre os sem terra. Neles, e através das experiências diárias, os sem terra criaram a práxis que os qualificou como sujeitos da ação, lançando-se à solução de seus problemas. Nesse processo se estabelecia uma nova forma de organização social. Portanto, foi na práxis cotidiana que o MST desenvolveu as condições para o seu crescimento e criou mecanismos de efetivação da luta pela terra e pela reforma agrária. Fiscalizou o cumprimento dos seus princípios e construiu a unidade dos trabalhadores rurais em nível nacional e, mantendo-se fiel ao seu projeto inicial, criou um modelo de educação para os trabalhadores rurais, na contramão do sistema.

O MST compreendia que o início do processo de mudança exigia a organicidade e unidade dos sem terra no enfrentamento ao poder dominante, delas adviria a força da militância, por isso entendia que sem organização e mobilização não haveria vitória. Nesse sentido, o ato da

ocupação é “a matriz organizativa do movimento, à medida que foi em torno dela que se constituiu e se formatou a coletividade sem-terra” (CALDART, 2000, p. 209). A unidade e o confronto direto passariam a ser as armas de resistência do MST, como diz o militante Cícero:

Os pistoleiros são covardes. Fazem o serviço por dinheiro e são mal pagos. Não querem morrer. Nós ao contrário, acreditamos que nossa causa é justa e estamos preparados, se necessário, a morrer por ela. Isso faz uma enorme diferença, nesses confrontos. Nessas circunstâncias, a estratégia do MST de ‘resistência de massa’ pode ser extremamente eficiente (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 118).

Essa disposição de lutar por uma sociedade que os inclua como sujeitos é o que diferencia os militantes do MST de integrantes de outros movimentos sociais. Todavia, esse movimento social não é descolado dos demais movimentos de luta pela terra no país iniciados no final do século XX, porque dá continuidade ao processo de resistência e luta pela terra que desde o início veio construindo “no seio das contradições do desenvolvimento capitalista no país, forjando sua unidade de luta na diversidade das suas origens. É, pois este o caminho para sua compreensão e entendimento: diverso e contraditório” (OLIVEIRA, 2001, p. 54). Especialmente se considerarmos que a luta pela terra no Brasil foi marcada pelo confronto entre sem-terras e latifundiários, esses respaldados pelo Exército e pelo governo e cuja “territorialização da burguesia industrial veio acoplado ao processo de militarização da questão agrária (...) no processo de distribuição das terras no país” (OLIVEIRA, 2001, p. 89).

A partir de 1989, o MST estabeleceu seus objetivos estratégicos em torno do projeto de construção de uma sociedade socialista e enfatizou a necessidade de promover transformações sociais, por isso defendia a aliança de classe tendo em vista a luta de classes. Desde então, o MST afirmou-se como resistência ao capitalismo e suas políticas neoliberais, tendo como objetivos lutar pela Reforma Agrária e transformar a luta econômica em luta político-ideológica e vincular-se a um projeto de revolução social. Para tanto, buscava acumular forças para transformar a sociedade através da formação e capacitação de quadros políticos e na criação do novo homem.

Dando continuidade à luta pela terra e a construção do bloco histórico socialista, o MST elaborou seu projeto de Reforma Agrária, em 1995, apresentando uma proposta ainda mais radical que englobava aspectos sócio-econômicos e políticos. Além disso, re-elaborou no Caderno de Formação nº 23, (MST, 1996c, pp. 20-29) os principais objetivos do projeto socialista (antes publicados no Caderno de Formação nº 18, p. 20) cuja síntese seria: construir uma nova sociedade igualitária e organizar a produção no campo para garantir trabalho para todos; eliminar exploração e promover a emancipação dos trabalhadores; preservar os recursos

naturais e construir a igualdade. Com efeito, afirmava a função social da propriedade ou posse da terra voltada para a produção de alimentos para o mercado interno e não a especulação fundiária.

De acordo com o Caderno de Formação nº 26, (1998c, pp. 8-9), o MST pretendia mudar não apenas o sistema capitalista, mas também o ser humano, pois acreditava que somente modificando as pessoas poderia construir seu projeto socialista. Nesse sentido, o MST aponta para a promoção de uma reforma intelectual e moral e realização do seu projeto socialista ao procurar expandir seus ideais a fim de articular e organizar um projeto popular para o país em conjunto com outras forças sociais. Por isso no Caderno de Formação n. 34, o MST ressalta que:

O projeto de sociedade a ser construído deve nascer antes da revolução acontecer em sua totalidade, e ir sendo construído já na luta concreta pela transformação total. (...) Somos uma força política importante e ao mesmo tempo limitada. Nosso objetivo é lutar pela reforma agrária, embora saibamos que ela somente se realizará na totalidade em um sistema socialista, mas nem por isso, como movimento social, temos a pretensão de impulsionar sozinhos a construção desta grande obra, a revolução política.[...] O momento histórico que vivemos se caracteriza como pré-revolucionário e que pode permanecer assim por muito tempo, como também pode rapidamente tornar-se revolucionário (MST, 2000c, C. F. nº 34, p. 58-61).

Porém, a construção desse projeto socialista depende da aliança entre operariado e o campesinato que devem ser os promotores desse processo revolucionário.

Os princípios e valores do Movimento são impostos aos sem terra pela própria lógica das ocupações e dos acampamentos os quais, de certa forma, são “obrigados” a adquirir esse aprendizado social e político, pois os grupos que passam anos debaixo da lona preta têm de resolver os problemas cotidianos relativos à sobrevivência, moradia, convivência, entre outros. Por isso, já nos acampamentos as famílias têm de assumir responsabilidades na resolução desses problemas e no coletivo sem terra. Também nas marchas nacionais observa-se a mesma disciplina para a cooperação e a solidariedade observada nos acampamentos. Como se percebeu na Marcha Nacional de 1997, cuja disciplina dos sem terra foi comentada por Leonardo Boff (2005) em longo texto, no qual referindo-se à concepção anticapitalista (e mística) do Movimento dizia: “que o MST luta pela reforma agrária todos sabemos. Que para ele Terra não é apenas, como quer a cultura capitalista, meio de produção, mas é muito mais, é nossa Casa comum, está viva, com uma comunidade de vida única e que nós somos seus filhos e filhas com a missão de cuidar dela e de libertá-la de um sistema social que a devasta, isto é surpreendente”. Em seguida, fazendo menção à organização das atividades cotidianas, durante a marcha, acrescentou:

Precisa-se de muita acumulação de consciência solidária, de disciplina e de sentido do bem comum para fazer funcionar esse processo popular (...). Nem falemos da comida pontualíssima, da montagem e desmontagem das barracas, da água potável abundante e do serviço sanitário. A preocupação ecológica era quase obsessiva. Se alguém, no dia seguinte, quisesse saber onde acamparam aqueles milhares, não

o saberia porque a limpeza era tão minuciosa que sequer uma réstia de papel ficava para trás (BOFF, 2005, apud COLETTI, 2005, p. 272-3).

Essa unidade e organicidade devem ser mantidas e continuadas para que se possa construir um projeto de sociedade comunista, por meio de uma guerra de posições que deve ser empreendida por uma reforma intelectual e moral que parece estar sendo promovida pelo MST, como podemos concluir pelas palavras de Leonardo Boff, referindo-se aos objetivos dessa marcha:

Entre os objetivos explícitos da caminhada, além da reforma agrária e da discussão de um projeto popular para o Brasil, havia o de ‘desenvolver atividades de solidariedade para fortalecer a luta e os sonhos do povo’. Em função disso, por mais de duas horas, à tarde, promoviam-se palestras transmitidas pela rádio interna, seguidas de grupos de discussão. (...) A marcha se propôs ‘resgatar e promover a cultura brasileira através de canções, poemas, teatros e outras manifestações típicas do povo’. (...) Se o sistema nos atordoia, por todos os meios, com palavras ‘acumulação, consumo, riqueza, prazer’, aqui o que se ouvia era ‘solidariedade, cooperação, justiça, homem e mulher novos, nova Terra’. (...) O MST nos dá sinais de que outra humanidade quer emergir (BOFF, 2005, apud COLETTI, 2005, p. 273).

Essa ideologia anticapitalista do MST e as suas práticas político-sociais podem ajudar-nos a pensar nas ocupações, acampamentos, assentamentos e marchas como trincheiras de resistência à dominação burguesa, como espaços populares de construção da hegemonia dos trabalhadores rurais que, com o apoio da sociedade civil e dos demais movimentos populares, foram responsáveis pela expansão do MST nos últimos vinte anos. Porquanto, o MST é resultado de uma conjunção de lutas entre trabalhadores do campo e da cidade, isso porque, como foi observado na marcha a Brasília, de 1997, o apoio da sociedade não foi apenas um ato de solidariedade aos sem terra, mas a adesão de uma multidão que via na luta pela terra uma forma de lutar por questões democráticas e contra o governo FHC. Foi uma luta unificada, fruto do trabalho conjunto de diversos setores populares que buscavam colocar em pauta um projeto popular para o país, como ficou demonstrado pela criação, em 1997, do Movimento Consulta Popular. Essas iniciativas poriam em evidência tanto a questão agrária quanto o projeto socialista.

Do ponto de vista estratégico, o MST posiciona-se como um movimento revolucionário quando aponta para a construção de uma sociedade socialista. No plano tático, seus métodos são revolucionários quando utiliza a ocupação de terras particulares, porque coloca em xeque o direito de propriedade privada da terra. Os sem terra querem destruir a propriedade privada também porque sabem que na construção de uma nova sociedade “a libertação do homem é um fato histórico, não um ato de pensamento” (MARX, 1984 p. 25). É esse desejo de libertar-se da exploração capitalista que leva o sem terra a querer compreender como se dão as relações

entre os homens e a querer relacionar-se com outros homens. A conquista da liberdade, a partir desse prisma, torna-se algo vital para o homem.

O ideário socialista também está presente nas escolas de ensino fundamental dos acampamentos e assentamentos do MST em todo o país, como demonstraram as redações e os desenhos de um concurso realizado pelo Movimento em 1998 e 1999, e cujo tema era “O Brasil que queremos”. Em alguns dos trabalhos selecionados podemos ler:

‘Queremos um Brasil de igualdade, onde todos tenham um pedaço de terra para trabalhar, onde não haja violência nem desemprego, nem sem teto. Queremos um país onde todas as crianças possam ter o direito de estudar e conseguir garantir um futuro melhor para suas vidas. (...) Chega de miséria, chega de injustiça! Queremos viver em um Brasil Socialista (Maria Raimunda, 13 anos, 3ª série)’. (...) ‘Queremos um Brasil diferente, onde todos os brasileiros possam ter um emprego e salário justo; educação e escolas de qualidade para todos; segurança para todos os menores abandonados e toda a população; queremos mesmo é que todos os brasileiros possam ter casa para morar, comida para comer, roupa para vestir (...) (Gleiciane, 10 anos, 4ª série)’, (...) um país sem explorados e sem exploradores, enfim, um Brasil socialista, uma verdadeira Nação (Suzana, 18 anos, 8ª série) (MST, 1998-1999).

Em consonância com seus objetivos, o MST enfatiza em seus princípios a necessidade de desenvolver uma educação voltada para a transformação da sociedade, por isso defendia, no Caderno de Educação nº 8, de janeiro de 1999, a construção imediata “de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas”. Esses são alguns dos vários exemplos em que o MST elucida a natureza do socialismo que defende e a sua disposição em construí-lo.

Mas qual teria sido a relação do Movimento dos Sem Terra com o Partido dos Trabalhadores? No ano de 1999, quando indagado pelo professor Bernardo Mançano, acerca dessa relação, o então presidente do MST, João Pedro Stedile, respondeu:

Para nós, essa relação partidária sempre foi bastante clara. É uma relação de autonomia. Por acreditarmos no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares. Muitas lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido, como dirigentes ou como parlamentares. A proposta de reforma agrária do PT também sempre esteve muito próximo à do MST. Algumas vezes, até mais radical (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 36).

Nesse sentido, afirma Stedile, “há uma proximidade quase natural entre um movimento de características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora. Esta proximidade nunca prejudicou a autonomia das duas organizações” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 37). Contudo, “nunca esteve no horizonte do MST se transformar em partido. Mas também nunca abrimos mão de participar da vida política do país” (IDEM, 2005, p. 36). Entretanto, no início dos anos 1980, afirma Stedile (2005) “ainda não estava claro qual seria nosso relacionamento com o PT. Cada um tinha sua própria experiência, sua própria visão de mundo”. O único consenso a que se chegou foi que o Movimento deveria

defender sua independência em relação a todos os partidos. Isso porque o MST percebia que era necessário criar um movimento de massa para fazer crescer a Organização. Nessa perspectiva, poderiam participar do MST os membros do partido, do sindicato, mas como entidade o Movimento permaneceria independente.

Mas qual seria o relacionamento do MST com o crescente movimento dos sindicatos nos anos 1980? Muitos presidentes sindicais achavam que a luta pela reforma agrária deveria ser feita dentro dos sindicatos, contudo, os sem-terra percebiam que a luta pela terra não poderia ser municipalizada. Isso porque os sindicatos aceitavam somente trabalhadores como membros, e os sem-terra haviam percebido, pela experiência vivida nos acampamentos que grande parte da força do Movimento provinha do envolvimento de toda a família. Por causa disso, os sem-terra decidiram que o MST deveria ser um movimento de massa, independente também dos sindicatos e aberto a todos os trabalhadores.

O Movimento aprendeu que a luta pela terra não se restringia ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela devia ir além, pois “se uma família lutar apenas por um pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 35). Portanto, o MST não poderia ser nem um movimento de sindicato nem de Igreja, mas independente, autônomo.

Nesse contexto, a primeira característica importante do MST é a sua autonomia em relação aos partidos e sindicatos. A segunda é o fato do MST, diferente da CUT e de outros movimentos sindicais, não se constituir em uma base corporativa fechada, pois o MST não busca:

Pessoas num ponto fixo, ele articula um movimento de base rural pela Reforma Agrária, mas que atinge de fato o conjunto da sociedade brasileira, uma vez que a estrutura agrária é, nas condições históricas brasileiras, o ponto central em que se entrincheiram os grandes setores proprietários rurais, os grandes proprietários de capital e os especuladores urbanos para impedir qualquer alteração na composição de forças de poder desde os anos 30/40, reforçada em 1964 e retomada com Fernando Henrique Cardoso (FONTES, 2003, p. 79).

Portanto, a autonomia, o vínculo com a base e o projeto social amplo são as características do Movimento dos Sem Terra, o qual tem na luta pela terra e pela Reforma Agrária uma conquista pontual, mas que atinge toda a sociedade, por isso o MST tem base e horizonte universalizantes. Ademais, o MST apresenta uma característica organizacional diferenciada no contexto das organizações populares, porque nele existem três instâncias da

realidade social – a política, a econômica e a social - que se encontram normalmente separadas nas práticas de outras organizações, mas no MST encontram-se organicamente reunidas. O militante do partido não vive no partido, o associado ao sindicato não vive no sindicato, embora ambos possam vivenciar com maior ou menor intensidade suas entidades. Os membros do MST, diversamente, encontram-se articulados ao Movimento não apenas por ideologia e funções políticas, mas também pelo fato de encontrarem-se inseridos em alguma de suas estruturas organizacionais de base: o acampamento e/ou assentamento.

É inegável que o PT e a Igreja foram os principais agentes no processo de conscientização dos trabalhadores e na formação do MST em muitos Estados brasileiros, inclusive, no Estado de São Paulo. A parceria entre ambos foi uma constante, como afirma Bernardo Mançano, referindo-se a criação do MST em Sumaré:

Um outro elemento importante na formação do movimento foi a estruturação do PT na região e no município, que (...) exerceu uma influência muito forte não só na organização do movimento da região, como também no desenvolvimento da consciência e da identidade política dos trabalhadores. No processo de socialização política, o PT desenvolveu um papel de destaque, oferecendo elementos para uma compreensão crítica da realidade política e econômica do país. Ajudou, por exemplo, a desmascarar o caráter excludente e concentracionista da política agrária e da política econômica que vem sendo adotada há séculos, contribuindo assim para que os trabalhadores se auto-percebam como expropriados. Ajudou a denunciar o autoritarismo do Estado e seu compromisso com os grupos dominantes, tornando mais clara a dimensão classista da sociedade brasileira. E foi, além disso, o principal elemento que permitiu ao movimento alguns elos com os trabalhadores urbanos (FERNANDES, 1999, p. 120 apud TARELHO, 1988, p. 122-125).

Em suma, o MST manteve uma relação de parceria com o PT e os setores progressistas da Igreja Católica, porém, desde a sua gênese, procurou ser uma Organização autônoma.

A análise dos documentos do período 1994-2000 nos permite afirmar que essa Organização camponesa manteve sua oposição ao modelo econômico neoliberal, o enfrentamento direto ao capitalismo e deu continuidade ao seu projeto socialista. Por causa disso, o 3º Congresso Nacional, realizado em julho de 1995, com o lema: “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”, se caracterizou como um marco na trajetória do Movimento porque, a partir desse Congresso, a luta tomava uma dimensão mais ampla em termos de organização. Essa postura política decorria da compreensão de que apenas a transformação da estrutura capitalista permitiria realizar a Reforma Agrária no Brasil. As resoluções tiradas ali seriam de cunho abrangente e em conformidade com o amplo projeto de transformação do capitalismo. Assim, a luta pelo socialismo exigiria novas estratégias de luta, por isso além da ocupação de terras o MST promoveria massificações e a formação política de grandes contingentes populacionais.

Na avaliação de Roseli Caldart (2000, p. 95) foram precisamente estes os motivos que levariam o MST a buscar construir alianças em torno de questões mais amplas e coletivas, a elaborar um Programa Agrário, aperfeiçoar seus métodos organizativos, suas formas de lutas e articular-se com movimentos sociais nacionais e internacionais. Em razão disso, re-elaborou seus objetivos gerais, conforme expostos no Caderno de Formação nº 30, (1998f, p. 39) propondo-se transformar a Reforma Agrária em uma luta de todos e a partir do enfrentamento direto, colocar em pauta a questão da terra no Brasil e constituir-se num espaço de formação política de massa. Essa clareza de objetivos era decorrente dos novos desafios postos pelo desenvolvimento do capitalismo e das forças sociais em disputa na sociedade.

A acentuada crítica ao neoliberalismo começou nos anos 1990, mas a crítica dirigida ao capitalismo já estava presente desde os primórdios do Movimento e se expressava na necessidade, manifestada o tempo todo, pelas lideranças e pelas publicações do Movimento de se promover transformações estruturais na realidade brasileira para “construir uma sociedade sem exploradores”. Desde que nasceu, o MST lutaria para derrubar três cercas: “a do latifúndio, a da ignorância e a do capital” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p.74). Essa é a ideologia socialista presente no interior do Movimento, desde a sua origem.

A partir de 1996, além de reafirmar seu projeto original de construção de uma nova sociedade e levá-la adiante, o MST investiu na organização interna, disciplina e formação política em massa. Por isso, promoveria eventos em parceria com outros setores sociais, incentivaria a sociedade a aderir ao projeto socialista e lutar pela Reforma Agrária. Nessa perspectiva, a luta não seria apenas pela posse da terra, mas passaria a ter também um caráter político – de transformação social – de desenvolvimento do projeto de uma nova sociedade, a comunista. Com efeito, a luta pela terra adquiria um caráter econômico e a Reforma Agrária um valor social. A ampliação da luta era fundamental diante da nova conjuntura econômico-política, do esgotamento dos recursos naturais e da correlação de forças com novos inimigos políticos.

No Caderno de Formação Nº 18 (1997a), o MST reafirma seus objetivos socialistas ao desenvolver seu projeto de educação e de transformação da sociedade, assim ao apresentar o lema “O Que Queremos com as Escolas dos Assentamentos” definiria sua concepção de escola e seus métodos educacionais, visando construir novos sujeitos históricos agentes dessa transformação, por isso reivindicava, nesse Caderno, uma escola de classe. Em praticamente todos os documentos e textos consultados, o MST afirma e reafirma ser um movimento socialista.

Em resumo, no 1º Congresso, o MST defendia a luta pela terra. A partir do 2º Congresso já apontava para a construção de um projeto mais amplo, mas é no 3º que dará ênfase à transformação do capitalismo e defenderá a construção de um modelo de sociedade socialista, implantando medidas para a construção desse novo bloco histórico. No 4º Congresso Nacional, em 2000, o MST reafirmou seus objetivos permanentes, entre os quais reafirmou sua disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da estrutura do capitalismo e de suas políticas neoliberais. Nesse evento, esclarecia que a única maneira de realizar a Reforma Agrária seria incluí-la em um projeto popular de desenvolvimento do país; por causa disso, definiu como objetivos (2007g, p. 47) formar alianças entre os trabalhadores do campo e da cidade, visando fortalecer as classes subalternas no enfrentamento e no combate às ações imperialistas das transnacionais e de organismos internacionais como o FMI e OMC. No 5º Congresso, o MST reafirma seus objetivos de construir o socialismo e a reforma agrária, ampliar a formação de quadros políticos, ocupar a terra, massificar grandes contingentes populares e construir alianças.

Ao contrário do PT, o MST deu continuidade ao seu projeto de construção do socialismo no Brasil, através do confronto direto com o governo e com os latifundiários e seguiu abrindo espaço para a construção desse projeto. Assim, mostrava que não pretendia lutar apenas por terras e pelo estabelecimento de assentamentos, mas também por um movimento social com amplas bases e por transformações na estrutura e superestrutura capitalista. A defesa de um amplo projeto garantiu a expansão e desenvolvimento do MST, pois como disse Stedile “se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. (...) O MST só sobreviveu porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 34).

Nesse cenário, o MST destacou-se como re-inventor da estratégia de ocupação massiva, organizando-se em diversos pontos do país, atingindo, entre 1987 e 1994, o dobro de ocupações, passando “de 67 para 118, tendo maior índice de ocorrência nas regiões Centro-Sudeste e Nordeste, que nesse período respondeu por 70% das mesmas” (OLIVEIRA, 2001, p.106). Com o apoio do PT e de partidos de esquerda, o MST representaria no campo “um avanço em nível de organização nacional e da descoberta de novas formas de luta pela reconquista da terra. Não mais da terra como fonte individual do trabalho, mas como um espaço de trabalho e produção sob o controle coletivo dos próprios trabalhadores” (OLIVEIRA, 2001, p. 86).

No capítulo seguinte, faremos uma síntese da teoria gramsciana para fundamentar a hipótese levantada nesse estudo: de que o MST contribui para a promoção de uma reforma intelectual e moral no Brasil ao longo de sua trajetória de luta. O intuito é investigar quais são os indicadores, os vetores presentes no MST que apontam para a promoção dessa reforma intelectual e moral em sentido gramsciano.

## **CAPÍTULO III**

### **SOBRE A ESTRATÉGIA GRAMSCIANA**

Nesse capítulo, analisaremos a estratégia gramsciana para a construção do socialismo, a partir das condições do capitalismo imperialistas para situarmos o objeto de análise de nosso estudo. Para tanto, é necessário analisar, ainda que sucintamente as principais categorias do teórico italiano Antonio Gramsci, já que não é possível compreender o seu pensamento se dissociarmos um de seus conceitos do conjunto de sua teoria. Por isso, exporemos a estratégia da guerra de posições e, dentro dela, a noção de reforma intelectual e moral, Partido político Educador, intelectual orgânico e de hegemonia, necessários para sustentar teoricamente a idéia de que o MST é um partido político que pode ter desenvolvido o projeto de hegemonia dos trabalhadores rurais e, por conseguinte, de um embrião de reforma intelectual e moral. A análise, no entanto, ficará restrita ao Estado de São Paulo, por ser esse o Estado de maior desenvolvimento capitalista do país e onde o MST ganhou expressividade e força política em âmbito nacional e obteve grandes conquistas.

#### **3.1. - Introdução**

Pensando em como empreender a revolução comunista, no início do século XX, Gramsci engajou-se nas lutas políticas da classe operária italiana. Preocupado com a superação da opressão do capitalismo, dedicou-se à sua compreensão. Para tanto, estudou o seu estágio de desenvolvimento para encontrar maneiras de operar tal superação. Sua análise levou o pensador a entender que, no sistema capitalista avançado, as complexas e diversificadas manifestações de democracia operária se tornavam os novos espaços nos quais seria necessário repensar a política e elaborar uma nova hegemonia.

O teórico italiano vivenciou as principais transformações ocorridas no século XX, como a Primeira Guerra Mundial, a vitória da Revolução Russa, a fundação de partidos comunistas em vários países, tendo sido protagonista da criação do Partido Comunista Italiano. Por meio de sua experiência na Itália, viveu o fracasso das tentativas de revolução socialista no Ocidente e a conseqüente ascensão do fascismo, definido em sua base de classe como bloco agrário industrial, dirigido pelo grande capital e apoiado na pequena-burguesia. Para Gramsci, o fascismo é o representante de uma nova unificação da burguesia, à qual seria possível, posteriormente, opor-se a luta por um futuro bloco antifascista e anticapitalista dirigido pela classe operária.

Assim, buscando construir esse bloco, Gramsci concluía que a URSS caminhava para o comunismo, porém este não poderia acontecer em um só país. Por isso privilegiou, no Jornal *L'Unità*<sup>1</sup> a unidade do Partido russo como fator essencial para o sucesso da revolução proletária na Rússia e nos demais países. Em virtude disso, defendia a idéia de que a conquista do poder de Estado não era apenas um momento de destruição, era também um processo de crescimento de um novo tipo de *Civiltà* que deveria se organizar antes da tomada do poder estatal.

A revolução é, pois, parte de um processo que deve ser continuado, por isso, todo o trabalho do Jornal *L'Ordine Nuovo*<sup>2</sup> surgiu da correlação que Gramsci fez entre os *sovietes* e os conselhos de fábrica italianos, com o objetivo de elevar esses conselhos internos à condição de órgãos de defesa dos direitos sindicais conquistados e da apropriação, por parte dos trabalhadores, do processo de produção. A partir da edição desse jornal, em 1919, Gramsci iniciou a reflexão sobre o Estado, especialmente o burguês italiano, a fim de compreender a especificidade deste.

Pode-se dizer que Gramsci consumiu toda a sua vida na articulação entre o empenho prático-político de realizar a revolução socialista e o empenho teórico em compreender as particularidades dessa revolução no Ocidente, de modo a poder explicar o fracasso das tentativas até então desenvolvidas e encontrar os caminhos de seu êxito no futuro. Portanto, a sua opção pelo socialismo e pelo comunismo é decorrente de um profundo enraizamento nas condições concretas de desenvolvimento da história dos homens. Sua identificação com a humanidade e a

---

<sup>1</sup> Jornal de Salvemini. Gramsci deve muito à leitura do *L'Unità* em função mesmo dos temas essenciais que lhe servem de motivação para discutir a questão meridional e a polêmica livre-cambista.

<sup>2</sup> *L'Ordine Nuovo* (Nova Ordem). Jornal semanal que acabou por dar nome à tendência socialista ligada aos conselhos de Turim.

visão de que cada indivíduo participa da condição humana em sua plena historicidade se alimentou de sua experiência real, como homem originário da província, da periférica Sardenha. Até mesmo a leitura de Marx por Gramsci foi movida pelas necessidades mais elementares dos homens de sua época, talvez por isso “apreendeu, mais do que qualquer outro, a teoria marxiana não como doutrina, mas como método, mais exatamente como o método que se orienta, sempre, pela análise concreta de situações concretas” (SAVIANI, apud NOSELLA, 2004, p. 12).

Portanto, a partir de sua história de vida crítica a própria concepção de mundo com vistas a torná-la unitária e coerente, e, além disso, elevá-la. Acreditando que o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, é ‘conhecer-se a si mesmo’ como produto do processo histórico, por isso buscava compreender como uma visão de mundo pode converter-se em norma de conduta de vida e como esta propiciaria a concretização de uma reforma intelectual e moral para transformar a vontade coletiva. Em virtude disso, passou a se preocupar com o papel da cultura e dos intelectuais nos processos de transformação histórica. Antes de iniciarmos a exposição do universo categorial de Antonio Gramsci é necessário fazermos algumas pontuações sobre o conceito de Estado para os clássicos do marxismo, imprescindíveis para a compreensão dos pressupostos gramscianos.

### **3.2. - A concepção de Estado em acepção marxista**

Diferentemente de Marx<sup>3</sup> e Lênin<sup>4</sup>, Gramsci rompe com a concepção instrumental de Estado-coerção<sup>5</sup> e apresenta a ampliação do Estado desdobrado em coerção-hegemonia. Quanto à

---

<sup>3</sup> Com Karl Heinrich Marx (1818–1883) surge uma visão crítica da concepção de Estado burguês e, por conseguinte, da democracia burguesa ou do liberalismo, que tem início logo após a Revolução Francesa. Porém, falta em Marx uma elaboração orgânica do problema e da teoria do Estado. Contudo, ele identifica a natureza do aparelho estatal, ao dizer que: é com o Estado que se estabelece a relação entre os possuidores dos meios de produção e as relações da vida material, ou seja, daquilo de que se constitui a base da estrutura social, que é “a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são mediadas pelo Estado adquirem uma forma política” (MARX, 1984, p. 101). É a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e exploração de classe. Em geral, o Estado pertence à classe detentora do poder político e econômico, o que lhe permite adquirir novos meios de domínio e exploração da classe oprimida; por ser uma instituição de poder público, não corresponde diretamente à população e se organiza, também, como força armada. Por isso, no *Manifesto do partido comunista*, Marx diz que a burguesia, “com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, 1996, p.

sua base contraditória, define um tipo de direção política diferente de um modelo administrativo-econômico do tipo Bukharin<sup>6</sup>.

Ao contestar a definição de tipo jurídico-coercitiva do Estado, Gramsci critica a sua ideologia liberal porque esta se apresenta como sustentáculo da ordem ou aparelho parlamentar e se identifica com o governo. Questiona esse caráter policialesco cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e ao respeito às leis e a representação ideológica desse Estado que não superou as fases corporativo-econômicas, não é desenvolvido e, sobretudo, porque tal ideologia liberal oculta o poder do Estado como o de uma classe.

Essa análise deriva-se da assimilação gramsciana de dois aspectos da teoria leniniana: a necessidade de colocar a questão do Estado como ponto central da revolução socialista e a construção de um partido de tipo novo, comunista e revolucionário para dirigir a classe trabalhadora e seus aliados no processo de tomada do poder estatal. Em virtude disso, Gramsci estabelecerá uma relação entre o movimento operário italiano e os ensinamentos de Lênin, dos quais se aproximou entre os anos 1923 e 1926.

Marx, Engels e Lênin analisaram a estrutura do Estado e indicaram que é por meio da repressão que a burguesia faz valer a sua natureza de classe. Esta foi uma das grandes descobertas deles no campo da política e que os levou — em contraposição a Hegel<sup>7</sup> — à desfetichização do

12). Marx e Engels identificaram a natureza de classe do Estado, isto é, de que este nasce da luta de classes. Além disso, desenvolveram a tese fundamental e a condição para a formulação de uma teoria científica do Estado.

<sup>4</sup> Em sua obra *O Estado e a Revolução*, Lênin reafirma o caráter de classe do Estado ao retomar a idéia marxiana de que todo Estado é uma máquina para o exercício do poder; por isso ele afirma que todo Estado é uma ditadura de classe. Tal expressão não é encontrada em Marx; Lênin a deduziu do conceito de Estado como máquina opressiva, que é marxiana. Para ele, o Estado é uma ditadura porque, mesmo na república democrática parlamentar burguesa mais avançada, o poder é sempre da minoria — proprietária dos meios de produção e que exerce a dominação sobre a grande maioria dos trabalhadores. Essa minoria, sob a aparência de democracia e liberdade, esconde a sua dominação. Para Lênin, portanto, a república parlamentar é a melhor forma de dominação e de direção do capitalismo. Assim, quando afirma que todo Estado é uma dominação de classe, dá à palavra “ditadura” um sentido amplo, diferente do que se entende tradicionalmente; ou seja, o sentido de um poder absoluto de um indivíduo ou grupo, exercido além dos limites estabelecidos por lei. Ao dizer que uma república parlamentar é, também, uma ditadura, Lênin considera como tal a arbitrariedade e o poder exercido mediante leis, inclusive as democráticas.

<sup>5</sup> Apesar das concepções de Lênin e Marx sobre o Estado, ambos não constituem um bloco único, homogêneo, que possa ser definido como marxismo-leninismo; não é um bloco compacto como indica essa expressão porque, dentre vários motivos, entre Marx e Lênin houve a mediação da Segunda Internacional. Lênin, ao tratar da filosofia como materialismo tem uma finalidade prática política: a de armar o partido bolchevique com uma concepção revolucionária de Estado no momento em que este vai sendo tomado pela classe operária.

<sup>6</sup> Bukharin escreveu a obra intitulada *A teoria do materialismo histórico*. Manual popular de sociologia (editado em Moscou, em 1921), a qual Gramsci critica, pois, para ele, não é possível escrever um manual do marxismo.

<sup>7</sup> Hegel restabelece a distinção entre Estado e sociedade civil formulada pelos pensadores do século XVIII, mas põe o Estado como fundamento da sociedade civil e da família, e não o contrário. Isso quer dizer que, para Hegel, não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e que “integre suas partes; não existe povo se não existir o Estado, pois é o Estado que funda o povo e não o contrário” (GRUPPI, 1976, p. 21).

Estado ao mostrarem que a autonomia e superioridade estatais são apenas aparentes. A sua gênese e explicação se encontram nas contradições imanentes da sociedade, na divisão da sociedade em classes — razão pela qual o Estado só existe à medida que existir tal divisão decorrente das relações de produção. Portanto, para eles, a função do Estado seria conservar e reproduzir essa divisão, de modo a garantir a imposição dos interesses comuns de uma classe particular, como sendo a de toda a sociedade. Logo, o aparelho repressivo é o principal aspecto da dominação de classe com que se depararam os clássicos, numa época em que a participação política é pequena e clandestina, se comparada com a do capitalismo em estágio avançado, conforme afirma Gramsci, em um período histórico

em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris, para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial (GRAMSCI, 2000, V. 3. C. 13, #7, p. 24).

Então, era natural que a repressão estatal se colocasse em evidência na própria realidade por isso mereceu atenção prioritária daqueles autores. Gramsci, porém, viveu numa época de maior complexidade do fenômeno estatal, por isso pôde ver que os processos de socialização e participação política se intensificaram nos países ocidentais, sobretudo, desde fins do século XIX, ou seja,

no período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da ‘revolução permanente’, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de ‘hegemonia civil’. (...) A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc. A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas (GRAMSCI, 2000, V. 3. C. 13, #7, p. 24).

Nos países ocidentais, formaram-se grandes sindicatos, partidos de massa, e foi conquistado o sufrágio universal. Surgiu, portanto, uma nova esfera social, dotada de leis e funções com relativa autonomia e especificidade, em face do mundo econômico e dos aparelhos repressivos estatais. Assim, a concepção gramsciana ampliada de Estado e de sociedade civil tem como ponto de partida o reconhecimento da socialização da política no capitalismo desenvolvido, isto é, da formação de sujeitos políticos coletivos de massa. Marx, contudo, não conheceu nem

pôde considerar grandes sindicatos, partidos operários populares e de massa ou jornais proletários de grande tiragem, assim:

Marx não podia ter experiências históricas superiores às de Hegel (ao menos muito superiores), mas tinha o sentido das massas, por sua atividade jornalística e de agitação. O conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística (GRAMSCI, 2000, V. 3. C. 1, #47, p. 119).

Marx, por conseguinte, não pôde captar plenamente a dimensão essencial das relações de poder existentes na sociedade capitalista desenvolvida, na qual a sociedade civil é constituída também por aparelhos privados de hegemonia e expressa uma nova determinação do Estado.

Os conceitos de sociedade civil marxiano e gramsciano são diferentes, pois Marx<sup>8</sup> identifica a sociedade civil com a base material, infra-estrutura econômica, enquanto para Gramsci, aquela não pertence ao momento da estrutura, mas da superestrutura. Com essa conceituação de Estado, Gramsci amplia e enriquece a teoria marxista de Estado e não apenas a endossa, mas a conserva e a supera. Portanto, o político italiano não se afasta do marxismo, ao contrário, insiste na construção de sujeitos historicamente ativos e organizados capazes de conquistar a hegemonia com métodos democráticos, subtraindo-a progressivamente da esfera de influência da burguesia. Mais do que evidenciar as aberrações do capitalismo, Gramsci conferiu uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas das classes subalternas que devem não apenas resistir à opressão, mas buscar formas de superar a submissão e inventar os termos de uma nova sociedade.

Por isso, o teórico sardo funda a noção de subjetividade na filosofia da práxis, baseando-se na defesa de que os homens são sujeitos reais da história e não instrumentos passivos de determinações materiais ou espirituais. Logo, a filosofia da práxis se enraíza simultaneamente na imanência e na concepção subjetiva da realidade, pelo fato de que a inverte, explicando-a como fato histórico, como subjetividade histórica de um grupo social, como fato real que se apresenta como fenômeno de especulação filosófica, mas, na realidade, é apenas um ato prático, um conteúdo social concreto e o modo de conduzir a sociedade à uma unidade moral. Para ele, o homem é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente.

---

<sup>8</sup> Na *Ideologia Alemã* Marx afirma que “a sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa” (MARX; ENGELS, 1984, p. 99).

Ao aprofundar a visão e o método dialético marxiano, Gramsci pretendia desvendar as contradições das estruturas econômicas e ideológicas do capitalismo, despertando nos trabalhadores o “momento maquiaveliano”, suas responsabilidades históricas e a capacidade de organização ativa, para que pudessem assumir a direção do processo produtivo para elaborar novos valores sócio-culturais e com isso ganhar a direção política e cultural.

### **3.3. - A concepção gramsciana de Estado**

A análise do conceito de Estado gramsciano é essencial para entender de que maneira ele se estrutura no capitalismo avançado e para compreender a justificativa gramsciana de que a estratégia de guerra frontal<sup>9</sup> para o socialismo não seria adequada para os países de tipo Ocidental. Nestes, o socialismo deveria ser construído por meio da disputa pela hegemonia na sociedade civil pela classe trabalhadora até o momento em que consiga se transformar em sociedade política, para chegar ao poder, pois só quando essa classe for dominante, a exploração capitalista estará perto do fim.

Numa carta a sua cunhada, Tatiana Schucht, de 7 de setembro de 1931, Gramsci distingue e mostra seus dois novos conceitos de intelectual e de Estado ampliado, considerando-os fundamentais no interior das superestruturas. E os justifica, como podemos conferir abaixo em um trecho de tal carta:

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que em geral é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) já que na sociedade civil, especialmente, operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento muito eficaz de hegemonia ainda que às vezes possa encontrar-se em contraste com este ou aquele governo) (GRAMSCI, 1971, p. 166).

---

<sup>9</sup> Guerra frontal, de manobra e de movimento tem sentidos similares para Gramsci.

Em sentido amplo ou integral, o Estado<sup>10</sup> teria a seguinte fórmula, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C. 6, #88, p. 244) ou ainda, “Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #155, p. 257). Com essas novas determinações compreendem-se os dois conceitos principais: a sociedade política ou Estado-coerção e a sociedade civil ou aparelhos privados de hegemonia. A primeira é formada pelo conjunto dos mecanismos mediante os quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identifica-se com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar e é responsável pela dominação. A segunda, pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias é responsável pela direção da sociedade, composta por organizações profissionais, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, sociedades secretas, associações de bairros, organização material da cultura: revistas, jornais, meios de comunicação de massa, etc.

Como resultado, temos dois aspectos distintos e com relativa autonomia que têm funções diferentes na organização da vida social e na articulação e reprodução das relações de poder, mas que se equilibram. Ambas as sociedades serviriam para conservar ou promover uma certa base econômica, conforme os interesses de uma classe social. Porém, essa promoção ou conservação variaria nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes tentam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que Hegel entende a sociedade civil como sociedade política, isto é, como o Estado. Como aquela sociedade que Kant define na *Metafísica dos Costumes*, que garante a propriedade e os direitos de cada sujeito através das leis públicas. Nesse contexto, o conceito de sociedade civil de Hegel inclui não apenas a esfera das relações econômicas e a formação das classes, mas também a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo. Portanto, a sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, “segundo os princípios do Estado liberal; e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado burguês; Hegel concentra nela a crítica da economia política e da ciência política inspiradas, respectivamente, nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito” (BOBBIO, 1982, p. 30). E como ressalta Marcos Müller: “A estrutura conceitual mais geral da sociabilidade burguesa é determinada, assim, pela diferença, que é simultaneamente condicionamento recíproco e oposição (§ 184Z), entre esses dois princípios: o da particularidade subjetiva autônoma e da universalidade objetiva formal. Eles articulam o nexos social mais elementar que se constitui a partir da esfera do mercado, do que Hegel chama de ‘*sistema das necessidades*’ (1ª subseção da teoria da sociedade civil-burguesa), centrado na divisão social do trabalho e na busca de meios para a satisfação das necessidades” (MÜLLER, 1998, p. 249). Portanto, o Estado hegeliano é composto pela família e pela sociedade civil-burguesa, sendo esta o momento intermediário entre a família e o Estado, conforme é possível conferir nos §§ 244-246 e 260 da obra *Princípios da Filosofia do Direito* (HEGEL, 1997, pp. 206-225). Assim, pode-se dizer que a sociedade civil hegeliana é um conceito pré-marxista, amplo, em certos aspectos, e restrito noutros, porém não é possível dizer que o conceito do filósofo alemão seja igual ao de Marx ou Gramsci. Pois, apesar da presença da sociedade civil – entendida como política – no Estado hegeliano, este se diferencia do conceito de Estado gramsciano, o qual além de conter a sociedade civil e a política, comporta também a hegemonia. E esta não estava posta na concepção hegeliana de Estado.

política e o consenso, por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação via coerção.

Por isso Gramsci enfatiza a dialética - unidade na diversidade - entre ambas, ao dizer “que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2001, V. III. Q 19, #24, p. 2.010). A supremacia designa o momento de síntese que unifica a dominação e a hegemonia, a coerção e o consenso.

Essas duas funções existem em toda forma de Estado, mas o fato de um ser mais hegemônico-consensual e menos ditatorial, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais que são “como trincheiras protetoras do Estado, sediadas na sociedade civil, que aponta para uma nova e original concepção dessa agência do poder” (GRUPPI, 1980, p. XIII). A predominância de uma ou de outra depende do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão e da correlação de forças entre as classes sociais que disputem entre si a supremacia. Assim, “o Estado seria mais do que um ente monopolizador dos meios de coerção física, constituindo-se também as agências ou aparatos dirigentes da vida social, como a escola, a Igreja, os sindicatos, as corporações profissionais, etc” (GRUPPI, 1980, p. XIII).

Por assim conceber o Estado, Gramsci prioriza a questão da formação dos intelectuais que são os “funcionários” da sociedade civil e os articuladores da direção cultural (hegemonia), alargando a noção corrente de intelectual que se restringe aos grandes intelectuais. Por conseguinte, também dilata o conceito de partido que passa a abranger os partidos políticos e ideológicos que se sintetizam no “partido revolucionário”, sendo este o maior dos intelectuais. Além disso, apóia-se na descoberta desses aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, o conceito de sociedade civil é a grande novidade da sua teoria política porque ela é a portadora material da figura social da hegemonia<sup>11</sup> e a mediadora entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito. Portanto, para reconstruirmos o pensamento político deste teórico, devemos ter como ponto de partida seu conceito de *sociedade civil*, definida por ele “no sentido

---

<sup>11</sup> “Nessa nova articulação do conceito de Estado, que incorpora a hegemonia ao Estado, Gramsci procura evitar a falsa alternativa entre o liberalismo e o fascismo” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 129).

de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #88, p. 244).

Esses complexos e diversificados aparelhos privados de hegemonia se tornariam os novos espaços em que é necessário repensar a política e elaborar uma nova hegemonia. Por isso, deve-se considerar a concepção de Estado ampliado e de sociedade civil porque esta não deve ser pensada como uma realidade privada, de caráter exclusivamente econômico que age à parte da estrutura pública do Estado e conduz os sentimentos das massas mecanicamente, como se fosse um exército disciplinado em direção a políticas massificadoras. De acordo com Christinne Buci-Glucksmann (1980, p. 129) para evitar os perigos do “economicismo” e do “estatismo”, Gramsci defendia uma relação dialética de identidade-distinção entre sociedade civil e política: duas esferas distintas e relativamente autônomas, porém inseparáveis na prática. A primeira se compõe de organismos privados e voluntários e indica a direção, a segunda se estrutura sobre aparelhos públicos e se caracteriza pelo exercício do domínio.

Porém, da forma como se estabelece, o Estado ampliado não pode ser entendido como um sistema burocrático-coercitivo, pois suas dimensões não se limitam aos instrumentos exteriores de governo, pelo fato de abarcarem, também, a multiplicidade dos organismos da sociedade civil em que se manifestam a livre iniciativa, os interesses, as organizações, a cultura e os valores dos cidadãos. É nela que se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia. Nesse sentido, os sistemas modernos de políticas democráticas se medem justamente pela capacidade de desenvolver uma ampla e dinâmica sociedade civil que permite tanto expressar as aspirações quanto a participação dos diferentes setores da vida coletiva. O que interessa a ele não é tanto a consistência do aparelho de Estado ou o vigor econômico de grupos privados, mas a criatividade e a articulação entre as diversas associações da sociedade civil para que os indivíduos apreendam a política do auto-governo e a gestação da democracia.

Assim, o Estado, os partidos e as diversas instituições devem ser entendidos como superáveis pela sociedade regulada, para que as massas possam encontrar condições de se tornar sujeitos livres e socializados. Então, o intelectual orgânico coletivo deve preparar as condições essenciais para a realização da guerra de posições, — a única estratégia possível para a tomada do poder estatal dentro do sistema capitalista avançado — devido à complexa e articulada sociedade civil e a correlação de forças. Daí que o Estado deve assumir a ética socialista para promover o crescimento da sociedade civil sem anular os espaços de liberdade e, à medida que tal sociedade

amadurecer quanto à responsabilidade e à socialização do poder, deve anular as intervenções externas e coercitivas do Estado e se transformar em um Estado em vias de ser extinto.

A legitimidade do estado feudal-absolutista, por exemplo, era desempenhada pela Igreja que funcionava como um aparelho ideológico estatal. Isso porque, “para o catolicismo, o que se chama em linguagem hegeliana de ‘sociedade civil’ não é ‘necessária’, ou seja, é puramente histórico ou contingente” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #24, p. 226) — o que nos faz compreender por que Gramsci, em algumas notas dos Cadernos, parece identificar a relação Igreja–Estado com a relação sociedade civil–sociedade política. Naquelas sociedades, a unidade entre Igreja e Estado era indissolúvel, de modo que a ideologia veiculada pela Igreja não tinha autonomia em relação ao Estado-coerção, à sociedade política, já que “na concepção católica, o Estado é só a Igreja e é um Estado universal e sobrenatural: a concepção medieval se mantém teoricamente em sua plenitude” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #24, p. 226).

Era com a ajuda do Estado que a Igreja impunha a ideologia de modo coercitivo, utilizando-se dos mesmos mecanismos de dominação estatal. Apenas com as revoluções democrático-burguesas, o Estado se tornou laico, isto é, os instrumentos ideológicos legítimos passaram a ser algo privado em relação ao público. Nesse sentido:

A própria Igreja pode se tornar Estado e o conflito pode se manifestar entre sociedade civil laica e laicizante e Estado-Igreja (quando a Igreja se torna uma parte integrante do Estado, da sociedade política monopolizada por um determinado grupo privilegiado, que incorpora a Igreja para melhor defender seu monopólio com o apoio daquela área de sociedade civil representada pela Igreja) (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #81, p. 235).

Desse modo, o Estado não mais impõe coercitivamente uma religião e mesmo o sistema escolar, em parte, controlado pelo Estado — torna-se mais autônomo. A adesão às ideologias deixa de ser coercitiva e passa a ser um ato voluntário. Por isso:

Na concepção política do Renascimento a religião era o consenso e a Igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica universal. Não se está fora da Idade Média a não ser pelo fato de que se concebe e analisa abertamente a religião como *'instrumentum regni'*. Deve-se estudar, a partir deste ponto vista, a iniciativa jacobina de instituir o culto do ‘Ser Supremo’, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil), numa desesperada tentativa de dominar toda a vida popular e nacional, mas que surge também como a primeira raiz do moderno Estado laico, independente da Igreja, que procura e encontra em si mesmo, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #87, p. 243-4).

Em vista disso, Gramsci enfatiza a possibilidade de um grupo social ser dirigente hegemônico mesmo antes de conquistar o poder governamental. A obtenção do poder se tornaria

necessária e condição principal no quadro das sociedades complexas nas quais o Estado se ampliou. Vê-se assim que Gramsci estabelece uma continuidade e superação da teoria de Marx, Engels e Lênin sobre a extinção do Estado e sobre a possibilidade de construção da sociedade comunista – chamada por ele de sociedade regulada, a partir do capitalismo avançado. Portanto, antes de tudo, a teoria gramsciana de Estado ampliado é um aspecto fundamental da sua crítica ao capitalismo. Diante do estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo Gramsci entende que extinguir o Estado significa fazer desaparecer progressivamente os mecanismos de coerção, ou seja, é necessário iniciar “a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 5, #127, p. 223) dado o fato de que as funções sociais da dominação e da coerção, ao avançarem na construção do socialismo, darão espaço à hegemonia e ao consenso.

Portanto, “pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #88, p. 244). A reabsorção do Estado-coerção pela sociedade civil criaria as condições para o desaparecimento da divisão entre opressores e oprimidos. Assim, enquanto Engels e Lênin defendiam um rápido desaparecimento do Estado — em consequência da progressiva extinção das classes no plano econômico e da difusão do saber entre as massas, Gramsci apontava para uma luta específica no terreno da política e das instituições socialistas, visando o fim da alienação que se expressa no Estado separado da sociedade. Porém, Gramsci pensa na luta política na superestrutura tendo em vista a estrutura, ou seja, o fim desta.

Em razão disso, a teoria gramsciana sobre fim do Estado sugere a criação de uma sociedade auto-regulada que acabe com a divisão de classes. Essa, porém, exige uma fase de fortalecimento do Estado durante as primeiras etapas de construção do socialismo. Dessa forma, nos países onde a sociedade civil é fraca e a democracia política é débil ou inexistente, a passagem para uma nova ordem não pode ter os mesmos pressupostos que numa sociedade Ocidental, logo, é necessário um período ditatorial de fortalecimento do Estado-coerção.

Na concretização gramsciana da teoria clássica do fim do Estado, o ponto novo está na idéia de que aquilo que se extingue são os mecanismos do Estado-coerção que se convertem nos portadores materiais do autogoverno dos produtores associados. Porém, o fim do Estado não implica a idéia de uma sociedade sem governo, tendo-se em vista que nas sociedades nas quais a unidade histórica de sociedade civil e de sociedade política não é entendida apenas de modo

conceitual - mas também dialético - e o Estado é concebido como superável pela sociedade socialista. O partido seria o instrumento que viabilizaria a passagem da sociedade civil-política à sociedade regulada, na medida em que iria absorvê-las para superá-las e não para perpetuar a contradição entre elas.

É em virtude disso que o conceito de sociedade civil fornece a Gramsci os instrumentos para a concretização da teoria do fim do Estado que é parte integrante da política marxista e que o leva a indicar os problemas a serem analisados na construção do socialismo. Sua originalidade consiste em formular uma nova estratégia de luta pelo socialismo nos países ocidentais, esta é sua contribuição mais fecunda e consistente. Portanto, a natureza da ampliação do Estado não deve ser percebida em termos militares como faz a tese stalinista de reforçamento, mas sim preservar uma abordagem do Estado socialista, ou seja, a dialética interna do leninismo entre sua ampliação e seu desaparecimento. Trata-se de um conceito que visa assumir um duplo campo histórico: o das formas do Estado capitalista e os problemas da política do socialismo.

### **3.4. - A estratégia da Guerra de Posições de Antonio Gramsci**

A teoria ampliada do Estado é o ponto de partida gramsciano para explicar a derrota da revolução socialista nos países ocidentais. Para ele, o fracasso se deu por causa das diferenças estruturais entre Oriente e Ocidente: no primeiro, a sociedade civil é débil, e o Estado-coerção, quase absoluto; no segundo, existe um equilíbrio entre sociedade civil e política, ou seja, o Estado ampliou-se. Assim, deve-se “fazer a política correspondente a esse Estado ‘ampliado’ do capitalismo desenvolvido” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 407).

Com base nessa análise, Gramsci propôs uma estratégia para a tomada do poder estatal no Ocidente que é diferente daquela dos países orientais. Nestes, a estratégia poderia ser uma guerra de movimento, um ataque frontal, objetivando a conquista e conservação do Estado em sentido restrito. As sociedades civis, como a russa em que Lênin operou, mantinham estreita relação com o Estado, os aparelhos privados de hegemonia não eram bem definidos, e o Estado era absolutamente coercitivo, por isso a destruição do Estado poderia ser empreendida por meio de uma revolução jacobina, de uma guerra de movimento. Isso porque no Oriente, o Estado

era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura

da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 7, #16, p. 262).

Para as sociedades ocidentais, com a categoria de Estado ampliado<sup>12</sup>, Gramsci propôs uma estratégia de luta dos subalternos baseada em uma Guerra de Posição que possibilitasse a disputa pela hegemonia no interior da sociedade civil, antes que conquistasse o poder, pois:

A ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente) (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #24, p. 73).

Portanto, dada a complexidade em que se encontra a sociedade civil, as lutas devem ser travadas, a princípio, no interior da sociedade civil, tendo em vista a conquista de espaços, do consenso e da direção político-ideológica da classe operária (dos setores mais avançados), como pré-condição para a tomada do poder estatal e sua conservação posterior, e se for necessário, será feito uso da luta armada. Nesse sentido, em algum momento a guerra pode voltar a ser de movimento ou frontal, porém deve-se considerar, primeiramente, a questão da construção da hegemonia na guerra de posições. Gramsci assevera que a construção da hegemonia se inicia com a crítica à estrutura capitalista e com a intenção de erradicar a base econômica, como condição fundamental para a instauração do socialismo.

Por isso, o filósofo italiano diz que a reforma intelectual e moral se inicia com a crítica à *civiltà* capitalista e continua com a luta pelo fim do capitalismo na guerra de posições, que deve ser continuada mesmo depois de ser tomado o poder de Estado e erradicar a infra e a superestrutura capitalista, para que a hegemonia seja mantida. Essas posições ou espaços no interior da sociedade civil são como a escola, a maçonaria, as associações de bairro, as associações privadas, o Rotary, a OAB, a religião: todas elas sempre foram uma fonte dessas

---

<sup>12</sup> A idéia de Estado ampliado de Gramsci é polêmica entre muitos estudiosos. Para alguns o fato do teórico italiano não ter citado o termo amplo ou ampliado nos desautoriza identificá-lo como tal. Contudo, isso não nos desautoriza interpretar ou inferir que o teórico italiano amplia o conceito de Estado, porque Gramsci incorpora a noção de hegemonia no interior da sociedade civil, presente no aparelho estatal. E, conforme ressalta a comentadora Christinne Buci-Glucksmann “nessa nova articulação do conceito de Estado, que incorpora a hegemonia ao Estado, Gramsci procura evitar a falsa alternativa entre o liberalismo e o fascismo” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 129). Noutras palavras, podemos dizer que a ampliação do Estado, pela incorporação ao Estado dos aparelhos de hegemonia, pressupõe também a ampliação do aparelho de Estado. Esse duplo processo dialético autoriza uma abordagem diferenciada das relações classe/Estado e Estado/sociedade. Mediações, pontos de fusão e apoio que são a dialética concreta das relações infra-superestrutura e superestrutura.

combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc., podem ser incluídos na categoria social dos ‘intelectuais’, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de ‘socializar’ as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #17, p. 42).

Nessas entidades, chamadas de aparelhos privados de hegemonia ou posições, existentes no interior da sociedade civil, seria buscado o consenso que possibilitaria o acúmulo de forças políticas rumo à construção da hegemonia da classe trabalhadora. Nesse contexto, dirá Gramsci, também “A resistência de Gandhi é uma guerra de posição” e até “o boicote é guerra de posição” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 1, #134, p. 124). Com efeito, é exatamente o equilíbrio entre Estado e sociedade civil no Ocidente que nos impede de fixar a guerra de frente como estratégia socialista para a tomada do poder.

Assim, “pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 7, #28, p. 262-3). No caso italiano, essa disputa hegemônica deveria ser travada entre o fascismo e a classe operária, para conservar ou mudar o poder.

A autonomia política moderna torna mais complexas as crises revolucionárias nas sociedades ocidentais. Por isso, ao defini-las, Gramsci faz referência à idéia de crise orgânica que não tem solução rápida, mas que se dissolve por meio de uma degradação paulatina do antigo bloco histórico<sup>13</sup>. Portanto, se a crise orgânica se apresenta em consequência de contradições na estrutura do modo de produção, aparecerá também na superestrutura, na política e na ideologia, ou seja, como crise de hegemonia, uma vez que quando a classe dominante perde o consenso deixa de ser dirigente e passa a ser apenas dominante, por isso faz uso da coerção. Tal crise acontece porque as massas se separaram das ideologias tradicionais. Então, a crise de hegemonia,

---

<sup>13</sup> O conceito de “Bloco Histórico” gramsciano pode ser entendido em sentidos diversos, embora interligados dialeticamente, a saber: como a totalidade concreta composta pela articulação da infra-estrutura material e das superestruturas político-ideológicas; e como uma aliança de classes sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção, cujo objetivo é conservar ou revolucionar uma formação econômico-social. A ligação dialética entre ambos ocorre à medida que a construção de um bloco histórico, no segundo sentido, requer a criação de uma nova articulação entre economia e política, entre infra e super estrutura.

como expressão política da crise orgânica, é própria das sociedades complexas que têm participação política organizada, e a opinião pública

está estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 7, #83, p. 265).

Essa crise tem longo período de maturação, o que permite a luta por espaços e posições, isto é, por parcelas da sociedade, num movimento de avanços e recuos. E como as demais crises, a de hegemonia pode ter diversas soluções, de modo que a classe dominante pode governar coercitivamente ou recuperar a hegemonia mediante concessões, manobras ou reformas. Para tanto, conta com a incapacidade das forças adversárias no que se refere a apresentar soluções construtivas. Dito de outro modo

na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #138, p. 255-6).

Por meio dessa crise estrutural, as classes dominadas podem ampliar alianças e consensos, invertendo em benefício próprio as relações de hegemonia para tornarem-se classes dirigentes e dominantes. Isso porque a construção da hegemonia pressupõe

Indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #18, p. 48).

Essa hegemonia constrói um determinado bloco histórico que abarca a totalidade social, seus elementos políticos e culturais e se mantém coeso graças a essa direção que representa a unificação. Na guerra de posições que atravessa uma crise de hegemonia, as classes dominadas devem preparar, de modo progressivo, soluções para a tomada do poder, já que no capitalismo avançado, o poder não pode ser obtido de repente, mas ser articulado gradualmente. Entretanto, a guerra de posições

exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das ‘posições’ hegemônicas do grupo dominante, etc. (GRAMSCI, 2000, V. 3, C 6, #138, p. 255).

Cabe aos intelectuais orgânicos assumirem a tarefa de construir o consenso, a hegemonia, a consciência de classe e a formação política dos subalternos, pois

a unidade de teoria e prática não é um dado mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 103-4).

Portanto, a conquista da hegemonia, a transformação da classe dominada em dirigente antes da tomada do poder é o elemento central da estratégia gramsciana de transição socialista. Essa estratégia é a única que oferece resultados mais estáveis e seguros, haja vista que “na política a ‘guerra de posição’ uma vez vencida, é definitivamente decisiva” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #138, p. 255). Antes, porém, a classe operária dirigente, hegemônica, deve tornar-se classe nacional, isto é, deve superar o corporativismo e assumir como seus todos os problemas da nação. Essa transformação deve ser promovida pelo Partido político de vanguarda. Com efeito,

a guerra de posição não é constituída apenas pelas trincheiras propriamente ditas, mas por todo o sistema organizativo e industrial que está por trás do exército alinhado, sendo imposta, sobretudo, pelo tiro rápido dos canhões, das metralhadoras, dos mosquetões, pela concentração das armas num determinado ponto, bem como pela abundância do abastecimento, que permite a rápida substituição do material perdido depois de uma penetração e de um recuo. Um outro elemento é a grande massa de homens que participam do alinhamento, de valor muito desigual e que só podem operar precisamente como massa (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #24, p. 72).

Por isso, a prioridade gramsciana em se fazer uma política correspondente ao Estado ampliado, próprio do capitalismo avançado, cuja ênfase recai sobre a generalização das lutas de classes, prioridade que não é idêntica ao que ocorre nos países de tipo oriental onde é possível o ataque frontal. Por isso, devemos averiguar quais são

os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição. Disse ‘com profundidade’ intencionalmente, já que tais elementos foram estudados: mas o foram explicados ou a partir de pontos de vista superficiais e banais, assim como certos historiadores do vestuário estudam as extravagâncias da moda feminina, ou a partir de um ponto de vista ‘racionalista’, isto é, com a persuasão de que certos fenômenos são destruídos tão logo explicados ‘de modo realista’, como se fossem superstições populares (que, de resto, também não são destruídas por serem explicadas) (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #24, p. 73).

Isso nos faz compreender por que, utilizando-se da burocracia do Estado franco-maçônica — que é laica e democrática —, a burguesia do Estado pós-unitário lutou contra as pretensões da Igreja, provando que uma instituição privada pode desempenhar uma função política ideológica decisiva na organização política de uma classe por meio do aparelho de Estado e dos intelectuais. Esse exemplo mostra-nos como o aparelho de hegemonia se vincula ao aparelho estatal que, através dos aparelhos privados como a Igreja, lhe dão coesão, podem se tornar grandes aliados do Estado na sociedade civil. Isso ocorre quase sempre

que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 3, #48, p. 197).

Isso foi o que ocorreu na Itália, quando a burguesia oriunda da revolução passiva ante a ausência de amplas bases de massa, recorreu aos quase-partidos e à Igreja que eram aparelhos hegemônicos implantados na sociedade civil, sendo a Igreja detentora do aparelho de hegemonia da sociedade precedente. É desse modo que a hegemonia política da classe dominante passa pela combinação da força e do consenso, de uma combinação cujo termômetro é a opinião pública. Contudo, os modos de organização do consenso permanecem complexos, pois a hegemonia política, por apoiar-se em partidos políticos, passa por diversos órgãos da sociedade civil, visto que toda ação política participa de um movimento filosófico e cultural como um todo e, além disso, os partidos, por si só, são dispositivos complexos de ramificações diversas.

A solução dessa crise depende dos sujeitos coletivos, da capacidade destes para fazer política e envolver grandes massas na luta para conquistar parcelas da população, com o intuito de promover transformações na estrutura capitalista, visto que a desagregação do Bloco Histórico depende da capacidade proletária de fazer política, de conquistar para si a hegemonia perdida, ou em vias de sê-lo pela classe dominante.

Todavia, a conquista do poder não se dá de modo repentino, mas se realiza por meio de um processo prolongado de transformação revolucionária da sociedade, em que o Partido — como intelectual orgânico — deve cooptar parcelas da sociedade civil e, educando a massa através de uma reforma intelectual e moral, conquistar a hegemonia proletária, necessária para a tomada do poder estatal. Por isso Gramsci propõe que se construa a hegemonia da classe

trabalhadora por meio de uma reforma intelectual e moral que, uma vez posta em prática, inicia a guerra de posições.

Nessa perspectiva entende-se por que Gramsci —utilizando a tradição de pensamento marxista — alarga e supera com originalidade o conceito de sociedade civil e a própria concepção de mundo das teorias liberais. A guerra de posições gramsciana e a conquista do poder do Estado nas sociedades capitalistas desenvolvidas não se darão por um colapso repentino da dominação burguesa. A estratégia da guerra de posições reside numa ocupação progressiva de espaços na sociedade civil, visto que a expansão da hegemonia das classes subalternas, tal como entende Gramsci, implica o acúmulo de posições na sociedade civil por um bloco histórico que, inicialmente, modifica a correlação de forças e termina por impor a direção de uma nova classe ou bloco de classes no Estado.

Cabe aos herdeiros de Gramsci trabalhar em condições históricas favoráveis para transformarem as indicações do teórico italiano em um conjunto articulado e consistente de formulações políticas e ideológicas concretas, porque o poder de atuação de um Partido comunista no interior do Estado ampliado depende, em certa medida, de sua capacidade de assimilar, criativamente, os elementos universais contidos na teoria política gramsciana. A hegemonia<sup>14</sup> é o ponto de confluência de Gramsci e Lênin. Logo, faz-se necessário desenvolver o conceito de Lênin para compreendermos a importância da hegemonia na tomada do poder do Estado capitalista avançado pelos trabalhadores.

### **3.5. - O conceito de Hegemonia gramsciano**

Gramsci foi o teórico marxista que mais insistiu no conceito de hegemonia e o fez especialmente com base em Lênin, compreendendo que é a união entre teoria e prática que possibilitará a concretização da supremacia dos trabalhadores. Indicada na ditadura do proletariado, a hegemonia representa a construção de uma sociedade com uma nova estrutura

---

<sup>14</sup> “O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemoneo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si” (GRUPPI, 1980, p. 1). No final do século XIX, o termo hegemonia passaria a ser entendido como supremacia, tendo sido usada com esse sentido pelos marxistas russos, entre eles Lênin.

econômica e, conseqüentemente, nova política, cultura e ideologia; e como tal, “ela não tem conseqüências apenas no nível material da economia ou no nível da política, mas no nível da moral, do conhecimento, da ‘filosofia’” (GRUPPI, 1980, p. 2).

Portanto, o processo de revolução deve ser percebido não apenas como uma revolução na moral, no conhecimento da filosofia, da economia ou política, mas deve ser percebida principalmente como uma reforma intelectual e moral. Trata-se de verificar o que há de comum entre esse conceito gramsciano e o de revolução cultural de Lênin, já que ambos pretendiam promover uma verdadeira transformação na sociedade e na cultura de seus povos, uma Revolução nos moldes da Francesa e da Reforma Protestante, que — diferentemente do *Risorgimento*<sup>15</sup> italiano — conseguiram atingir seus objetivos. Com efeito, a contribuição de Lênin à filosofia não reside somente na teorização leniniana da ditadura do proletariado, mas em tê-la realizado.

Nesse contexto, criar um novo terreno ideológico significa transformar a consciência dos homens e criar novos métodos de conhecimento. Por isso, ao analisar a relação estrutura-superestrutura ideológica, Gramsci afirma que a primeira determina a segunda e disso deriva a estreita conexão entre política e filosofia. Daí concluir que a filosofia está na política, a qual tem seu momento máximo na revolução, na política transformadora, na criação de um novo Estado, tendo no filósofo o homem político transformador. É o caso de Lênin que é o dirigente prático e político da ditadura do proletariado. A questão da hegemonia é o ponto comum entre ele, porque é a estreita conexão entre hegemonia do proletariado e ditadura do proletariado que expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia, que é a capacidade de direção e de conquista de alianças capazes de oferecer uma base social ao Estado proletário.

Com efeito, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia. Trata-se do valor filosófico da ação e da transformação da sociedade. Nesse caso, a filosofia procede tanto de conceitos quanto da estrutura econômica, social e da consciência dos homens. Por isso, “o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua plenitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1980, p. 3).

---

<sup>15</sup> Processo de luta pela unificação da Itália no século XIX, entre os anos de 1815-1860.

Em termos marxianos os homens se conscientizam dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias. A base econômica determina uma complexa superestrutura política, ideológica e moral que é condicionada pelas relações de produção e de troca, conforme apontado na *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859,

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. (...) Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez (MARX, 1987, p. 135-6).

Assim, ocorre uma transformação na estrutura, o mesmo acontecendo com o modo de pensar dos homens. Tal mudança na consciência e maneira de pensar foi promovida pela ditadura do proletariado que foi entendida por Gramsci como hegemonia proletária. Disso deriva a estreita relação entre política e filosofia, cujo “momento máximo da política é a revolução, a criação de um novo Estado, de um novo poder e de uma nova sociedade” (GRUPPI, 1980, p. 4). Portanto, para Gramsci, a grande contribuição de Lênin à filosofia e à revolução foi a de ter sido ele o dirigente prático e político da política transformadora, da ditadura do proletariado que significou a centralidade e o valor da noção de hegemonia, tendo na Revolução de Outubro a representação do princípio da teorização e prática desta hegemonia. Esse feito leniniano reforçou em Gramsci a idéia de que “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que conseguir criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (GRAMSCI, 1987, p. 139). Por isso o teórico italiano vê na ditadura do proletariado a noção de hegemonia, ainda que não se encontre em Lênin o uso desse termo, mas o de supremacia.

A ação revolucionária é, então, condição indispensável para a hegemonia, nela deve existir a unidade de teoria e ação — sobre a qual insistem tanto Lênin quanto Gramsci. Com efeito, somente pela união destas é possível obter a hegemonia que se realiza por intermédio da consciência teórica e cultural da própria ação, esta é o meio que viabiliza a ação coerente, capaz de superar qualquer ação imediata. Portanto, o conceito de hegemonia é a base de construção da supremacia da classe trabalhadora no capitalismo avançado, a base social de construção de um Estado novo, como prática política de massa, em que a unidade do grupo dirigente no processo revolucionário é a condição para a sua supremacia, nacional e internacional.

Para Gramsci, o afastamento de um perigo reformista e corporativista dependeria da autoridade do promotor dessa hegemonia, de sua capacidade de imprimir uma direção política

adequada, porque o fundamento da hegemonia é “determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo” (GRUPPI, 1980, p. 58). Assim, “a luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica” (GRUPPI, 1980, p. 78). Por conseguinte, a hegemonia da classe trabalhadora deve criar uma unidade de forças sociais e políticas e conservá-las de acordo com a concepção de mundo que construiu, posto que a hegemonia tende a criar um bloco histórico formado pela estrutura e superestrutura.

Para ele, o processo de formação e dissolução das hegemonias se faz pela supremacia de um grupo social que se manifesta como dominação e direção intelectual e moral, logo “a hegemonia é concebida como direção e domínio e, portanto, como conquista, através da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir as classes adversárias” (GRUPPI, 1980, p. 58). Nessa perspectiva, um grupo social será dominante em relação a seus adversários se liquidá-los ou submetê-los à força e se, além disso, for capaz de dirigir grupos afins e aliados, porque esse grupo social, antes de conquistar o poder, deve ser dirigente hegemônico e, ao adquirir tal poder, deve desempenhar o domínio e a direção.

Paralelamente à noção de hegemonia, Gramsci introduz a de supremacia que, conforme Luciano Gruppi (1980, p. 79), pode ser entendida como “domínio e direção”, como “domínio e hegemonia”. Logo, o conceito de hegemonia evolui ao adquirir a capacidade de direção política, ideológica e moral. Ao passo que a supremacia entra em crise quando o grupo dominante perde a capacidade de direção, ainda que mantenha a dominação. Isso ocorre quando a classe detentora do poder torna-se inapta para resolver os problemas da sociedade, quando a concepção de mundo e de afirmação dessa classe decai, provocando a perda da direção. É nesse momento que a classe subjugada pode iniciar a construção de sua hegemonia para tornar-se dirigente. Antes, porém, deve ter conquistado novos aliados e desenvolvido habilidades para a resolução dos problemas sociais, capazes de promover a unidade de sua classe através da ideologia e da capacidade de manter unido um bloco social que não é homogêneo,

mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que através de sua ação política, ideológica, cultural — consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1980, p. 70).

No curso da correlação de forças, a classe burguesa se vê obrigada a acabar com as forças sociais antagônicas, a fim de obter o consenso de outras classes e de unificar o Estado, o qual, por ser integral e hegemônico, suplanta o conceito de bloco histórico, já que pressupõe que a classe dirigente exerça a sua hegemonia: a direção política e cultural sobre as classes aliadas, é o caso da burguesia. Por isso, a classe trabalhadora deve se tornar uma força política autônoma, organizada como Partido, a fim de promover uma aliança de classes orientada por intelectuais orgânicos, pois a construção do bloco histórico socialista implica a adesão orgânica entre intelectuais e povo, governantes e governados. Logo, a unidade estatal seria obtida pelo grupo social que fosse capaz de assegurar a homogeneidade desse bloco histórico.

Nessas condições, o conceito de hegemonia excede o de aliança de classes por ter como fundamento a prática política que supera a dicotomia: infra-superestrutura e abarca a dialética política e cultural entre espontaneidade e direção e, além disso, desenvolve as superestruturas de modo complexo. Em outras palavras, um Estado integral tem de desenvolver uma relação orgânica entre direção e massas. Sua unidade decorre da ação de intelectuais que, como grupo social, seja capaz de assegurar a homogeneidade do bloco histórico. Essa correlação de forças é fundamental para cooptar parcelas da sociedade civil que fortaleçam o poder hegemônico de uma classe.

O Estado, por conseguinte, é um modo de constituição e de organização de classe e por ele perpassa a unificação de um bloco histórico de camadas sociais diferentes em torno de uma classe dirigente. A forma ético-política de um bloco encontra-se no conceito de hegemonia, desenvolvido e renovado com base em Lênin, visto que não somente

a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, mas, inclusive, na fase mais recente do seu desenvolvimento, ela consiste na reivindicação do momento da hegemonia como essencial na concepção do Estado e na valorização da atividade cultural, de uma frente cultural, ao lado das simplesmente econômica ou políticas (GRAMSCI, 1966, p. 204, *apud* GLUCKSMANN, 1980, p. 355).

Portanto, a luta por um novo bloco histórico exige uma situação de crise do bloco que se encontra no poder. Desse modo, o Estado econômico-corporativo deveria ser superado por um Estado integral, capaz de assegurar o desenvolvimento de superestruturas complexas que é a fase de construção do Estado socialista como organizador do consenso de massa. Trata-se da reorganização da infra-estrutura, das relações de produção e das superestruturas derivadas deste sistema econômico.

A defesa de que o Estado integral deveria servir-se dos aparelhos de hegemonia para preparar o desaparecimento do aparelho estatal capitalista fez com que Gramsci procurasse na política e na cultura uma educação para as massas, capaz de prepará-las para exercer o poder. Em razão disso, Gramsci retomou o *Príncipe* maquiaveliano, atribuindo-lhe nova roupagem: a de Partido político moderno o qual se apresentou como uma estratégia de massa, - a conquista de aliados - antes e depois da tomada do poder.

Por fim, é necessário lembrar que a sociedade política ou Estado-coerção foi o elemento estatal que recebeu a atenção prioritária dos clássicos, enquanto as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se na sociedade civil. Mas a novidade gramsciana não se refere tanto à questão da hegemonia, já abordada por Lênin, mas ao fato de que a hegemonia — como figura social — recebe uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação. Gramsci, no entanto, não perde de vista o momento unitário, por isso ao definir a sociedade política, mostra a sua relação de identidade-distinção com a sociedade civil e salienta que a primeira é o aparelho de coerção estatal que garante a ordem quando há crise na direção e no comando dos aparelhos privados de hegemonia, quando o consenso fracassa.

### **3.6. - O Partido político<sup>16</sup> e a função dos intelectuais na construção do socialismo**

Sob a inspiração do *Príncipe* de Maquiavel – que era encarnado por um indivíduo – Gramsci designa o Partido Comunista pelo nome de “Moderno Príncipe” – agente da vontade coletiva transformadora – que diante da complexidade da sociedade civil moderna, não pode ser um indivíduo, mas um organismo. Noutros termos, o Partido político moderno não seria uma pessoa real ou um indivíduo concreto, mas um sujeito coletivo, um elemento complexo de sociedade capaz de concretizar a vontade coletiva através da ação.

Em razão disso, os intelectuais passariam a ter estreita relação com o Partido, já que este é considerado como o intelectual orgânico coletivo. Com essa nova definição, o teórico italiano amplia, alarga a concepção corrente de intelectual, passando a considerar como tal todos

---

<sup>16</sup> A teoria do Partido político operário de Antonio Gramsci ocupa lugar de destaque na obra *Cadernos do Cárcere* no volume intitulado: *Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*, em especial nos Cadernos 12, 13, 18 e nos miscelâneos (*Grifo nosso*).

os membros de uma sociedade que são definidos como intelectuais, não pelo seu nível de erudição, mas pelas funções que exercem.

Essa distinção entre a função na produção e a consciência ou organização de classe é essencial para compreendermos a tensão metodológica que leva Gramsci a dividir os intelectuais em dois tipos: o tradicional que no passado fora intelectual orgânico de uma determinada classe — nesse caso os padres em relação à nobreza feudal, os quais, após o desaparecimento dessa classe, adquirem uma relativa autonomia —, e o orgânico que, em sintonia com o surgimento de uma classe social determinante no modo de produção econômico, procura dar coesão e consciência aos planos político, social e econômico. Ambos cumprem funções análogas às do Partido, quer dizer, buscam dar forma homogênea à consciência da classe a que estão ligados ou no caso dos intelectuais tradicionais, às classes a que emprestam sua adesão. Desse modo, preparam a hegemonia sobre o conjunto de seus aliados - eles são os instrumentos da consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico.

A passagem de um a outro “(tradicionais→modernos) está vinculada a uma teoria da transição de um modo de produção a outro (feudal→capitalista). As exigências históricas (sociais e técnicas) criadas pelo aparelho de produção enraízam aí o aparelho de hegemonia” (GLUCKSMANN, 1980, p. 105). Assim, “cada grupo social, nascido sobre a base de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo que a si própria, organicamente, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão a homogeneidade e a consciência de sua própria função” (GRAMSCI, 2001, V. I. Q 4, #49, p. 474-5).

Esse foi o caso da dominação latifundiária exercida sobre os camponeses do Sul da Itália, a qual não era exercida por um Partido político, mas por intelectuais rurais médios tradicionais que agregavam os camponeses atomizados, subordinando-os aos interesses do bloco histórico industrial-agrário que dominava a Itália da época. Essa classe de intelectuais é como um “tipo de ‘eclesiástico’ (...), que põe em contato a massa camponesa com os proprietários fundiários e com o aparelho estatal” (GRAMSCI, 2001, V. I. Q I, #43, p. 35). Além disso, “a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, que já domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários” (GRAMSCI, 2001, V. I. Q 4, #49, p. 482).

O camponês meridional ligava-se ao grande proprietário rural por meio do intelectual, que, individualmente ou em grupo, desempenhava a função de Partido político pelo exercício da

função de direção cultural e ideológica, aliás, sobre um grande número de partidos afins. Na Itália, o atraso do Sul era a condição para o desenvolvimento do Norte, por esse motivo, Gramsci analisaria a pequena-burguesia em sua relação com o Estado e a dominação hegemônica dessa fração de classe. No Norte, dado o desenvolvimento desigual, predominaria o intelectual moderno, do tipo “técnico de oficina que serve de ligação entre a massa operária e a classe capitalista; a ligação entre massa operária e Estado era estabelecida pelas organizações sindicais e pelos partidos políticos, isto é, por uma classe intelectual completamente nova” (GRAMSCI, 2000, V. I. C 1, #43, p. 35-6).

Portanto, ao ampliar o conceito de intelectual, Gramsci alarga também a concepção corrente de partido político, não apenas porque delega nova função ao “Moderno Príncipe”, mas também porque considera como partido político, quase-partidos ou frações desses, os movimentos sociais, os meios de comunicação, tais como jornais e revistas, entre outros. Esta função

pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’. Veja-se a função do *Times* na Inglaterra, a que teve o *Corriere della Sera* na Itália, e também a função da chamada ‘imprensa de informação’, supostamente ‘apolítica’, e até a função da imprensa esportiva e da técnica (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 17, #37, p. 350).

Mas para ser considerado “Moderno Príncipe”, em sentido gramsciano, esse Organismo deve não apenas exercer a função de Educador, mas deve superar os resquícios e os egoísmos passionais da classe trabalhadora para que possa construir uma vontade coletiva nacional com um grau de consciência capaz de iniciar uma política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação e interfira no conjunto das relações sociais universais. Esta é “uma das questões mais importantes concernentes ao partido político, isto é, à capacidade do partido de reagir contra o espírito consuetudinário, contra as tendências a se mumificar e se tornar anacrônico” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #23, p. 61). Portanto, o intelectual coletivo apresenta-se como a objetivação necessária à condução desse momento de transformação. Por conseqüência, o Partido não pode ser um organismo corporativo, mas o próprio instrumento de superação do corporativismo, daí a necessidade de representar todos os membros de uma classe e torná-los capazes de atuarem na sociedade em que vivem com liberdade.

Isso porque permanecer no momento econômico-corporativo é manter a consciência no nível da passividade e da impotência objetiva frente às necessidades sociais, uma vez que o conflito entre interesses corporativos leva à reprodução da formação econômico-social existente.

Somente a passagem para o momento ético-político permitirá aos trabalhadores superarem suas divisões corporativas e tornarem-se classe nacional, dirigente e hegemônica, e, “nas lutas nacionais de proletários de países diferentes, eles salientam e apresentam os interesses comuns do proletariado inteiro, independente de nacionalidade. (...) Nos vários estágios de desenvolvimento pelos quais a classe trabalhadora contra a burguesia deve atravessar, eles sempre e em todo lugar representam os interesses do movimento como um todo” (MARX, 1996, p. 31).

O Partido deve ser o educador da consciência unitária do proletariado e dos camponeses, tendo como instrumento a cultura, deve tornar-se estratégico para a formação da sua consciência política, pois é através dele que será possível tomar as posições dentro da sociedade civil em busca da construção da hegemonia proletária. Logo, “deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções” (GRAMSCI, 2001. V. 1. C 11, #12, p. 105).

Nesse contexto, o Partido, na questão da hegemonia como reforma intelectual e moral e construção de uma concepção de mundo, tem a função de criar um terreno para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização. Essa reforma intelectual e moral representa a evolução civil da sociedade e deve estar ligada a um programa de transformação econômica que é o modo concreto de se apresentar toda a reforma intelectual e moral, viabilizado pelo partido que assume para si a responsabilidade de transformar o reino da necessidade em liberdade, pois

daí nasce o enorme valor político (isto é, de direção política) da disciplina interna de um partido e, portanto, o valor de critério que tem tal disciplina para avaliar a força de expansão dos diversos partidos. Desse ponto de vista, os partidos podem ser considerados escolas de vida estatal. Elementos de vida dos partidos: caráter (resistência aos impulsos das culturas ultrapassadas), honra (vontade intrépida ao sustentar o novo tipo de cultura e de vida), dignidade (consciência de operar por um fim superior) (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 7, #90, p. 267).

Os intelectuais teriam por função organizar a hegemonia social de um grupo e sua dominação estatal. Por isso deveriam ter estreita relação com o Partido, pois é através dele que se formam intelectuais políticos qualificados, dirigentes organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, ser capazes de desenvolver uma luta de classe hegemônica em todos os aparelhos de hegemonia dominante, assumindo as funções econômicas e políticas de uma sociedade integral; a hegemonia real, a

capacidade de dirigir de maneira orgânica e não administrativa. Os intelectuais devem, portanto desempenhar “tarefa educativa e formadora do Estado, que tem sempre por fim criar tipos de civilização novos e mais elevados, de adaptar a *civiltà* e a moralidade das massas populares mais amplas às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho produtivo” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 128).

Por isso, ao escrever a história de um Partido deve-se considerar o grupo social do qual seja expressão e setor mais avançado e, além disso, entendê-lo dentro da complexidade social e estatal em que estiver inserido. Assim, um partido terá significado e peso na medida em que suas atividades exercerem influência sobre a determinação histórica de um país, pois os

partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional. Quando se realizam estes desenvolvimentos dos partidos, é necessário distinguir: o grupo, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #23, p. 61).

Cada Partido é, pois, uma nomenclatura de classe e, para aquele que se proponha a anular a divisão de classes, sua expressão e acabamento consistem em não mais existir, dado o fato de não existirem mais classes, “na verdade, pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novos encargos e tarefas e no sentido de que, para certos partidos, é verdadeiro o paradoxo de que só se completam e se formam quando já não existem mais, isto é, quando sua existência se tornou historicamente inútil” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 14, #70, p. 316).

Por conseguinte, o Partido torna-se historicamente necessário quando a condição de sua vitória é a sua transformação em Estado. Essa deve ser a tarefa do Partido Educador gramsciano, a de agente revolucionário, cuja origem é o próprio desenvolvimento histórico e se constitui num dos elementos de organização da sociedade civil moderna, no qual “se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #1, p. 16). Na verdade, essa função dada ao Partido em sua relação com a classe trabalhadora é o ponto de continuidade entre Gramsci e Lênin.

Portanto é necessário que os trabalhadores adquiram os elementos teóricos e de organização capazes de elevá-los à consciência de classe e fazê-los compreender a totalidade do conflito imediato entre classe patronal e proletária. A mediação do Partido possibilitará à classe trabalhadora confrontar-se com a questão do Estado e do poder, já que o Estado funciona como

mediador entre os antagonismos, e os partidos que são comumente os instrumentos mais adequados para aperfeiçoar os dirigentes e a sua capacidade de direção “(os Partidos podem-se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de anti-Partido e de ‘negação dos partidos’)” (GRAMSCI, 1980, p. 20).

Nesse processo, o *Príncipe* de Maquiavel deve ser estudado como um exemplo do “mito” soreliano, como uma ideologia política que se apresenta “não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar uma vontade coletiva” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #1, p. 14), pois para Gramsci o que Maquiavel quer é educar o povo, embora essa educação não seja no sentido em que normalmente é entendida. Seu objetivo é mostrar ao povo, à classe revolucionária, a necessidade de um guia na condução da luta contra a religião e a ideologia. Além disso, visa romper com a ideologia tradicional e criar uma força capaz de conscientizar o povo quanto à sua independência, assim “pode-se supor que Maquiavel pretenda convencer estas forças da necessidade de ter um ‘líder’ que saiba o que quer e como obter o que quer, e de aceitá-lo com entusiasmo, ainda que suas ações possam estar ou parecer estar em contradição com a ideologia difusa da época, a religião” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #20, p. 58).

O Partido Educador seria, antes de tudo, uma grande escola que não se deveria descolar da ação produtivo-organizativa de base, na qual deveria se ancorar, se alimentar, se inspirar, se informar, pois é ele que funde e amalgama os elementos de organização política extraídos da prática produtiva para forjar o perfil da estrutura política-administrativa do Estado socialista. Desenvolvendo-se, o Partido subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, tomando lugar nas consciências, “da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de laicismo moderno de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 13, #1, p. 19). Por conseguinte, os partidos seriam como escolas da vida estatal que resistem aos impulsos das culturas ultrapassadas porque funcionam como educadores da consciência unitária do proletariado, tendo como instrumento a cultura.

Pois não é possível ser filósofo e ter uma visão de mundo crítica sem que se tenha consciência da história, da fase de desenvolvimento em que esta se encontra e das contradições com outras concepções de mundo, já que a “própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e ‘originais’ em sua atualidade” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 95). Portanto, se toda linguagem contém

elementos de uma cultura, a linguagem de cada indivíduo determina a sua maneira de perceber o mundo que o cerca, de modo que:

Quem fala somente o dialeto ou compreende a língua nacional em graus diversos participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial. Seus interesses serão restritos, mais ou menos corporativos ou economicistas, não universais. Se nem sempre é possível aprender outras línguas estrangeiras a fim de colocar-se em contato com vidas culturais diversas, deve-se pelo menos conhecer bem a língua nacional. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua de outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional historicamente rica e complexa pode traduzir qualquer outra grande cultura, ou seja, ser uma expressão mundial. Mas como um dialeto, não é possível fazer a mesma coisa (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 95).

Por isso, criar uma nova cultura significa difundir, de modo crítico, verdades já descobertas, transformando-as em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, haja vista que a autoconsciência crítica significa política e historicamente a criação de uma elite de intelectuais, pois uma massa humana só se ‘distingue’ e se torna independente se se organizar. Por conseguinte, não “existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 104). Os intelectuais da burocracia exercem papel decisivo na organização interna do bloco social dominante, criando condições para que a classe dirigente se enraíze organicamente nas massas. Isso significa dizer que:

um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional — isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico —, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão intelectual, uma concepção que não é sua, e a afirma verbalmente, e também acredita seguí-la, já que a segue em ‘épocas normais’, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 97).

Os intelectuais, portanto, têm por função organizar a hegemonia social de um grupo e sua dominação estatal, assumindo as funções econômicas e políticas de uma sociedade integral e a direção orgânica, de maneira a formar “uma estreita ligação entre a grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem coletivo’” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #25, p. 148). Logo, o Partido realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado e na sociedade política realiza a soldagem

entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral civil e política (GRAMSCI, 2001, V. 2. C 12, #1, p. 24).

Os intelectuais da classe dominante têm por função manter coeso o bloco histórico e elaborar a hegemonia dessa classe. Sem eles, essa classe não poderia dirigir, mas apenas dominar e oprimir, pois não teria a base de massa para dar-lhe o consenso necessário para exercer o poder.

Por conseguinte, os trabalhadores também precisam formar seus próprios intelectuais para que possam se organizar como classe e levar a cabo o projeto comunista, pois:

A organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unicidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 4, #49, p. 100).

Assim, ao aderirem ao Partido, esses intelectuais devem unir-se aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora para que esta conquiste a direção e o poder e, com isso, a supremacia. Logo, a classe social que está na oposição ainda não tem o poder, mas deve conquistar a direção, a hegemonia, e se quiser, obter o poder, que uma vez obtido, deve manter a direção.

Na formação da hegemonia proletária o Partido unifica ação e pensamento e, por conseguinte, unifica a filosofia instintiva que está presente na ação com a filosofia consciente, imprescindível para fornecer a visão de conjunto à classe trabalhadora. Pensando nisso, Gramsci buscou no *Príncipe* maquiaveliano função análoga àquela que deve ser desempenhada pelo “Moderno Príncipe”, a de conferir aos trabalhadores a unidade entre teoria e prática. Essa formação da vontade coletiva está ligada à reforma intelectual e moral que deve lutar por uma revolução política, social, econômica e uma nova cultura. Isto é, conforme Gramsci (2000, V. 3. C 13, #1, p. 18) o Partido deve ser reformador intelectual e moral, o qual por intermédio dos intelectuais orgânicos e tradicionais deve organizá-la para que se desenvolvam a vontade coletiva nacional-popular e a construção da hegemonia, em busca de uma forma superior e total de Civilização.

### **3.7. - A reforma intelectual e moral gramsciana**

A análise de Antonio Gramsci sobre a reforma intelectual e moral encontra-se desenvolvida nas obras *Maquiavel, a política e o Estado Moderno* e nos *Cadernos do cárcere*,

em especial nos de número 11, 12, 13 e nos miscelâneos, nos quais define a reforma intelectual e moral como condição essencial para desenvolver a guerra de posições, única estratégia possível, a ser colocada em prática no capitalismo atual, dado o grau de complexidade em que se encontra a sociedade civil e ao grau de desenvolvimento do capitalismo, que gerou novas questões, nunca apontadas. Ao Partido político moderno cabe a tarefa de mediar e promover essa reforma intelectual e moral o qual, por meio dos intelectuais orgânicos e tradicionais, tem o papel de construir a hegemonia da classe trabalhadora, necessária para a tomada do poder estatal e construção do socialismo.

Na guerra de posições, a reforma intelectual e moral teria por objetivo criar as condições de construção de uma nova sociedade contrária à capitalista, uma nova ordem civilizatória que possibilitasse a liberdade dos homens: a autonomia para agir e se apropriar do valor produzido por seu trabalho, promovendo assim, uma emancipação política e humana. Nesse processo, a construção da hegemonia das classes subalternas estaria ligada ao processo educacional em sentido mais amplo cujos educadores seriam: o Partido e instâncias culturais como a escola, a imprensa, o sindicato, a arte, isto é, todos os aparelhos privados de hegemonia no interior da sociedade civil.

A guerra de posições só poderia ser posta em prática em um período de crise orgânica no sistema, isto é, de contradição social, em que um mundo novo já tivesse nascido, com suas forças produtivas, e o velho ainda persistisse, com suas relações de produção estabelecidas. Essa guerra se daria entre classes opostas que tivessem concepções de mundo diferentes e buscassem se manter hegemônicas: aquele que defendia o estado de coisas existente e aquele que buscava superá-lo, pois é quando as condições materiais estão dadas contraditoriamente que os homens tomam consciência da crise e das formas ideológicas que permitem entender o processo histórico.

Com efeito, esses grupos antagônicos poderão manter ou superar o capitalismo. Essa é uma luta constante que se expressa também em termos culturais, por envolver todos os âmbitos sociais, e ocorre para que cada um permaneça ou ganhe a hegemonia e, com isso, o poder. Esses intelectuais orgânicos devem fazer alianças com o proletariado para que se manifeste uma formação de massa com tendência de esquerda, capaz de dirigi-lo, devendo desempenhar funções de organização no plano da produção, da cultura ou da administração pública e que possibilite a organização e a educação política do proletariado visando à revolução.

Ao apresentar a revolução intelectual e moral Gramsci buscava uma nova relação entre a cultura e a política, visando uma transformação cultural de massa, baseando-se no caráter da filosofia das luzes como reforma intelectual e moral. Essa luta por uma transformação cultural deveria atingir os modos de vida, de comportamento, as formas da sensibilidade e, além disso, estar ligada a uma abordagem cultural global, de visão de mundo e superposição das classes e camadas sociais, pois para ele é

preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com esse trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o seu guia mesmo e não mais aceitar do exterior passiva e servilmente a marca da sua própria personalidade (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 94).

Desse modo, acabaria a dominação de classe exercida pelo aparelho de Estado burguês e a sua função coercitiva que é inseparável do seu papel adaptativo-educativo, por meio do qual procura constantemente realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares. Essa nova condição deveria ter como mediador o Partido político de vanguarda, cuja função é ligar os intelectuais orgânicos de um grupo aos intelectuais tradicionais para educar seus membros política e culturalmente. A cultura, para Gramsci, é um modo de viver, de ser, hábitos, costumes, comportamentos e valores de um grupo.

Por conseqüência, buscar uma nova relação entre cultura e política permitiria pensar também em um novo intelectual que estivesse ligado às questões culturais e políticas do seu país e que, por isso, poderia envolver-se com sua transformação. Por isso, Gramsci pensou sobre a construção real da *nuova civiltà*<sup>17</sup> e sobre a importância de um intelectual ativo. Foi em razão disso que elaborou a concepção de intelectual orgânico coletivo, aquele responsável pela difusão da cultura, pelo direcionamento da massa para esse novo mundo (já que a massa, primeiro, teria que definir aquilo que poderia desejar) e, ainda, na valorização da massa ou do senso comum para a criação dessa nova civilização, superando, desse modo, a hierarquia entre intelectuais, pois não se trata de educar no sentido idealista, mas da organização dos trabalhadores.

Por causa disso, o político italiano defende um método que parta das experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente, de forma que o grupo todo se torne o educador de si mesmo, organicamente, elevando o nível cultural de cada um e do conjunto. Como resultado, podemos afirmar que o objetivo da reforma intelectual e moral e da guerra de posições, proposto por Gramsci, é a emancipação dos homens para que possam agir

---

<sup>17</sup> Nova Civilização.

coerentemente e transformar o mundo segundo seus preceitos e desejos. Ambas valorizam a práxis e o papel do homem na construção consciente do mundo, possibilitando a esse homem não apenas uma interpretação do mundo, mas a possibilidade de transformá-lo, pois é “através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado e a crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista” (GRAMSCI, 1976, p. 95).

Logo, a reforma intelectual e moral se inicia com uma crítica ao capitalismo no sentido de transformar sua estrutura, mas também sua infra-estrutura, o modo de viver e pensar capitalista, partindo de uma nova forma de produzir, pois se é a produção que reorganiza a vida material, ela é também constitutiva de uma transformação social. Essa reforma intelectual e moral é que viabilizará a guerra de posições na construção de um novo bloco histórico, ou seja, de uma nova Civilização, uma nova forma de organização de todas as dimensões da vida humana.

Ao apresentar a cultura como uma crítica à Civilização capitalista Gramsci amplia o sentido da cultura, posto que identifica ‘*cultura*’ a ‘*civiltà capitalista*’ para melhor expô-la à posterior *civiltà* comunista. Uma vez que é através da crítica a essa *civiltà* que poderá se formar a consciência unitária do proletariado, nesse sentido, a crítica significa cultura. Porquanto, a organização da cultura deve ser percebida como uma forma de luta por uma nova sociedade que possibilite a liberação dos homens e a autonomia dos trabalhadores em todos os aspectos da vida.

Em razão disso Gramsci rejeita qualquer definição positivista da cultura como saber enciclopédico ou especializado, passando a pensá-la como crítica ao capitalismo. Nesse contexto, a revolução é ‘um grande fato cultural’ e não somente econômico e político, é por isso que não “se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 97). Então, como Engels e Lênin, Gramsci defendia a cultura como um setor de transformação essencial na luta das classes subordinadas.

Daí advém a função atribuída aos intelectuais orgânicos: traduzir *a idéia no caos da vida*, face aos intelectuais tradicionais e a uma civilização em crise. Com efeito, a cultura funcionaria como instauração de uma nova *civiltà*, livre da discriminação dos critérios sociais manuais ou intelectuais relacionados com a ‘filosofia de massa’, pois

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2001, V. 2. C 12, #3, p. 53).

Porquanto, a formação cultural é organização, é tomada de posse da própria personalidade, é a conquista de uma consciência superior, através da qual o homem consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus direitos e seus deveres. Esta consciência, no entanto, não se forma pela força brutal das necessidades físicas, e sim pela reflexão inteligente, primeiro de alguns, e em seguida, de toda uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os meios melhores para transformá-los de condição de servidão em bandeira de revolta e de reconstrução social. Logo, toda revolução deveria ser precedida de uma intensa crítica, de penetração cultural, de difusão de idéias. O mesmo fenômeno repete-se hoje para o socialismo.

Porquanto, a cultura deve ser entendida como os modos de ser, agir, pensar e de luta por uma visão de mundo autônoma em todos os aspectos da existência, já que a cultura não se reduz às obras porque emana de uma crítica da *civiltà*, pois “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 104). O problema consistia, então, em saber como elaborar a própria concepção de mundo de modo crítico e consciente e como participar na produção da história. E, ainda, em como adquirir independência do mundo exterior, tornando-se o seu próprio guia.

Logo, a crítica à cultura deveria iniciar-se por um inventário dos trabalhadores acerca do que eram no mundo. Em outras palavras, era preciso que tivessem uma visão crítica de si mesmos e de seu papel de produtores do mundo, levando em conta recursos como as inovações tecnológicas, filosóficas e científicas, as obras clássicas, as línguas, as artes, então restritos à classe dominante. Por isso, Gramsci propôs uma batalha ideológico-cultural, fazendo da cultura instrumento e forma necessária para a emancipação política da classe operária, transformando-a num elemento decisivo na construção de uma nova forma de pensar e de agir dos trabalhadores na busca pela obtenção da hegemonia.

Nesse sentido, o conceito gramsciano de cultura deve ser percebido como *civiltà* e o papel da filosofia marxista como uma reforma intelectual e moral que tem vínculo estreito com os modos de vida, de comportamentos e de valores ideológicos práticos, oriundos da organização do

trabalho e das relações de produção. Por isso ela é fundamental para a tomada do poder do Estado burguês e para a transformação econômica e social.

O marxista italiano formula o problema da reforma intelectual e moral a partir da correlação de forças que se estabeleceu com o fascismo. Assim, pondo-se a analisar o secular problema da fragmentação do território italiano, entendeu que o *Risorgimento* italiano representou a imagem da revolução burguesa italiana. Além disso, foi uma reação da Itália à Revolução Francesa, por isso o *Risorgimento*, configurou-se como uma revolução pelo alto/passiva. O Renascimento cultural italiano foi o máximo do esplendor cultural que gerou uma cultura extraordinária, mas que não teve relação com as massas. Do mesmo modo, o fascismo é a resposta ao socialismo, à revolução socialista que se iniciava na Itália, desdobrada na Rússia dos *Soviets*.

A Itália incorporou a Reforma Protestante de modo passivo e laico, assimilou-a porque ela não conseguiu fazer uma verdadeira revolução democrático-burguesa, mas apenas de forma truncada, como revolução passiva. Ao contrário do Renascimento, a Reforma Protestante não produziu uma grande cultura, entretanto, foi muito assimilada pelas massas. A Reforma criou um novo homem, fez uma reforma intelectual e moral. Foi ela que difundiu o individualismo do homem burguês. O apogeu disso foi a Revolução Francesa que por meio do Iluminismo disseminou o seu ideal entre as massas. Portanto, é a partir desse problema que Gramsci se pergunta: Por que não ocorreu uma reforma intelectual e moral de massa na Itália? Por que na Itália não existe uma literatura de massa?

Assim, buscando responder a essas perguntas, Gramsci pôs-se a pensar na construção de uma revolução contrária à burguesa. Compreendendo que era necessário educar a classe trabalhadora no sentido mais amplo. A idéia era promover os trabalhadores a uma classe avançada, levá-los a construir uma revolução cultural, capaz de transcender, inclusive, a influência da Igreja Católica sobre os camponeses e operários. Isso porque, naquele momento, a Igreja se beneficiava da fragmentação político-ideológica italiana.

Então, mantendo-se fiel à idéia de que a direção política é também ideológica, Gramsci convocou a classe operária a lutar por uma nova cultura que recolhesse e sintetizasse os momentos mais elevados da cultura do passado e que unisse a profundidade intelectual do Renascimento com o caráter popular e de massa da Reforma; haja vista que “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e,

sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 95-6).

A reforma intelectual e moral significaria, então, difundir entre as massas o marxismo como o novo senso comum. Por isso, Gramsci analisava o problema dos intelectuais buscando criar intelectuais que difundissem entre as massas a filosofia da práxis. A questão era superar a dicotomia entre intelectual e massa, assim o intelectual deveria ser entendido em sentido amplo, como aquele que organiza o processo produtivo, não da maneira burguesa, mas trabalhadora. Mas, a questão do progresso intelectual das massas exige o enfrentamento com os grandes intelectuais das classes dirigentes. Nesse contexto, deve-se entender por intelectuais não apenas as camadas sociais costumeiramente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerça funções de organização em sentido amplo: tanto no âmbito da produção quanto da cultura ou da administração pública.

Portanto, a reforma intelectual e moral defendida por Gramsci é aquela que junta a altíssima cultura renascentista com sua respectiva difusão entre as massas (do tipo feito pelo protestantismo) e cujo modelo ideal gramsciano é representado por Leonardo Da Vinci que é o exemplo do homem integral, de conhecimento extraordinário. Mas essa elaboração teórica de alto nível não deve ficar entre os intelectuais de elite, mas ser difundida entre as massas. Essa reforma intelectual e moral acoplada às relações sociais de produção se faz exatamente no momento de crise orgânica. Essa revolução intelectual e moral significa a criação de uma nova cultura por parte dos trabalhadores. Este foi o modelo americano de desenvolvimento capitalista.

Assim, em consonância com o modelo gramsciano da reforma intelectual e moral, o Americanismo e o Fordismo<sup>18</sup> representaram a criação de uma nova cultura, porque causou mudanças no modo de agir, pensar e de viver das pessoas, uma nova moral foi criada para garantir a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nas indústrias. Criou-se o estímulo ao consumo, de acordo com o objetivo de Ford de aliar o crescimento do poder de compra de seus funcionários ao incremento da sua produção fabril. Segundo Gramsci, o Americanismo e o Fordismo representaram um progresso civilizatório, porque promoveram avanços na forma de produzir e na cultura estadunidense. As pessoas produziam mercadorias e tinham mais acesso a

---

<sup>18</sup> Correspondente à maneira americana de viver, peculiar ao novo modo de produzir implantado nas indústrias automobilísticas de Henry Ford, a partir da década de 1920 nos EUA.

elas. Além disso, a maneira de pensar e ser era coerente com o trabalho que executavam nas indústrias, apesar de muitas críticas feitas ao “adestramento” imposto por Ford e seus métodos revolucionários de trabalho.

Portanto, é fundamental perceber no movimento fordista, ou melhor, nesse modelo americano, o estreito vínculo entre os modos de vida, os comportamentos, as ideologias criadas para esse modelo, a organização do trabalho e as suas relações sociais de produção, pois, diferentemente do desenvolvimento do capitalismo e do fordismo na Europa, nos EUA, “a infraestrutura domina mais diretamente a superestrutura” (GRAMSCI, 1980, p. 116). Essa foi uma fase “mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada” (GRAMSCI, 1980, p. 397).

No americanismo, a hegemonia da classe burguesa não repousará apenas nos profissionais da política ou da ideologia, pois a “hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1980, p. 382). Nesse sentido, a classe burguesa necessitava de uma quantidade menor de intelectuais, já que o próprio processo produtivo disciplina e educa o trabalhador para o trabalho. Isso porque

A racionalização capitalista da produção visa integrar a classe operária a partir do aparelho econômico de hegemonia, criar um novo tipo de trabalhador adequado à indústria fordizada. Do mesmo modo esse tipo de hegemonia não separa a fábrica da sociedade: a hegemonia na fábrica está acompanhada de um sistema crescente de limitações ideológicas e morais fora do trabalho, que dizem respeito precisamente aos modos de vida (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 116).

Isso significa dizer que, fora da fábrica essa hegemonia burguesa se reflete no modo de viver, na assimilação, por parte dos trabalhadores, da ideologia burguesa do consumismo, da cultura de massa, (que é a expressão do americanismo), do modo de comportar-se, relacionar-se, dos valores burgueses à *civiltà* capitalista. Por conseguinte, em um momento de crise orgânica a hegemonia proletária também poderia nascer dessa forma de produção, a qual se constituiria em um avanço na maneira de produzir determinando mais diretamente a consciência dos trabalhadores a partir do modo como passassem a organizar o mundo do trabalho – à “*nuova civiltà*”.

Portanto é da função que Gramsci atribui aos conselhos de fábrica — a de que “o conselho de fábrica é a célula primeira desta organização” (SPRIANO, 1971, p. 187) proletária que surge a idéia de que o Estado socialista já existe potencialmente nos institutos de vida social dos trabalhadores. Então, para o italiano, os problemas inerentes à organização do Estado

proletário o são também do conselho de fábrica. Assim, ao defender a ampliação do Estado, ele incorpora a este a hegemonia e seus aparelhos privados, estabelecendo uma equivalência entre hegemonia e sociedade civil, sendo a primeira revestida de uma dimensão econômica e político-cultural, logo “por Estado deve se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, V. 3. C 6, #137, pp. 254-5).

Prova disso é que o modelo Ford trouxe avanços aos meios de produção capitalistas e instaurou um novo modo de vida que corresponde à reforma intelectual e moral gramsciana e à criação de uma nova *civiltà*. Entretanto, permaneceu sob as bases da continuidade da dominação burguesa para perpetuar o capitalismo e prorrogar sua hegemonia, assegurada por uma Revolução meramente passiva, com o intuito de garantir a dominação e a direção social do grupo dominante. Na guerra de posições, esse grupo seria aquele que proporia medidas e avanços nas forças produtivas e nas relações sociais de produção para manter o capitalismo, buscando meios que perpetuassem seu consenso, para que todos desejassem e lutassem por aquilo que essa classe queria e impunha, pelo projeto de sociedade que defendia.

O contrário ocorreria com uma nova *civiltà* criada pelos trabalhadores, desenvolvida por meio de uma reforma intelectual e moral que se apoiaria nos avanços referentes à forma de produzir, às forças produtivas (manter o crescimento tecnológico), objetivando o fim do modo de produção capitalista, porque é na oficina moderna que se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura, ainda que hoje sua direção pertença aos capitalistas, o trabalhador se forma nessa indústria. Cabe-lhe politicamente assumir a direção, pois essa fábrica, em que ele produz, já lhe pertence historicamente. Por isso o trabalhador deve se preparar melhor: a sua primeira e fundamental preparação recebe na própria fábrica; a segunda, indispensável, mas complementar, ele recebe no sindicato, e, sobretudo, no partido.

O trabalho industrial seria, então, o princípio pedagógico enquanto não-trabalho, porque a potencialidade última (e intencionalidade socialista) do trabalho industrial é a própria libertação do homem no reino da necessidade, isto é, do trabalho entendido como liberdade concreta e universal, assim,

(...) quanto mais o proletariado se especializa num gesto profissional, tanto mais sente que os companheiros são indispensáveis; sente-se assim a célula de um corpo organizado, de um corpo intimamente unitário e orgânico; cada vez mais sente a necessidade de ordem, de método, de precisão e sente ser preciso que o mundo inteiro seja como uma única imensa fábrica, organizado com a mesma precisão, o mesmo método (GRAMSCI, 1987, p. 432-3).

Por isso Gramsci afirma que a fábrica inicia, mas não completa o processo educativo.

Nesse sentido, o *logos* da máquina passa a ser uma relação histórica e moral, isto é, um *'ethos'*. Com efeito, a essência do automatismo produtivo não é a mercadoria, é a liberdade do homem: “a liberdade e o assim chamado automatismo estão em oposição? Não. O automatismo se contrapõe ao arbítrio, não à liberdade” (GRAMSCI, 2001, V. II Q 10, #8, p. 1.245). Em outros termos, buscava-se a mudança para um modo de produzir superior que não oprimisse os homens e não tivesse como base uma forma injusta de trocas. Seria um real progresso civilizatório que permitiria às pessoas uma forma superior de vida que aliaria métodos avançados à não exploração de uma classe pela outra. Ou seja, homens com uma concepção de mundo unitária e coerente que produzissem o mundo no qual viviam.

A nossa hipótese de que o MST contribui para a construção de uma reforma intelectual e moral em sua trajetória de luta, faz-se devido aos indícios que apresenta como movimento de resistência às políticas neoliberais e que se modifica e recria-se nas suas ações políticas, mostrando-se como um movimento social que luta por mudanças mais amplas que a simples divisão de terra e cuja forma de organização vem apresentando resultados efetivos, tanto na sua atuação na ocupação de terras quanto nas negociações por recursos para os assentamentos.

É nesses termos que pretendemos investigar se o MST exerceu o papel de Educador dos trabalhadores no Brasil, tendo como recorte o Estado de São Paulo, com a contribuição da obra política de Antonio Gramsci e averiguarmos qual foi a apropriação do ideário gramsciano, especialmente no que se refere à construção da reforma intelectual e moral, no sentido de promover uma revolução cultural que pretenda reorganizar a vida material e provocar uma profunda transformação social, revolucionando o modo de pensar e de viver dos homens e para construir de um novo bloco histórico, uma *Nuova Civiltà*, uma nova forma de organização da vida humana em todas as dimensões. Essa transformação implica um problema intelectual e de massa que exige um projeto que deve ser desenvolvido pela filosofia da práxis.

Em comunhão como os objetivos gramscianos, o MST apresenta-se como um movimento que luta pela construção de uma sociedade sem exploradores em que o trabalhador se emancipe, que perceba a terra e suas riquezas como um bem de todos e que esteja a serviço de todos, que lute pela garantia de trabalho para todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas pela busca permanente da justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, pela difusão de valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pelo combate a todas as formas de discriminação social.

O MST afirma sua resistência ao projeto neoliberal, formulando uma proposta política ampliada e contraposta ao atual movimento do capital, buscando força política no movimento de massa, pois entende que somente organizando o povo será possível a construção de uma sociedade que o privilegie, como afirma João Pedro Stedile: “no momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força. (...) Somos uma organização política e social de massa ou dentro do movimento de massas” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 81).

Na visão de Stedile, o Movimento Sem Terra não aderiu aos dois desvios da esquerda: o coletivismo e a espera pelo socialismo, mas foi desenvolvendo-os. Tampouco aderiu aos desvios da direita: atrasados ou basistas que esperam que o camponês resolva sozinho seus problemas ou adira ao mercado e torne-se um pequeno capitalista. E acrescenta

Nosso programa agrário procura superar ideologicamente essas dicotomias. Ele representa uma proposta de como organizar o meio rural no Brasil, para democratizar a terra e o conhecimento. Pela primeira vez aparece o acesso à educação e a organização das escolas como uma meta necessária, como parte de um programa agrário, de uma reforma agrária. (...) Para nós, tão importante quanto distribuir terra é distribuir conhecimento. Somos parte de um processo mais amplo de desenvolvimento do meio rural, para que conseqüentemente as pessoas se desenvolvam, sejam mais felizes e mais cultas, mesmo morando na roça (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 76).

Acredita ainda que “só é possível desenvolver o Brasil, fazer com que os pobres tenham uma vida melhor, se desenvolvermos o mundo rural. Trazer os pobres do meio rural para a cidade vai tornar a vida um inferno para todo mundo” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 76). O movimento também incorpora a idéia de agroindústria porque rompe com o medo de ser apenas um movimento de camponês, que pensa apenas na agricultura, que é “fundamental porque trabalhamos com a terra, mas não podemos apenas produzir matérias-primas e deixar os capitalistas enriquecerem às nossas custas. Temos que dar um passo a mais. Ou seja: nós mesmos transformamos a matéria-prima produzida pela terra, para não sermos explorados pelas multinacionais da agroindústria, para podermos agregar valor e vender o produto mais barato, com maior acesso ao mercado de massas da cidade” (IDEM, 2005, p. 76-7).

Ao posicionar-se dessa forma, o MST cria uma nova política, uma nova concepção de educação que combina conhecimento e técnica, isso porque o professor da escola do MST “também é um trabalhador rural. Os pesquisadores que vão trabalhar em determinado assentamento também são trabalhadores rurais. Essa escola rural desenvolve conhecimentos voltados para o benefício e o bem-estar dos trabalhadores a partir de uma concepção de vida

rural” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 77). Dessa forma é que o MST vai materializando a sua existência e construindo suas condições de vida, ocupando espaços, construindo a realidade e um novo modo de agir, de pensar e de se auto-educar, a partir de uma nova visão de mundo, contrária àquela predestinada pelo governo. Como afirma Stedile: “nessa concepção não tem como deixar para os outros. Ou tu fazes, ou não resolves o problema” (IDEM, 2005, p. 79).

O MST entende que qualquer organização deve se preocupar com a formação dos seus próprios quadros em todas as frentes do conhecimento humano. Por isso, no seu processo de consolidação criou o (ITERRA) Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária para dar cursos de formação técnica aos seus alunos. Nessa ação há uma semelhança com o modelo de Escola única<sup>19</sup> de Gramsci que defende a unidade entre educação humanista e profissional como o modelo ideal para a classe trabalhadora. Tal defesa se faz em função da clara percepção de que o trabalhador também tem capacidade de desenvolver tecnologias e conhecimento em todos os campos do saber. Se não o faz é porque lhe foi negado o acesso ao modelo de educação humanística na sociedade burguesa.

A preocupação com a formação técnica surge da necessidade sentida nos assentamentos de se desenvolver formas de cooperação agrícola que propiciem o desenvolvimento da agroindústria. Assim, o MST compreendia que era preciso formar profissionais para o setor agrícola entre os próprios camponeses. Outra fonte de inspiração de nossa hipótese é a defesa de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Essa última não apenas no sentido de alfabetizar pessoas, mas de construir um novo modo de ser e de viver. Ademais, o MST aponta para a promoção da hegemonia da classe trabalhadora e de um novo bloco histórico, o socialista. Esses são alguns dos indícios de que o MST contribui para a promoção de uma reforma intelectual e moral e de uma “*nuova civiltà*”.

Percebemos em Gramsci uma preocupação que também pode ser a de intelectuais do MST, a de conferir criatividade e ousadia política às organizações dos trabalhadores, orientando-os em torno de um projeto mais articulado e de longa duração, construído sobre o consenso ativo e com base numa inovadora concepção de hegemonia e ainda, resgatar as raízes mais genuínas do marxismo, aprofundar e ampliar seus horizontes teóricos e políticos. Acompanhadas por uma profunda atividade de reconstrução social que amplie os espaços da participação coletiva, da

---

<sup>19</sup> Gramsci utiliza o termo “única”, diferentemente da terminologia “unitária”, usada no Brasil. Optamos por usar o termo tal como definido pelo teórico italiano.

liberdade, da justiça, e que seja política e economicamente uma conquista a favor das classes populares. Mas esta só é possível através da promoção de uma reforma intelectual e moral capaz de educar as massas, elevando-as à condição de governantes, através de uma transformação econômica e social. Para o filósofo:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova amplitude e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente e o seu círculo de influência com a passagem de indivíduos ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados (GRAMSCI, 2001, V. 1. C 11, #12, p. 104-105).

Tudo isso porá um fim à possibilidade do povo continuar servindo de massa de manobra e de ser cooptado por mitos e demagogias dominantes que desenvolvem um consenso fabricado o qual deverá ser rejeitado para que a massa defenda a vontade coletiva, e isso só será possível mediante uma reforma intelectual e moral em que o Partido, como educador, lute por uma renovação política, econômica, social e cultural —porque na batalha pela conquista da hegemonia e direção político-ideológica, a cultura ocupa lugar decisivo. É nesse campo que, lutando pela difusão de uma cultura nacional-popular, o partido criará as condições para construir a hegemonia das classes subalternas e para a vitória na guerra de posições pelo socialismo.

A possibilidade do MST contribuir para a promoção da reforma intelectual e moral no Brasil ao longo de sua trajetória, no Estado de São Paulo, será analisada no capítulo seguinte.

## CAPITULO IV

### A PROMOÇÃO DA REFORMA INTELECTUAL E MORAL GRAMSCIANA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DE LUTA DO MST

Neste capítulo, analisamos a trajetória de luta do MST, com o intuito de observar se este Movimento está promovendo uma reforma intelectual e moral no Brasil<sup>1</sup>, com ênfase ao Estado de São Paulo. A comprovação de nossas hipóteses exige que averiguemos os possíveis avanços políticos do Movimento ao longo de sua trajetória, rumo à construção de um novo “bloco histórico”, o socialista. Em razão disso, buscamos estruturar esse capítulo de modo a comprovar ou não as hipóteses levantadas nesse estudo. Por razões operacionais, resolvemos proceder a análise das propostas e encaminhamentos dos cinco Congressos promovidos pelo MST, já que as decisões tomadas nesses são aplicadas e assimiladas pelos sem terra em nível nacional. É importante lembrar que nos propomos investigar a presença das categorias gramscianas na práxis política do MST. Não nos propomos discutir a processualidade histórica da luta de classes, mas a assimilação dos conceitos de Antonio Gramsci pelo Movimento e a concretização desses na realidade dos sem terra.

#### 4.1 - Introdução

Já averiguamos que o MST elaborou um projeto popular para o Brasil, nos anos 1980, mantendo-se fiel aos ideais socialistas propostos desde aquele período. Diferentemente do PT que, por não apresentar um projeto com clareza de objetivos, acabou encaminhando-se para a via

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que a promoção da reforma intelectual e moral deve se dar contra o capitalismo e pela sua transformação, já que tal reforma é a criação de uma *nuova civiltá*. Nessa perspectiva, não se refere a um país ou a um Estado. A ênfase ao Estado de São Paulo se faz por causa dos limites desse estudo que exige um recorte geográfico.

institucional no final dessa década. Em outros termos, averiguamos que o PT não teve por objetivo construir a unidade dos trabalhadores brasileiros nem os interesses de classe para si. O MST, ao contrário, manteve-se fiel ao seu projeto original e criou uma estrutura organizativa, a partir da qual buscou desenvolver o seu projeto de sociedade socialista para o país.

Entendendo a “reforma intelectual e moral” como imprescindível para desenvolver a estratégia da “guerra de posições” na construção do comunismo, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, é necessário investigar se o MST contribui para desenvolver as categorias gramscianas que são parte integrante dessa reforma intelectual e moral. Dito de outro modo, para averiguarmos se o MST adotou a estratégia de construção do comunismo de Antonio Gramsci, é preciso verificar se esse Movimento endossou o seu universo categorial a fim de colocar em prática as categorias de “hegemonia” dos trabalhadores, o modelo de “Escola única” a formação de “intelectuais orgânicos” e da consciência de classe e se assumiu o papel de “Partido Político Educador” - de intelectual orgânico coletivo - tal como definido pelo teórico italiano, ou apenas se se constituiu num braço de partido.

Assim, buscamos verificar se o MST tentou superar os elementos corporativos, se ultrapassou o momento imediatista de luta pela terra, se ampliou seu projeto de sociedade, englobando nesse as demais frações da classe trabalhadora. Essa investigação é importante porque, na visão de Gramsci, é a classe operária que deve encaminhar a hegemonia das classes subalternas, já que esta se constitui na fração quantitativa e qualitativamente mais avançada da classe trabalhadora, devido à sua posição e função na produção e desenvolvimento do capitalismo. Após a análise dessas questões será possível comprovar a hipótese de que o MST contribui com a promoção de uma reforma intelectual e moral no Brasil ao longo de sua atuação. O método que guiará esse estudo é o materialismo histórico dialético e a hipótese será analisada à luz dos conceitos gramscianos, tendo a trajetória de luta do MST como norte da investigação.

Por uma questão metodológica, dividiremos a trajetória de luta do MST em cinco fases, tendo como parâmetro os cinco Congressos Nacionais realizados pelo Movimento. Assim, analisaremos, a partir dos seus documentos gerados, se as decisões tomadas em cada um deles foram postas em prática e, nesse processo, quais foram os avanços políticos do MST. Será com base nessas análises que veremos se o MST pratica a reforma intelectual e moral apregoada por Gramsci, ao longo de seu percurso histórico. Em razão disso, dividimos esse capítulo em cinco fases ou partes: a primeira de 1985 (1º Congresso: em janeiro) a 1990; a segunda de 1990 (2º

Congresso: em maio) a 1995; a terceira de 1995 (3º Congresso: em julho) a 2000; a quarta de 2000 (4º Congresso: em agosto) a 2007; a quinta refere-se à realização do (5º Congresso), em junho de 2007.

#### **4.2. – Primeira fase da trajetória de luta do MST (1985-1990)**

O esgotamento do padrão de acumulação urbano-industrial iniciado nos anos 1930 e as lutas populares e sindicais do final dos anos 1970, especialmente nos grandes centros urbanos, onde os trabalhadores exigiam liberdades democráticas, desencadearam o fim da ditadura militar. Dessas lutas, surgiram o PT (1980) e a CUT (1983), abrindo as perspectivas de mudanças que tiveram sua melhor expressão na campanha pelas *Diretas já* (1984).

No campo, a ditadura reprimiu as organizações camponesas, seus líderes foram assassinados, presos ou exilados, sufocando o debate e a elaboração teórica em torno da questão agrária. O governo impôs uma política de modernização da agricultura para atender a demanda urbana industrial e o mercado externo, sem tocar na estrutura fundiária, aumentando o êxodo rural, o índice de mecanização e o uso de insumos agrícolas e sementes eletivas.

Foi nesse contexto de esgotamento do padrão de acumulação, de crescimento das lutas populares, de reorganização sindical, de luta contra a ditadura e organização dos trabalhadores rurais em defesa da terra, de profunda agitação política, que o MST promoveu o 1º Congresso Nacional, em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), quando ainda buscava se fortalecer como movimento social, crescer e lutar pela reforma agrária. Sob o lema “*Sem Reforma Agrária não há democracia. Ocupação é a solução. Terra para quem nela trabalha*”, esse Congresso contou com a presença de 1500 trabalhadores rurais sem terra, vindos de vários Estados. Durante as discussões, ficou decidido que o MST ocuparia os latifúndios improdutivos como forma de pressão política para agilizar a Reforma Agrária no país, colocar em pauta a luta pela terra e a reforma agrária, consolidar a organização do Movimento em nível nacional, buscar a unidade dos camponeses e unificar as lutas isoladas pelo país, definir e implementar uma forma de luta contra os latifundiários. Naquela ocasião, o MST representava os anseios dos trabalhadores rurais que, entre os anos 1979 e 1984, tinham a conquista da terra como o eixo central da luta.

Até a realização desse Congresso, o MST era um movimento da Pastoral e do sindicato cujos militantes se dividiam entre o trabalho sindical e as assessorias e entre o trabalho pastoral e os sem terra. Até então, não havia uma ideologia formada e enraizada entre os participantes. Por isso, a estratégia que norteou aquele momento defendia “Terra para quem nela trabalha”, mostrando que quem possuísse terra, mas não produzisse deveria entregá-la a quem quisesse trabalhar. Isto explicava a “reforma agrária” que se pretendia, a da conquista da terra.

Essa orientação estratégica continuaria até o início de 1988, quando foi elaborada a nova Constituição brasileira. Nesse cenário, podia-se perceber que a reforma agrária não sairia facilmente, diante da organização dos fazendeiros em 1985 que ameaçavam as entidades e ONGs que apoiassem os sem terra. Por causa dessas ameaças, o “Fórum da Reforma Agrária” foi esvaziado. Esse fator tornou o MST ainda mais vulnerável por ser um movimento recém nascido. Essa repressão se tornaria ainda mais forte no governo Collor, a partir de 1988, quando os bispos e padres se afastaram do MST e deixaram de negociar por ele. Com o fortalecimento da repressão sobre o MST, os líderes do movimento optaram por desmobilizar as ocupações/invasões.

Todavia, foi justamente esse recuo da Igreja que deu novos contornos ao MST, pois se parte dos intelectuais que atuavam nos movimentos sociais aderiram aos projetos da social-democracia, outra parte permaneceu vendo a questão da “revolução” como estratégia possível de erradicação da exploração capitalista. Assim, o espaço político, antes ocupado pelo setor progressista católico, passou a ser ocupado por intelectuais leigos e marxistas que contribuíram para que o MST se aproximasse, em certa medida, do socialismo científico, porém o socialismo cristão continuou influenciando o Movimento até os dias atuais.

Portanto, até o final dos anos 1980, o MST queria resolver o problema da terra sob o ponto de vista individual, por isso a discussão acerca da produção era relegada ao segundo plano. A idéia que subjazia era a de que conquistada a terra, cada assentado seria um pequeno agricultor, tornando-se independente do Movimento. A luta girava em torno da conquista da terra e não de uma luta mais ampla. Com efeito, a Reforma Agrária não era vista como uma luta de todos, prevalecendo os elementos economicistas. O assentado buscava reproduzir o modelo da propriedade familiar cuja produção era voltada para a subsistência. O nível de cooperação era o mutirão e a troca de serviços, ou seja, não havia um modelo de Cooperação<sup>2</sup> Agrícola (CA)

---

<sup>2</sup> O movimento cooperativista foi um dos aspectos de associativismo operário. Em “*O Capital*” livro III, capítulo XVI, III – “*A função do crédito na produção capitalista*” Marx afirma que o sistema cooperativista é a principal

comum a todos os assentados. Em alguns Estados, havia experiências isoladas que recebiam ajuda da Igreja das quais surgiram os primeiros grupos comunitários ou associações informais.

### **4.3. - A produção dos assentamentos nos anos 1980**

A conquista da terra foi a preocupação central desse 1º Congresso (1985) porque os sem terra acreditavam que a posse da terra resolveria o problema da questão agrária, porém, à medida que essas foram sendo conquistadas, os assentados se depararam com o problema da produção, desencadeado especialmente pela falta de recursos financeiros e de políticas de financiamento. Tais problemas se tornariam mais graves entre os anos de 1984-1989, pois apesar de aumentar o número de assentamentos, a fome e a miséria não foram erradicadas. Além disso, o fato de a produção ser destinada à subsistência e de os assentados tentarem resolver sozinhos o problema da produção, levaria muitos sem terra a desistirem da luta.

Em virtude desses problemas, realizou-se em maio de 1986, o I Encontro Nacional dos Assentados que contou com 76 participantes, representando 11 Estados, para discutir os problemas relativos à produção. Ali ficou decidido que os assentados também comporiam a base do MST, isto é, após a conquista da terra, esses continuariam sendo militantes da Organização e não de um movimento à parte, de modo que os problemas relativos aos assentamentos passariam a ser de todo o Movimento. Essa foi uma decisão acertada porque daria força organizativa ao MST, embora os problemas a resolver fossem mais complexos. Foi também uma demonstração de como o MST promove as mudanças na organização da produção e como procurou criar alternativas para resolver os problemas que surgiam e eram identificados no processo histórico e na correlação de forças.

Em 1987, o MST realizou o III Encontro Nacional, durante o qual tomou a decisão de organizar os assentados, por isso elaborou, em 1988, um “Manual de Cooperação Agrícola” que sugeria a criação de um curso de economia política da agricultura e de cooperação agrícola, visando orientar a formação e funcionamento de associações e, assim, contribuir com a

---

forma de transformação progressiva das empresas capitalistas em socialistas. No texto “*Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política*”, publicado em 1899, Rosa Luxemburgo afirma que as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista.

organização do trabalho e da produção, além de mudar a maneira de viver dos sem terra. Nesse período, o MST se expandiu para o Nordeste e conheceu grandes associações, cujo modelo seria adotado pelo Movimento e disseminado pelo país. Em setembro de 1989, a Comissão dos Assentados foi extinta e a luta dos assentados seria assumida pela Frente de Massa em cada Estado. Assim, a organização da produção passaria a ser feita através de Laboratórios organizacionais, como resultado das discussões feitas no V Encontro Nacional, sob o lema “*ocupar, resistir, produzir*”.

Tais medidas foram promovidas em função das necessidades dos assentamentos e da reorganização do processo produtivo dada as novas situações históricas que iriam sendo postas e por causa da necessidade de sobrevivência das cooperativas. Além disso, seriam importantes no processo de construção da reforma intelectual e moral porque modificaria, também, o modo de viver, de se organizar e de pensar dos sem terra, que descobririam que somente a intervenção do sujeito da práxis poderia modificar as condições de vida e criar uma nova ordem social.

Dessa reestruturação surgiu a Comissão Nacional dos Assentados que funcionou de 1986 a 1989, tendo como pauta discutir a organização da produção e seus aspectos técnicos e econômicos. Ademais, decidiu-se que o título da terra passaria a ser coletivo, o que resultou na conquista do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária (PROCERA) em 1988, que é uma linha de crédito voltada para investimentos em áreas de reforma agrária.

Tais fatores mudariam a organização da produção e também o modo de viver dos sem terra, pois a partir de então a forma de moradia dos assentados passaria a ser as agrovilas, ainda que cada um deles pudesse ter lote individual e trabalhar sozinho. Essa modificação proporcionaria, entre outras coisas, uma forma de viver coletiva, facilitaria a organização dos militantes, a promoção das assembleias e as tomadas de decisões das bases. Além disso, teria início a discussão sobre a proposta de criação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) as quais permitiriam fomentar e organizar a produção dos assentamentos e acampamentos. A reorganização do processo produtivo fortaleceria o Movimento e transformaria o modo de viver, morar e se organizar dos sem terra.

As decisões geradas dessas discussões seriam efetivadas na prática, resultando, entre 1989-1990, na criação das primeiras CPAs no Rio Grande do Sul, com a finalidade de regular o mercado na região. Nessa fase, a motivação para organizar a cooperação passou a ser econômica (para acumular capital) e política (visando liberar quadros e sustentar a Organização). Assim, a

partir de 1989, a idéia de coletivização da produção começou a perpassar o discurso hegemônico do MST, resultando na idéia da CPA como a alternativa mais promissora para a socialização no campo e a construção do homem novo. Mas, ao longo do tempo essa idéia restringiu-se ao campo econômico, apesar desta inspiração político-ideológica buscar abranger todas as dimensões sociais da vida. A coletivização tinha como fim “a ressocialização das pessoas para a construção do novo homem, de inspiração socialista, expressa pelos novos valores que a prática social coletiva (novos padrões sociais de reciprocidade que proporcionassem uma nova coesão social) iria inspirar e consolidar para a superação dos valores vigentes de natureza liberal-burguesa” (CARVALHO, apud, MST, C. C. A. n° 08, 1999e, p. 29). Com efeito, deveria haver na CPA uma revolução nas práticas sociais e na concepção de mundo daqueles que dela participavam.

Diante da correlação de forças, o MST passaria a defender com maior ênfase, a partir de 1989, o projeto de construção de uma sociedade socialista, enfatizando a necessidade de promover transformações sociais e estabelecer alianças de classe, tendo em vista a luta de classes, ou seja, desde o final dos anos oitenta, estavam definidos os objetivos estratégicos do Movimento. Entretanto, tanto para Lênin quanto para Gramsci, a essência da hegemonia reside na direção proletária, uma vez que “a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem aos fatos que, portanto, é líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inconseqüência” (GRUPPI, 1980, p. 11).

Nos Cadernos do Cárcere, assevera Del Roio, Gramsci “aprofundou e desenvolveu a fórmula política da frente única como estratégia de construção da hegemonia e da transição socialista a partir da análise de situações particulares no contexto da história mundial, (...). Mas o próprio conteúdo teórico-político dessa fórmula política é ela mesma uma disputa pela hegemonia, um conflito entre subjetividades diferentes e em movimento, que mantém sua atualidade histórica e política” (DEL ROIO, 2005, p.23). Porém, no Brasil, é o MST que se apresenta como construtor dessa tarefa, como dirigente do processo de construção do socialismo.

#### 4.4. – O modelo cooperativista de produção

A necessidade de organizar e dirigir a produção dos assentamentos fez surgir as cooperativas e novas formas de luta em busca de financiamentos, créditos, entre outros, exigindo

do MST novas alternativas de luta em torno da produção e melhoria de vida dos assentados e acampados. Inicialmente houve resistência ao modelo cooperativista de produção, devido às experiências negativas com o modelo tradicional, porém, como afirma o MST (1999e, C. C. A nº 8, p. 20), essa resistência foi superada à medida que o Movimento fortaleceu sua organização interna e aprofundou o conhecimento sobre o associativismo, entre os anos 1979 a 1985, quando passou a formar grupos coletivos, mutirões e associações. Por isso, no início de 1989, percebendo que a forma de organização em associações era limitada, o MST começou a estudar e discutir outras formas produtivas, visando dar organicidade aos assentamentos.

A análise dos documentos relativos ao cooperativismo mostrou que após se distanciar da influência das Igrejas Católica e Luterana, o discurso do MST sobre o cooperativismo superou a visão romântica de associativismo, apontando para uma perspectiva diferenciada de cooperação que se encaminhava para o projeto socialista. Os debates sobre essa questão levaram o MST a criar os Cadernos de Cooperação Agrícola para sistematizar e definir a sua concepção de cooperativa, cujos objetivos estratégicos foram delineados no Caderno nº 08, para defender um modelo que trouxesse “Desenvolvimento econômico e social desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo” (MST, 1996e, C. C. A. nº 8, p. 21).

Em razão disso, o Setor de Cooperação Agrícola tentou construir um cooperativismo alternativo ao modelo capitalista, conseguindo mostrar à sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores. Para desenvolver seu modelo de cooperação, entre 1987-1989, algumas lideranças do MST visitaram a Nicarágua, Peru, Cuba, Chile, México e Honduras, a fim de conhecer as formas de cooperação dos camponeses desses países.

Definido o modelo de cooperação, o MST procurou alternativas para eliminar os elementos econômico-corporativos, para isso ressaltava a necessidade de manter o caráter político da “empresa” cooperativa. Na política buscou manter a organização e unidade dos assentados, promovendo a conscientização e a politização da base. No âmbito econômico, procurou organizar a produção para garantir a permanência dos assentados no campo e desenvolver a melhoria de vida dos sem terra. Esse novo modelo produtivo enfrentou enormes desafios relativos à produção, técnicas e comercialização de produtos. Em virtude disso, o MST buscava trabalhar numa perspectiva coletiva, exigindo uma mudança na cultura política. A

resistência e o desagravo de alguns assentados foram vencidos pela insistência dos intelectuais orgânicos sobre a necessidade de “produzir linhas políticas que façam com que os assentamentos sejam transformados em comunidades livres, que avancem socialmente, politicamente, ideologicamente. Para isso, teremos também uma grande tarefa de influir na mudança da consciência dos camponeses, determinada pelo meio e pelas relações sociais que constrói em seu lote individual” (MST, 1998i, C. C. A. nº 07, p. 3).

É importante ressaltar que a ênfase no projeto coletivista era reafirmada constantemente porque muitos cooperados ao conquistarem a terra, se deslocavam do projeto coletivo original. Isso ocorria porque a coletivização demandava um lento e árduo processo de conscientização e politização dos militantes e ainda exigia o conhecimento e a aceitação do projeto coletivo. Iniciavam-se, assim, as experiências de cooperação via associação, as quais se multiplicariam. A organização da produção dessas cooperativas seguia duas direções: a de pequenos grupos e associações coletivas e a de grandes associações. Essas experiências possibilitaram a liberação de lideranças para participarem das atividades do MST, diferente do que ocorria anteriormente, quando as lideranças só participavam dos Encontros do Movimento.

Assim, o trabalho e a produção dos assentamentos que no início dos anos 1980, tinha caráter individual e só eventualmente era realizado em grupos, passou a ser discutido em virtude do novo papel atribuído à agricultura, levando os assentados a perceberem que só sobreviveriam através da ajuda mútua. Tratava-se de compreender que a cooperativa era uma ferramenta de luta, e que a organização coletiva seria o único caminho para conseguir transformar a realidade dos camponeses brasileiros. Nessa perspectiva, seriam estabelecidos três princípios fundamentais:

Não separar, nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política; [isso porque] a luta não termina com a conquista da terra; ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola e das ocupações; investir sempre na formação dos sem terra e dos assentados para a sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva (MORISSAWA, 2001, p. 206).

Como resultado, os assentados reorganizariam a produção e, incentivados pelo MST, passariam a participar da organização do trabalho e da direção política da comunidade. Assim, tentando colocar em prática as resoluções tomadas acerca da produção nos assentamentos, o MST formulou, em 1990, “o Documento Básico para discussão nos Estados”, no qual estabeleceu o calendário para implementação do Sistema Cooperativo dos Assentamentos (SCA). Na base dessas discussões estariam as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), as Cooperativas

de Comercializações Regionais (CCRs), Os Grupos Coletivos (GCs). Em nível estadual, seriam criadas as Cooperativas Centrais da Reforma Agrária (CCAs) e uma Confederação Nacional.

As decisões tomadas no 1º Congresso, ou seja, ocupar os latifúndios improdutivos como forma de pressão política para agilizar a Reforma Agrária, foram colocadas em prática tanto que, no período de 1985-1990, o MST consolidou-se como movimento social de luta pela terra e em defesa dos trabalhadores do campo, expandiu-se para quase todos os Estados brasileiros, conseguiu organizar os trabalhadores rurais em nível nacional e dar unidade às lutas anteriormente isoladas e dispersas, além de colocar em pauta a luta pela Reforma Agrária e avançar no processo de organização da produção nos assentamentos. Todos esses avanços foram alcançados tendo como principal estratégia de luta a ocupação de terras, por meio da qual tem enfrentado o capitalismo e suas políticas econômicas neoliberais, contribuindo, portanto, para uma mudança significativa da situação no campo e da exclusão dos trabalhadores rurais.

Em outras palavras, a ocupação de terras é, ela mesma, a reforma intelectual e moral, pois, com a ocupação, o MST consegue, a um só tempo, criticar o capitalismo e suas políticas neoliberais, denunciar que a questão agrária não foi resolvida e modificar as condições materiais dos trabalhadores rurais, seu modo de viver e ser. Além disso, tem contribuído para criar novos valores, novas formas de organizar o trabalho no campo e para formar, no próprio processo de luta, a consciência de classe dos sem terra. Com efeito, a estratégia da ocupação de terras iniciou a construção de uma nova cultura, de um novo bloco histórico, o socialista.

Essas conquistas do MST podem ser atribuídas à clareza de seus objetivos políticos, ao fato de ter um projeto político de construção do socialismo e, principalmente, pela determinação dos militantes sem terra de mudarem a realidade, os quais impulsionados pelas conjunturas econômico-políticas seriam forçados a buscar novas formas de organização e de fortalecimento no jogo político. Essas mudanças, entretanto, só ocorreram por causa da determinação dos sem terra em transformar as suas condições e modo de vida.

#### **4.5. – O surgimento das primeiras escolas do MST**

No final dos anos 1970, surgiram as primeiras experiências com a alfabetização de jovens e adultos, na Encruzilhada Natalina, nos acampamentos das fazendas Macali e Brilhante,

no Município de Ronda Alta-RS, as quais teriam nascido devido às necessidades dos trabalhadores desenvolverem uma forma de educar as crianças acampadas. Além dessas, surgiram outras experiências isoladas nos primeiros acampamentos organizados pela Igreja e sindicato tendo como método a educação popular de Paulo Freire.

Nos anos 1980, foi criado o Setor de Formação do MST, com o intuito de organizar cursos periódicos de formação política denominados escolas sindicais. Inicialmente esses cursos eram ministrados em conjunto com partidos e com o movimento sindical, vinculado à CUT, e articulavam estudos teóricos com práticas de luta, fomentando a consciência de classe. Porém, o Movimento percebeu que essas instituições tinham demandas diferentes das suas, já que passada a primeira etapa de ocupação da terra, surgiam outras questões específicas do meio rural.

Ademais, o MST acreditava que essas organizações tinham caráter e objetivos diferentes, por isso, era preciso superar essa dependência, uma vez que as lutas de massa não se enquadram nas estruturas verticais e concentradoras de poder. As diferenças estruturais e de métodos de ação fez o MST perceber que a luta pela reforma agrária não se sustentaria se o Movimento estivesse atrelado às entidades sindicais, ONGs ou partidos políticos, posto que, para essas entidades, a luta pela terra era apenas um apêndice, já que o objetivo maior delas era determinado por vínculos institucionais e não pela defesa dos interesses dos camponeses.

Portanto, seria por causa das necessidades materiais dos acampamentos que o MST teria se preocupado com a questão educacional desde as primeiras ocupações dos grupos que se transformariam no MST, diante do desafio de educar as crianças acampadas. Foi precisamente esse o motivo que fez surgir as primeiras escolas do Movimento que, num primeiro momento, visavam manter as crianças no campo, mas na medida em que aumentava o número de militantes, as crianças passaram a frequentar as escolas públicas instaladas no interior das ocupações. No entanto, devido à falta de professores, o MST viu-se obrigado a formar seus próprios educadores, além de outros profissionais à medida que surgiam novos problemas e desafios.

Essas experiências faziam o MST compreender que as escolas públicas, seus professores e conteúdos entremeados de ideologia burguesa não serviam para formar o homem de tipo novo que pretendia construir. Perceberia ainda que os problemas não se restringiam à falta de escolas e de propostas para a educação no campo, mas de uma proposta de educação que considerasse o conhecimento acumulado pela criança do campo, as especificidades e o modo de viver do trabalhador rural. A inadequação do modelo de educação tradicional causava altos

índices de repetição e evasão escolar. Por isso, o MST percebia que precisava criar um modelo de educação que atendesse às necessidades dos sem terra. Nesse contexto, seus educadores deveriam participar da vida, das discussões e ações do assentamento e assimilar os princípios do MST

quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do assentamento e dos trabalhadores em geral. (...) O professor do MST deve ter preparo político e técnico. Deve ter clareza da proposta política dos trabalhadores sem terra e trabalhadores em geral. Deve estar CAPACITADO para coordenar a caminhada coletiva das crianças (MST, 1999c, C. F. nº 18, p. 19).

A partir de então, o MST passaria a investir na educação das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos e na erradicação do alto índice de analfabetismo dos sem terra. Ademais, à medida que os trabalhadores começavam a participar de reuniões e das lutas dos movimentos populares, compreendiam a importância de estudar para suprir as demandas exigidas pelo Movimento, “diferentemente do que ocorria quando eram empregados, quando sentiam a necessidade de obedecer às ordens dos patrões” (FREIRE, 1984, p. 20).

Muitos militantes não estudavam devido às longas distâncias entre a escola e o local de moradia, problema que só seria resolvido após o ingresso no MST e com a construção de escolas nos acampamentos e nos assentamentos próximas de suas casas. Tal modelo teria surgido na cotidianidade da luta, diante das necessidades e problemas surgidos no processo de transformações ocorridas por causa da luta pela terra, e porque na trajetória dessa luta os sem terra iriam mudando seu modo de viver, ser e ver o mundo. Nesse sentido, a nova condição de sem terra fazia com que o trabalhador adquirisse novos valores, hábitos, costumes, novas formas de se organizar e lutar.

Outro fator que fez o MST assumir a educação dos sem terra foi a ausência do Estado, o qual durante o período de acampamento, alegava não poder reconhecer a educação das crianças sem terra por ser ilegítima a ocupação de terras. Isso obrigou o Movimento a buscar alternativas para manter os “sem terrinhas”<sup>3</sup> estudando e o levou a assumir a luta pelo acesso à educação pública, democratização da gestão escolar, formação de educadores e os conteúdos da educação Rural. Ante essa realidade o MST criou, em 1989, a primeira escola em Dionísio Cerqueira-SC e promoveu discussões, organizou núcleos de educação e equipes de trabalho que dariam origem, em 1987, ao Setor de Educação que se tornaria o responsável pelas diretrizes

---

<sup>3</sup> “Sem terrinha” é uma expressão criada e usada pelo MST para se referir às crianças sem terra, as quais podem ser chamadas de crianças sem terra ou sem terrinha.

políticas da luta. Tratava-se de definir em favor de quem, do que, contra quem e contra o que dever-se-ia promover a educação.

A autonomia em relação às escolas sindicais e partidárias levou o MST a investir, em fins dos anos 1980, em um espaço de formação dos sem terra, a Escola Nacional, em Caçador-SC, que seria o embrião das escolas de Cultura e de formação política do MST. A motivação para criar essa escola foi o princípio de que o militante deve compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação de exploração dos trabalhadores, as alternativas de construção do socialismo e a superação do capitalismo, em fim, propiciar aos sem terra o engajamento na luta de modo consciente. A gestão do projeto político do MST ficaria a cargo do setor de formação, cujo objetivo era formar a base, militantes e quadros/intelectuais orgânicos.

É necessário enfatizar que o setor de formação do MST tem a mesma função que as escolas de cultura de Gramsci, formar lideranças, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, construir a consciência de classe e a base da hegemonia dos subalternos, ou seja, criar uma elite de intelectuais de “tipo novo”. Esse intelectual é gerado na fábrica, mas sua formação política deve ser continuada fora dela, nas escolas de cultura. No caso do MST, esse intelectual orgânico nasce na ocupação de terra e tem sua formação continuada no acampamento, assentamento, escola do MST, e nas escolas de formação política, isto é, a hegemonia vai sendo construída no processo de luta pela terra. Por isso, o MST começaria, em 1987, a oferecer cursos de formação com a Coordenação Nacional para formar dirigentes para organizar o Movimento nos Estados, com a perspectiva de movimento autônomo e independente, com novas características organizativas e de lutas.

Entre os anos de 1989-1990, o setor de educação do MST iniciou a estruturação de setores regionais e a habilitação de professores rurais leigos para atuarem nos acampamentos e assentamentos, assim foi criada, em agosto de 1989, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação Popular (FUNDEP), entidade educacional da região Noroeste do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo formar professores que não recebessem apoio institucional, cabendo ao Departamento de Educação Rural (DER) a viabilização das demandas específicas dos Movimentos camponeses, tornando-se o principal ponto de apoio para o setor educacional do MST. Por conseguinte, foi buscando atender as necessidades imediatas dos acampamentos e assentamentos – do acesso das crianças à educação – que o MST desenvolveu o seu modelo de educação que se estenderia, posteriormente, aos adultos analfabetos. E, à medida que se

desenvolviavam as experiências educacionais, o Movimento entendeu que poderia desenvolver uma formação humanista e politécnica, conforme a Escola única proposta por Gramsci.

Com efeito, o investimento em educação se tornaria tão importante quanto o gesto de ocupar a terra, logo o ato de educar se tornaria um aprendizado coletivo das possibilidades da vida. Na busca pela construção de uma educação para o homem do campo, o MST desenvolveu algumas experiências inovadoras, sobretudo, no que se refere à prática de gestão democrática da escola e cujo êxito pode ser demonstrado pelo grande número de analfabetos que conseguiu ter acesso à escola no meio rural, graças a essa iniciativa. O elemento inovador desse sistema educacional é a apropriação da escola pública por um movimento social organizado que visa criar uma educação escolar ligada ao seu projeto social, a qual busca unir duas conquistas: “ter acesso à terra, e ter acesso à escola, ao conhecimento, à educação” (CALDART, 1997, p. 25).

A análise dos documentos permite-nos observar que durante os anos 1980, o MST foi desenvolvendo uma educação voltada para os valores humanistas e socialistas num processo permanente de formação e transformação humana, tendo por objetivo formar o homem integral, o qual seria concebido numa relação ensino/trabalho direcionada para a produção nos assentamentos e construção do bloco histórico socialista. Foi por causa do processo de luta que os sem terra foram transformando as suas condições de vidas miseráveis em uma nova maneira de viver e ver o mundo e de luta por uma “*nuova civiltà*”.

Por ora, podemos dizer que essas ações contribuíram sobremaneira para a construção da unidade dos trabalhadores rurais em nível nacional, tendo em vista a expansão do Movimento em 23 (vinte e três) Estados brasileiros. Essa expansão é a chancela da construção dessa unidade dos trabalhadores Sem Terra que tem no seu modelo de educação um dos fatores que corroboram para a efetivação dessa unidade. No final dos anos 1980, o MST continuou defendendo seu projeto inicial de construção do socialismo, tendo sido a única Organização Social do país a tomar medidas efetivas para criar as condições de sua realização.

É evidente que construir o socialismo é uma tarefa complexa e que necessita da aliança de classes como condição primeira para a sua realização. Porém, nos anos 1980, o MST não buscou aliar-se à classe operária – ao menos essa aliança não aparece como um de seus objetivos - tendo demonstrado tal preocupação apenas no final dessa década. Isso se deve em parte porque o MST percebia os desvios economicistas visivelmente evidenciados pelo sindicalismo e, em parte porque, nessa década, o MST era um movimento recém nascido e ainda

não tinha a clareza sobre a necessidade de formar alianças. Somente quando surgiram os problemas advindos das primeiras conquistas de terra, da produção e da vivência nos acampamentos é que o MST percebeu a necessidade de aliar-se à classe operária para fortalecer-se na correlação de forças.

#### 4.6. – Segunda fase da trajetória de luta do MST (1990-1995)

As atividades que retrataram a efervescência política da segunda metade da década de 1980 foram a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, o processo de elaboração e aprovação da Constituição Federal (1988), os enfrentamentos do MST com a União Democrática Ruralista (1986-1990) e com a bancada de centro (agrupamento dos parlamentares mais conservadores do Congresso Nacional), e ainda, a eleição presidencial de 1989. Além disso, o crescimento eleitoral do PT, e a ida de Lula para o segundo turno das eleições ascenderam a expectativa de vitória dos trabalhadores, como resultado de 20 anos de lutas e de organização dessa classe que travava uma disputa eleitoral, polarizando com a direita. Mesmo com a derrota, os trabalhadores encerraram a década de 1980 mobilizados, com um movimento sindical combativo, atuante e com forças progressivas preocupadas em apresentar um projeto de desenvolvimento para o país, alternativo ao das classes dirigentes tradicionais.

No âmbito da Reforma Agrária, a inclusão do termo *função social da propriedade agrícola* na Constituição de 1988 serviu de estímulo à luta dos sem terra. Naquele momento, o MST já havia se consolidado em todas as regiões do país e adotado como principal forma de luta a ocupação dos latifúndios improdutivos. Contudo, a vitória de Fernando Collor de Melo à Presidência da República já apontava as dificuldades que seriam enfrentadas pelo MST nos anos 1990. Assim, buscando organizar a luta e definir novas diretrizes frente às forças políticas dos latifundiários e a repressão governamental, o MST realizou o seu 2º Congresso Nacional de 08 a 10 de maio de 1990, em Brasília (DF), sob o lema “*Ocupar, resistir e produzir*”, contando com 5.000 participantes vindos de 19 Estados. “Ocupar era a reafirmação da forma de luta, resistir era devido à repressão, e produzir era em contestação à UDR que chamava os sem-terras de ‘preguiçosos e vagabundos’” (MST, 1996f, p. 12).

Todavia, entre os anos 1990-1994, o governo adotou políticas neoliberais e repressoras contra os movimentos sociais no país que, somadas à perda do apoio dos sindicatos e da Igreja, obrigaram o MST a voltar-se para o interior do Movimento e iniciar a partir de então, um trabalho de formação ideológica para fortalecer a organização interna para posicionar-se contra a repressão. O isolamento provocado pela repressão levou o MST (2007g, p. 36) a estabelecer como desafio: organizar-se internamente, investir no fortalecimento dos setores, promover a organização interna dos assentamentos e acompanhamentos, buscar autonomia política e financeira; debater e elaborar uma proposta política e organizativa para o Setor de Produção. Logo, mesmo não havendo avanços nas ocupações, esse foi um momento importante para o MST entender que era preciso investir na formação de quadros políticos na batalha contra o latifúndio e o Estado, isto é, criar novas lideranças e expandir sua ideologia. Foi especialmente importante para construir a “identidade sem terra” forjada no curso da luta e para a consolidação

das formas de luta escolhidas no momento anterior e a formatação de uma dimensão que estava apenas em germe, ou seja, a idéia do sem terra como um lutador permanente e do MST como uma organização duradoura, perfil produzido pela combinação de duas lições importantes nessa trajetória: a primeira, a de que a luta não acaba com a conquista de terra; e a segunda, de que a luta não termina enquanto existirem famílias sem terra, dimensão que aponta para a formação da solidariedade de classe e é, exatamente a ponte necessária com os desafios postos pelo momento histórico seguinte (CALDART, 2000, p. 81).

A clareza de que os recuos também são estratégicos possibilitaria o amadurecimento político e o fortalecimento do Movimento, na análise da correlação de forças.

Naquele momento, o MST estabeleceria como objetivos principais: fortalecer a aliança com os operários e trabalhadores das cidades, divulgar a luta pela Reforma Agrária discutir um plano de ação para os períodos seguintes, exigir o fim da violência no campo, pressionar o governo e debater com a sociedade a questão da Reforma Agrária. Em virtude desses objetivos o MST criou uma nova forma de luta e de pressão: as caminhadas pelas rodovias que se tornariam um excelente instrumento de conscientização e de divulgação da questão agrária e cuja visibilidade faria o MST conquistar o apoio da sociedade.

De fato, a partir desse período, o MST promoveria alianças entre os camponeses e operariado e entre esses e os demais setores sociais. Por isso, passou a fazer parte de outras frentes de massa, visando construir mobilizações unitárias e lutar pela unidade de forças do povo brasileiro com o intuito de mudar a política econômica do governo. Em termos gramscianos, essas alianças deveriam ser dirigidas pela classe operária e seriam imprescindíveis para a promoção da hegemonia dos subalternos no interior dos aparelhos privados de hegemonia na

guerra de posições pelo socialismo. Contudo, no Brasil, são os sem terra que vêm construindo os meios de formar a consciência de classe, a unidade e hegemonia de sua fração de classe.

Nesse sentido, a história da luta dos sem terra do MST promoveu uma inversão nessa proposta gramsciana, pois apesar da fração operária da classe trabalhadora ser a mais avançada por ser ela depositária das tecnologias e conhecimentos científicos historicamente construídos pelo capitalismo, o operariado brasileiro não teve a intenção de construir a hegemonia das classes subalternas, embora não seja, necessariamente, a que tem a consciência de classe mais desenvolvida. Logo, é o MST a Organização que empreende medidas efetivas para construir a consciência de classe dos sem terra e promotor da hegemonia dessa fração de classe.

#### **4.7. – O modelo de cooperativismo do MST e a produção dos assentamentos nos anos 1990**

No âmbito da produção, o MST investiu nos anos 1990, na produção de subsistência, de gêneros agrícolas para atender as demandas alimentares da nação. Contudo, diante da ineficácia desse processo, o MST passou a investir em tecnologias alternativas com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho e das terras, porém preservando seus recursos naturais<sup>4</sup> e propondo-se produzir alimentos sem agrotóxicos através do uso da adubação natural da terra, em substituição ao modelo tecnológico da monocultura agro-exportadora que degrada a natureza em nome da acumulação de capital pelas empresas produtoras de insumos. Todavia, apesar dessas técnicas, do acesso às informações sobre genética vegetal e animal e do estímulo à utilização de adubos orgânicos nos assentamentos, esta não seria uma prática em todos eles, mesmo reconhecendo que o uso desse adubo se apresentava como possibilidade de barateamento dos produtos e de preservação do meio ambiente.

Os investimentos na produção dos assentamentos tinham por objetivos ampliar a produtividade e provar a necessidade de promover a Reforma Agrária, por isso o MST desenvolveu, nos anos 1990, um programa de integração da produção do campo à agroindústria, como é o caso das fábricas de farinha no Pontal do Paranapanema e da produção e industrialização de milho, de frango, de suínos, entre outros produtos em fábricas do interior do país. Nesse sentido, a produção das 150 mil famílias assentadas e o bem-estar de cada uma

---

<sup>4</sup> Cf. <URL:<http://www.sanet.com.br/~semterra/mst-htm>>. [14 jul. 1997]. (Acesso em 27/09/2007).

constituem a prova maior de que a reforma agrária é necessária, cujo resultado pode ser visto pelas 800 mil pessoas que passaram da condição de excluídos para a de pequenos proprietários.

Além desses investimentos, o MST encarregou o setor de produção de organizar os acampamentos e assentamentos como se pode ver no Caderno de Cooperação Agrícola nº 5, (1998, pp. 12-14) em que se encontram definidos os principais objetivos dos cooperativistas, a saber: garantir a organização do povo assentado através da massificação e politização, consolidar a organização de base do Movimento, cultivar a política e implementar a estratégia do MST, ser a retaguarda econômica do Movimento, transmutar a consciência individualista em coletivista, criar as condições materiais para a luta social e política, dispondo da infra-estrutura e recursos econômicos. Com efeito, pode-se dizer que o sistema de cooperação do MST tem objetivos orgânicos, sócio-políticos e econômicos.

Em 1991-1992, o Setor dos Assentados se organizou como Setor de Produção do MST com o nome de Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Em janeiro de 1992, estavam constituídos 5 SCAs. Em maio, ocorreu o I Curso Nacional de Dirigentes do SCA, em Caçador-SC, no qual se aprofundou a discussão acerca da “teoria e prática da cooperação na agricultura”. A partir de então, o SCA se transformaria em Setor do MST e passaria a ter representação no setor de formação, tendo em vista a necessidade de aumentar a cooperação que poderia tomar diferentes formas.

Em 15 de maio de 1992, foi constituída a Cooperativa da Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB), em Curitiba-PR. Em abril de 1993, foi publicado o Caderno de Formação “Cooperação Agrícola nos Assentamentos” e ocorreu o Seminário “o SCA e os assentados individuais” quando se passou a valorizar a participação individual dos assentados que também seriam a base social do MST. Em 1993, as CPAs passaram por um período de crise e de profundas rupturas, provocando divisões internas que mostrariam os seus limites administrativos. Como resposta à crise foi organizado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), ministrado pela IEJC que ofereceria um curso básico sobre legislação, com disciplinas específicas sobre administração de cooperativa e ressaltando os valores e objetivos do MST.

Cabia ao SCA trabalhar articulado com os demais setores e contribuir com o setor de Frente de Massa através da disponibilidade de pessoas e de infra-estrutura. Todos os assentados deveriam organizar-se em Núcleos de Base ou de produção que se tornariam a base de organização dos assentamentos, do SCA e do MST. As estratégias de luta desse setor seriam lutar

pela transformação social, trabalhar pela qualificação interna do Movimento, ajudar a sociedade a se organizar, criar novos valores éticos e morais, desenvolver uma nova concepção de mercado, criar uma nova consciência nacional, contribuir na elaboração do projeto nacional popular e ampliar a luta pela reforma agrária em cada região do país.

O modelo de cooperação agrícola passaria a ser predominante, a partir dos 1990, diante dos investimentos promovidos pelo MST nesse setor. Nessa perspectiva, a luta pela terra por si só seria uma experiência de cooperação, no sentido de que os sem terra teriam de se unir e se organizar em prol da conquista da terra e da transformação da sociedade capitalista. As ocupações seriam as ações que iniciariam a reforma intelectual moral que continuaria nos acampamentos e assentamentos, pois neles os sem terra modificariam o seu modo de interpretar o mundo capitalista, de viver, sentir e se organizar. Porém, é preciso considerar que a transformação não deve ocorrer apenas no campo, mas também na fábrica.

Isso porque, se estamos analisando a ação do MST à luz do universo categorial gramsciano e da presença de seus conceitos na luta política do MST, devemos considerar que é dessa função que Gramsci atribui aos conselhos de fábrica — a de que “o conselho de fábrica é a célula primeira desta organização” (SPRIANO, 1971, p. 187) proletária — que surge a idéia de que o Estado socialista já existe potencialmente nos institutos de vida social da classe trabalhadora. Então, para o teórico italiano todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário o são também do conselho de fábrica. Por isso, ao defender a ampliação do Estado, Gramsci incorpora a este a hegemonia e seus aparelhos privados. Assim, ele estabelece uma equivalência entre hegemonia e sociedade civil, sendo a primeira revestida de uma dimensão econômica e político-cultural. Por conseguinte, somente o modelo de produção agrícola e as relações de trabalho nela desenvolvidas não são capazes de iniciar a hegemonia dos subalternos.

Em março de 1994, foi publicado o Caderno de Formação “Questões práticas sobre cooperativas de produção” no qual o MST responderia as 34 principais questões feitas pela base, em especial, pelas associações e grupos coletivos. Em dezembro, o SCA avançou nas seguintes questões: a) a massificação da cooperação nos assentamentos passaria a ser as formas de prestação de serviços, b) as CPAs continuariam sendo a forma superior de organização estratégica para o MST, apesar destas não massificarem a cooperação, c) o capital passaria a orientar e organizar a cooperação e não mais a terra, d) a introdução da agroindústria nos

assentamentos passou a ser estratégica para o seu desenvolvimento econômico, e) o Estado deveria ser o financiador da cooperação via crédito, assistência técnica e pesquisa.

Dando continuidade à luta pela terra e construção do bloco histórico socialista, o MST elaborou o seu projeto de Reforma Agrária, em julho de 1995, no qual englobou aspectos sócio-econômicos e políticos e conforme Caderno de Formação nº 23, (MST, 1996c, pp. 20-29) teria como objetivos principais: organizar a produção no campo com a supremacia do trabalho sobre o capital, eliminar a exploração, garantir trabalho para todos, promover a emancipação dos trabalhadores, preservar os recursos naturais, implementar a agroindústria como fator de desenvolvimento do interior do país, e construir a igualdade. Com efeito, afirmava que a propriedade ou posse da terra deveria cumprir sua função social: produzir para o mercado interno e não para a especulação fundiária<sup>5</sup> de empresas multinacionais, bancos ou grandes empresas nacionais que não dependem da agricultura nem produzem na terra. Assim, a terra deveria ter como formas de produção: familiar, associação, cooperativa, empresas comunitárias, estatal, pública, dependendo de cada região.

Portanto, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras, o MST colocaria a Reforma Agrária como questão central para o desenvolvimento do país e, nesse sentido, teria dado significativa contribuição, pois se do ponto de vista político não conseguiu promover a transformação social almejada, do ponto de vista social fez com que um grande número de desempregados voltasse ao campo para tirar da terra o seu sustento, apesar da questão da Reforma Agrária não se reduzir ao desemprego. Todavia, nesse período o processo de luta do MST girava em torno da questão agrária, o que em termos gramscianos continua sendo uma luta corporativa porque tem a reforma agrária como questão central. Nessa perspectiva, o MST não teria incorporado em seu projeto socialista os problemas da classe operária. Tampouco considerou o desenvolvimento das forças produtivas em termos de acúmulo técnico e capacidade organizativa e disciplinadora adquirida no processo de taylorização fabril pelo operariado.

Além dessas medidas e da reestruturação do setor de produção, o MST fundou em 1995, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), em Veranópolis-RS, que é uma escola de ensino médio, profissional e de formação de professores que se tornou o primeiro celeiro de formação das futuras lideranças do MST no país tendo como mantenedora o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), órgão vinculado ao MST e

---

<sup>5</sup> Cf. <URL:<http://www.sanet.com.br/semterra/mst-2htm>>.[14 julho. 1997]. (Acesso em 26/09/2007).

comprometido com seu projeto político e pedagógico. Essa escola combina objetivos de educação, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuarem no MST. Seu objetivo inicial era assumir o Curso TAC e o Curso de Magistério para formar militantes, técnicos e capacitar força de trabalho para a agroindústria. Mas, logo assumiria a tarefa de vincular-se

organicamente com a realidade do meio rural, ajudando nas transformações que ela exige. Não se trata de limitar o processo educativo a objetivos imediatos e locais: o desafio é a combinação entre uma formação ampla, crítica e aberta, e uma formação que ajude concretamente na inserção de estudantes e educadores nos processos de um novo tipo de desenvolvimento rural, que é exatamente o que a existência destes assentamentos projeta (CALDART, 1997, p. 40).

Os cursos oferecidos pelo IEJC se destinam a atender as demandas apresentadas pelos diversos setores do Movimento e, em geral, combinam objetivos de capacitação técnica e de formação geral, sempre voltados à filosofia de educação da mantenedora<sup>6</sup>. Conforme Boletim de Educação nº 9 (MST, 2004b, B. E. nº 9) cada um desses cursos tem uma coordenação colegiada composta pela equipe interna de educadores e pessoas designadas pelo Setor que apresentou a demanda do curso. Em geral, mantém 350 alunos em seus cursos técnicos e promove encontros, seminários, cursos livres de qualificação profissional para suprir as demandas do MST e compensar a impossibilidade de proporcionar a mesma qualidade de educação em todos os acampamentos e assentamentos e o trabalho que não consegue estender a todas as suas escolas.

O IEJC se diferencia de outras escolas técnicas porque seus alunos conhecem a estrutura organizacional do Movimento, o que possibilita aos assentados entender que a organização coletiva da produção é o modelo mais viável de autogestão ou gestão democrática dos trabalhadores rurais. Os alunos integrantes desses cursos são indicados pela comunidade e, posteriormente, se tornam multiplicadores<sup>7</sup>. A criação desse Instituto representou um enorme avanço para a formação técnico-profissional e para a promoção de um projeto de humanização e formação de quadros para luta e por um projeto que incluísse “transformações culturais e uma nova forma de pensar e de fazer a educação e a escola do povo, do campo e da cidade, onde o próprio povo seja o sujeito condutor de seu projeto de formação humana” (MST; ITERRA Nº 2, 2001c, p. 12). Nesses cursos técnicos buscava-se formar a consciência de classe dos assentados, para evitar que as famílias reproduzissem o modelo individual de produção capitalista. Por isso, o fulcro central da formação da militância jovem – acampados ou filhos de assentados – é

<sup>6</sup> Sobre a história do ITERRA e do IEJC ver Caderno do ITERRA Nº 1. Memória cronológica, fevereiro de 2001.

<sup>7</sup> Esse termo é usado pelos membros do Movimento para designarem os militantes mais capacitados a desempenharem a tarefa de transmitir aos assentados e acampados os conhecimentos obtidos nesses cursos.

desenvolver os valores humanistas e socialistas propagados pelo MST, procurando moldá-los para a organização e continuidade da luta pela Reforma Agrária e para a transformação social.

Em 1996, o SCA iniciou o debate sobre a massificação da cooperação e, em seguida, redigiu uma Cartilha definindo o papel do SCA frente à estratégia de desenvolvimento da cooperação no MST. De acordo com o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5, o SCA passaria a desenvolver as tarefas de: organizar a produção, promover a organicidade, promover políticas agrícolas para o mercado, para a massificação, para a preparação de quadros políticos e técnicos e para enfrentar os desvios economicista, social-democratas e corporativistas nos assentamentos.

De certo modo, podemos afirmar que foi a criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), entre 1989-1993, que fez o MST alcançar uma etapa superior de organização coletiva da terra e do trabalho para desenvolver as formas de cooperação agrícola, pois a partir desse período a produção dos assentamentos se voltaria tanto para a produção de subsistência quanto para o mercado. Além disso, o problema da produção passaria a ter o mesmo grau de importância que a ocupação, já que os assentados participariam da luta de massas, resultando num ganho político para o MST, que passaria a aglutinar em suas fileiras os sem terra assentados. Assim, a organização da produção passaria a ter preocupações econômicas e não apenas sociais. Com efeito, o MST percebeu que o êxito de suas ações estava ligado, também, à eficiência econômica.

Em termos políticos, o Movimento entendeu que apenas a conquista da terra não resolveria o problema agrário brasileiro. Por causa disso a luta pela Reforma Agrária deveria englobar questões mais complexas, de cunho econômico, político e social. No âmbito da produção, empreendeu medidas efetivas para transformar a vida do homem do campo, reafirmando sua oposição ao capitalismo e às políticas neoliberais. Além disso, reafirmava sua pretensão de transformar a luta econômica em luta política e ideológica e vincular-se a um projeto de revolução social, provar que a reforma agrária é viável nos planos social e econômico, acumular forças para transformar a sociedade, aumentar o poder de pressão dos assentados diante do governo, criar melhores condições de vida e infra-estrutura para as famílias assentadas, formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto dos trabalhadores, contribuir para formar o homem novo, politizado e transforma a vida material dos sem terra.

Por objetivos econômicos o MST instituiu, no Caderno de Cooperação Agrícola nº 8, as medidas que deveriam ser tomadas para dar sustentação ao setor de produção, estabelecendo

como prioridades: ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas, desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa que produza resultados financeiros, aumentar a produtividade do trabalho usando áreas e recursos naturais disponíveis, modernizar a produção no campo adequando-a as características da agricultura familiar cooperativa, desenvolver a agroindústria, sugerir uma produção alternativa para os trabalhadores do campo e desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos.

Em praticamente todos os Cadernos de Cooperação Agrícola (publicado bimestralmente) consultados, o MST insistia na necessidade de formar quadros políticos, como condição para desenvolver a consciência de classe e enfrentar os desafios e problemas dos assentamentos e, além disso, apontaria estratégias para superá-los. No Caderno nº 7, (1998j, p. 6), são mostrados os problemas do setor relativos à falta de quadros qualificados para desenvolver tarefas e promover a formação política dos sem terra, traçando objetivos para suprir a falta de organizadores, líderes, militantes e profissionais em todos os setores. Por fim, propunha formar quadros e militantes em todas as áreas e investir na organicidade. Por isso, o MST (1998j, C. C. A. nº 07, p. 11) elaboraria um plano de formação de quadros, a médio e longo prazo, baseando-se na ação teórico-político para realizar esse objetivo.

Nessa perspectiva, o MST promove uma revolução político-cultural para criar um camponês de novo tipo, buscando na práxis e na formação teórica os instrumentos para formar a consciência de classe dos sem terra. Também Lênin e Gramsci acreditavam que a formação desse novo trabalhador deveria unir teoria e prática. E, em concordância com Gramsci, o MST entende que é preciso formar os seus próprios intelectuais orgânicos para empreender a reforma intelectual e moral na guerra de posições pelo socialismo. Nas trincheiras dessa guerra, estão os intelectuais orgânicos construindo a consciência política e a hegemonia dos trabalhadores. O MST (2000p, p. 32) busca, portanto, formar a consciência de classe da militância por isso multiplica seus quadros/intelectuais orgânicos, distribui tarefas e organiza a luta de massas.

#### **4.8. – O processo educativo e de formação política do MST (1990-1995)**

No que se refere à educação, o MST avançou sobremaneira, como poderemos confirmar a seguir, pelo encaminhamento de medidas tomadas pelo setor de educação que

durante o período de 1990 a 1995, produziu e publicou nove textos. O conjunto desses textos representa a efetivação das decisões tomadas no 3º Congresso para o setor educacional. O primeiro deles publicado em 1990, “*Nossa luta é nossa escola*” versava sobre a construção de uma proposta alternativa de escola, centrada na relação entre educação e produção e no desafio da participação da escola na produção dos assentamentos que começavam a ser conquistados pelas lutas do MST.

O segundo foi elaborado em 1991, após as discussões do 6º Encontro Nacional do MST, publicado no Documento Básico do MST e é o principal documento de orientação da vida orgânica e do trabalho dos diferentes setores do Movimento. O terceiro texto é “*O que queremos com as escolas dos assentamentos*”, de 1991, e foi editado como Caderno de Formação nº 18, (1999, p. 12), tendo apresentado o projeto de educação e da transformação da sociedade. É a primeira publicação político-pedagógica sobre a escola feita pela Organização. Nele, foram definidas a concepção de escola do Movimento, seu caráter classista e seus métodos de trabalho. Além dos objetivos fixados, nesse Encontro, o MST estabeleceu metas nacionais para cada setor, a partir de linhas políticas gerais elaboradas para o período 1989-1993. A fixação dessas metas nos indica que as reflexões acerca de todos os problemas do MST ocorrem de modo orgânico e registram o compromisso assumido pelos militantes das instâncias e setores.

O Caderno de formação nº 18, tem como fundamento básico a idéia de que a escola deve preparar os futuros militantes do MST para transformar a sociedade. Isso implica a capacitação das crianças para construir o novo homem, para transformar a realidade e aprender a enfrentar os problemas concretos dos assentamentos ou acampamentos, cultivando uma perspectiva social mais ampla. Segundo o setor de educação, esse Caderno continua orientando o trabalho educacional até os dias de hoje.

Nesse contexto, a problemática educacional constitui-se num fator primordial para o sucesso e continuidade do trabalho e do desenvolvimento das atividades em outros setores. A escola do MST não se preocupa apenas com a educação da militância, mas se ocupa também dos problemas cotidianos dos sem terra, do fortalecimento das lutas sociais e da solução dos problemas concretos das comunidades. Preocupando-se com todas as dimensões da pessoa humana e com a criação de um modelo de educação baseado na ação, na participação democrática e na

dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa mocidade, que cultive a solidariedade, a esperança, e o desejo de aprender

sempre e de transformar o mundo. Entendemos que para participar da construção desta nova escola nós, educadoras e educadores, precisamos construir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e unidade de ação. Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização (REVISTA SEM TERRA, nº 2, 1997, pp. 28-29).

Em razão disso, o MST definiu como objetivo principal transformar as escolas de 1º grau dos assentamentos em instrumentos de transformação social e de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais, desenvolvendo uma proposta de educação que proporcionasse às crianças conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade. A partir dos desafios postos pela vivência nos assentamentos ou acampamentos, preparando-as crítica e criativamente para participar dos processos de mudança da sociedade para ampliar e fortalecer a relação entre a escola e a vida no assentamento e acampamento e entre a escola e o MST. Além disso, o setor de educação se dedicaria, entre 1991-1992, à campanha de alfabetização de adultos.

O quarto texto, “*Como deve ser uma escola de assentamento*” publicado em 1992, abordou a escola de ensino fundamental e inaugurou a Coleção Boletim da Educação, criado com o objetivo de dar apoio direto ao trabalho dos educadores das escolas do MST. O quinto texto “*Como fazer a escola que queremos*”, também de 1992, desdobrou os anteriores e iniciou a Coleção Caderno de Educação do MST, criada para socializar as concepções e reflexões pedagógicas e apoiar o trabalho dos educadores. O foco principal desse Caderno é o currículo escolar e a orientação metodológica das escolas nos assentamentos.

O sexto é “*A importância da prática na aprendizagem das crianças*” foi escrito em 1993, porém não foi publicado nas coleções do Movimento. A ênfase desse texto recai sobre a construção de uma metodologia de aprendizagem/ensino, com base na aprendizagem-capacitação e formação de agentes transformadores sociais, cuja reflexão é o resultado de “cursos formais alternativos de educação técnico-profissional de nível médio, iniciados em conjunto com outros movimentos sociais do campo na Escola ‘Uma Terra de Educar’, do Departamento de Educação Rural - FUNDEP, em Braga, noroeste do RS” (CALDART, 1997, p. 18). Tais cursos seriam continuados posteriormente pelo ITERRA, ambos os órgãos com sede no Rio Grande do Sul e com atuação em nível nacional. A partir de 1993, o setor de educação dedicar-se-ia à formação de professores e à implantação de Oficinas de Capacitação Pedagógicas (OFOCs), as quais trariam

grandes avanços aos trabalhos de formação de educadores e contribuiriam para definir o modelo de educador dos sem terra.

A preocupação com a seleção e formação de educadores defensores dos interesses dos sem terra ocorria porque o MST entendeu que o seu modelo de educação deveria dar continuidade à luta e ao seu projeto social. Isso porque, é no processo de luta que os sem terra constroem o novo homem, a partir da ocupação de terra, dos acampamentos. O sistema educacional é parte desse processo de construção de uma “*nuova civiltà*” que se inicia já na ocupação de terras e continua no cotidiano dos acampamentos e assentamentos e nas escolas de formação. É por causa dessa lógica que os princípios da educação do MST foram norteados pelo trabalho, pela organização e participação na luta, tendo como objetivo vincular o trabalho produtivo à formação humana, profissional e política, unindo teoria e prática. Nesse contexto, o trabalho se tornaria a fonte de construção de um novo modo de viver, da moral, da política, constituindo-se na base de toda organização social.

Os princípios filosóficos que orientam o modelo educacional do MST (C. E. Nº 8, 1999a, p. 6-10) ancoraram-se na educação classista e orgânica voltada para a transformação social, baseada na ação para o trabalho e na cooperação para a formação humanista. A vinculação do trabalho à formação humana pode ser entendida a partir de duas dimensões básicas e complementares: a educação ligada ao mundo do trabalho, resgatando o valor do trabalho como meio de construir relações sociais igualitárias, e o trabalho como um método pedagógico, como construtor de relações sociais e como espaço privilegiado do exercício da cooperação e da democracia, como meio de desenvolvimento de novas relações, de cultivo de valores, de construção de novos comportamentos pessoais e coletivos, de cultivo da mística nas lutas e da formação da consciência de classe.

Além disso, a Secretaria Nacional (1999c, C. F. Nº 18, p. 5), definia que as escolas dos assentamentos deveriam preparar futuras lideranças, militantes, sindicatos, associações e cooperativas de produção e de bem e serviços de outros movimentos populares, esclarecer a todos os trabalhadores os motivos de sua condição de miséria e do enriquecimento de poucos, apontando os meios de eliminar o capitalismo e construir o bloco histórico socialista.

Ao defender a unidade entre teoria e prática, o MST visava atingir os mesmos objetivos de Lênin e Gramsci, ou seja, desenvolver um modelo de educação dos trabalhadores capaz de elevá-los à emancipação humana e à condição de construtores do bloco histórico

socialista. Somente essa unidade e a aliança de todas as frações das classes subalternas poderia elevar os trabalhadores à condição de seres humanos. Porém, é necessário lembrar que a escola é apenas um dos fatores que contribuem para a emancipação dos trabalhadores e para a superação do sistema capitalista. Partindo desses princípios educativos, o MST reivindicava do Estado uma escola pública planejada e organizada para o meio rural, que priorizasse tanto o trabalho manual quanto o intelectual, rompendo assim com a dicotomia do trabalho intelectual para uma classe e o braçal para outra. Com efeito, o MST luta por

escolas públicas de qualidade nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária de todo o país, com recursos do Estado e participação das comunidades e do MST na sua gestão pedagógica. (...) qualidade inclui quantidade, ou seja, enquanto em algum assentamento existirem analfabetos, ou crianças e jovens fora da escola, ou professores e monitores sem escolarização adequada, não poderemos nos considerar fazendo uma educação de qualidade, por melhor que possa ser a pedagogia que ali estivermos desenvolvendo (CALDART, 1997, pp. 39-40).

Ante a ausência do Estado, o MST tomou para si a tarefa de educar as crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos e criou uma proposta educacional orientada pelos princípios pedagógicos de Paulo Freire, Makarenko, Piaget, Marti e Che Guevara e adotou um ecletismo metodológico, - que coaduna com a pluralidade de tendências políticas presentes no interior do Movimento, que não é monolítico, mas complexo e heterogêneo. Com tal proposta, o MST inovou o conceito de escola pública mantida pelo Estado, devido ao fato de essa ser orientada pelos interesses da comunidade e por ter uma administração descentralizada e controlada pelos trabalhadores.

Sem um modelo de educação que lhe servisse de espelho, o MST seguia construindo seus próprios métodos, conteúdos e material didático<sup>8</sup>, adequando-os à formação humana e profissional dos trabalhadores rurais, visando construir o homem integral que, na visão de Gramsci, é representado por Leonardo Da Vinci como modelo de homem completo. É evidente que esse modelo de educação-formativa não interessa ao Estado que tem na escola um dos aparelhos privados de hegemonia para construir e difundir os interesses da classe dominante com vistas a construir o seu poder hegemônico.

Em termos metodológicos não é possível dissociar a formação educacional e a política dos sem terra, do mesmo modo, a análise dos setores de educação e formação não se desvincula. Assim, apesar de o setor de formação ter sido criado nos anos 1980, foi nos anos 1990, com o recuo da Igreja e do movimento sindical que o MST passaria a investir em seu

---

<sup>8</sup> O Setor de Educação recebeu, em 1995, o prêmio Unicef Educação Participação pelo trabalho de formação de professores e edição de material didático.

próprio espaço de formação, quando criou a sua primeira Escola Nacional de Formação, em Caçador – SC. Durante essa década, em especial a partir de 1995, o MST investiu na formação sóciopolítica de seus integrantes, fazendo surgir daí, a segunda geração de Sem Terra que tem um projeto político que busca formar-se para a autodeterminação.

O sétimo texto produzido pelo setor de educação “*Escola, trabalho e cooperação*” da Coleção Boletim da Educação, escrito em 1994, enfatiza a relação educação e trabalho como um dos pilares fundamentais da educação do MST, cuja escola deveria ser baseada na dimensão educativa do trabalho. Em 1994, também foi publicado o 1º Caderno de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas discussões nele contidas foram sistematizadas, posteriormente, no Caderno de Alfabetização nº 4, em que seriam expostos os elementos didáticos para alfabetização. Esse também foi o período de elaboração do programa de reforma agrária, publicado em 1995, no Caderno de Formação nº 23, o qual contempla as questões relativas à educação atreladas ao trabalho e à luta por um projeto amplo de sociedade. Nele o MST defende que todos os setores estejam interligados e convirjam para o mesmo fim, ou seja, promover a reforma agrária e a sociedade socialista. Por fim, ressalta que as ações de todos os setores são indissociáveis, só podendo funcionar e ser compreendidos em sua totalidade e no processo de luta coletivo.

O oitavo texto, “*Como fazer a escola que queremos: o planejamento*”, é o sexto volume da Coleção Caderno de Educação, foi publicado em 1995, no mesmo ano de fundação do ITERRA e sexto ano das experiências de cursos de magistério específicos para a formação de educadores para as escolas de assentamentos e acampamentos do MST. O objetivo principal desse texto era o planejamento escolar e o processo de implementação da proposta de escola do MST, tendo como foco central a escola de 1ª a 4ª séries, porém, já apontando elementos para se pensar no conjunto da educação fundamental.

O nono texto também publicado em 1995, “*Ensino de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamentos: ensaiando uma proposta*”, foi um ensaio que serviu de base para a produção do Caderno sobre educação fundamental que seria editado posteriormente. Este texto é o primeiro que demonstra uma preocupação específica com os anos finais da educação fundamental e com a garantia de acesso aos assentamentos – até hoje um problema sério. Além disso, o texto discute um currículo adequado aos objetivos e necessidades de formação dos jovens assentados.

Nessa perspectiva, os educadores buscavam educar cidadãos a partir da práxis cotidiana e dos princípios socialistas retirando da vida material os elementos de construção dessa

educação. O objetivo era transformar os sem terra em agentes da construção de um novo mundo, antes, porém, seria necessário desenvolver a consciência de classe e reorganizar o modo de vida e de produção dos trabalhadores. Tais fatores seriam imprescindíveis para emancipar os subalternos, construir e sustentar o bloco histórico socialista, como defendem Marx e Gramsci.

Por causa disso, o MST incentiva os sem terra a relacionarem as ações cotidianas ao seu projeto de transformação econômico-social e ao fazer isso os sem terra constroem um novo modo de viver, se relacionar e produzir, ou seja, constroem uma nova cultura com valores e comportamentos antagônicos aos capitalistas. Por fim, o modelo de educação do MST objetiva formar militantes, ‘sujeitos da práxis’ dotados de consciência organizativa, conhecimento teórico e competência prática para atingir os objetivos do Movimento. É em razão disso que “o setor de educação orienta a atividade pela dialética entre teoria e prática, perspectiva epistemológica que subjaz a um currículo desenvolvido através de complexos temáticos” (HADDAD, 1994, p. 47).

As ações empreendidas pelo MST nesse período continuam sendo orientadas pelos ideais socialistas, entretanto, o foco central da luta continua sendo a terra e a reforma agrária. O Movimento não conseguiu aliar-se ao operariado, embora tenha conquistado o apoio de muitos setores sociais, por isso continuou delegando aos camponeses a tarefa de promover a revolução socialista no Brasil.

#### 4.9. – Terceira fase da trajetória de luta do MST (1995-2000)

A repressão sofrida entre os anos 1990 a 1994 levaria o MST a lutar contra o modelo econômico neoliberal no período de 1994-2000, caracterizado pelo enfrentamento ao capitalismo e em favor de um projeto de sociedade socialista. Por isso, no seu 3º Congresso, ocorrido em Brasília, de 24 a 27 de julho de 1995, estabeleceu como lema: “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”. Esse evento teve a participação de 5.2 mil pessoas e foi realizado em meio a um cenário político marcado pela adoção de políticas neoliberais, privatização das empresas estatais, desnacionalização da economia e incentivo ao consumismo de produtos importados, tidos como sinônimos de modernização e desenvolvimento do país.

A crise e a desestruturação dos países socialistas do leste europeu sinalizavam transformações em curso no cenário internacional que influenciariam as lutas populares no Brasil.

Findava a bipolarização geopolítica entre EUA e URSS, consolidando-se a hegemonia estadunidense em nível mundial. Assim, à exceção da mobilização para afastar Fernando Collor de Melo, no início dos anos 1990, as lutas populares e sindicais entraram em descenso. No campo, a implantação de um novo padrão de acumulação orientada pelo neoliberalismo, aprofundou a modernização capitalista na agricultura, aumentando a exploração sobre os trabalhadores devido ao aumento da produção de bens e produtos no campo que, por conseqüência, aumentaria a concentração da renda e do latifúndio.

Esse fator provocou o desaparecimento de milhares de unidades produtivas camponesas e ampliou o trabalho assalariado no campo, levando os camponeses a trabalharem também fora da propriedade como assalariados para complementarem suas rendas. As relações capitalistas no campo elevariam o grau de exploração do trabalho e de escravidão e provocariam o êxodo rural aumentando as “favelas rurais” em pequenas cidades ou povoados, onde a população é dependente do trabalho na agricultura e também nas periferias das médias e grandes cidades.

A partir do 3º Congresso, a trajetória de luta do MST adquiriu nova dimensão em termos de organização, sendo esse um dos fatores que nos permite visualizar os avanços da Organização em relação aos seus objetivos iniciais. A partir de 1995, ocorreu uma ampliação do horizonte político da luta pela terra, uma vez que o MST passou a compreender que somente a transformação social possibilitaria a construção da Reforma Agrária que passaria a ser vista não como uma luta isolada, ou de uma fração de classe, mas uma luta entre projetos e de toda a sociedade. Esse avanço político é decorrente dos novos e maiores desafios postos pelas circunstâncias históricas do país e pelas forças sociais em disputa na sociedade que levariam o Movimento a fazer escolhas e tomar decisões em resposta às forças oponentes.

Na avaliação de Roseli Caldart (2000, p. 95) foram esses novos desafios que obrigaram o MST a mobilizar-se em torno de grandes questões nacionais, extrapolando os interesses individuais e corporativos de um ou outro segmento de classe em disputa, por isso, passou a participar com maior freqüência dos eventos de interesses sociais. Além de continuar priorizando a política de fortalecimento interno de sua organização.

Em virtude desses novos desafios, o MST elaborou um Programa Agrário, no qual aperfeiçoou seus métodos organizativos, suas formas de lutas e articulou alianças com setores sociais do país e com organizações camponesas da América Latina e de outros continentes.

Assim, apresentou uma nova elaboração de seus objetivos gerais, os quais seriam expostos também no Caderno de Formação nº 30, (1998f, p. 39) podendo ser assim definidos: canalizar esforços para transformar a Reforma Agrária em uma luta de todos, chamar a atenção da opinião pública para a questão da terra no Brasil, apresentar reivindicações ao governo federal, definir prioridades de ação, ser um espaço de formação política de massa e de confraternização dos sem terra em todo o Brasil. Outrossim, manteve os princípios de transformação da sociedade, ampliou e atualizou seus objetivos em razão das mudanças ocorridas por causa do desenvolvimento e continuidade da luta pela terra. Representou o avanço desse processo, a elaboração do programa de reforma agrária.

A partir de 1996, a percepção de que a luta pela Reforma Agrária deveria ser atrelada a um processo de luta mais amplo e de interesse da sociedade levou o MST a produzir o texto *A reforma agrária e a sociedade brasileira* (MST, 1996f, p. 5), em que ressaltava a necessidade de lutar pela reforma agrária como condição para produzir alimentos e matéria-prima, desenvolver a indústria, garantir a permanência dos trabalhadores no processo produtivo e manter os pequenos proprietários - em franco processo de extinção - no campo. Portanto, não bastava receber um lote de terra se este não viesse acompanhado de medidas que impulsionassem o desenvolvimento econômico, social e humano e se contrapusesse às mudanças promovidas pela implementação do projeto neoliberal no campo. Logo, a Reforma Agrária só seria viável se vinculada a outros aspectos da luta.

Todavia, embora a propriedade da terra se apresentasse como uma das grandes e importantes contradições a serem resolvidas em fins de 1990, organizar trabalhadores excluídos apenas para ocupar a terra para nela trabalhar era uma relação superada que se esgotou com a luta dos posseiros e do MST nos anos 1980. Como resalta Ademar Bogo (1999b, p. 38), a terra continua concentrada não pelo valor monetário que ela representa, mas pela ameaça da perda do poder que a perda da terra proporciona ao latifúndio em cada região e, ainda porque, a disputa fundamental não se dá apenas entre os “Sem Terra” e os fazendeiros, mas também entre os sem terra e o Estado, tendo em vista que, a década de noventa, inaugurou uma nova fase na luta de classes que se caracterizou pela disputa de projetos políticos. Nesse contexto, a agricultura deixou de ser prioridade para o governo, logo a reforma agrária não caberia no modelo capitalista, por isso o Estado também passaria a combatê-la.

Nessa perspectiva, a superação da luta economicista tornava-se fundamental para resistir às imposições políticas e econômicas neoliberais e imprescindível para aqueles que desejassem sobreviver como Organização social e política. Isso porque, a luta espontânea tem a característica de aparecer e refluir, diferentemente daquela que segue princípios e pretende criar valores morais que tendem a permanecer e solidificar-se como alternativa para outras questões sociais. Nesse sentido, “não basta adotar o princípio da ‘Direção Coletiva’ se não há preparo intelectual de seus membros, é o mesmo que funcionar com direção personificada. É um erro pensar que da simples mobilização do povo surgirá um processo revolucionário. É preciso planejar o resultado e construir a organização popular com orientação política e métodos corretos” (BOGO, 1999b, p. 46).

Foi por causa desse entendimento que as prioridades de ação definidas no 3º Congresso foram intensificadas nas lutas massivas pelo fortalecimento da organicidade do MST e na luta pela exigência do cumprimento das promessas do governo de FHC. Em virtude disso, a estratégia, nesse terceiro momento, passaria a ser a articulação com outras forças sociais para conquistar a opinião pública, ganhar expressividade e força contra seus oponentes. Diante desse contexto, o MST re-elaborou seus objetivos gerais (publicados no Caderno de Formação nº 23), a partir de 1995, apontando para uma proposta de construção da Reforma Agrária ainda mais radical se comparada à inicial. Assim, se inicialmente o MST lutava pela conquista e posse da terra, ampliaria seus objetivos ao defender a terra, a Reforma Agrária e uma nova sociedade. Com efeito, a terra passou a assumir um caráter econômico, a Reforma Agrária, um caráter social mais amplo, a proposta de transformação da sociedade, um caráter eminentemente político.

Todavia, apesar de o MST ter buscado fazer alianças com diversas entidades sociais, essas não aderiram à luta pela reforma agrária como um problema de todos. Os assalariados, por exemplo, ensaiaram organizar sindicatos próprios, mas não chegaram a ser um movimento de massas; os pequenos proprietários e arrendatários foram praticamente extintos, e os posseiros subsistiram somente no Norte do país. Com isso, os sindicatos dos trabalhadores rurais ficaram praticamente sem função, entrando numa crise profunda. Nesse contexto, surgiram outros movimentos no campo que se mantêm e em alguns momentos, se destacam, como é o caso do Movimento de mulheres Agricultoras e dos Atingidos por Barragens. Alguns desses movimentos não têm nenhuma relação com o MST, o que implica dizer que não são todos os que não possuem

terras que são considerados Sem Terra, tampouco que sejam apenas os trabalhadores organizados nas fileiras do MST que lutam pela terra e Reforma Agrária no Brasil.

O que é certo é que todos são vítimas de um sistema distributivo que privilegia uma pequena minoria em detrimento da maioria que vive marginalizada nas periferias das cidades. Por conseguinte, a luta pela Reforma Agrária no país não é tarefa apenas dos sem terra do MST, mas de os todos que acreditam ser possível resolver os problemas sociais brasileiros. Apesar de ser possível afirmar que o MST tenha conseguido aglutinar as lutas dispersas e dar continuidade à luta de seus antepassados, acreditando que somente “quem consegue contar a história de seus antepassados, tem memória e condições de dar continuidade, em outro tempo, aos mesmos ideais bloqueados por condições desfavoráveis” (MST, 1998c, C. F. nº 26, p. 17), por isso não apenas assume a continuidade da luta, mas também cultiva uma simbologia em torno das datas históricas, das festas religiosas, das romarias, das festas populares buscando alimentar, na militância, a necessidade de construir a unidade e organicidade em torno de um projeto de Reforma Agrária e de sociedade em que o trabalho seja instrumento emancipador.

É importante ressaltar que o cultivo dessa simbologia retrata a forte herança da Teologia da Libertação, presente no Movimento e ainda a leitura católica e meridionalista de Gramsci. A presença do socialismo cristão na configuração do projeto hegemônico do MST também limitou o debate teórico no interior do Movimento, como afirma Sotilli, ao dizer que a mística produz contradições “quando ela trabalha com veemência a valorização das culturas do homem da roça, da corporação dos sem terra e da coesão pode estar reforçando o isolamento e a auto-suficiência, além de reproduzir práticas autoritárias e não democráticas, posturas opostas à concepção do homem novo que buscam construir” (SOTILLI, 1999, p. 139). A mística desenvolvida pelo MST é uma prática da teologia da libertação que, por longo período, orientou as ações do Movimento e que são alimentadas por uma simbologia cristã, representada pelo uso político da cruz nos acampamentos, das missas e romarias.

Uma análise de Lowy em seu texto A crítica ao fetichismo capitalista (p. 71-81) sobre a relação entre marxismo e “Cristianismo da Libertação” pondera que ambos têm em comum o *ethos* moral, a rebelião profética e a indignação humanista. Por isso as ações do MST devem ser consideradas não apenas em sua condição social objetiva, mas também na sua subjetividade, sua cultura, suas crenças, sua nova maneira de viver a religião, ao misturar-se ao ideário laico, gerado na era das revoluções.

Por fim, se compararmos os objetivos do 2º e do 3º Congressos, veremos que no último, de 1995, o MST enfatizava a transformação da sociedade capitalista e a construção de um novo modelo de sociedade, em lugar de defender a questão da terra como o fazia no 1º. Quanto à luta pela terra, não mais reivindicava que essa estivesse nas mãos de quem nela trabalha, mas que essa fosse um bem a serviço de toda sociedade, apontando para a indicação de caminhar para o rompimento com o modelo de propriedade e de sociedade capitalista. Todavia, as lutas continuavam sendo orientadas pela conquista da terra e pela promoção da reforma agrária.

Antes de analisarmos a quarta fase da trajetória de luta do MST, é necessário mostrar quais ações foram empreendidas para enfrentar os desvios corporativos presentes no interior da Organização, os quais se tornaram mais evidentes quando o MST se debruçou sobre os problemas do setor de produção que se transformaram em grandes entraves ao desenvolvimento e à organicidade do MST. A seguir, verificaremos como o MST identificou esses elementos corporativistas e imediatistas e quais medidas encaminhou para combatê-los. A análise dessa questão é essencial para comprovar se o MST é um Partido político em acepção gramsciana.

#### 4.10. - **Enfrentamento e combate ao corporativismo**

No Caderno de Cooperação Agrícola nº 8, Horácio Martins Carvalho (1999, p. 27) avalia que o MST implantou a idéia de coletivização independentemente da dinâmica histórico-social vivenciada pelos seus atores, ou seja, a coletivização instituiu-se abruptamente como cooperativa, como figura técnico-burocrática que passou a ser o ponto para onde convergiriam as possibilidades de sucesso da cooperação. A diretriz política de desenvolver variadas formas de cooperação foi superada, na prática, pela forma cooperativa. Por isso, o Plano Nacional do MST (1989-1993) de pluralidade de formas de cooperação caminhou para a singularidade da forma cooperativa. A implantação desse modelo produtivo levaria o MST a perceber, com maior clareza, os vícios economicistas e corporativos no interior do Movimento. Por isso, a partir de 1989, o MST se preocuparia em combater o corporativismo no interior da Organização.

Os textos produzidos em 1994 pelos intelectuais orgânicos Juraci Portes, Ademar Bogo e João Pedro Stedile reafirmavam a preocupação com o corporativismo no interior das cooperativas, por isso sugeriam que a cooperação comportasse todas as dimensões da vida dos

assentados. Além disso, continuavam identificando na precariedade da formação político-ideológica dos dirigentes dos assentamentos e na debilidade da organização dos núcleos de base, os motivos da prevalência do economiscismo e do corporativismo no interior do MST, sendo estas as causas da vulnerabilidade perante a ação do inimigo. Seria a fragilidade na organização interna, especialmente na base, que dificultava a participação consciente dessa base na defesa dos objetivos do Movimento. Essa fragilidade era agravada pelo uso de um método de trabalho tradicional e de direção corporativa que centralizava o poder e dificultava a divisão de tarefas.

Identificada a debilidade da organização interna e o baixo nível de consciência dos trabalhadores, o MST buscava alternativas para combater os desvios e vícios gerados durante a trajetória de luta. Assim, conforme a *Cartilha das brigadas* (2005e, pp. 51-57) seriam implementadas mudanças qualitativas para reestruturar a sua organização interna, propondo a criação de um Programa Nacional de Formação de militantes e da base, a ser executado ao mesmo tempo e de modo articulado em todo o país, tendo como objetivos: 1) criar um processo de nucleação dos militantes nos assentamentos e acampamentos, nos diferentes setores de atividades do MST (frentes de massa, SCA, educação, formação), para envolver a base na reorganização e fortalecimento interno do Movimento, 2) organizar as famílias em núcleos na base, garantindo a democracia e participação de todos, 3) desenvolver a formação político-ideológica da militância, 4) elevar o nível de consciência política da base e articular a militância em nível nacional, 5) implementar campanhas de massa (ou massificação) em todo o país, 6) envolver e estimular o surgimento de novos militantes dispersos ou desmotivados, 7) garantir que toda a base, em todos países, se organize com o apoio de outros militantes, devendo ter, em cada assentamento e acampamento, um número de militantes e núcleos de base das famílias.

O primeiro passo para a implementação desse Programa seria fazer com que todas as instâncias do Movimento compreendessem os seus objetivos, os quais representariam “o casamento de uma nova metodologia para dar organicidade aos militantes e à base do MST e, ao mesmo tempo, formação político-ideológica permanente” (MST, 2001i, C. F. nº 26, p. 7). O sucesso desse Programa seria fundamental para enfrentar os desafios impostos pela nova conjuntura econômico-política. A identificação dos desvios e a criação desse Programa dariam mostra da maturidade política do MST e de sua vontade de construir o projeto comunista.

Em virtude dessas iniciativas, o MST exporia no Caderno de Formação nº 31 (1999, pp. 52-53) os desafios a serem enfrentados no combate ao corporativismo, por isso buscou

vincular as lutas imediatas e reivindicativas da sua base social a um projeto nacional e popular de longo prazo para fortalecer a luta contra as políticas neoliberais e seus mantenedores e dar maior unidade ao Movimento, como forma de se fortalecer na correlação de forças.

No campo da educação, o MST tomou medidas efetivas para combater o corporativismo, ao definir no Caderno de Formação nº 18, (1999c, p. 8) que o professor deveria viabilizar a participação e interação dos alunos, auxiliando-os na tomada de decisões coerentes com a vida do assentamento e com os princípios do MST, devendo ensinar as crianças a

1- Se organizar para trabalhar em grupos; 2- A tomar decisões por conta própria e a assumir as conseqüências de suas decisões; 3- A planejar e avaliar as ações no coletivo dos alunos e dos professores; 4- A controlar o trabalho e a produtividade; 5- A superar os desvios e oportunismos dos colegas (MST, 1999c, C. F. nº 18, p. 15).

Desse modo, o enfrentamento ao oportunismo e ao corporativismo ocorreria já na infância, a partir da construção da disciplina, unidade e organicidade interna, através da formação política dos sem terrinha com vistas a construir o novo homem, a nova cultura, modo de ser, de viver, de pensar e sentir. Daí a necessária participação de pais, alunos e professores na vida escolar, na discussão dos rumos da escola e acompanhamento do trabalho dos educadores.

Todavia, apesar das ações empreendidas para combater o corporativismo, o MST concluiria em 1998, que o acúmulo orgânico era baixo, por isso repassou para os setores a responsabilidade de organizar os núcleos. A análise dos documentos do período 1989-1999 nos mostra que as conclusões referentes à questão da organicidade foram as mais importantes daquele momento. Em quase todos os documentos do MST, não apenas nos desse período, há reflexos de que foi desenvolvida uma aguda consciência crítica sobre a precariedade da formação político-pedagógica, pelos militantes de todas as instâncias.

Nesse sentido, o economicismo, agravado pelo corporativismo das cooperativas, não impediu a consciência crítica sobre a necessidade da formação político-ideológica, embora tenham se sobressaído as demandas derivadas dos interesses econômicos imediatos dos assentados e as necessidades de se equacionar os problemas relacionados com a gestão das cooperativas, as quais contribuíram para colocar a formação político-ideológica, até meados dos anos 1990, em plano de menor relevância prática. Diante dessas constatações, a necessidade de formar a militância se tornaria ainda mais urgente ante o fato e do SCA, como a base da organicidade, não ter conseguido consolidar os núcleos como instância política básica do MST.

Assim, buscando eliminar o corporativismo e o imediatismo, o MST decidiria qualificar, em curto prazo, 23 mil novas lideranças que passariam a ter forte ligação com a base,

tornando-se permanente a tarefa de formação de intelectuais orgânicos/quadros políticos que teriam como tarefa: intensificar o trabalho de base nos acampamentos e assentamentos, organizando-os em núcleos, (cada um deles composto por dez famílias), diminuir a espontaneidade do Movimento para evitar o economicismo, que poderia ser eliminado com investimentos na organicidade e unidade dos sem terra e pela elevação do nível de consciência política da base a partir da identificação do inimigo e da participação nas lutas, estudos e debates. Essas medidas evidenciavam o papel dos intelectuais orgânicos do MST que assumiriam a tarefa de construir a hegemonia da fração camponesa da classe trabalhadora brasileira.

Nesse contexto, tornar-se-ia imprescindível a participação de todos na divisão de tarefas e responsabilidades dentro da Organização, aumentar a frequência de reuniões e assembléias entre os militantes na base, diminuir a delegação de poderes, transformando cada membro em sujeito ativo do Movimento, organizar a convivência social, desenvolver novos valores através da ampliação da compreensão da mística, dar conteúdo aos símbolos, despertar a imaginação para a produção de materiais como o Caderno de Núcleos para dinamizar as reuniões da base, e, por fim, estimular a criatividade e a criação de projetos em torno da luta.

Na visão do MST, essas medidas não deveriam se restringir às lutas social-democratas, como a luta sindical que não “ataca o inimigo verdadeiro, ela leva os operários a combaterem, ora o patrão, ora o governo, mas não necessariamente eleva a consciência operária para combater o Estado, o modo de produção e o imperialismo” (MST, 1996d, p. 19), mas transformar a sociedade capitalista, para pôr fim aos privilégios burgueses e elevar os trabalhadores à condição de classe dirigente. Porém, somente a condição de classe subalterna e produtora não é suficiente para construir a consciência de classe, é necessário que esta seja desenvolvida nas escolas de cultura e de formação política.

O combate aos elementos corporativos faria o MST investir na formação política da militância e da base através de seu programa nacional de formação, em que afirma

para enfrentar essa nova correlação de forças no campo da reforma agrária não basta apenas continuar ocupando terras. Seguiremos realizando ocupações de terra, melhorando nosso método de luta pela terra. Mas nossas necessidades e desafios se ampliaram, fundamentalmente pela natureza de agir dos inimigos. Se ampliaram pela necessidade de dar maior consciência política-organizativa e ideológica para nossa base no sentido de avançarmos e superarmos os desafios colocados pela nova conjuntura” (MST, 2001i, p. 5).

Assim, passaria a usar a estratégia da conscientização em massa e formar líderes e quadros políticos, pois “somente através da prática de luta de massas será possível resgatar os princípios e ideais socialistas, já negadas por muitos setores da esquerda brasileira” (MST, 1996f, p. 27).

Como resultado da sua maturidade política, o MST entendia que grande parte das derrotas na luta ocorreu por causa dos desvios na forma de organização dos sem terra e pelo deslocamento entre liderança e base, pelas estruturas centralizadas e pela falta de formação de quadros/intelectuais orgânicos da classe subalterna, que são os responsáveis por desenvolver a consciência de classe e pela formação humana e técnica dos trabalhadores, bem como para manter o Movimento forte e organizado. Por isso, no Caderno de Formação nº 26, ao convocar a militância para construir a sociedade socialista, Ademar Bogo ressaltava a importância das gerações futuras manterem viva a Organização, pois como diria a seus membros:

Nos tornamos fortes, em parte pela nossa capacidade de simplificarmos as ‘impossibilidades’, tornando-as reais. Mas também pelas virtudes que conseguimos desenvolver. Os ricos temem mais nossas virtudes que nossa força orgânica. Pois estas movem consciências e corações para plantar utopias no cenário social. Nada pode ser mais perigoso do que algo que se move por conta própria. Pois foge do controle e da repressão dos poderosos (MST, 1998, C. F. nº 18 p. 6).

Em virtude disso, o MST insiste que se cultive a solidariedade, a organização interna e as alianças entre a classe operária e demais setores sociais, a fim de organizar núcleos e associações orgânicas para educar os trabalhadores, formar quadros políticos e promover mobilizações conjuntas em prol do socialismo. Todavia, afirma o MST, é preciso que “cada categoria ou setor social aprenda a organizar-se e a dirigir-se por si própria através do surgimento de suas próprias lideranças e organização. O que deve unificar a todos são os princípios organizativos e políticos e as lutas de massa. Desta forma, estaremos demonstrando que não estamos querendo mudar apenas o sistema explorador da sociedade capitalista. Queremos, acima de tudo, mudar o ser humano. (...) Se não conseguirmos modificar o coração das pessoas, não modificaremos nada em termos de funcionamento da sociedade” (MST, 1998c, C. F. nº 26, pp. 8-9). Corroboram com essas mudanças, as próprias condições de vida dos sem terra, as mudanças no modo de produzir e se organizar e a criação de novos valores e comportamentos.

É certo que o MST procurou eliminar os elementos imediatistas e corporativos, porém mesmo ampliando seu projeto de construção de uma nova sociedade, não obteve avanços na construção de alianças com a classe operária, que continuaria resistente à adesão de seu projeto. A erradicação desses elementos é fundamental para que o MST seja considerado um intelectual orgânico coletivo e reformador intelectual e moral dos sem terra. Porém ainda não é

possível considerar o MST como um Partido político Educador, porque apesar de ter demonstrado, em sua trajetória de luta, que empreendia medidas para construir o socialismo, o fulcro central da luta dos sem terra, nesse período, continuava sendo a terra. Em outros termos, ainda não tinha superado o momento imediatista de luta pela terra e pela reforma agrária, pois até mesmo a proposta de ampliação de seu projeto socialista se fazia por causa e em torno dessas lutas.

#### 4.11 - A educação humanista e politécnica do MST (1995-2000)

No âmbito educacional, os documentos produzidos e os principais textos publicados pelo setor de educação, no período de 1995-2000, foram dedicados mais especificamente à escola de educação fundamental e foram estes os principais estudos e documentos que serviram de referências para o trabalho do setor durante esse período. A coletânea desses textos resultou das diversas experiências do MST e de alguns registros do período anterior aos anos 1990, os quais permitiram iniciar um processo de sistematização do que fora desenvolvido pelo setor, até então.

O décimo texto produzido pelo setor de educação “*Princípios da Educação no MST*”, que foi publicado em 1996, abriu um novo ciclo de reflexão pedagógica e ampliou a abrangência de distribuição dos materiais produzidos pelo setor. Esse texto é o 8º da Coleção Caderno de Educação e, a partir de sua publicação, iniciou-se a multiplicação das frentes de trabalho do setor, contribuindo para fortalecer a interlocução com a sociedade, motivado pelas linhas políticas definidas no 3º Congresso. Este texto retomou, - em novo formato, novas dimensões e nova linguagem - a “filosofia da educação” do MST, que mais uma vez enfatizou o vínculo das práticas educativas com seu projeto político e afirmou um conceito mais amplo de educação que coadunava com a ampliação de seu projeto de construção do socialismo, apontando para o entendimento de que só se poderá construir um novo bloco histórico aliando-se ao operariado.

O décimo primeiro texto produzido pelo Setor no final de 1997, “*Pedagogia da cooperação*” foi uma publicação avulsa que marcou detalhes importantes da trajetória de reflexões e preocupações do MST relativos à educação e tinha por objetivo instigar a reflexão sobre a educação fundamental dos assentados vinculados ao MST, em especial, as escolas de 5ª a 8ª séries que incluíam os anos finais do ensino fundamental.

Nessa perspectiva é possível observar que o MST apontou para o endosso das teorias de Marx, referentes à problemática do ensino tecnológico, para quem “a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores” (MARX, 1975, p. 559). Por isso o MST procurou desenvolver os cursos de formação técnico profissional no IEJC, além de ter construído, conjuntamente com as cooperativas, pais e professores, o projeto de autogestão democrática por meio do qual estimularia a criação de cooperativas infantis, visando fazer com que as crianças aprendessem a geri-las e, ao mesmo tempo, desenvolver a autonomia, organização, disciplina e de solidariedade. O objetivo principal dessa iniciativa era propiciar às crianças uma educação e uma formação moral condizente com os valores humanos, fazê-las conhecer os valores da cooperação e solidariedade, aperfeiçoar a qualificação técnica para as diversas atividades ligadas à agricultura e desenvolver atividades formativas e educativas para o turno em que não estivessem na escola.

Porém, a defesa do trabalho como método pedagógico não nasceu com o MST, mas com Marx, em sua *Crítica do Programa de Gotha (1875) e d’Erfurt (1891)* em que demonstrava sua preocupação com o desenvolvimento físico e intelectual do homem, defendendo como princípio de formação a associação do binômio educação/trabalho. As análises e denúncias de Marx (1975, pp. 553-4) referentes ao emprego de crianças e adolescentes para o trabalho continuam valendo para a sociedade brasileira atual que ainda nega a possibilidade de suas crianças freqüentarem a escola, apesar do processo de democratização conquistado.

Também a proposta de escolas cooperativas não é uma novidade, pois existem muitas delas no Brasil. Porém, no processo proposto pelo MST há uma maior participação da comunidade e a garantia às crianças de tempo para estudar, brincar, conviver com a família, trabalhar, praticar esportes, descansar, fazer leitura e desenvolver sua sensibilidade. Assim, corroborando com a afirmação de Marx de que é “do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, que brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica” (MARX, 1983, p. 87) o MST desenvolveu, a partir dos anos 1990, uma educação infantil em dois turnos e duplamente formador, destinando à educação escolar dos sem terrinhas um período do dia, ficando o outro destinado ao trabalho, comungando da idéia marxiana de que:

Aqueles que só permanecem na escola metade do dia estão sempre lépidos, em regra dispostos e desejosos de aprender. O sistema de metade trabalho e metade escola torna cada uma das duas ocupações descanso e recreação em relação à outra, sendo por isso apropriado para a criança do que a

continuação ininterrupta de uma das duas. Um menino que desde cedo fica sentado na escola, (...), não pode concorrer com outro que chega alegre e animado de seu trabalho (MARX, 1975, pp. 553-4).

Além da integração escola/trabalho, a criança deve preparar-se para participar da organização e da gestão escolar, para que possa administrar as cooperativas, consolidando-se assim a sua formação humana e profissional. A idéia de que as escolas sejam geridas por professores, pais e educandos têm entre seus objetivos educar as crianças para a cooperação. Por isso as crianças deveriam participar mais efetivamente da vida escolar, assumindo trabalhos de organização da farmácia da escola, da biblioteca, da secretaria, da organização de jogos, festas, campanhas, jornaizinhos com as notícias do assentamento e da escola etc, além disso, os sem terrinha deveriam desenvolver algum trabalho ligado à terra. Aos professores caberia a tarefa de ajudá-los nesta organização.

Por conseguinte, a educação plena do sujeito sem terra implica a formação de valores articulados a um processo de construção da capacidade de questionar e refletir sobre as questões do seu tempo, capaz de torná-los sujeitos protagonistas da construção de uma nova cultura, nova civilização, do bloco histórico socialista. Implica ainda construir uma moralidade plural, uma ética que se afirma e se fundamenta na igualdade, na democracia e na autonomia que são requisitos indispensáveis para o processo de emancipação.

Formar para a participação direta e para o exercício da autogestão é imprescindível para pôr fim ao corporativismo, aos egoísmos passionais e individuais, constituindo-se antídoto contra o poder de uma minoria. Nessa lógica, a formação dos sem terra teria como ponto de partida a realidade dos acampamentos e assentamentos. A partir desses espaços, os sem terra poderiam compreender as realidades universais, e, por conseguinte, “ligar o que acontece perto com o saber acumulado de todo o mundo” (MST, 1999c, C. F. nº18, p. 18). Isto significa promover uma apropriação do saber pelos trabalhadores, resgatando o seu caráter social e coletivo, entrelaçando os conteúdos aprendidos na luta aos saberes universais.

Ante os estudos realizados é possível afirmar que o modelo educacional-formativo do MST é a efetivação da Escola única de Gramsci que visa elevar o nível científico e cultural, unindo a sabedoria popular com características próprias ao seu modo de viver e ser, criando, a partir das próprias condições materiais, um novo modo de produzir, pensar, construir novos valores, moral, enfim, uma nova cultura. A produção dessa nova cultura representa o desenvolvimento de um novo modo de produção, para transformar não apenas a base econômica, mas também superestrutural. Nessa lógica, o Renascimento representou a consolidação do

capitalismo em nível superestrutural. Com efeito, também a cultura dos trabalhadores deve ser universalizada e consolidada como uma nova forma de viver, produzir e pensar o novo, condizente com as necessidades e vontades das classes subalternas.

É importante lembrar que Gramsci não defende a apreensão da cultura renascentista burguesa pelos subalternos, mas visa lembrar o significado do Renascimento no bloco histórico capitalista e para a sua consolidação do capitalismo em nível superestrutural. Por conseguinte, o teórico italiano quer ressaltar que a produção de uma nova cultura é a expressão de uma forma de viver, produzir e se relacionar novos, é um novo bloco histórico. A produção dessa nova cultura se dá na própria vida material e não no nível da consciência. Nesse contexto, a construção de uma nova cultura - entendida como nova civilização - exige o desenvolvimento de uma reforma intelectual e moral - na vida material - a qual deve ser empreendida pelos intelectuais orgânicos, via Partido Político, para construir a hegemonia das classes subalternas.

Porquanto, tanto Gramsci quanto o MST pretendem construir um intelectual trabalhador do tipo Leonardo Da Vinci, como representação de uma cultura que foi construída a partir das mudanças do modo de viver e pensar dos sem terra, por causa da transformação de suas vidas materiais. Nesse contexto, a escola é um dos espaços onde a visão de mundo pode ser sistematizada de modo coerente e unitário com essa nova forma de ver o mundo. Porém, o ponto de partida da transformação e da construção de um novo homem é a vida nos acampamentos e assentamentos do MST e as mudanças promovidas em função do ordenamento desses espaços e dos problemas ali vivenciados.

Assim definida, a educação-formativa do MST assumiria uma tripla função: intensificar a produção social, desenvolver de forma plena as potencialidades do homem e criar meios de transformar a sociedade. Logo, a formação do homem integral implica o desenvolvimento de todas as suas habilidades, a partir do trabalho. Pois, por meio do trabalho, o homem é envolvido na totalidade de suas relações com o mundo e com a sociedade no processo histórico de seu desenvolvimento. A reintegração entre teoria e prática o levará à superação de todo o trabalho alienado.

Diante de tudo o que foi dito, poderíamos indagar: Quando se inicia, na prática, essa proposta de educação humanista e politécnica? O próprio MST nos responde:

Nossa proposta de educação está sendo posta em prática toda vez que nos organizarmos para lutar por uma nova escola; toda vez que reunimos o assentamento para tratar sobre a educação que interessa desenvolver para nossos filhos e filhas; toda vez que um assentado ou uma assentada aprendem a ler e escrever; toda vez que mais um jovem descobre o valor de continuar estudando; toda vez que

aumentamos o número de sem terra que se formam na perspectiva de continuar a luta... toda vez que tentarmos concretizar estes princípios (MST, 1999a, C. E. n° 8, p. 28).

Na visão de Gramsci (1985, p. 33), a Escola única possibilitaria uma formação superior porque promoveria o equilíbrio entre a técnica e o desenvolvimento das faculdades intelectuais, e, além disso, promoveria a autoconfiança e a responsabilidade política dos trabalhadores para que eles pudessem se organizar e se preparar para assumir a direção econômica, política e cultural de uma nova e superior concepção de mundo e de sociedade. Porém, a elaboração intelectual dos trabalhadores não ocorre num campo democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos concretos, já que a democracia não consiste “em fazer que cada operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo” (GRAMSCI, 1979, p. 10). Assim, o conhecimento só pode ser um instrumento de construção de uma nova sociedade se estiver conectado à práxis revolucionária.

Esse é o mesmo motivo que levou o MST a vincular a educação ao trabalho e a ver o trabalho como método pedagógico. Por isso, nos cursos técnicos oferecidos aos sem terra, o MST procura desenvolver a formação politécnica sem reduzi-la a uma divisão especializada do processo produtivo, visando eliminar a divisão do trabalho que, nas relações produtivas capitalistas, é fonte de servidão e miséria.

O décimo segundo texto produzido pelo setor de educação, “*Escola Itinerante em Acampamentos do MST*”, de 1998, abriu a Coleção “Fazendo Escola”, destinada à socialização de registros e à sistematização de práticas de educação do MST e retorno a uma preocupação de origem do Setor, ou seja, a educação nos assentamentos teria tomado uma nova forma devido à criação da escola itinerante que nasceu no Rio Grande do Sul e se estendeu por vários Estados, porém teria adquirido formatos diferentes, exigindo uma re-elaboração e sistematização de seus princípios. O décimo terceiro texto é “*Como fazemos a escola de educação fundamental*”, o n° 9 da Coleção Caderno de Educação, publicado em 1999, substituiu os outros Cadernos com temáticas específicas do cotidiano da escola, com elaboração indicada no Caderno n° 6, assumindo um novo e amplo entendimento sobre a totalidade pedagógica da escola.

A nosso ver, esse texto faz uma inversão lógica no modo de pensar ou planejar o processo pedagógico nas escolas do Movimento, pois, a partir de sua elaboração, a sala de aula não seria mais vista como o único ou mesmo principal espaço educativo da escola, tampouco apenas o tempo das aulas deveria voltar-se para o planejamento escolar e para intencionalidade

pedagógica. As relações sociais seriam o centro, a base de formação do ser humano – nos diferentes tempos e espaços – pois deveriam incidir sobre a atuação pedagógica fundamental. A análise dos documentos desse período nos leva a afirmar que essa foi a lógica que norteou as reflexões do MST desde a sua origem, contudo, nos textos anteriores, o movimento descrito era da sala de aula para fora e, neste Caderno, se explicita o movimento contrário, a partir da ênfase dada à organização dos processos de gestão e do trabalho escolar.

Em 1999, seriam reformulados os princípios educativos com uma nova proposta Pedagógica para as escolas ligadas às áreas de Reforma Agrária os quais seriam socializados em toda a base social, antes presentes apenas em algumas comunidades. Assim, o Caderno de Educação nº 8 traria um boletim específico para tratar dessas questões. No final dos anos 1990, o setor de educação estava organizado em 15 dos 22 Estados por meio de equipes de educação nas áreas ocupadas e de coletivos regionais e estaduais, constituídos por membros dos assentamentos para atender às necessidades de cada região, de acordo com as demandas<sup>9</sup>.

Entretanto, como afirmou João Pedro Stedile, em entrevista à imprensa em agosto de 1998, “hoje em todos os assentamentos existem escolas, pois elas são parte de nossa conquista. Você percorre milhares de povoados rurais por esse Brasil afora, que não tem escola, e ninguém fala nada. Só existe repercussão quando o Movimento ocupa uma prefeitura para exigir que o prefeito instale a escola primária, conforme manda a Constituição” (MST, 1999h, C. F. E. nº 2, 1999h, p. 29). Nesse ano o MST contava com, “aproximadamente 950 escolas públicas de 1ª a 4ª séries e 50 de 5ª a 8ª, envolvendo cerca de 1.800 professores e 40 mil alunos. Além disso, existiam 600 monitores de alfabetização, trabalhando com um número aproximado de 8 mil alfabetizando jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos, bem como algumas experiências (ainda sem contabilização) de educação infantil” (CALDART, 1997, p. 28). O maior desafio continuava sendo a erradicação do analfabetismo<sup>10</sup> que, nas áreas acampadas e assentadas, atingia índices de 80 a 90%. Esses números levaram o MST a ampliar os níveis de escolarização de crianças e jovens através da criação de escolas de ensino fundamental e médio nas regiões ocupadas.

Para ampliar suas bases políticas, entre 1995 e 2002, o MST resolveu “massificar a luta”. Assim, fazia convênios e parcerias com universidades e movimentos sociais para acelerar o

---

<sup>9</sup> Cf. <URL:<http://www.sanet.com.br/semterra/mst-htm>>.[14 jul. 1997]. (Acesso, 27/09/2007).

<sup>10</sup> Conforme proposta aprovada no I ENERA, publicada na REVISTA SEM TERRA No. 2 de out/dez de 1997, p. 29.

processo de alfabetização dos 24 milhões de analfabetos no país (conforme censo de 2000, divulgado pelo IBGE em 2003). Por esse motivo foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que surgiu para atender os povos do campo.

A formação de profissionais, educadores, militantes e quadros políticos ganhou corpo e se realizou progressivamente, como comprovação de que é possível construir a consciência de classe e a hegemonia da classe trabalhadora. Nesse sentido, o MST vem dando a sua contribuição ao formar educadores e militantes em todos os setores. No ano 2000, a escola do MST estaria presente em 23 estados. Contando com 3.800 professores e 150.000 alunos no ensino fundamental. 25.000 jovens e adultos em cursos de alfabetização. 1.500 educadores de jovens e adultos. 1.200 escolas de ensino fundamental e 4.000 professores formados pelos MST. Esses números<sup>11</sup> ainda eram pequenos em relação às necessidades do MST, mas representavam um enorme avanço para a resolução dessa problemática no campo, graças à contribuição dos sem terra que criaram um modelo de educação inédita em nível mundial. A seguir, analisaremos a quarta fase desse estudo.

#### 4.12. – Quarta fase da trajetória de luta do MST (2000-2007)

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente do Brasil, como resultado de um acordo político das classes dirigentes, de uma unidade que não ocorrera em 1989, em torno da eleição de Fernando Collor. Essa unidade política estratégica visava eliminar o risco de uma candidatura de esquerda vencer o processo eleitoral, como quase ocorreu em 1989, e deu poderes para que FHC aprofundasse a política neoliberal, interrompida pelo processo de impeachment de Fernando Collor. Assim, em seu 1º mandato (1995–1998), o governo tucano promoveu um processo de privatizações, desnacionalização e sucateamento da estrutura do Estado, sem

---

<sup>11</sup> Esses números levaram o MST a receber vários prêmios em 1999, o prêmio Direitos Humanos concedido pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade e Democracia. Nunca antes concedido a um Movimento Social. O Unicef e Unesco o premiaram várias vezes pela excelência nos métodos pedagógicos empregados pelo MST. O prêmio Pena Libertária do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), pelo trabalho nas escolas itinerantes e o prêmio Alceu Amoroso Lima, recebido da Universidade Candido Mendes-RJ. Em 2000, o prêmio Paulo Freire de compromisso social, concedido pelo Conselho Federal de Psicologia. A TV Futura, ligada à Fundação Roberto Marinho exibiu um documentário sobre a escola do MST em Dionísio Cerqueira-SC, referindo-se à iniciativa como um exemplo de sucesso. Em agosto de 2007, o Unicef e a Unesco promoveram a 2ª Conferência sobre Educação no Campo, em Luziânia-GO, tendo como convidado João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional.

precedentes na história brasileira. A riqueza do povo brasileiro, constituída nas cinco décadas de industrialização, foi transferida para o capital privado e internacional. O perfil neoliberal e intransigente do governo federal liberou as forças conservadoras dos Estados para aumentar a repressão contra os trabalhadores rurais, resultando em dois massacres de camponeses: Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996).

Contra a política neoliberal e exigindo a punição dos responsáveis por esses massacres – que continuaram impunes – os sem terra promoveram, em 1997, uma das maiores marchas nacionais da história do país, partindo simultaneamente de três Estados (SP, MG, MT) rumo a Brasília. Cada coluna de camponeses percorreu mais de mil quilômetros, fazendo um trabalho de debates em cada povoado e cidades por onde passavam. Na chegada à Capital Federal, mais de cem mil pessoas receberam os sem terra, corroborando com o objetivo do Movimento de dar visibilidade e importância à luta pela Reforma Agrária que não mais poderia ser ignorada pelo governo ou pela mídia burguesa.

Nesse contexto, apresentavam-se os seguintes desafios ao MST: enfrentar o modelo neoliberal que, ao ser implantado no campo, criminalizou a organização dos trabalhadores rurais e minou a liberação de financiamento para a pequena agricultura, fortalecer e ampliar a política do MST em suas relações internacionais, priorizando os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992, e da Via Campesina<sup>12</sup>, articular, organizar e elaborar teorias em torno de um projeto popular de desenvolvimento do país junto com outras forças sociais – nesse aspecto cabe ressaltar a participação do MST na construção do Movimento Consulta Popular<sup>13</sup>, desde 1997 e, por fim, enfrentar o projeto das elites para a agricultura, em que não há espaço para a Reforma Agrária.

---

<sup>12</sup> A Via Campesina é uma Organização Internacional de camponeses que, no Brasil congrega os seguintes movimentos e entidades sociais: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MP); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estão entre seus objetivos e princípios a luta pelos direitos dos povos do campo aos meios de vida materiais (terra, água, habitação, etc) e subjetivos (saúde, educação, cultura, etc) necessários à construção plena da sua humanidade.

<sup>13</sup> Buscando orientar os militantes em torno de um movimento de base, o MST contribuiu com a criação do Movimento Consulta Popular, criado após um Encontro em Itaici, em 1997, em parceria com núcleos da Igreja, em que se discutiria tal projeto que daria origem à Consulta Popular que é um processo de discussão política que envolve militantes de diversos movimentos sociais, sindicatos, pastorais, estudantes e partidos de oposição que queiram construir um projeto alternativo para o Brasil. E visava “transformar as idéias sobre as soluções para o país em palavras de ordem, em bandeiras de luta que o povo entenda”, (MST, 1997d, p. 6) e assumia o “compromisso de realizar atividades permanentes de formação de quadros de caráter prolongado, em todas as organizações. Multiplicar discussões sobre conteúdos, metodologia, mística, disciplina” (MST, 1997d, C. P. p. 17).

Em razão disso, o MST (2007g, p. 46) afirmava que a Reforma Agrária só aconteceria se estivesse inserida em um projeto popular de desenvolvimento do Brasil.

Assim, em seu 4º Congresso Nacional, realizado em Brasília em agosto de 2000, o MST estabeleceria o lema: “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*” afirmando a sua disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da estrutura do capitalismo e de suas políticas neoliberais. Esse evento contou com a participação de 11 mil militantes de 23 Estados, de 360 crianças na ciranda infantil e na escola itinerante<sup>14</sup> e, ainda, com 170 lutadores sociais de 25 países, mostrando que a sua influência política e as alianças haviam se espalhado pelo mundo, reafirmando-se a luta pelo socialismo.

A palavra de ordem desse Congresso pretendia mostrar que a Reforma Agrária não seria realizada se não estivesse inserida em um projeto popular de desenvolvimento do país. Em virtude disso, o MST (2007g, p. 47) definiu como objetivos desse período: intensificar o processo de construção da aliança entre os trabalhadores do campo e cidade, promover a discussão de gênero em todas as atividades do MST, fortalecer o combate às ações imperialistas das transnacionais e de organismos internacionais como o FMI e OMC. Portanto, os objetivos tirados desse Congresso são de cunho mais abrangente, condizentes com seu amplo projeto de superação do capitalismo. Ademais, o MST reafirmou seus desafios organizativos, enfatizando que só seria possível obter conquistas sociais quando houvesse lutas de massas, por isso prosseguiu na luta

---

<sup>14</sup> Segundo o MST (1997d, p. 12), a idéia de criação da Escola Itinerante surgiu da inconformidade expressa pelas crianças que despejadas dos acampamentos, viam-se obrigadas a repetir todo o conteúdo estudado anteriormente à sua chegada nos assentamentos. Tal inconformidade foi expressa durante o 2º Congresso infanto-juvenil do MST em outubro de 1995, e encaminhada por um grupo de 11 crianças à Secretaria Estadual de Educação. O resultado foi a implantação de um projeto pioneiro que reconhece oficialmente as aulas ministradas por professores do Movimento em acampamentos. Assim, as crianças passariam a ter regularizadas suas situações escolares após serem assentadas, podendo ingressar em regimes regulares tão logo fossem assentadas. Essas escolas itinerantes são necessárias porque a formação política da militância sem terra inicia-se no acampamento, onde estudam jovens e crianças que acompanham o acampamento nas reiteradas vezes em que são despejados e, por isso, têm de mudar de área. Organizada pelo Setor de Educação essa escola tem um currículo que possibilita a compreensão de conteúdos, respeitando os limites e processualidade do aprendizado de cada aluno. Nela o educando cultiva os valores do campo, agregando conhecimento científico à realidade concreta, constituindo-se num espaço onde os militantes se tornam capazes de compreender e interpretar o processo histórico vivenciado e, por conseguinte, tornam-se os sujeitos transformadores da realidade. Com efeito, a escola itinerante foi criada para resolver os problemas imediatos do setor educacional do MST, de dar aos acampados expulsos das terras invadidas, a possibilidade de dar continuidade aos estudos, já que a escola acompanha os militantes. Embaixo de uma barraca ou de uma árvore essa escola representa a disposição e determinação do MST em ensinar os seus militantes, em transformar a realidade e construir um modo de viver que os inclua. É a partir dos problemas cotidianos que o MST está construindo o novo homem, o jeito de ser dos sem terra.

pela construção de uma nova sociedade, estabeleceu como nova estratégia a “ocupação em massa”, a qual deveria ser organizada em “Brigadas”<sup>15</sup>.

O objetivo era fazer dessa estratégia um modelo permanente, porém, para realizar essas ocupações de massas era preciso construir a unidade dos trabalhadores por meio de uma aliança entre camponeses e operários a fim de alterar a correlação de forças. Por isso, passaria a promover lutas nacionais conjuntas, para tanto deslocaria militantes para organizar brigadas em outros movimentos e promover cursos de formação de militante e quadros políticos em conjunto com diversos setores sociais. É importante ressaltar que as linhas políticas e a estrutura das brigadas são comuns a todas elas, contudo é difícil especificar todas as tarefas das brigadas estaduais, já que cada Estado tem seus problemas, dinâmica e especificidades próprias.

No entanto, todas têm por obrigação organizar e fazer funcionar os núcleos de famílias, produzir junto com o setor de comunicação o caderno dos núcleos e distribuir os materiais do MST, formar turmas de 50 militantes ou em grupos menores e acompanhá-los nas reuniões de base que devem ter coordenadores de núcleos, membros de diretorias, representantes de setores e de todos que tenham tarefas de liderança. Além disso, as brigadas têm por função, preparar e coordenar os cursos de formação e, caso necessário, solicitar ajuda aos intelectuais orgânicos e demais setores, envolver os setores no planejamento das atividades a partir da base, promover e organizar mobilizações, fortalecer as decisões nas instâncias e levá-las para a base, reunir a brigada dos 20 monitores para estudar, avaliar e planejar os passos de cada ação política.

A partir desse Congresso, o MST entendeu que a luta pela Reforma Agrária tornou-se complexa, pois “a sociedade evoluiu na sua compreensão, os governos mudaram de táticas e a reforma agrária ganhou outra dimensão e deve ser feita não mais por ‘razões econômicas’, como

---

<sup>15</sup> De acordo com a *Cartilha O funcionamento das brigadas do MST*, “o nome ‘Brigada’ quer dizer a soma de partes de uma organização, para desenvolver atividades diferentes com o mesmo objetivo” (MST, 2005e, p. 5). A brigada do MST é formada por um número de famílias que moram em alguns assentamentos e acampamentos próximos. É com essas famílias que se organiza a brigada, que tem como função distribuir as tarefas entre os coletivos que devem formar. Toda brigada é composta por Núcleos de Base de aproximadamente 10 famílias, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos: 1 casal de coordenadores e 1 secretário(a), pelos setores (frente de massa, produção, educação, formação, saúde, gênero, comunicação e cultura, e ainda, equipes de finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos) sendo cada setor composto por um coletivo de no mínimo 3 núcleos de famílias); Direção Coletiva (composta por 1 representante a cada 5 Núcleos, das reuniões da direção participam 2 representantes de cada setor) e Coordenação (composta por todos os responsáveis por alguma função). As direções das brigadas devem se reunir ao menos uma vez por mês. Os núcleos têm de reunir as 10 famílias ao menos duas vezes ao mês. É importante ressaltar que essa Cartilha das brigadas explica todos os passos que os militantes devem seguir na organização e funcionamento de todas as tarefas, além de expor os vícios e desvios organizativos que devem ser corrigidos, os princípios que os dirigentes devem respeitar e os cuidados com os símbolos e gestos. Ademais, nos mostrar o alto grau de organicidade e disciplina adquirida pelo Movimento ao longo de sua trajetória.

no passado, mas sim por ‘razões políticas’ e, se quisermos ‘por razões ideológicas’, tendo em vista que hoje vivemos um período de disputa de projetos políticos e a reforma agrária está no centro desta disputa, pois no atual modelo ela já não cabe e deixou de ser prioridade dentro das políticas estratégicas da classe dominante” (MST, 1999d, C. F. nº 31, p. 39).

A leitura dessa passagem mostra que o MST entendeu que o sistema capitalista teria avançado, tornando-se mais complexo e exigindo das organizações populares novas estratégias de luta e novos projetos, como forma de estabelecer uma correlação de forças favorável às classes subalternas. Essa era precisamente a compreensão de Gramsci, ao analisar as conjunturas políticas do seu tempo e sugerir a guerra de posições para os países de tipo Ocidental. Com efeito, a construção da hegemonia da classe trabalhadora se tornaria ainda mais urgente à medida que o sistema econômico tornava-se mais complexo e exigia uma aliança com a classe operária.

Dando continuidade às suas estratégias de luta, o MST promoveu a segunda “Marcha popular pelo Brasil” com o apoio da CUT, CMP, MMTR, MPA e CNBB que se constituiu num método inovador de fazer debate político, porque despertou a militância para a renovação dos métodos de trabalho de base. Por meio das marchas, o MST busca divulgar a questão agrária e convocar a sociedade para aderir ao projeto nacional popular, as quais juntamente com as brigadas se tornaram métodos inovadores de politização em massa e de organização política. Em termos gramscianos, esses dois instrumentos de politização das massas poderiam ser entendidos como grandes escolas de cultura ou escolas de formação política itinerante.

#### 4.13. - O processo de educativo e de formação de intelectuais orgânicos/quadros (2000-2007)

Os avanços no âmbito educacional-formativo, durante os anos 2000, foram decorrentes do trabalho desenvolvido ao longo da trajetória de luta do Movimento. Este foi o período de maior sistematização e organização do setor de educação que iniciou a década produzindo seu décimo quarto texto “*Nossa concepção de educação e escola*”, elaborado para a edição de *Construindo o Caminho*<sup>16</sup>, de 2001, e representava uma síntese das linhas políticas e da concepção de educação e de escola no MST. A partir desse ano, as produções e publicações nacionais estiveram voltadas para outras frentes de atuação do setor como, por exemplo, a

---

<sup>16</sup> Há uma edição anterior, com outra organização de textos, mas com o mesmo título, publicada em junho de 1986.

educação de jovens, adultos e crianças. Em dezembro de 2004, o setor publicou o Boletim da Educação nº 9 que é um balanço dos 20 anos da educação no MST. A elaboração e o conteúdo desse texto apresentam uma produção coletiva que relata a história da educação do MST e o modo como as suas concepções foram se delineando durante sua trajetória.

Em setembro de 2005, foi publicada a 2ª edição do Caderno de Educação nº 13 – Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001, em que seria publicado o conjunto de materiais produzidos pela Organização sobre a educação até o ano de 2001. Somados, estes textos refletem um pouco da trajetória do Movimento, o seu modo de pensar a prática e formular concepções, a partir dos embates cotidianos e refletem a marca da produção coletiva do MST em todos os setores. Além disso, sistematizou as experiências coletivas: valorização da prática e de seus sujeitos e o diálogo com teorias produzidas na mesma perspectiva de classe e de ser humano. Esse dossiê reafirma o diferencial da educação do MST em relação à forma tradicional de ensino que tem como objetivo socializar o conhecimento historicamente produzido e acumulado.

Certamente os sem terra estiveram desenvolvendo uma formação baseada em novas relações sociais e em novos valores humanos, nos quais o desenvolvimento da consciência de classe ocorre na práxis, no processo de luta pela terra, na transformação do trabalho e dos meios materiais, mas que seria sistematizada nas escolas de cultura e de formação. Na promoção da consciência de classe dos sem terra, o MST produz cartilhas, revistas, cadernos de todos os setores, promove festivais de arte e cultura (também chamados de mística), boletins, livros, jornais, vídeos entre tantos outros. Em termos gramscianos, esses meios formativos seriam “frações de partidos”, entre os quais se destaca a Editora Expressão Popular, criada pelo MST em 1999, e que se constitui numa iniciativa inovadora no país, devido ao conteúdo classista das publicações (a maior parte de autores marxistas ou que versem sobre temas de interesse do movimento e dos trabalhadores) e também porque tem preço acessível ao trabalhador. Esse material educativo-formativo assume uma função orgânica essencial e pode operar como se fosse uma força dirigente no processo de construção da hegemonia.

A criação desses meios de divulgação dos interesses da classe trabalhadora contribui para formar a consciência de classe e para a formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que são fundamentais para evitar o transformismo nos momentos de crise orgânica, ou seja, nos momentos em que os conflitos de classe se intensificam e no embate político se evidenciam os egoísmos passionais e corporativos, possibilitando à classe dominante cooptar os

trabalhadores para o seu projeto, por isso é necessário formar a consciência de classe antes de ocorrerem essas crises, evitando-se assim que um número maior de trabalhadores seja cooptado ideologicamente pela classe dominante. Contra esse transformismo, os intelectuais orgânicos devem construir a hegemonia das classes subalternas, para enfrentar o capitalismo e as forças de seus mantenedores.

Porém, como insistia Gramsci, constantemente, o processo de formação de intelectuais orgânicos das classes subalternas era muito difícil, diferentemente do processo de construção dos intelectuais da burguesia, isso porque essa classe forma seus intelectuais tanto no mundo da produção quanto na escola e demais aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, necessitam de menos intelectuais, pois, o próprio processo produtivo e a ocupação de cada trabalhador lhes dão a sua consciência de classe. Dessa forma, a hegemonia não repousará nos profissionais da política ou da ideologia somente, mas ela nascerá na fábrica, diretamente no ambiente de trabalho e na nova forma de vida que esse ambiente impõe sem muitos intermediários políticos e ideológicos. Portanto, há uma relação mais profunda entre o trabalho peculiar ao modelo americano e o tipo de vida, o mundo humano desenvolvido pelas pessoas que realizam esse trabalho. Para as classes subalternas, esse processo é mais complexo porque tanto na produção quanto na sociedade prevalece a ideologia e a lógica dominante. E, como nos lembra Marcos Del Roio (2005, p. 21) a concepção teórica da “centralidade da fábrica e do mundo operário na teoria e na prática, trazido de Sorel, Korsch e Rosa” e o “nexo permanente entre o processo de produção fabril e a política operária na perspectiva da revolução” são elementos permanentes na reflexão de Gramsci.

Assim, observa Edmundo F. Dias, “para essas classes, o processo de formação dos seus intelectuais tende a ser errático e fragmentário. Partidos e sindicatos são para as classes subalternas as suas ‘academias’. Enquanto o intelectual da classe dominante tem seu processo de formação taylorizado, integrado positivamente ao mundo produtivo, o intelectual das classes subalternas se faz, se cria, apesar e contra essa corrente. Mais de que isso. Deve criar-se para propor a transformação daquela forma de civilização” (DIAS, 1991, p. 11). Mas, a despeito dessas dificuldades, o MST assumiu a tarefa de formar a consciência de classe, formar seus intelectuais orgânicos e construir a hegemonia dos trabalhadores rurais e, a partir do final de 1990, segundo afirma, estenderia essa formação a outras frações de classe.

O MST coloca-se como sujeito coletivo, formador dos intelectuais orgânicos das classes subalternas para enfrentar a crise estrutural do capitalismo, aproveitando-se das crises orgânicas para fazer com que os trabalhadores se manifestem e lutem pelo projeto de sociedade socialista. Entretanto, para que as classes subalternas se tornem dominantes e dirigentes, é necessário que todas elas prepararem-se politicamente, tornando-se capazes de tomar o poder e mantê-lo. Nessa perspectiva, é preciso que se forme uma frente única entre o operariado e o campesinato, pois a “hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário” (GRAMSCI, 1987, p. 139).

Desse modo, a hegemonia do proletariado pode ser realizada na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia. Nessa lógica, não é possível pensar na hegemonia de uma classe sem pensar na aliança entre as suas frações e sem pensar no mundo da produção, no trabalho que determina as posições de classe e que gera a exploração de uma classe sobre outra. Portanto, a tática da frente única deveria unir todas as organizações operárias, sindicatos e partidos numa postura ofensiva.

A construção dessa hegemonia e da consciência de classe do operariado se inicia na fábrica, a dos sem terra se inicia no acampamento, na práxis cotidiana, no processo de luta pela terra e na forma de organização de uma nova forma de conviver, trabalhar, expressar suas idéias e sentimentos e da capacidade de cultivar a vontade de revolucionar a vida em todos os âmbitos. Logo, o trabalho aparece como método pedagógico e meio de construir novos valores sociais que são patrimônios que o MST (1997e, p. 28) quer continuar construindo e defendendo. Em termos gramscianos, esses valores representam a nova cultura, a *nuova civiltá*, em sentido antropológico, isto é, na criação de um novo bloco histórico antagônico ao capitalista.

O MST também procura construir a hegemonia dos sem terra nos aparelhos privados de hegemonia, nos espaços de socialização política, ou seja, no “interior da igreja, do partido, do sindicato e dos movimentos sociais” (SOUZA, 1994, pp. 45-48), demonstrando que “os movimentos permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, organizar, negociar e lutar e partem em direção à formação da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais” (GRZYBOWSKI, 1991, pp. 59-60). A construção e a reconstrução de relações sociais nos centros de formação política e nas escolas de cultura é fundamental para essa formação política e para o desenvolvimento de suas habilidades humanas e

técnicas e são imprescindíveis para eliminar os elementos corporativos. Nesses espaços, os trabalhadores podem desenvolver uma visão de mundo coerente e elevarem-se à condição de classe dominante e dirigente.

Nessa perspectiva foi criada a Escola Nacional de Formação política que surgiu em decorrência das mudanças ocorridas no processo de luta, desencadeada pela vontade do coletivo Sem Terra de dar continuidade, coerência e sistematização à nova forma de viver, trabalhar e sentir desenvolvida pelos sem terra. Essas mudanças promovidas pela reforma intelectual e moral empreendida pelos sem terra exigia a formação de quadros políticos/intelectuais orgânicos e líderes para atender às demandas e necessidades do Movimento. Emergida da ocupação de terras essa revolução intelectual e moral seria continuada nos acampamentos e assentamentos e, em vista do crescimento do Organismo Sem Terra, carecia de intelectuais orgânicos em todas as frentes de luta e em todos os seus setores.

Portanto, a luta pela emancipação política dos trabalhadores não se esgota no plano econômico, mas necessita de um novo projeto intelectual dada as condições de subalternidade intelectual em que se encontram os trabalhadores e a necessidade de promover a consciência de classe e a formação política dos trabalhadores, a fim de livrá-los do domínio burguês. A perspectiva educativo-formativa permite à classe subalterna elaborar e difundir uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses.

O processo de formação política, iniciado com a criação do IEJC/ITERRA ganharia novo impulso, formato e se consolidaria nos anos 2000, com a criação da Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes (ENFF), a qual representa não apenas a força e poder que adquiriu o MST ao longo de sua trajetória de luta, mas a sua disposição em continuar desenvolvendo a reforma intelectual e moral iniciada na ocupação e na efetiva promoção da hegemonia da fração camponesa da classe trabalhadora brasileira. Tal estágio de desenvolvimento e maturidade política teria ocorrido porque esse Organismo Social tinha um projeto social e objetivos políticos definidos. Essa força e organicidade seria expressa por Ademar Bogo, ao denunciar o descaso do governo e da classe dirigente em relação aos problemas do povo brasileiro, quando dizia:

Nós conseguimos, com enxadas, foices e facões, alimentar um milhão de pessoas. Com lonas e bancos de varas roliças, conseguimos alfabetizar milhares de crianças. Com poucos recursos, movimentamos economias em centenas de municípios do interior do Brasil. Não fazemos isso porque somos contra o conhecimento e as tecnologias. Mas porque nossa realidade brasileira precisa de respostas simples e rápidas, que integrem o ser humano e não que o exclua da sociedade. Por isso temos orgulho em perguntar aos ricos e ao imperialismo: de que vale tanta tecnologia se são incapazes de resolver o mais simples, que é a fome no mundo? Se são incapazes de gerar trabalho? Se são incapazes de acabar com

o analfabetismo? De que vale o computador e as máquinas, se isto não tira menores abandonados das ruas? (MST, 1998c, C. F. nº 26, p. 15).

Com simplicidade, organização e disciplina, o MST procurou alternativas para resolver os problemas dos trabalhadores sem terra desde as primeiras ocupações de terras no final dos anos 1970, quando foi montada a primeira barraca-escola do MST, a qual culminaria, nos anos 2000, num modelo de educação do trabalhador exemplar e na construção dessa Escola Nacional de formação política e classista, constituindo-se numa inovação em nível mundial. Inaugurada em janeiro de 2005, a ENFF seria considerada um marco nas conquistas do MST. Sua concretização foi possível devido à determinação dos sem terra e a contribuição de amigos(as) do MST do Brasil e exterior, além de organizações e instituições que desenvolvem a solidariedade internacional, entre os quais se encontra o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado que possibilitou a compra do terreno da escola. A criação da ENFF consolida um novo momento do MST e é resultante do processo de luta e de amadurecimento político dos sem terra.

Edificada com a técnica do solo-cimento, essa escola que foi iniciada em 2000, proporcionou aos militantes, organizados em brigadas, a apreensão de novas técnicas e conhecimentos nas áreas das engenharias civil, hidráulica e elétrica, carpintaria, marcenaria, saneamento e paisagismo. Essas técnicas seriam multiplicadas, posteriormente, pelas brigadas construtoras que estabeleceriam um vínculo permanente entre a Escola e os assentamentos e acampamentos. Os tijolos ali aparentes foram produzidos no próprio terreno da escola cujo método seria reproduzido na construção de moradias nos assentamentos. Até o final de 2003, 22 Brigadas de Trabalho, totalizando mais de 1.000 trabalhadores(as) já havia contribuído com a construção da ENFF, os quais durante o processo de construção puderam participar de vários cursos, oficinas palestras e visitas de pessoas de outros países que contribuíram com as atividades de formação da militância.

Portanto, a própria edificação dessa escola contribui para formar intelectuais orgânicos, os quais seriam forjados pela unidade entre prática (construção) e teoria (cursos) no próprio processo de sua construção. Essas mudanças do meio material representam o desenvolvimento da reforma intelectual e moral porque demonstram que os sem terra querem transformar seu modo de vida, querem construir novas formas de trabalhar, novos valores, moral e comportamentos. Portanto, é na práxis cotidiana que esse novo modo de viver vai sendo construído seja nas escolas, nos acampamentos, assentamentos, eventos e na divisão de tarefas. A

construção dessa escola e de outras atividades demonstra como o MST cria as oportunidades de formação política, técnica e cultural dos seus membros.

Três elementos têm sido priorizados para organizar a Escola: a auto-gestão, a disciplina consciente e a liberdade para produzir conhecimento. Por isso, a sua estrutura organizacional conta com uma Coordenação Geral e uma Coordenação Pedagógica, ambas fixas, uma Coordenação Política, uma Coordenação por curso e um Conselho que se reúne duas vezes por ano. Possui equipes ligadas à auto-gestão que se dedicam às áreas de cultura e de segurança, cujos integrantes são escolhidos entre os alunos que participam dos cursos realizados a cada época. Cerca de 20 integrantes são responsáveis pela gestão permanente de todos os serviços e espaços físicos, pela organização, administração e manutenção da escola.

De modo geral, esses cursos visam atender às demandas e necessidades do Movimento, por isso privilegiam as áreas de ciências humanas e técnicas e, em sua maioria, estão ligados à terra, à formação política, a economia e à produção. Os cursos variam dos livres aos de pós-graduação, passando pelos de graduação e especialização. Muitos deles são possíveis por causa dos convênios e parcerias firmados com instituições de ensino médio e superior que garantem a certificação das autoridades educacionais. A exceção são os cursos livres elaborados e aprovados no âmbito da escola. São 50 as universidades públicas<sup>17</sup> conveniadas, a PUC-SP e alguns organismos nacionais e internacionais, entre eles: o PRONERA/INCRA, UNESCO, OIT, UNICEF, CNBB, IECLB/PPN, Manos Unidas/Espanha, HEKS, CRISTIAN AID, AEC, ABRINQ, Unicef, Unesco, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário, secretarias estaduais e municipais de educação, Ong's, entre outras entidades, artistas, estudantes, professores, políticos, intelectuais, partidos, sindicatos, movimentos sociais do campo e da cidade, colaboradores e amigos de diversos setores sociais.

Na prática, os militantes que passam por esses cursos adquirem outra dimensão da luta e assumem novas responsabilidades, tornando-se mais capacitados na tarefa de organizar seus companheiros na base, em seus locais de trabalho, nas escolas, nos acampamentos e assentamentos ou mesmo no partido político. É desse modo que o MST vai se tornando “um

---

<sup>17</sup> Entre elas se encontram as Universidades Federais: da Paraíba (UFPB), Ceará (UFCE), Rio Grande do Norte (UFRN), Espírito Santo (UFES), Juiz de Fora (UFJF), Bahia (UFBA), Mato Grosso (UFMT), Pernambuco (UFP), Santa Catarina (FSC), Alagoas (UFAL), Rondônia (UFR), Mato Grosso do Sul (UFRS), São Paulo (UFSC), Uberlândia (UFU), Paraíba (UFPB), Sergipe (UFS), Ijuí (UFI), Pará UFPA), Brasília (UNB), e das Universidades Estaduais de São Paulo (Unicamp) e várias unidades da (Unesp) e da (USP), que tem 50 professores voluntários.

espaço social de transformação das pessoas: através da luta coletiva, excluídos vão se tornando cidadãos” (CALDART, 1996, p. 41).

Em 2006, o MST firmou convênio com a Venezuela que disponibilizou 500 vagas em cursos superiores para os integrantes da Via Campesina brasileira. 58 alunos estão nos cursos de medicina de universidades cubanas, fruto de um convênio firmado em 2007. Existem 1.000 jovens bolsistas em universidades e 1.000 assentados em cursos de extensão. Em janeiro de 2006, segundo dados da Revista Adusp, as escolas do MST estavam presentes em 24 Estados. Tendo 3.800 educadores de ensino fundamental e 250 nas cirandas infantis (para crianças de até 6 anos). 160.000 crianças e adolescentes no ensino fundamental, 7.150 professores de ensino fundamental nos acampamentos, 33.000 jovens e adultos em cursos de alfabetização, 1.500 educadores de jovens e adultos, 1.800 escolas de ensino fundamental (1.000 delas reconhecidas), 1.000 alunos nos cursos técnicos, 750 jovens nos cursos de graduação. Atualmente participam das atividades e cursos da ENFF os movimentos sociais rurais ligados à Via Campesina e movimentos: indígena, estudantil, sindical e pastoral.

Em 2007, esses números são maiores, porém, até a conclusão deste estudo o MST não havia feito o último censo, segundo a Coordenadora Pedagógica da ENFF, Maria Gorete. Todavia, esses números são suficientes para demonstrar o trabalho que vêm desenvolvendo os setores de educação e de formação e também para comprovar a nossa hipótese de que o MST está buscando construir a consciência de classe dos sem terra, que desenvolve os conceitos de Escola única e reforma intelectual e moral gramscianos e, por conseguinte, constrói a hegemonia da fração de classe camponesa. A partir do final dos anos 1990, o MST aglutinaria em seu projeto socialista a construção da hegemonia das demais frações da classe trabalhadora e tentaria conquistar aparelhos privados de hegemonia no interior da sociedade civil, por isso passou a fazer parte das lutas de interesses sociais e buscava fazer alianças com o operariado.

Assim podemos dizer que até o final da década de 1990, o MST preocupou-se com a construção da hegemonia da fração camponesa e não de toda a classe trabalhadora. Isso porque, além das dificuldades encontradas para construir a unidade, organicidade e hegemonia de sua própria fração de classe, varias limitações se somariam à impossibilidade de uma única fração de classe empreender sozinha a construção da hegemonia de toda a classe trabalhadora. A seguir verificaremos se o MST pode ser considerado um Partido político Educador.

#### 4.14. - O intelectual orgânico coletivo Educador – o MST

A possibilidade do MST contribuir para a promoção de uma reforma intelectual e moral no Brasil, ao longo de sua trajetória de luta, exige que averiguemos se esse Organismo social exerce o papel de Partido Político Educador, - intelectual orgânico coletivo - da classe trabalhadora. Isso porque na visão de Gramsci é o “Moderno Príncipe” que tem a tarefa de organizar, educar e dirigir os trabalhadores no processo de construção dessa reforma intelectual e moral, a qual deve ser empreendida pelos intelectuais orgânicos na promoção da hegemonia das classes subalternas. Uma vez conquistada a hegemonia, seria possível promover a guerra de posições para tomar o poder de Estado capitalista e construir o socialismo. Posto que, no sistema capitalista avançado, a sociedade civil é complexa e articulada, não sendo possível empreender uma guerra de frente ou de movimento, mas iniciar uma guerra política para construir a hegemonia das classes subalternas, e, assim, criar as condições de superar o capitalismo em favor do comunismo. Essa luta é travada na superestrutura política, mas precisa da transformação econômica infraestrutural.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo imperialista exige uma aliança entre todas as organizações operárias e o campesinato, como nos lembra Marcos Del Roio, que visando contribuir com a revolução comunista no século XXI, resgata a teoria da frente única<sup>18</sup> mantendo “sua atualidade teórica e prática na medida em que as tarefas iniciadas pela política de frente única, quais sejam a unificação dos trabalhadores e o estabelecimento de sua hegemonia sobre o conjunto da vida social, continuam sem resolução, indicando, pelo contrário, uma maior complexidade e um número também maior de dificuldades teóricas e práticas a serem enfrentadas” (DEL ROIO, 2005, p. 22).

Iniciamos nossa investigação admitindo a possibilidade do MST ser um Partido Político Educador porque ele tem uma maneira de construir o sujeito social de nome Sem Terra e de educar as pessoas que dele fazem parte. Nesse aspecto, o princípio formador dos sem terra é o próprio Movimento, pois ao olhar para o MST, seus militantes compreendem melhor a sua realidade e fazem avançar as experiências de luta e de criação de um novo modo de ser, viver e

---

<sup>18</sup> Em sua obra *Os prismas de Gramsci*, Marcos Del Roio lembra que a fórmula política da frente única surgiu na Alemanha em 1921 a partir de uma iniciativa de Paul Lavi e Karl Radek. Essa fórmula “expressava a idéia de criar uma nova forma de unidade da classe operária, seriamente afetada pelos efeitos da guerra e do intento revolucionário de 1919” (DEL ROIO, 2005, p. 178).

ver o mundo. Por conseguinte, ser Sem Terra é mais do que ser um trabalhador que não tem terra ou mesmo que luta por ela, ser “Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo” (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 5) que projeta não uma condição, mas um sujeito social.

Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida - nesse caso o dos sem terra, do MST - que projeta transformações no jeito de ser de seus militantes, cultivando valores humanistas que se contropõem aos valores anti-humanos que sustentam a sociedade capitalista. Essa identidade/unidade é ainda mais evidente quando o MST designa os seus militantes infantis pelo nome “crianças Sem Terra” ou “Sem Terrinha”, pois não estabelece distinção entre os filhos (as) de famílias acampadas ou assentadas, não projeta uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser cultivado e repassado às gerações vindouras. Logo, a relação do MST com a formação política é uma relação de origem, pois que

a história do MST é a história de uma grande obra educativa. Se recuperarmos a concepção de educação como *formação humana* é sua prática que encontramos no MST desde que foi criado: a transformação dos ‘desgarrados da terra’ e do ‘pobres de tudo’ em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade dos sem-terra do MST (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 5).

Nesse sentido, o Movimento não é apenas o Educador dos Sem Terra, mas o grande formador do povo Sem Terra em suas fileiras. De certo, diante de uma ocupação de terra, um acampamento, um assentamento, de uma marcha, de uma escola conquistada, o MST é o Educador coletivo desses camponeses. Mas como cada uma dessas ações educa e forma politicamente os sem terra? Como formar um ser humano de tipo novo? Que aprendizados pessoais e coletivos os sujeitos sem terra podem adquirir no MST? As respostas a essas questões são dadas pelo próprio MST na longa citação que se segue:

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo: serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares. É enquanto produto humano de uma obra educativa que os Sem Terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento no passado e projeto no futuro. A educação dos sem-terra do MST começa com o seu *enraizamento* em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais solto no mundo é a primeira condição da pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Não é este o sentimento que diminui o medo numa ocupação, ou faz enfrentar a fome num acampamento? Por isso para nós o coletivo não é um detalhe, é a raiz de nossa pedagogia. É, pois, do processo de formação dos Sem Terra que podemos extrair as *matrizes pedagógicas básicas* para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história. Mas é bom ter presente que a pedagogia que forma novos sujeitos sociais e que educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e

envolve a vida como um todo. Certos processos educativos que sustentam a identidade Sem Terra jamais poderão ser realizados dentro de uma escola. Mas o MST também vem demonstrando em sua trajetória, que a escola pode fazer parte de seu movimento pedagógico, e que precisa dele para dar conta de seus desafios como sujeito educativo (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 6).

Como se vê, o MST não apenas mostra como constrói o novo homem e a nova sociedade, mas se coloca como o próprio sujeito Educador dos trabalhadores sem terra, como o reformador intelectual e moral, corroborando com a nossa hipótese de que esse Organismo Social é o “Moderno Príncipe”, em acepção gramsciana. Em outras palavras, o MST não apenas se posiciona como Organismo coletivo Educador, mas desempenha na prática, essa a formação dos sem terra pelas medidas que empreende em sua trajetória e práxis política.

Nesse sentido, a educação política dos sem terra se vincula organicamente aos processos sociais que visam transformar a sociedade atual, por isso desde os anos 1990, o MST tem buscado construir uma nova ordem social, tendo como pilares de sustentação a democracia e os valores humanistas e socialistas. Daí o compromisso de desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária a partir do processo de luta e dos desafios cotidianos, os quais “alimentam o desenvolvimento da chamada ‘consciência organizativa’, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade. (...) Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a própria ação tem uma dimensão educativa que nenhum estudo teórico pode substituir” (MST, 1999a, C. E. nº 8, p. 7).

Em virtude disso, o MST estabeleceu um vínculo orgânico entre os processos de luta e a formação da consciência de classe, já que a política envolve as relações de poder que se estabelecem na sociedade para conservar ou transformar o modo como está organizada. É nesse sentido que o MST diz que tudo o que faz tem um valor político porque envolve o jogo de forças sociais que disputam o poder no conjunto da sociedade. Por isso, a formação do trabalhador é “sempre uma prática política, à medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou de conservação social” (MST, 1999a, C. E. nº 8, p. 17). É em virtude disso que o modelo de formação do MST estabelece um estreito vínculo orgânico entre trabalho, educação e política.

Nesse momento é importante enfatizar a importância da mística no processo de luta do Movimento e de construção da reforma intelectual e moral, dada a sua importância para a transformação da realidade dos sem terra. Assim, é necessário mostrar que o discurso sobre a disciplina, o estudo, a organização e ao ecumenismo é o mesmo utilizado pelas CEBs e evidencia a herança da Igreja no Movimento, a qual pode ser constatada na estrutura de sua organização - o

caráter colegiado das instâncias de decisão, a divisão por Estados, o espírito de sacrifício e a centralidade da mística e eventos dotados de forte caráter simbólico. “As suas ações são, quase sempre, portadoras de um repertório simbólico de caráter religioso que foi apropriado pelo Movimento e transformado em ação política” (CHAVES, 2000, p. 16).

A mística é sustentada pelos gestos, símbolos e valores que reforçam a disposição para a luta. A proposta é construir um modo novo de fazer e de viver a luta, recuperando componentes de culturas antigas, para fortalecer a ação coletiva, o companheirismo, a solidariedade e a alegria no enfrentamento das dificuldades. Para Ademar Bogo, a mística é o “motor que acende a paixão. Uma revolução acontece quando, apesar das condições de crise, acende-se o fogo da valorização no íntimo das pessoas, que se sentem geradoras do novo. É uma energia que leva as pessoas a se movimentarem voluntariamente. Faz com que tomem decisões, abram caminhos, convoquem, ordenem, realizem. Sem o fogo da mística, que aquece cada coração, não há revolução” (BOGO, 2002, p. 27). Por isso, a mística é alimentada no cotidiano em todas as ações dos sem terra.

No seu processo de constituição, o Movimento foi construindo símbolos, referências vivas, elementos materiais como (a bandeira, o hino, a cruz, o boné, as marchas, as foices) que falam por si próprios. Esses elementos identificam o povo Sem Terra em níveis nacional e internacional e representam uma síntese do que foi herdado das organizações e lutas dos camponeses do passado, bem como o sonho que está empenhado em construir. Para Pizzeta (2004) a mística, além dos aspectos econômicos, organizativos e geopolíticos, é parte da construção da revolução, assim como os elementos da cultura, da religiosidade que passam a ser interpretados, assimilados e elaborados numa perspectiva revolucionária.

Nesse sentido, a mística permite a identificação grupal e a afirmação política e social do Movimento e de cada um no Movimento. Com efeito, a mística deve ser entendida como o conjunto de motivações que alimenta e impulsiona a luta diariamente, tornando-se a responsável pela motivação interna do sujeito coletivo Sem Terra porque anima-o e instiga-o a continuar na luta, nas ocupações, nas reuniões, nas assembleias, nas greves, nas marchas, enfim, em todas as ações do Movimento. Desenvolvida no interior da Igreja, a mística foi a responsável por desencadear crenças que concorrem para a construção de novas legitimidades, indicando a possibilidade de novos ordenamentos sociais alternativos.

Porém, com o distanciamento da Igreja, o MST foi adquirindo novos contornos, assumindo um outro conteúdo político. Superou a esperança messiânica de uma terra prometida, ao cultivar uma esperança política de uma terra a ser conquistada. Os símbolos religiosos foram, paulatinamente, substituídos pelos da organização - o hino, a bandeira, a foice, o martelo, o boné, etc - que passaram a desempenhar a função de anunciar um outro plano de consciência que não o da evidência racional. Nesse sentido, a mística se constitui de aspectos econômicos, organizativos e geopolíticos – “é parte da construção da revolução, assim como outros elementos da cultura, da religiosidade, das paixões do povo brasileiro, que passam a ser interpretados numa perspectiva revolucionária” (BOGO, 2002, p. 11).

Logo, o MST recupera o papel criador da práxis humana na história ao considerar todas as dimensões do ser social, partindo da relação entre elas e a política. O caráter dado à política é um outro indício de que o MST desenvolveu o universo conceitual de Antonio Gramsci, o qual afirma diversas vezes nos *Cadernos do Cárcere* que “tudo é política”, seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral. Nesse sentido, ambos acreditam que a política é o elemento central na transformação da vida humana e o homem o seu agente.

Nesse processo de humanização e de construção da identidade Sem Terra, o MST “tem o Sem Terra como sujeito educativo e tem o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando” (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 6). O MST torna-se o intelectual orgânico coletivo dos sem terra porque inventa um novo jeito de viver que está em processo dialético porque permite que a própria práxis se encarregue de mostrar quais medidas devam ser tomadas em cada momento histórico, e qual correlação de forças deve ser empreendida com as forças oponentes. Assim, a própria contradição histórica enfatizará as medidas a serem tomadas no processo de luta, as quais brotarão do aprendizado que o movimento da luta determinar em suas contradições e derrotas. Nesse sentido, a luta social educa para uma postura diante da vida, tornando o sujeito capaz de pressionar as circunstâncias para torná-las diferentes do que são.

A organização da vontade coletiva dos sem terra nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do futuro, isso porque “o sem-terra é um desenraizado que começa a criar raízes no tempo de acampamento, com a vivência da organização e a percepção da necessidade do movimento. Raízes que o tornam membro de uma

grande família, de se sentir irmão ou irmã, de descobrir em si, como sujeito coletivo, a convicção de dizer com orgulho: somos Sem Terra, somos do MST” (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 7).

Nesse contexto, uma escola formativa que se organiza nos moldes do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes, idéias, ou seja, criando uma nova cultura, um novo bloco histórico. Por conseguinte, a ocupação, o acampamento, o assentamento e a escola ajudam a enraizar a identidade Sem Terra e a formar um determinado modo de ser humano. É nessa perspectiva que o MST assume a co-responsabilidade de educar a vontade coletiva sem terra e torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas de uma visão de mundo, de uma cultura, em que o ‘natural’ seja pensar no bem comum.

O trabalho dá forma ao ser humano, o desemprego e a desocupação o desumanizam. Logo, o modelo de sociedade que o reformador intelectual e moral deve construir tem de educar o seu povo tanto dentro quanto fora do processo produtivo, na busca por elevá-lo à condição de agente transformador de sua própria história e de seu destino. Por meio do trabalho e da formação político-humanista, defende o MST (1998c, C. F. nº 26, p. 22), é possível transformar a consciência dos trabalhadores rurais e fazê-los “construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do trabalho, o que já começa no acampamento, e continua depois em cada assentamento que vai sendo conquistado” (MST, 1999b, C. E. nº 9, p. 8). Pois pelo trabalho, o sem terra pode produzir conhecimento, criar habilidades, valores, posições políticas e formar sua consciência, isso porque o trabalho tem uma potencialidade educativa e disciplinadora que lhe é inerente.

O MST apresenta-se como Educador coletivo porque é um movimento de luta social que organiza politicamente os trabalhadores sem terra, é “o grande Educador/Formador de quem nele participa ou com ele se envolve” (CALDART, 1997, p. 16), constituindo-se no pólo propulsor do despertar da luta em busca de uma nova sociedade. Em nome desse projeto de sociedade nova, o MST valoriza o saber popular como forma de resgatar a identidade cultural dos camponeses, concordando com Gramsci que uma cultura é subalterna porque carece de consciência de classe. Daí a necessidade de superar o romantismo do saber popular através da sua compreensão histórica, para que possa descobrir as raízes de sua validade, na busca pela formação de uma nova Cultura. Modificar a vida e a visão de mundo dos subalternos é o que

move o MST a desenvolver uma transformação intelectual e moral a partir de componentes coerentes com essa nova visão de mundo, ou seja, a partir da própria realidade dos sem terra e de sua condição de subalternidade. Com efeito, o MST busca organizar o senso comum popular para transformá-lo em bom senso, por isso promove a formação política dos sem terra para torná-los sujeitos agentes e dirigentes da sociedade comunista.

Essa nova cultura vem nascendo dos gestos e escolhas que os sem terra têm de fazer a cada dia, com efeito, a vida material é o que os impulsiona a fazer suas escolhas, construir seus valores e refletir sobre eles. Nessa perspectiva, o trabalhador deve buscar conhecer o sentido da história para perceber-se como parte dela, entendendo-a não apenas como um resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido.

Ao afirmarmos que o MST é o Partido Educador fazemo-lo baseando-nos na trajetória de luta, nas medidas que empreendeu para transformar a vida material e o modo de pensar dos sem terra, porque assumiu a tarefa de construir um homem novo, a partir das mudanças de vida, de trabalho e de luta. E, ainda porque tomou medidas efetivas para construir um modelo de educação humanista, formar a consciência de classe, combater o corporativismo, construir a unidade, organicidade e hegemonia da fração camponesa da classe trabalhadora por meio de uma reforma intelectual e moral encabeçada por seus intelectuais orgânicos formados na própria luta.

A hipótese de que o MST desempenha o papel de Partido Político Educador se sustenta por causa de sua trajetória de luta e pelas medidas empreendidas ao longo de sua existência. Porém, o MST também pode ser considerado um braço de partido porque continua tendo como foco central a luta pela terra e pela reforma agrária, porque é em torno delas que continua desenvolvendo sua luta. Nesse sentido, a sua luta presença de elementos corporativos economicistas porque a terra permanece como elemento imediatista.

A análise dos documentos nos permite afirmar que Gramsci não foi um teórico lido pelo MST<sup>19</sup> com a constância com que o foram Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo. Os poucos intelectuais que leram Gramsci, o fizeram a partir dos teóricos eurocomunistas, de viés católico meridionalista. Mas apesar disso, o universo categorial gramsciano foi colocado em prática em alguma medida pelo MST, ao longo de sua história. Ademais, os sem terra dão

---

<sup>19</sup> Segundo conversa informal com o intelectual orgânico sem terra Neuri Rosseto, em 27 de setembro de 2007 na Escola Nacional Florestan Fernandes, Gramsci começou a ser lido por um número maior de intelectuais sem terra apenas no final dos anos 1990.

continuidade ao seu projeto socialista porque estão construindo sua unidade, organicidade e consciência de classe e formando os intelectuais orgânicos da fração de classe camponesa brasileira.

#### 4.15. – Quinta fase da trajetória de luta do MST (2007)

A vitória de Lula à Presidência da República em 2002, criou grandes expectativas na classe trabalhadora e na esquerda brasileira, contudo essa expectativa não se concretizou, uma vez que Lula deu continuidade à política neoliberal de FHC. O MST iniciou o ano de 2003 com quase 200 mil famílias acampadas. Os demais movimentos sociais entraram em descenso que perdura até os dias atuais, isso porque a classe trabalhadora brasileira perdeu a capacidade de mobilizar e organizar a base e promover a formação política dos trabalhadores.

A ofensiva do neoliberalismo, desde o início dos anos 1990, promoveu a fragmentação da classe trabalhadora. Coube ao I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), em 2002, servir de referência aglutinadora a todas as iniciativas anti-neoliberais. A sua repetição nos anos posteriores e seu desdobramento em fóruns regionais e continentais, consolidou um espaço político que se contrapôs à ofensiva do neoliberalismo em todo o mundo. Porém, na agricultura brasileira, a política neoliberal aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais, sob a hegemonia do capital financeiro, em um processo de desenvolvimento do agronegócio da agricultura que se contrapõe, frontalmente, à proposta de Reforma Agrária e de agricultura concebida pelo MST.

No final de 2004, aumentou a violência dos fazendeiros representados por dois massacres: o assassinato de três fiscais do Ministério do Trabalho que investigavam o trabalho escravo, no agronegócio do maior produtor de feijão do país em Unaí-MG, e o massacre em um acampamento do MST, em Felisburgo-MG, quando pistoleiros assassinaram 5 militantes do MST acampados. Os movimentos sociais responderam com a unidade de todas as organizações, entidades de apoio e pastorais que, em conjunto, realizaram em Brasília uma conferência com mais de 15 mil trabalhadores e militantes vindos de todos os Estados. Esse evento foi um sucesso pelo número de participantes e pelas discussões realizadas com setores do governo, intelectuais, universidades e militantes sem terra e também porque durante sua realização foi elaborado um

documento de análise da situação com sugestões ao governo. A Conferência da Terra e da Água, em 2004, foi outro evento importante porque unificou todos os movimentos e entidades que lutam pela Reforma Agrária no Brasil e permitiu compreender que o governo não cumpriria os acordos firmados, apesar de reafirmar que a Reforma Agrária era prioritária.

É nesse contexto que deve ser vista a nova onda de violência na região Amazônica, onde fazendeiros e madeireiros lutam contra os ambientalistas, e o Ministério do Meio Ambiente, visando expandir as áreas de algodão, soja e cana. O assassinato da Irmã Dorothy em 2005, demonstra a disposição dos proprietários de terra em retirar de seu caminho os que se opõem a sua política. Portanto, a bancada ruralista continuou influenciando o governo Lula, que daria continuidade à política econômica de FHC, com corte nos gastos em áreas sociais para pagar os juros da dívida pública e garantir a acumulação dos empresários e banqueiros.

Contraditoriamente, ao descenso social e à ofensiva neoliberal, nos últimos anos, houve um crescimento e fortalecimento da Via Campesina junto às organizações camponesas dos 5 continentes que juntas acumulariam forças para defender a soberania alimentar, promover a luta contra os produtos transgênicos e defender a preservação ambiental contra o agronegócio, mudando o padrão da luta de classes na agricultura.

Nesse cenário, dois novos desafios se apresentariam ao Movimento: construir um novo programa para a agricultura brasileira que atendesse às necessidades da população e combater o modelo neoliberal, representado pela atual política econômica, na atuação das transnacionais e do agro-negócio, no latifúndio atrasado que persiste em todo o território nacional e na expansão da monocultura. Diante desse cenário, o MST estabeleceu como lema do seu 5º Congresso nacional, “*Reforma Agrária por Justiça social e soberania popular*”. Realizado de 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília, esse evento teve organização interna exemplar, contando com a presença de mais de 17.500 participantes vindos de 24 Estados onde o MST está presente.

Nesse Congresso, os sem terra apontaram para um novo estágio de luta pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais e políticas, apresentando um projeto político amplo, como resultado da maturidade política adquirida ao longo de sua trajetória de luta, que lhe deu a clareza de que a Reforma Agrária só será realizada quando fizer parte integrante de um projeto maior. Em razão disso, a luta passaria a ser travada em torno da construção de um projeto de sociedade, o que implicaria ampliar o processo de formação de quadros/intelectuais orgânicos da classe trabalhadora como tática imediata e simultânea à estratégia da ocupação de terras. Além disso,

promoveria a massificação de grandes contingentes de trabalhadores, visando construir a aliança entre camponeses e operários em torno de um projeto socialista.

Nesse evento, o MST sintetizou seus objetivos e reafirmou seu projeto original de construção do comunismo e sua determinação em levá-lo adiante, assim ressaltou a necessidade de manter a organização, a disciplina e a mística do Movimento, cuja expressão máxima de determinação na construção desse projeto, se mostraria durante esse Congresso, que se apresentava como uma de suas maiores manifestações em nível nacional e de politização em massa. Ali, o Movimento fez um balanço dos avanços obtidos, da conjuntura econômico-política e traçou planos para enfrentar novos embates políticos. Diante esse balanço, o MST reafirmou seus objetivos permanentes:

Influenciar e debater com a sociedade sobre a necessidade da Reforma Agrária e a importância de se construir um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura e um projeto popular para o Brasil. (...) Desenvolver atividades de solidariedade para fortalecer nossas lutas e promover a integração com outros setores da sociedade. (...) Resgatar e promover a cultura brasileira, através das diversas formas de manifestação cultural. (...) Promover a formação política de todos os nossos militantes, a confraternização e o intercâmbio cultural entre as diferentes regiões do país (MST, 2007g, p. 8).

O crescimento e as conquistas obtidas pelo MST apontaram novos desafios e perspectivas que exigiam novas estratégias de luta, especialmente porque a reestruturação econômica promovida pelo neoliberalismo, a partir dos anos de 1990, assegurou a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo e definiu um novo papel para a agricultura brasileira: o de gerar saldos na balança comercial para garantir o pagamento da dívida externa e para garantir a remessa de lucros para as matrizes das empresas multinacionais. Daí adviria a defesa do agro-negócio por todo o sistema econômico, político e ideológico do Estado burguês, visando manter a dinâmica da acumulação.

Esse novo quadro se mantém por causa da injeção do capital internacional na agricultura brasileira, acelerando o processo de domínio sobre os territórios para garantir o controle sobre as terras, reservas de riquezas minerais, biodiversidade e água doce. Em nome desses interesses, a Reforma Agrária tornou-se um entrave, por isso deveria ser combatida por todos os meios. Nessa perspectiva, o MST teria de enfrentar não apenas o seu inimigo tradicional: o latifúndio – que continua com suas extensas áreas improdutivas, com o desrespeito à legislação trabalhista e ambiental e com o uso de métodos repressivos – mas também os setores mais dinâmicos da economia capitalista que se unem em torno do agro-negócio sob a hegemonia do

capital financeiro. Por isso, o MST entendia que a luta exigia, além da democratização da propriedade agrícola, transformações efetivas no modelo econômico capitalista no país.

Seria por esses motivos que o MST reafirmaria a necessidade de promover o reascenso das lutas sociais, a unidade das forças dos trabalhadores, o trabalho de base, a formação política e a consolidação de um projeto popular para o país, acreditando que só haveria Reforma Agrária se houvesse uma combinação da organização social dos camponeses com políticas de apoio, crédito, comercialização, assistência técnica de uma política que garantisse pleno emprego no campo. Portanto, a questão da Reforma Agrária teria de ser entendida em um contexto amplo que exigiria a organização dos movimentos do campo e da cidade no embate político com o governo e suas políticas neoliberais.

Com efeito, essa luta passou a ser um instrumento de transformação social, exigindo a articulação dos movimentos sociais e frações das classes subalternas. Foi em virtude disso que o MST afirmou como prioridade máxima desse evento, a realização de três atividades que devem ser continuadas nos demais congressos: a realização de estudos e formação política, atividades políticas e a confraternização com a militância e com a sociedade. Por isso, convocou os sem terra a fazerem desse Congresso também “um instrumento político para pressionar o governo para avançar na política de Reforma Agrária, denunciar as ações do latifúndio e do agro-negócio, e protestar contra o imperialismo” (MST, 2007g, p. 4-5).

O governo Lula assentou apenas 2.500 famílias, das 60 mil prometidas, no primeiro mandato, sendo que parte dos processos de assentamentos foram iniciados no governo anterior. Por isso, no Jornal “Letra Viva”, nº 93, de 30/06/2005 o MST afirmou: “(...) demos adeus ao governo do PT e seus compromissos históricos com a classe trabalhadora. Sofremos a consequência de um governo ambíguo composto por forças políticas da sociedade que vão desde a direita até a esquerda, e que muito pouco tem a oferecer”. Esse fator alimenta ainda mais a disposição da militância para a luta e o fortalecimento do MST, do contrário, colocaria em risco toda a trajetória política de formação de consciência que veio desenvolvendo, porque acarretaria a migração de colonos para movimentos concorrentes e, por conseguinte, enfraqueceria o MST. Portanto, é a partir do processo de contradição histórica, da correlação de forças e dos problemas surgidos no decorrer da luta que o MST promove suas estratégias de luta e desenvolve novos valores, hábitos, costumes, comportamentos, modos de viver. Enfim, constrói o novo homem e desenvolve o seu projeto socialista.

Se compararmos o 4º com o 5º Congresso, observaremos que em ambos o MST mantém seus objetivos permanentes e reafirma que a luta política atual deve ser travada entre projetos de sociedade. Em outras palavras, deve-se buscar construir a hegemonia da classe trabalhadora para promover uma correlação de forças entre projetos de sociedade, nessa luta em que as classes diretamente antagônicas lutam pelo poder, vencerá aquela que for capaz de construir ou de manter o poder hegemônico. Por causa desse entendimento o MST defenderia no 4º e 5º Congressos uma política de frente única entre a classe operária, o campesinato e as demais frações da classe trabalhadora, visando construir a hegemonia dessa classe na construção do socialismo.

Por essas razões, o MST ressalta a necessidade de continuar construindo intelectuais da classe trabalhadora: fração operária e camponesa, especialmente, para que seja possível estabelecer uma correlação de forças favoráveis às classes subalternas, reafirmando sua proposta de enfrentamento ao capitalismo e resistência às políticas neoliberais e às forças dominantes. Por isso, o MST continuou defendendo, no 5º Congresso, o fim do capitalismo e a construção do socialismo, enquanto se como a fração de classe capaz de conduzir o processo de luta.

## CONCLUSÃO

No início deste trabalho, indagamos sobre a possibilidade do MST contribuir para a promoção de uma reforma intelectual e moral com vistas a construir a hegemonia da classe trabalhadora, no Brasil. Antes de buscar a comprovação dessa hipótese, pusemo-nos a investigar a ação da esquerda brasileira representada pelo PCB e PT com o intuito de analisarmos se estes partidos apresentaram um projeto político de cunho socialista para o país e se o colocaram em prática. A investigação acerca da trajetória política desses partidos mostrou que apesar deles terem sido aglutinadores e depositários das forças populares e da esquerda brasileira e de terem desempenhado importante papel na organização do operariado e dos trabalhadores rurais, esses partidos não deram continuidade à essa tarefa.

Isso porque, apesar do PCB apresentar um projeto de sociedade socialista para o país, a sua política de frente ampla acabou desviando-o para uma via institucional. Já o PT não apresentou um projeto de construção de uma sociedade socialista com clareza de objetivos. O que de certo modo justifica o seu encaminhamento para o reformismo a partir do final dos anos 1980, quando ficaria claro que o seu único objetivo era chegar à Presidência da República. Por causa disso, não se apresentou como partido capaz de superar o momento espontaneísta e primitivo da imediaticidade das forças populares. O PT incorreu nesse desvio econômico-corporativo porque lutou por reformas e garantia de direitos perdendo, com isso, a possibilidade de dar organicidade e unidade às greves do ABC, à aliança operário-camponesa e de aglutinar as mobilizações populares do período de democratização e que lhe deu origem, abandonando seu projeto inicial de ser o representante da esquerda brasileira e organizador de suas forças políticas.

O MST, apesar de não ser um partido político, ao menos no sentido tradicional do termo, e de não se apresentar como possível organizador da classe trabalhadora, apresentou um projeto de sociedade de cunho socialista e deu continuidade à proposta de organização dos trabalhadores rurais, empreendendo medidas efetivas para atingir seus objetivos propostos inicialmente. Assim, construiu uma estrutura organizacional dotada de princípios que orientam a práxis política do Movimento desde a sua origem.

Na definição dos objetivos desse estudo propomo-nos investigar se o MST apresentava-se como construtor da hegemonia de toda a classe trabalhadora. A análise dessa questão durante a trajetória de luta do Movimento nos permite afirmar que o MST constrói a hegemonia apenas da fração camponesa e não de toda a classe trabalhadora. Isso porque, o MST não conseguiu formar alianças com a classe operária (que na visão de Gramsci é a portadora de toda a tecnologia produzida ao longo do desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas), apesar de sua insistência a partir dos anos 1990, colocando-se ele próprio como dirigente do processo de construção da hegemonia da fração camponesa. Com isso, o MST mostra que é a processualidade das contradições da luta que determina o curso da história, demonstrando que não há determinismos na filosofia da práxis.

Ante os estudos realizados é possível afirmar que o MST esteve construindo a consciência de classe dos sem terra através da luta cotidiana e da formação política da militância nas escolas de cultura e de formação. Com efeito, o MST constrói uma reforma intelectual e moral no Brasil junto aos sem terra porque transforma o modo de viver, ser, pensar e produzir desses sujeitos. Porém, não basta mudar intelectual e moralmente os homens no campo, é necessário fazê-lo também junto ao operariado, já que a revolução socialista necessita de toda a classe trabalhadora e de transformações em toda estrutura e superestrutura capitalista.

Assim, embora seja possível dizer que o MST esteja construindo a hegemonia dos sem terra, o modelo de Escola única idealizada por Gramsci, que busca eliminar o corporativismo e economicismo e busca formar intelectuais orgânicos/quadros multiplicadores, se tudo isso não for desenvolvido junto à classe operária através de uma aliança operário-camponesa não será possível empreender o socialismo no Brasil. Portanto, a transformação não pode ocorrer apenas no campo, mas também, na cidade, na fábrica.

Isso, entretanto, não quer dizer que a fração camponesa da classe trabalhadora seja incapaz de dirigir tal processo, por ser esta inferior ou subordinada à classe operária. Pois como demonstra a história dos sem terra, a hegemonia das classes subalternas pode ser dirigida pela fração de classe que se dispuser a fazê-la. Certamente os avanços e conquistas adquiridos pelo MST ao longo de seu percurso somados à força da classe operária poderia fazer que toda a classe trabalhadora avançasse na correlação de forças, no desenvolvimento da reforma intelectual e moral, na conquista da hegemonia, na guerra de posições pelo socialismo.

A continuidade do projeto socialista levou esse Organismo Social a tornou-se a maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil no período recente e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal implantado no país, pelas medidas empreendidas e pela práxis política que desenvolve. Com efeito, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pode ser considerado o Partido Educador dos sem terra pela sua trajetória de luta, ou seja, pela ação política que desenvolve, pelo enfrentamento ao capitalismo, pela resistência às suas políticas neoliberais e pela correlação de forças que busca estabelecer diante de cada conjuntura política que se apresenta. Mas também pode ser considerado apenas um braço de partido, em sentido gramsciano, embora não esteja ligado a um partido da classe trabalhadora, do qual possa ser braço ou fração.

A estratégia da ocupação de terras é a própria reforma intelectual e moral, isso porque com ela se inicia a crítica ao capitalismo e o enfrentamento às suas políticas neoliberais porque denuncia a permanência dos problemas agrários, mas principalmente porque, por meio dela o MST transforma o modo de viver e pensar dos sem terra. Na ocupação de terras, inicia-se a reforma intelectual e moral porque é a partir dela que se inicia uma transformação na vida dos sem terra, nela se inicia uma nova cultura, uma nova visão de mundo.

Nesse processo, o acampamento é a forma primária de organização e luta no MST, pois ele, ou prepara a ocupação de terra ou é organizado imediatamente após esta. O acampamento organiza as famílias, tendo em vista a realização de atos, especialmente a ocupação, que conduzam à conquista da terra. Com efeito, o acampamento é uma instância de luta. Entretanto, também é um meio de sobrevivência e reprodução da vida social, na medida em que origina uma comunidade que desenvolve uma sociabilidade própria e que se mantém unida, muitas vezes, por vários anos.

Por essa razão, a comunidade do acampamento soluciona, dentro do seu caráter de transitoriedade, vários problemas elementares da vida social, tais como a obtenção e a gestão dos recursos necessários à sobrevivência, à educação, à saúde, entre outros. Mas, não para toda a sociedade. Os limites da construção dessa reforma intelectual e moral é que nela não está incluída a classe operária, que é a depositária das tecnologias produzidas e acumuladas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, das forças produtivas e relações sociais de produção.

Em sua gênese, o MST estabeleceu um estreito vínculo com setores progressistas da Igreja Católica, tornando-se herdeiro da Teologia da Libertação, o que justifica a presença de um

forte componente religioso que acompanharia os sem terra ao longo de sua trajetória de luta e que se faria presente na formulação do pensamento político-filosófico do Movimento e desempenhou um papel fundamental para a formação de uma “consciência organizativa”. Essa influência se refletiria nas práticas e estratégias de luta empreendidas pelo MST e incentivariam a ação coletiva dos trabalhadores.

As experiências de luta pela terra, ancoradas na Igreja, acabaram por fortalecer os vínculos de fraternidade e de auxílio mútuo e abriram espaço para experiências que atingiram uma esfera de atuação mais comprometida com a transformação da sociedade, passando de lutas reivindicativas (pela terra), para lutas por mudanças estruturais na sociedade. Todavia, essa luta apresenta-se como uma luta corporativa por que tem a terra como centro ponto central e, assim sendo, as questões amplas ficariam subordinadas à luta pela terra e pela reforma agrária. Apesar do MST tem buscado, a partir dos anos 1990, ampliar a luta e o seu projeto de sociedade.

O MST tem ocupado lugar de destaque em níveis nacional e internacional porque luta pela realização da reforma agrária e se contrapõe ao modo de produção capitalista e às suas políticas neoliberais, reafirmando, desse modo, a atualidade do marxismo. E, ainda, porque empreende uma reforma intelectual e moral, no Brasil, junto aos trabalhadores rurais sem terra. Entretanto, não pode levar à sociedade socialista se não tiver capacidade de fazê-lo juntamente com toda a classe trabalhadora e em toda a totalidade da vida, posto que a construção do bloco histórico socialista necessita da transformação da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Lutas sociais no campo”. Departamento de Economia Rural. FCA/Botucatu (Org). In: **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Polis: Unesp: CNPQ, 1982.
- AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998. 201p. (Col. Prismas).
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. 136p.
- \_\_\_\_\_. **A rebeldia no trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - um estudo sobre a consciência de classe: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988. (Coleção teoria e práticas sociais). 187p.
- \_\_\_\_\_. **O que é o sindicalismo**. SANT’ANNA, Vanya (Coord.). São Paulo: Brasiliense, 1980. 95p.
- ARAÚJO, José Carlos S. **Filosofia da educação e a realidade brasileira no pensamento marxista**. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 1995. (Tese de Doutorado).
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004e. 214p.
- AZEVEDO, C. Bueno de. **Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em ciência política) – Departamento de Ciência Política, USP.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.
- BADALONI, Nicola. **Il marxismo di Gramsci - dal mito alla ricomposizione politica**. Torino: Einaudi, 1975. 187p.
- BALDUINO, Dom Tomás. **Povo de deus em marcha**, 04.05.2005. Disponível em <http://www.mst.org.br/informativos/marcha/domtomas.htm>. Acesso em 06.11.2006.
- BALLE & QUEIROZ et al. **A cultura do povo**. 2 ed. São Paulo: Educ/PUC, 1982. (Col. Estudos Especiais). 144p.
- BANDECCHI, Brasil. **Maquiavel: o príncipe**. Colaboração Mirtes de Matteo. São Paulo: Parma, 1981. 127p.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENJAMIN, César (Org.) **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Marx e o socialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2003. 160p.
- BENJAMIN, César; CALDART, Roseli S. **Por uma educação básica do campo**. N. 3. Projeto Popular e Escolas do Campo. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- BERBEL, Márcia R. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1979-1980)**. São Paulo, 1991. (Dissertação de Mestrado) – FFLCH, USP/SP.
- BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BEZERRA NETO, José. **Sem terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas educativas e formativas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST – 1979-1998**. 161p. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Educação da Unicamp, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Gramsci e la concezione della società civile**. Milano: Feltrinelli, 1976.

- \_\_\_\_\_. **O conceito de sociedade civil.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1994, 77p.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre Gramsci e o encontro da sociedade civil.** Trad. NOGUEIRA, Marco A; COUTINHO, Carlos N.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 137p.
- \_\_\_\_\_. **Teoria geral da política - a filosofia política e as lições dos clássicos.** Trad. VERSIANI, Daniela B. (Org) BOVERO, Michelangelo. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política.** Trad. VARRIALE, Carmem C. *et al.* 5 ed. Volume 1. Brasília: UNB, 1993. 666p.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovís. **Como fazer a teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **MST e outra humanidade possível,** 18.05.2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/informativos/especiais/marcha/textoboff.htm>. Acesso em: 07/11/2006.
- BOGO, Ademar. **A reforma agrária e a sociedade brasileira.** São Paulo: ANCA, julho de 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999a.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Método de trabalho e organização popular.** São Paulo: ANCA, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O MST e a cultura.** Cadernos de formação do MST, n. 34, 2000, p.58-61.
- \_\_\_\_\_. **O vigor da mística.** São Paulo: ANCA, 2002. (MST - Coleção de Cultura, nº 2).
- \_\_\_\_\_. Lições históricas das lutas e dos movimentos pela reforma agrária. In: **MST – Caderno de Formação nº 31. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária.** São Paulo, 1999b.
- BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil:** uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1991. 312p.
- \_\_\_\_\_. Reforma e Persistência da estrutura sindical. In: **O sindicalismo brasileiro dos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196p.
- BOTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Trad. Waltensir Dutra. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. 454p.
- BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores:** a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 2003. 192p.
- BRAGA, Maria do Socorro S. **Origem e trajetória do PT fluminense:** 1979/1994. 1997. Dissertação (Mestrado). FFLCH, USP/SP
- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jean. **Rompendo a cerca:** a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004f. 398p.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO No. 3. **O que é o PT.** 6. ed. São Paulo: AGNUS, 1998.
- CADERNOS DO PT. **O que é o Partido dos Trabalhadores.** São Paulo, maio de 1986.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Educação em movimento:** formação de educadores e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli S.; SCHWAAB, Bernadet. Educação das crianças nos acampamentos assentamentos. In: assentamentos: **A resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- CAMMETT, John M.; RIGHI, Maria Luisa. **Bibliografia gramsciana-supplement updated to 1993.** I Edizione. Roma: Istituto Gramsci, 1995. 267p.
- CAMPOS, L. **O PT frente à crise do capitalismo.** Brasília: s/e, 1991.
- CARVALHO, Horácio M. de. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). In **Caderno de Cooperação Agrícola Nº 8.** São Paulo: CONCRAB, 1999.

- CHE Guevara. **Textos revolucionários**. São Paulo: Edições Populares, 1967, p. 51.
- CNBB. **Pastoral da Terra 2: posse e conflitos**. São Paulo, Paulinas, 1977. 156p. (Estudos da CNBB, 13).
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Além dos limites do velho socialismo**. In: Revista Novos Rumos, São Paulo, ano 4, n. 15, 1989, p. 9-14.
- CESAR, B. T. **PT - a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHACON, V. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 2. ed. Vol 5. Brasília: UNB, 1985.
- CHAVES, Cristine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terras: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ: Núcleo de Antropologia da política, 2000.
- COELHO, Eurelino. Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. In: REVISTA Outubro. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 12, 1º Semestre/2005. 159p.
- COGGIOLA, O. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004. 184p.
- COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Políticas (Tese de Doutorado), 2005. 297p.
- \_\_\_\_\_. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: José SEOANI. (Org). **Movimientos sociales y conflictos en America Latina**. Buenos Aires, CLACSO, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A estrutura sindical nos campos**. Campinas: Unicamp: Centro de memória-Unicamp, 1998.
- CONGRESSO DO PT - Cartilha, São Paulo, 1991.
- CPT. **Luta e sonho na terra. Conflitos no campo - 1994**. Goiânia: CPT, 1995.
- COUTINHO, C. N. **Democracia e socialismo no Brasil de hoje**. In: A democracia como proposta. Rio de Janeiro: IBASE, 1991, p. 110.
- \_\_\_\_\_. **Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1992. 88p.
- \_\_\_\_\_. **Dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução**. 2 ed. Rio de Janeiro: 1987. 109p.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci e a América latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 159p.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 142p.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994. 160p.
- \_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org. e Trad.). **Gramsci e a América latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 159p.
- CUNHA, Paulo R.; CABRAL, Fátima. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2006. 357p.
- CUNHA, Paulo R. **Aconteceu longe demais**. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964). São Paulo: UNESP, 2007. 306p.
- DAMASCENO, Alberto *et al.* **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1989.

- DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005. 200p.
- \_\_\_\_\_. O governo Lula e a derrota da esquerda. In: **Revista Outubro**, n. 10, 2004. pp. 69-88.
- \_\_\_\_\_. Leandro Konder: um capítulo da história dos intelectuais. In: PINASSI, M. Orlanda (org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: UNESP/Boitempo, 2002. 169p.
- DEL ROIO, M. T. De um século a outro: trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In: MAZZEO, a. C; Lagoa, M. I. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. 312p.
- DEMIER, Felipe (Coord). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. 169p.
- DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* **O outro Gramsci**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1996. 219p.
- DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000. 287p.
- \_\_\_\_\_. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. 240p.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Partido dos Trabalhadores: resolução de encontros e congressos 1970-1998**. Secretaria Nacional de Formação Política.
- DIRETÓRIO Nacional do PT. Secretaria Nacional de Formação política. **Partidos dos trabalhadores**. 1998.
- D'INCAO, Maria Ângela (Org). O MST mudando a questão agrária. In: **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: ?, 2001, v.?, p.237-246.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento popular no Brasil pós 70: formação de um campo ético-político**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Os movimentos sociais: a construção da cidadania**. Novos Estudos, No. 10. São Paulo: Cebrap. Outubro, 1984.
- DUREVER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. L. Konder. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 215p.
- ERICKSON, Paul Kenneth. **O sindicalismo no processo político brasileiro**. Brasiliense, 1976.
- FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar: latino português**. Revisão Ruth J. de Faria. 5 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- FAUSTO, Boris (Org). **História da civilização brasileira: o Brasil republicano**. V. 3. São Paulo: Difel, 1981.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988. 687p.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2 ed. São Paulo: T. A Queiroz, 1982.
- FERNANDES, B. Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979-1999)**. São Paulo, 1999b. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **Gênese e desenvolvimento do MST**. In: Caderno de formação n.º 30. 1998.
- \_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Luta pela terra, MST, FHC e Lula**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/informativo/voes/textobernardo3.htm>. Acesso em 28.06.2005.
- FERNANDES, B. Mançano; ARROYO, Miguel G. (Org). Por uma educação do campo. In: **A educação básica e o movimento social do campo**. São Paulo: ? 1999c, v. 2, p. 53-70.

- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. (Org). **Lênin: política**. Trad. de Carlos Rizzi. São Paulo: Ática, 1978.
- SILVA, J. Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FILHO, D. A. Reis. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 208p.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Trad. Sergio Lamarrão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 365p.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci Togliatti Stalin**. Roma-Bari: Saggiari Laterza, 1991. 204p.
- FRANCO, A. de. **O PT, as tendências e a luta interna**. Goiânia, maio de 1987.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização. Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: paz e terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação. (diálogos)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREDERICO, Celso. **Consciência operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 39). 140p.
- FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a reconstrução**. Vol. 3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAGLIETTI, Mauro. **PT**. 1999.
- GARIN, Eugenio et al. **Lecture di Gramsci**. A cura di SANTUCCI, Antonio A.. Roma: Riuniti, 1987. 251p.
- \_\_\_\_\_. **Con Gramsci**. I edizione. Roma: Riuniti, 1997. 160p.
- GENEOINO, J. **Repensando o socialismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GENRO, Tarso. **Utopia possível**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1994.
- GENRO, T.; RODRIGUES, E.; SILVA, J. D. de O. E. **Instituições políticas no socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GENTILI, P. **A falsificação do consenso – simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GLUCKSMANN, C. B. **Gramsci e o Estado**. Trad. PERALVA, A. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GOBETTI, P. **Cultura e dialética**. Trad. CARDOSO, L. F.; COUTINHO, C. N. *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção pensamento Crítico; v. 32).
- GRAMSCI, A. **Alguns temas da questão meridional**. In Temas de Ciências Sociais, no. 1. São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A questão meridional**. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165p.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1 e 2. Trad. Carlos N. Coutinho *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Trad. Carlos N. Coutinho *et al.* 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos N. Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341p.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci in europa e in america.** Prima Edizione. A cura di SANTUCCI, A. A. Roma: Laterza, 1995.
- \_\_\_\_\_. **La Costruzione del Partito Comunista.** Torino, 1971, p. 309.
- \_\_\_\_\_. **Lettere dal carcere.** A cura di SPRIANO, P. Torino: Einaudi, 1971.
- \_\_\_\_\_. **L'ordine nuovo.** A cura di GERRATANA, Valentino; SANTUCCI, Antonio A. Torino: Einaudi, 1987. 894p.
- \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Trad. GAZZANEO L. M. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Nella biblioteca della fondazione.** A cura di Dario Massimi *et al.* Roma: Istituto Gramsci, 1989. 102p.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas.** Trad. CRUZ, M. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 244p.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado.** Trad. MEDEIROS, M. L. T. V. de. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Para la reforma intelectual e moral.** Selección de RUEY, Francisco F.. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1991. 153p. (Clássicos del pensamiento crítico).
- \_\_\_\_\_. **Pensare la democrazia - antologia dai "quaderni del carcere".** A cura di MONTANARI, Marcello. Torino: Einaudi, 1997. 370p.
- \_\_\_\_\_. **Poder, política e partido.** Trad. Eliana Aguiar. (Org). Emir Sader. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 166p.
- \_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere.** Vols. I, II, III e IV. Edizione critica dell'istituto Gramsci. A cura di GERRATANA, Valentino. Torino: Einaudi, 2001. 3370p.
- \_\_\_\_\_. **Revolução e cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil; v. 163).
- \_\_\_\_\_. **Scritti 1915-1921.** A cura di Sergio Caprioglio. Milano: Moizzi, 1976. 405p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. A comissão da pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda.(Org). In: **Igreja e a questão agrária. Seminários especiais.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 143p.
- \_\_\_\_\_. **O pensamento de Lênin.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 308p.
- \_\_\_\_\_. **Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** 11 ed. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. 93p.
- GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo - crítica à razão liberal.** São Paulo: Xamã, 1998.278p.
- GUIMARÃES, Renato. **Lênin no poder 1917-1923 - textos pós-revolução de V. I. Lênin.** Porto Alegre: L & PM, 1979. 292p.
- GUATTARI, F. **Felix Guattari entrevista Lula.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GURGEL, C. **Estrelas e borboletas.** Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Questão agrária e sindicalismo no Brasil.** História e Perspectivas: Uberlândia: UFU, V.2, N.2, Jan/Jun. 1990. Entrevista.

- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 329p.
- HOBBSBAWM, Eric J. **História do marxismo**. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. 443p.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci in europa e in america**. Prima Edizione. A cura di SANTUCCI, Antonio A. Roma: Laterza, 1995. 160p.
- \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Trad. MEDEIROS, Marina Leão T. V. de. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 445p.
- \_\_\_\_\_. **Era dos extremos - o breve século xx - 1914-1991**. Trad. SANTARRITA, Marcos. Revisão PAOLI, Maria Célia. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 598p.
- \_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. . 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 87p.
- \_\_\_\_\_. **Revolução e cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 134p. (Coleção Retratos do Brasil; v. 163).
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582p.
- INNOCENTINI, Mário. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. São Paulo: Tecnos, 1979. 156p.
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.
- ITERRA. Instituto de Educação Josué de Castro. **Projeto pedagógico**. Cadernos do ITERRA. Ano I, No. 2, maio de 2001.
- JORNAL **Folha de São Paulo**, de 26 de novembro de 1993.
- JUNIOR, Armando Brito. **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000. 294p.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **O sindicalismo brasileiro na década de 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença, o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- KENNETH, Paul Erickson. **O sindicalismo no processo político no Brasil: corporativismo em uma não em modernização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- KOLLING, E. Jorge; NERY, Edgar Jorge; MOLINA, Mônica C. (Org). **Por uma educação básica no campo**. N. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- KOLLING, E. Jorge; CERIOLLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete (Org). **Por uma educação do campo**, V. 4. Brasília: 2002.
- LABRIOLA, Antonio. **Saggio sul materialismo storico: biblioteca del pensiero italiano**. Prima Edizione. Roma: Riuniti, 2000. 415p.
- LAGOA, M. Izabel. **O programa político do Partido dos Trabalhadores no contexto de uma esquerda em crise**. Marília, 2004. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/Marília-SP.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins fontes, 1996, p. 341.
- LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**. Trad. LOBO, Aristides. Apresentação Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1983. 153p.

- \_\_\_\_\_. **As teses de Abril e cartas de longe**. Belo Horizonte: Vegas, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Aos pobres do campo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e revolução cultural**. Trad. Lincoln Borges Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **O problema agrário**. Texto 1. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Que fazer?** Apres. Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1979. 148p.
- LIGUORE, Guido. **Gramsci conteso - storia di un dibattito 1922-1996**. Roma: Riuniti, 1996. 305p.
- LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lúcia M. W. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 320p.
- LIMA, Ricardo R. Alves de. **Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto**: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo. Dissertação de Mestrado. Marília: Unesp. 2003. 166p.
- LINHARES, Maria Yedda (Org). **História geral do Brasil**. 8 ed. Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Campus, [s.d.].
- LOWY, M. **A crítica ao fetichismo capitalista**: de Marx à Teologia da Libertação. Cadernos do CEAS. Salvador: CEAS, nº 16, p. 71-81.
- MACCIOCCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 301p.
- MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. 2003. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação. Unicamp/Campinas.
- MAGALHAES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs). **Governo e cidadania**: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Trad. SANTIERO, Sérgio M.. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 330p.
- MARCUSE, Hebert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 413p.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a luta política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. São Paulo: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. Tempo social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Fev. 2000, p. 105.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: João Pedro Stedile (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 60.
- MARX, Carlos e ENGELS, Frederico. **Grundrisse lineamentos fundamentais para la crítica de la economia política 1957-1858**. Vol. I. Traducción de Wenceslau Rocés. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. 461p.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984. 119p.
- \_\_\_\_\_. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. 129p.
- \_\_\_\_\_. Crítica ao programa de Gotha. In: ENGELS, Friederich.; MARX, Karl. **Obras escolhidas**. Vol 1. São Paulo: Alfa-Omega, v. 2. s/d.
- \_\_\_\_\_. **II manifesto**. Roma: Danews Editrice, 1994. 80p.

- \_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista**. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 67p. (Coleção Leitura).
- MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. Trad. CHASIN, J. *et al.* São Paulo: Ensaio, 1987. 86p.
- \_\_\_\_\_. **A miséria da filosofia**. Trad. NETO, José Paulo. 2 ed. São Paulo: Global, 1985. 225p.
- \_\_\_\_\_. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. Trad. MAIA, Walter S. São Paulo: Global, 1977. 140p.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Volume 1. Trad. SANT'ANA, Reginaldo de. 7 ed. São Paulo: Defil, 1982. 579p.
- \_\_\_\_\_. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 328p.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. BRUNI, José Carlos. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 215p. (Coleção Pensadores).
- \_\_\_\_\_. **Textos**. Volume 1. São Paulo: Sociais, 1975. 254p.
- MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 166p
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MATTOSO, Jorge *et al* (Orgs.). **O mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1994.
- MAZZEO, C. A.; LAGOA, M. I. (Orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. 312p.
- MOLINA, M. Castagna; AZEVEDO de Jesus; S. M. **Por uma educação básica do campo**. N. 5. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2004.
- MORAES, João Quartim. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998. 382p.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Conteúdo político da lutas camponesas**. In: Revista Sem Terra. Ano II, nº 6, Jan/Fev, 1999.
- MEDEIROS, L. Servolo. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 101p. (Coleção Brasil Urgente).
- \_\_\_\_\_. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MELLO, Alex Fiúza de. **Mundialização e política em Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da nossa época, 58).
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MÉSZÁROS, Isteván. **O poder da Ideologia**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004. 566p.
- \_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo C. C.; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002. 1102p.
- \_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. 116p.
- \_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 77p.
- MENEZES NETO, A. Julio de. **Além da terra: corporativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 176p.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 77p.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

- MOLINA, Mônica C.; SOUSA Jr. J. G. De.; TOURINHO NETO, F. Da Costa (Org). O papel do MST na construção da democracia. In: **Introdução crítica ao direito agrário: o direito achado na rua**. Brasília: ? São Paulo: ?, 2002, V.3. p. 341-348.
- MOISÉS, J. A. **Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção estudos brasileiros: V. 56).
- MORAES, J. Q.; DEL ROIO, M. T. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. Volume 4.
- MORAIS, Clodomir S. História das ligas camponesas do Brasil – 1969. In: **História e natureza das ligas camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp-21-76.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST-Regional Sul. **Encontro Nacional dos Sem Terra**. Cascavel (PR), janeiro de 1984a, p. 12.
- MST. **Princípios da educação no MST**. Cadernos de Educação, n. 8, jan. 1999.
- MST. **Desenhando o Brasil: trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos realizados pelo MST em 1998, 1999**.
- MST. Caderno de educação no. 13 – Edição especial. **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 263p.
- MÜLLER, Marcos Lutz. A estrutura lógico-conceitual da sociedade civil-burguesa e a dialética da liberdade negativa, pp. 247-256. In: FELIPE, Sônia. T. (Org./Int.). **Justiça como equidade: fundamentação e interlocuções polêmicas (Kant, Rawls, Habermas)**. Simpósio internacional sobre a justiça. Florianópolis: Insular, 1998. 416p.
- MUSCATELLO, Biaggio. (a cura di). **Gramsci e il marxismo contemporâneo**. Traduzione di SETA, Roberto Della. Roma: Riuniti, 1990. 406p.
- NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: Stedile, João P. (Org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- NETO, A. Julio de M. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- NETO, L. Bezerra. **Sem terra: aprende e ensina - estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas: autores associados, 1999.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 79p.
- NOBRE, C. M. **O “socialismo petista” e suas metamorfoses análise de uma trajetória**. 2004.
- NOGUEIRA, Marco A. **PCB: vinte anos de política, 1958-1979**. São Paulo, LCH, 1980. 353 p.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: Armando BOITO Jr. (Org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. **As greves na transição brasileira**. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Sociologia do IFCH – Unicamp, 1992.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3 ed. Revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2004. 208p.
- NOVAES, R. Reyes. “Continuidades e rupturas no sindicalismo rural”. In: Armando BOITO Jr. (Org). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a geografia).
- OLIVEIRA, Francisco de. “Qual é a do PT?” In: SADER, Emir. **E agora PT: Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].
- \_\_\_\_\_. **Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes**. In: Ensaio de opinião, p. 108-12.

- \_\_\_\_\_. **A economia política da social-democracia.** Revista USP, São Paulo, n. 17, p. 136-143, março/abril/maio, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. “Qual é a do PT?”. In: SADER, Emir. **E agora PT: caráter e identidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco; STEDILE, João P.; GENOINO, José. **Classes sociais em mudanças e a luta pelo socialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, s/d.
- OLIVEIRA, Isabel R. de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- PAGGI, De Giovanni G. **Egemonia Stato partito in Gramsci.** Roma: Riuniti, 1997. 297p.
- PALTRINIERI, Marisa (Org.). **Pró e contra Lênin: o julgamento da história.** Trad. Leda Rita C. Ferraz. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 160p.
- PAOLI, Niuvenium J. **Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1981. 103p. (Coleção educação contemporânea).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (Diretório Nacional). **Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, mimeo.** São Paulo: abril de 1989.
- PETRAS, James. Os camponeses: uma nova orça revolucionária na América Latina. In: João Pedro Stedile (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 273.
- PINASSI, M. Orlanda (org.). Leandro Konder: a revanche da dialética. São Paulo: UNESP/Boitempo, 2002. 169p.
- PINTO DE LIMA, T. Polliana. **A concepção de educação do Partido dos Trabalhadores (PT): marcos institucionais e registros documentais.** Campinas: Unicamp, 2004. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação/Unicamp. 170p.
- PIZZETA, Adelar. **A consciência das massas e a formação de militantes.** Texto preparado como subsídio para estudo no encontro da Coordenação Estadual do MT-PR, em 22 de setembro de 2004. Mimeo.
- POLETTO, Ivo. **As contradições sociais e a pastoral da terra.** In PAIVA, Vanilda (Org). Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985.
- POMAR, Valter Ventura da Rocha. **A metamorfose. Análise econômica, programa e estratégia do Partido dos Trabalhadores – 1980-2005.** Tese de Doutorado (FFLCH). São Paulo, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** Trad. PERALVA, Angelina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRADO JR., Caio. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como um fenômeno histórico. In: **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci.** Trad. Maria de Lourdes Menon. Campinas: Autores Associados, 2005. 159p.
- RÊGO, Walquiria D. L. **Em busca do socialismo democrático: o liberal-socialismo italiano: o debate do anos 20 e 30.** Campinas: Unicamp, 2001. 231p.
- REVISTA ADUSP – **Associação dos docentes da USP – seção Sindical da ANDES-SN nº 36,** São Paulo, janeiro de 2006.
- REVISTA **Bases do programa de governo do PT.** Uma revolução democrática no Brasil. São Paulo: Teoria & Debate, 1994.

- REVISTA **Brasil revolucionário**. Ano V. No 16. Jun/Jul/Agos. São Paulo: Imprima Laser, 1994.
- REVISTA **Caros amigos**. Ano VII. Número 83. Fevereiro/2004. São Paulo: Casa Amarela.
- \_\_\_\_\_. Novembro/1997. São Paulo: Casa Amarela.
- REVISTA História & Perspectivas. **Gramsci faz cem anos**. Nº 5, Jul/Dez – 1991. Uberlândia: UFU, Curso de História. 165p.
- REVISTA Época. **Eles querem revolução**. Nº 68, de 7 de julho de 2003. São Paulo.
- REVISTA História & Perspectiva. **Gramsci faz cem anos**. Uberlândia: UFU, jul./dez. – 1991. 165p.
- REVISTA **Margem Esquerda**: ensaios marxistas No. 4. São Paulo: Boitempo, Out/2004. 231p.
- REVISTA **Margem Esquerda**: ensaios marxistas No. 6. São Paulo: Boitempo, Set/2005. 223p.
- REVISTA **Novos Rumos**: Instituto Astrojildo Pereira – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas. Revista Quadrimestral – Ano 21, No. 46, 2006.
- REVISTA Outubro. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 10, 1º Semestre/2004.
- REVISTA Outubro. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 12, 1º Semestre/2005. 159p.
- REVISTA Teoria & Debate nº 1. **As alianças e o Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, dez/1987.
- REVISTA Teoria & Debate nº 4. **As alianças e o Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, se. dez/1988.
- RICHARTZ, Terezinha. **Representação e participação política das minorias**: as relações de gênero no PT na capital paulista e ABC. 1996. (Dissertação de Mestrado) PUC/SP.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. (Org.) Carlos N. Coutinho: Maria B. de A. David. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 276p.
- RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.
- RIGHI, Maria Luisa (a cura di). **Gramsci nel mondo**: atti del convegno internazionale di studi gramsciani. Prima edizione. Roma: Istituto Gramsci, 1995. 221p.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990. P. 7-33.
- \_\_\_\_\_. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr., Armando (Org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ROSSA, Bandeira. **Il marxismo rivoluzionario di Antonio Gramsci**. Nuove edizioni. Milano: Internazionale, 1997. 128p.
- ROSSELLI, Carlo. **Socialismo liberale**. Saggio critico di BOBBIO, Norberto. Nuova edizione. Torino: Einaudi, 1997. 164p.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Terra e política**: a luta social do MST pela reforma agrária no sul do país. Rio Grande: FURG, 2000. 270p.
- SADER, Emir. **E agora PT**: caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, s/d. P. 9-34.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci, poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 144p.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988.
- SADER, Emir (Coord.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004. 190p.
- SAGAN, Françoise. **Cansado de guerra**. Trad. VIEIRA, Flávio Pinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 163p.
- SANTOS, J. de A. **O príncipe da hegemonia**. Lisboa: Vega Universidade, 1977.
- SANTOS, Manira Aboud. **Educação e democracia no governo da cidade de São Paulo (1989-1992)**. 2000.

- SANTOS, Raimundo. **O pecebismo inconcluso**: escritos sobre idéias políticas. 2 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Sociedade Rural/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1994.
- SANTUCCI, A. A. (A cura di). **Gramsci**: piove, governo ladro! satire e polemiche sul costume degli italiani. Roma: Riuniti, 1996.
- \_\_\_\_\_. (a cura di) **Gramsci**: le opere - la prima antologia di tutti gli scritti. Roma: Riuniti, 1997. 447p.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci: il sapere - enciclopedia tascabili diretta da Roberto Bonchio**. Prima Edizione. Roma: Tascabili Economici Newton, 1996. 90p.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SAUER, Sergio. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: Abet, 1998. p.74.
- SCHIMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2002. 209p.
- SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006. 239p.
- SILVA, Ângela Maria, *et al.* **Guia para normatização de trabalhos técnicos-científicos**. 4 ed. revisada e ampliada. Uberlândia: Edufu, 2004.
- SILVA, Carmem S. M. da. **Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores (PT). 1996**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.
- SILVA, Luiz Inácio Lula; *et. al.* **Resoluções do 1º Congresso do PT**. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Jornal O Companheiro**. São Paulo, ano 1, de 29/8 a 11/9 de agosto de 1979, p.7.
- SILVA, José G. da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.
- SILVA, Marcelo C. da. **O partido dos trabalhadores na Assembléia nacional Constituinte de 1987-1988**. 2000.
- SOARES, R. D. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.
- SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SOTILLI, Rogério. **A nação além da cerca**. São Paulo: PUC, 1999. (Dissertação Mestrado).
- SOUZA, Caetano G. de. **Orçamento participativo como instrumento de democratização da gestão urbana**. 1999.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. O processo político-partidário na primeira República. In MOTA, Carlos G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- SCHLESENER, Anita H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2002. 209p.
- SOARES, R. D. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.
- SPRIANO, Paolo. **"L'ordine nuovo" e i consigli di fabbrica**. Seconda edizione. Torino: Piccola Einaudi, 1971.
- \_\_\_\_\_. (A cura di). **Tratto da Antonio Gramsci**. III Edizione. Roma: Riuniti, 1971, p. 21.
- \_\_\_\_\_. **"L'ordine nuovo" e i consigli di fabbrica**. Seconda edizione. Torino: Piccola Einaudi, 1971. 330p.
- STACONNE, G. **Gramsci 100 anos: revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- STEDILE, João. P.; FERNANDES, M. B. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STEDILE, João. P. **A questão agrária no Brasil 2: o debate na esquerda (1960-1980)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320p.

- \_\_\_\_\_. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **História e natureza das ligas camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 223p.
- \_\_\_\_\_. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1996.
- \_\_\_\_\_. O modelo agrícola do governo inviabiliza a verdadeira reforma agrária. In: **MST reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- STÉDILE, J. P.; FREI SERGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.
- STROZAKE, Juvelino José (Org). O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: ?, 2000, v. 1, p. 13-83.
- TARELLO, L. C. **Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré**. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra**. Terra Livre nº 6. São Paulo: AGB-Marco Zero, 1989.
- TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, M. Nobre. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1996.
- TRAGTENBERG, Maurício (Org). **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 228p.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Oficinas de História, 1987, p.182.
- TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Trad. A. Castro. Lisboa: Antídoto, 1977. 223p.
- \_\_\_\_\_. **Como fizemos a revolução**. Trad. Roberto Goldmann. (Rev.) Armandina Venâncio. 2 ed. São Paulo: Global, 1978. 111p.
- \_\_\_\_\_. **Literatura e revolução**. Trad. BANDEIRA, Moniz. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 231p.
- TUMULO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: UNICAMP, 2002. 290p.
- VACCA, Giuseppe. **Gramsci e Togliatti**. Roma: Riuniti, 1991. 235p.
- \_\_\_\_\_. **Appuntamento con Gramsci**. Roma: Carocci, 1999. 254p.
- VALLE, Alvaro. **O liberalismo social: a doutrina do partido Liberal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Américo Camargo, 1992. 258p.
- VÁRIOS Autores. **Revista crítica marxista Nº 10**. Preparação Alice Kobayashi. São Paulo: Boitempo, 2000. 189p.
- \_\_\_\_\_. **Revista crítica marxista Nº 4**. V. 1. Revisão: Leonor Estela. São Paulo: Xamã, 1997. 189p.
- \_\_\_\_\_. **Revista crítica marxista Nº 9**. V.1. Revisão Werbster G. Bravo. São Paulo: Xamã, 1999. 150p.
- VASCONCELLOS, M. Helena F. **Dias de violência: o quebra**. Campinas: Unicamp, 1999. 74p.
- VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 120p.
- VIANA, Werneck Luiz. **Fábrica e sistema político**. In: **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983. 196p.
- \_\_\_\_\_. A propósito de uma apresentação. In: GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978a. (Apresentação).
- \_\_\_\_\_. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b. 288p.
- \_\_\_\_\_. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 242p.

\_\_\_\_\_. **A transição:** da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989. 174p. (Série Pensamento Brasileiro).

VENDRAMINI, C. Regina. **Terra, trabalho e educação:** experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ocupar, resistir e produzir:** um estudo da proposta pedagógica do movimento dos sem-terra. São Carlos: UFUSCAR, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação).

VINHAS, Moisés. **O partidão:** a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982. 268p.

WEFFORT, Francisco. **A democracia como proposta.** Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004. 135p.

## PUBLICAÇÕES DO MST

### CADERNOS DE EDUCAÇÃO

Caderno de Educação nº 2. Alfabetização - **com escola, terra e dignidade.** 3 ed. São Paulo: Setor de Educação, julho/1998a.

Caderno de Educação nº 3. Alfabetização de jovens e adultos - **como organizar:** 1984-1999 - 15 anos de lutas e conquistas. São Paulo: Direção Nacional do MST, abril, 1994a.

Caderno de Educação nº 4. Alfabetização de jovens e adultos - **didática da linguagem.** São Paulo: 1994b.

Caderno de Educação nº 5. Alfabetização de jovens e adultos. **Educação matemática.** 1997: Reforma Agrária: uma luta de todos. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, dezembro, 1996a.

Caderno de Educação nº 6. **Como fazer a escola que queremos:** o planejamento. São Paulo, 1995a.

Caderno de Educação nº 7. **Jogos e brincadeiras infantis.** São Paulo, 1996b.

Caderno de Educação nº 8. **Princípios de educação do MST.** Reforma agrária: semeando educação e cidadania. São Paulo: Coletivo Nacional de Educação, janeiro, 1999a.

Caderno de Educação nº 9. **Como fazemos a escola de educação fundamental.** São Paulo: Setor de Educação, novembro, 1999b.

Caderno de Educação nº 10. **Ocupando a bíblia.** Educação religiosa. São Paulo: Setor de Educação do MST, outubro, 2000a.

Caderno de Educação nº 11. **Educação de jovens e adultos:** sempre é tempo de aprender. 2004: 20 anos de luta por um Brasil sem latifúndio. São Paulo: Coletivo Nacional de Educação do MST, outubro, 2003a.

Caderno de Educação nº 12. **Educação infantil:** movimento da vida, dança do aprender. São Paulo: Setor de Educação do MST, novembro, 2004a.

MST – **Orientações para um trabalho infantil educativo** – Setor de Educação, junho, 1998b.

### CADERNOS DE FORMAÇÃO

Caderno de Formação nº 10. **Comissão Nacional dos Assentados. Relatório do II Encontro Nacional dos Assentados.** São Paulo, jun. 1986a.

- Caderno de Formação nº 11. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo, 1986b.
- Caderno de Formação nº 18. **Cooperativas de produção. O que queremos com as escolas dos assentamentos**. 3ª ed. São Paulo: CONCRAB, março, 1997a.
- Caderno de Formação nº 21. **Cooperativas de produção. Questões práticas**. 3 ed. São Paulo: CONCRAB, junho, 1997b.
- Caderno de Formação nº 22. **Dicas para buscar a eficiência**. 3 ed. São Paulo: CONCRAB, abril, 1997c.
- Caderno de Formação nº 23. **Programa de reforma agrária**. 2 ed. São Paulo, julho, 1996c.
- Caderno de Formação nº 26. **A vez dos valores**. São Paulo: Secretaria Nacional, janeiro, 1998c.
- Caderno de Formação nº 27. **Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. São Paulo: Setor de Formação, janeiro, 1998d.
- Caderno de Formação nº 28. **Pequenas histórias para entender economia política**. São Paulo: MST/CONCRAB, 1998e.
- Caderno de Formação nº 30. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo, 1998f.
- Caderno de Formação nº 31. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária**. São Paulo: Setor de Formação, janeiro, 1999c.
- Caderno de Formação nº 33. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. São Paulo, 2000b.
- Caderno de Formação nº 34. **O MST e a cultura**. São Paulo, 2000c.
- Caderno de Formação nº 36. **O Brasil precisa de reforma agrária: as propostas dos movimentos e as “promessas e compromissos do governo Lula”**. São Paulo, março de 2005a.

## **CADERNOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA**

- Caderno de Cooperação Agrícola nº 01. **O cooperativismo na china**. São Paulo: CONCRAB, 1998g.
- Caderno de Cooperação Agrícola nº 05. **Sistema cooperativista dos assentados**. 2ª ed. São Paulo: CONCRAB, junho 1998h.
- Caderno de Cooperação Agrícola nº 06. **Emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter**. São Paulo, CONCRAB, março, 1998i.
- Caderno de Cooperação Agrícola nº 07. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, novembro, 1998j.
- Caderno de Cooperação Agrícola nº 08. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. São Paulo: CONCRAB, agosto, 1999d.
- Caderno de Cooperação Agrícola nº 09. **Os compromissos do governo federal com os movimentos sociais do campo**. (Os resultados das mobilizações do ano 2000). São Paulo: CONCRAB, julho, 2000d.

## **BOLETINS**

- Boletim nº 01: **Como deve ser a escola do assentamento**. São Paulo, 1992a.
- Boletim nº 02: **Como trabalhar a mística do MST com as crianças**. São Paulo, 1993a.
- Boletim da Educação nº 09 – **Educação do MST: Balanço 20 anos**. São Paulo: Coletivo Nacional do Setor de Educação, dezembro, 2004b.

## COLEÇÃO

- Coleção Fazendo História nº 01: **A comunidade de gatos e o dono da bola**. São Paulo, 1995b.
- Coleção Fazendo História nº 02: **Zumbi comandante guerreiro**. São Paulo, 1995c.
- Coleção Fazendo História nº 03: **A história de uma luta de todos**. São Paulo, 1996d.
- Coleção Fazendo História nº 04: **Mobilizações infantis do MST**. São Paulo, 1999e.
- Coleção Fazendo História nº 05: **Nossa turma na luta pela terra**. São Paulo, maio, 1999f.
- Coleção Fazendo História nº 06: **Semente**. São Paulo: Coordenação Nacional do MST, setembro, 2000e.
- Coleção Fazendo História nº 07: **História do menino que lia o mundo**: Paulo Freire. Veranópolis-RS: ITERRA, abril, 2001a.
- Coleção Fazendo Escola nº 01: **Escola itinerante em acampamento do MST**. Porto Alegre, 1998l.
- Coleção Fazendo Escola nº 02: **Crianças em movimento**: as mobilizações infantis do MST. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, agosto, 1999g.
- Coleção Fazendo Escola nº 03: **Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST**. Porto Alegre: Coletivo Nacional de Educação do MST, dezembro, 2000f.

## CADERNOS DIVERSOS

- Cadernos de Cultura nº 02: **O vigor da mística**. São Paulo: MST, novembro, 2002a.
- Coleção por uma Educação do Campo nº. 1. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, 1999h.
- Coleção por uma Educação do Campo nº. 2. **Por uma educação básica do campo**: a educação básica e o movimento social do campo. Brasília, 1999i.
- Coleção por uma Educação do Campo nº 3. **Por uma educação básica do campo**: projeto popular e escolas do campo. Brasília, 2000g.
- Coleção por uma Educação do Campo nº 4. **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. 2 ed. Brasília, 2002b.
- Coleção por uma Educação do Campo nº 5. **Educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo. São Paulo, 2004c.
- Cadernos de Estudos ENFF nº 01 – **A política de formação de quadros**. 1ª ed. Guararema-SP: ENFF, janeiro, 2007a.
- Cadernos de Estudos ENFF nº 02 – **Literatura e formação da consciência**. 1ª ed. Guararema-SP: ENFF, abril, 2007b.
- Caderno “brilho de quem faz a luta”. **Peças teatrais**. São Paulo: Setor de Cultura, 1995d.
- Caderno “**Estórias da rosa**”. São Paulo: Setor de Cultura, 1998m.
- Caderno “O Brasil que queremos”. **1º Concurso Nacional de redações e desenhos, para estudantes do MST**. São Paulo; Setor de Educação, 1999j.
- Caderno do Educando – Pra soletrar a liberdade Nº. 1. **Nossos Valores** - Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio. São Paulo: ANCA, junho, 2000h.
- Caderno do Educando – Pra soletrar a liberdade Nº. 2. **Somos Sem Terra** – reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio. Veranópolis-RS: ITERRA, fevereiro, 2001b.
- Cadernos do ITERRA – **O MST e a pesquisa**. Ano I – nº 2, maio de 2001c. Veranópolis-RS.
- Cadernos do ITERRA – **O MST e a pesquisa**. Ano I – nº 3, outubro de 2001d. Veranópolis-RS.

- Cadernos do ITERRA – **Educação de jovens e adultos e ensino médio**. Ano VII – nº 12, junho, 2007c. Veranópolis-RS: ITERRA.
- Cadernos do ITERRA – **Intensionalidade na formação de educadores do campo**. Ano VII – nº 11, maio, 2007d. Veranópolis-RS.
- Cadernos Unijuí – **Programa de incentivo à produção docente**. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1995e.
- Cadernos Unijuí – **Os movimentos sociais e a construção de políticas públicas nos espaços locais: novos desafios para a educação popular**. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1996e. (Série Educação 32).
- Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação nº. 2. **O cooperativismo no pensamento marxista**. CONCRAB, junho de 2000i.
- Caderno do **V Mutirão Nacional de Formação do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2005b.
- Caderno das Artes nº 01 – **Teatro**. São Paulo: Coletivo Nacional de Cultura – Frente de Teatro, 2007e.
- Caderno dos Núcleos de Base. **6º Concurso Nacional de Arte** – Educação do MST: como fazer a escola transformando a história? Curitiba: Setor de Educação e Coletivo de Cultura, abril, 2007f.

## MATERIAIS PARA TRABALHO COM CRIANÇAS

- Álbum seriado**: como deve ser uma escola de assentamento, 1994c.
- CD-arte em movimento**. (s/d)
- Desenhando o Brasil**. Trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos realizados pelo MST em 1998n. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1999l.
- Orientações para um trabalho infantil educativo**. São Paulo: Setor de Educação do MST, junho, 1998o.
- Plantando cirandas**. Fita e livreto de canções infantis. São Paulo: MST (s/d).

## CARTILHAS DA CONSULTA POPULAR

- Cartilha nº 1: **Projeto popular para o Brasil**. (Cartilha de Itaici). São Paulo: Setor de Formação, 1997d.
- Cartilha nº 2: **História política do Brasil**. 1960-1994d.
- Cartilha nº 3: **História, crise e dependência externa**.
- Cartilha nº 4: **Trabalho de base**.
- Cartilha nº 5: **O neoliberalismo... ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres**. Curitiba: Setor de Formação, 2000j.
- Cartilha nº 6: **Assembléia dos lutadores do povo**.
- Cartilha nº 9: **Valores de uma prática militante**. São Paulo, fevereiro, 2000l.
- Cartilha do Paraná-PR **Comemorar ou resistir**. Curitiba: MST, abril, 2000n.

## CARTILHAS DIVERSAS

- Cartilha **“mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais”**. Brasília – 13 a 17 de março de 1999. Passo Fundo: ANMTR, outubro, 1999m.

Cartilha – **“Orientações práticas e a história dos congressos do MST”** – 5º. Congresso Nacional do MST. São Paulo: Secretaria Nacional, junho, 2007g.

Cartilha do Setor de Gênero – **jornada de luta das mulheres do MST: mulheres sem terra na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e por um Brasil sem desigualdades.** São Paulo: Setor de Gênero, março, 2006a.

Cartilha **“Textos para estudo e debate”** – 5º Congresso Nacional do MST. São Paulo: secretaria Nacional, junho, 2007h.

Cartilha Educação do Campo – **Direito de todos os camponeses e camponesas.** São Paulo Via Campesina-Brasil, 2006b.

Cartilha de Saúde nº 5: **Construindo o conceito de saúde do MST.** São Paulo: Setor Nacional de Saúde do MST, dezembro, 2000m.

## DOCUMENTOS DO MST CONSULTADOS

**A reforma agrária e a sociedade brasileira.** São Paulo, junho de 1996f.

**Calendário histórico dos trabalhadores.** 2ª ed. São Paulo: Setor de Educação/Formação, fevereiro, 1998p.

**Coletânea de textos: compreender e construir – novas relações de gênero.** São Paulo, setembro de 1998q.

**Como implementar na prática os valores do MST** - sugestões recolhidas no 9º Encontro Nacional do MST. Vitória – 3 a 6 de fevereiro de 1998r. São Paulo: Secretaria Nacional, março, 1998s.

**Compreender e construir: novas relações de gênero.** São Paulo: Secretaria Nacional/Coletivo Nacional de Mulheres do MST, setembro, 1998t.

**Construindo o caminho.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, julho, 2001e.

**Desenhando o Brasil:** trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos realizado pelo MST em 1998. São Paulo: MST, 1999n.

**Documento dos sem terra de SC – 1º Congresso do sem terra.** Chapecó, dezembro, 1984b.

**Elementos a serem considerados para organizar os acampamentos do MST.** Setor estadual de frente de massas, 2004d. Texto Mimeo.

ENFF. **Formação de militantes formadores e formação de quadros.** São Paulo: Setor de Formação, novembro de 2003b. Texto Mimeo. p. 7.

**Folders de divulgação da Escola Nacional Florestan Fernandes.**

**Folheto Programa Nacional de Educação na reforma agrária (PRONERA).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. (s/d).

**Jornal dos trabalhadores sem terra.** São Paulo, (anos 1985-1998)u.

**Marcha nacional de mulheres trabalhadoras rurais.** Passo Fundo, 2000o.

**Marcha Nacional pela Reforma agrária.** V mutirão nacional de formação-MST. São Paulo: Secretaria Nacional, 2005c.

MST – **Cartas de amor.** 2 ed. São Paulo: Setor de Formação/Ademar Bogo, janeiro, 2005d.

MST - **Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio! Brasil: quantos anos você tem? São Paulo: ANCA, junho, 2000p.

MST - **Programa nacional de formação de militantes e da base do MST.** Setor de Formação, julho de 2001g.

MST - **Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio. Textos do IV Congresso Nacional do MST. Brasília, 7 a 11 de agosto de 2000q.

**Métodos de trabalho e organização popular.** São Paulo: Setor Nacional de Formação, fevereiro, 2005e.

**MST - Reforma agrária:** a vida no assentamento. Porto Alegre: COCEARGS, outubro, 1997e.

**O funcionamento das brigadas do MST.** Texto para estudo do Setor de Formação. São Paulo: Setor de Formação, junho, 2005f.

**Plantando cirandas.** São Paulo, s/d.

**Programa Nacional de formação de militantes e da base do MST.** São Paulo: Setor de Educação do MST, julho, 2001h.

**Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio. São Paulo, junho de 2000r.

**Relatório da reunião da coordenação nacional.** Centro de formação Roseli Nunes. 10 a 11 de dezembro de 1999o.

**Resoluções do IV Encontro Nacional.** São Paulo, 1988a.

**REVISTA** do 1º. Festival Nacional da Reforma Agrária. Ijuí-RS: Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, fevereiro de 1999p.

**REVISTA SEM TERRA**, Nº 2, São Paulo, Outubro/Dezembro/1997f, p. 28.

**REVISTA SEM TERRA**, julho/agosto 2007i.

**Ser educador do movimento sem terra.** Texto utilizado em encontro de educadores do MST. São Paulo: Setor de Educação, junho de 2001i. Texto Mimeo.

**Textos para estudo e debate - 5º.** Congresso Nacional do MST. São Paulo, junho de 2007j.

**4º. Congresso Nacional do MST.** Brasília, 7 a 11 de agosto de 2000s.